



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

KELVYN WERIK NASCIMENTO GOMES

BELÉM, UMA HISTÓRIA DA CHUVA (1890 – 1920)

BELÉM

2022

KELVYN WERIK NASCIMENTO GOMES

BELÉM, UMA HISTÓRIA DA CHUVA (1890 – 1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cidade, floresta, sertão: cultura, trabalho e poder.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Ricci.

BELÉM

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G633b GOMES, KELVYN.
Belém, uma história da chuva (1890 – 1920) / KELVYN
GOMES. — 2023.
192 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Magda Ricci
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2023.

1. Chuva. 2. Amazônia. 3. Belém. 4. História Ambiental.
5. século XIX, século XX. I. Título.

CDD 980.411



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE
KELVYN WERIK NASCIMENTO GOMES**

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pela Profa. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci e constituída pelos avaliadores Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo, Profa. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo, Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle e Profa. Dra. Maria Gabriela de Almeida Bernardino, reuniu-se no dia **29 de agosto de 2023, às 14:30**, no Laboratório de História e por videoconferência, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando KELVYN WERIK NASCIMENTO GOMES intitulada *BELÉM, UMA HISTÓRIA DA CHUVA (1890 – 1920)*. Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi APROVADO pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

PARECER DA BANCA:

Dissertação inovadora em sua temática, com uma escrita e abordagem que engloba e vai além de uma história confinada a um único campo, contribuindo para a história social, cultural e ambiental. A banca recomenda a publicação

PROFA. DRA. MAGDA MARIA DE OLIVEIRA RICCI
Orientadora

PROF. DR. ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO
Membro da Banca / PPHIST / UFPA

PROFA. DRA. SIDIANA DA CONSOLAÇÃO FERREIRA DE MACEDO
Membro da Banca / UFPA

PROF. DR. WESLEY OLIVEIRA KETTLE

Documento assinado digitalmente



MARIA GABRIELA DE ALMEIDA BERNARDINO

Data: 17/11/2023 21:27:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROFA. DRA. MARIA GABRIELA DE ALMEIDA BERNARDINO
Membro da Banca / MAST

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui dá, como costumamos dizer, um “calor no coração”, uma sensação de conforto, de missão cumprida. Um mestrado que em média deve durar 24 meses acabou durando quase 36. Nesse ínterim vivemos tempos muito difíceis. De um lado uma pandemia que ceifou a vida de milhares de pessoas e nos obrigou a nos mantermos distantes uns dos outros, longe do afeto e do afago daqueles que amamos, presos em nossas próprias casas, cercados pelo medo de algo que até então era desconhecido. Do outro lado, também durante a pandemia, vivemos um dos piores governos da história do país, um ex-presidente que flertava (e flerta) com o autoritarismo, o fascismo, responsável pelo agravamento da pandemia no país, mas que enfim se foi. Respiramos um pouco, fundo, mas ainda cautelosamente, ele se foi, mas o bolsonarismo é uma realidade no país.

Nesse intervalo de quase três anos, mesmo com todos esses desafios, aos quais também sou grato, já que me ajudaram a crescer, a amadurecer, tive a oportunidade de aprender e conhecer pessoas e lugares, viver novas experiências, mas de me apaixonar de novo e de novo pela história, pela educação, pelo ofício, pelo fazer, e por tudo aquilo que esta disciplina nos proporciona. Seja em sala de aula, nos arquivos e acervos, galerias e museus, me causa conforto e felicidade poder me apresentar e atuar como professor-historiador. E não apenas por isso, mas pela capacidade de aprendizado, de desenvolvimento pessoal, de análise e crítica social. Por isso sou grato a história.

Meus agradecimentos vão novamente aos meus pais, Waldery Viana Gomes e Marcia Cristina Alves do Nascimento, pelo apoio, pelo estímulo, e por sempre reconhecerem que a educação desempenha um papel essencial em nossas vidas. Eles que não tiveram a oportunidade que puderam me ofertar, me ensinaram desde muito cedo que o “caminho da escola” era o caminho que deveríamos seguir. Agradeço também a minha avó, Teófila Alves do Nascimento, mulher, interiorana, semianalfabeta, trabalhadora “de fábrica”, “de casa de família”, uma mulher ímpar, sem igual, que não mede esforços para garantir que as coisas sejam feitas de maneira justa, correta. Ela, sem dúvida, é peça fundamental nesse processo. Aos meus demais familiares, obrigado pelos momentos de interação, de distração, de felicidade que me fizeram abstrair naqueles dias difíceis.

Aos meus amigos, velhos e novos, pela admiração e carinho que sempre demonstraram ter por mim, pelas longas conversas sérias e problematizadoras, mas principalmente pelas inúmeras crises de riso até que me faltasse o ar. Obrigado por se fazerem presentes nos

momentos em que o coração pareceu vazio. Sem vocês os dias provavelmente não teriam sido os mesmos. Aqui deixo meus agradecimentos a todos vocês.

Não seria justo deixar de fora aquela que considero como uma mentora, um exemplo profissional e, como gosto de dizer, uma intelectual de primeira ordem, a Profa. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci, minha orientadora. Aqui deixo registrado minha profunda admiração pela sua educação, inteligência, delicadeza e sensibilidade como pessoa e profissional. E pela sua ímpar capacidade de transformar um texto com duas ou três palavras. Aproveito para agradecer também aos professores Wesley Kettle, Sidiana Macedo, Nelson Sanjad, Maria Gabriela e Aldrin Figueiredo, por aceitarem o convite para participar desta etapa da minha formação profissional e intelectual, pelas sugestões e pela atenção dada ao meu trabalho e a mim. Agradeço também aos demais professores que fizeram parte desta formação por toda sua colaboração em alguma medida a este trabalho.

Não podia deixar de agradecer a chuva, força da natureza, uma benção desta terra, que alivia as dores, o calor, que acalma a alma.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo explorar a história da chuva na cidade de Belém, no período de 1890 a 1922, com um foco específico na influência que o fenômeno da natureza exerceu sobre determinados grupos e a cidade. Para isso, analisa-se o interesse de diferentes atores sociais pela chuva em Belém ao longo do século XIX, mas principalmente nos anos finais deste século e início do século XX. Destacam-se as observações feitas por viajantes naturalistas que estiveram na região e observaram o fenômeno da chuva, memorialistas e geógrafos, bem como o trabalho do naturalista Emílio Goeldi na coleta de dados meteorológicos explorando como o estudo da chuva se relacionou com a política e a imagem pública de Goeldi, e como esse interesse se tornou uma parte significativa da pesquisa científica na região. Esta dissertação se concentra também nas implicações práticas da chuva na vida cotidiana dos habitantes de Belém. Examinando como a chuva afetou a relação entre a população, a Intendência Municipal e a natureza, com ênfase nas tentativas de lidar com as demandas da população em relação à chuva, especialmente em termos de transformações urbanas que afetaram e afetam ainda hoje a cidade e os cidadãos. Explora-se também a influência dos jornais como mediadores entre a população e o poder público em relação às questões da chuva na cidade, revelando como a mídia desempenhou um papel importante na formação da opinião pública e nas ações do governo. Por fim, esta dissertação explora a importância da chuva como um tema complexo e multifacetado na história de Belém durante o período estudado, considerando seu impacto nas esferas científicas, políticas e sociais da cidade.

Palavras-chave: Amazônia; Belém; chuva; história ambiental; história social; século XIX; século XX

ABSTRACT

This dissertation aims to explore the history of rain in the city of Belém, in the period from 1890 to 1922, with a specific focus on the influence that this natural phenomenon had on certain groups and the city itself. To achieve this, it examines the interest of various social actors in rain in Belém throughout the 19th century, but primarily in the final years of this century and the early 20th century. This includes the observations made by naturalist travelers who visited the region and observed the rain phenomenon, as well as the insights of memoirists and geographers. The work of naturalist Emilio Goeldi in collecting meteorological data is also highlighted, exploring how the study of rain was related to politics and Goeldi's public image, and how this interest became a significant part of scientific research in the region. This dissertation also focuses on the practical implications of rain in the daily lives of Belém's inhabitants. It examines how rain affected the relationship between the population, the Municipal Intendency, and nature, with an emphasis on attempts to address the population's demands regarding rain, especially in terms of urban transformations that have impacted and continue to affect the city and its residents. The influence of newspapers as mediators between the population and the government regarding rain-related issues is also explored, revealing how the media played a significant role in shaping public opinion and government actions. In conclusion, this dissertation delves into the importance of rain as a complex and multifaceted topic in Belém's history during the studied period, considering its impact on the scientific, political, and social spheres of the city.

Keywords: Amazon; Belém; rain; environmental history; social history; 19th century; 20th century

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA AS PRIMEIRAS CONCLUSÕES.....	7
O acervo do LABHIS, sua História e Historiografia da Amazônia, e a História da Chuva	8
Por que não? E, como chuva?	12
PLANO GERAL DE CAPITULAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	32
CAPÍTULO 1: CIÊNCIA E NATUREZA NA URBE TROPICAL	37
1.1. A chuva como característica da cidade: observações sobre uma natureza peculiar.....	37
1.1.1. Dos viajantes aos geógrafos e meteorologistas – novas percepções sobre a chuva. .	46
1.2. A ciência da chuva, recomendações e receitas.	60
1.3. A cobiçada chuva: o interesse “da ciência” na peculiaridade belenense.....	78
CAPÍTULO 2: PODER E NATUREZA NUMA “CIDADE ADIANTADA”.....	105
2.1. “O município de Belém”, a chuva numa cidade pretensamente europeia.	107
2.2. Uma enxurrada de reclamações: a chuva entre a população, os jornais e a Intendência.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
FONTES	172
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA AS PRIMEIRAS CONCLUSÕES

O presente texto sobre a “História da Chuva em Belém” pode ser considerado como um dos resultados do projeto de ensino, pesquisa e extensão do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), intitulado “Laboratório de História: antigas monografias, novas ideias”¹, coordenado pela professora Dra. Magda Ricci entre 2016 e 2017. Além da digitalização do acervo monográfico da Faculdade de História (FAHIS), este projeto previa encontros entre professores da mesma faculdade, estudantes de graduação e profissionais da área, com a perspectiva de compartilhar ideias e experiências de pesquisa com ênfase na história da Amazônia. Em uma dessas atividades tive contato com as pesquisas das professoras da FAHIS e do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Maria de Nazaré Sarges e Franciane Gama Lacerda que atuam e são referência em estudos relacionados ao campo da História da Cidade, Belle Époque, Sociabilidades e Processos Migratórios. Foram estas docentes que propuseram a temática da chuva e sua potencialidade para uma pesquisa histórica no campo social e da urbanidade na Belém da chamada Belle Époque.

Dos temas propostos durante esse encontro, as pesquisadoras ressaltaram que a temática da “história social da chuva” era relevante pelo seu caráter 1) inovador e inédito; 2) acesso ou a disponibilidade de uma diversidade de fontes, especialmente as dos jornais digitalizados e de livre acesso na Biblioteca Nacional (Hemeroteca digital) e, 3) multiplicidade de possibilidades relacionadas ao tema, dentro do campo da História Social, por exemplo. Segundo as pesquisadoras, o trabalho podia partir de jornais, relatórios (de governo, científicos e de viagens), obras literárias, memoriais, músicas, pinturas, gravuras etc. Assim, as primeiras fontes (os jornais) acessadas a partir do site da Hemeroteca da *Biblioteca Nacional* já ratificaram os três pontos acima elencados, estimulando interesse ainda maior pelo tema de pesquisa em questão. Para minha monografia de graduação apenas consegui trabalhar com uma parte destes documentos, ficando mais restrito aos jornais e alguns poucos documentos impressos

¹ Este projeto teve, entre seus objetivos: 1) a organização, recuperação e digitalização do acervo monográfico o Laboratório de História (LABHIS – UFPA); 2) divulgação, a partir de encontros entre os professores da Faculdade de História (FAHIS – UFPA) e o público em geral, onde os convidados apresentavam suas trajetórias de pesquisa dentro das suas devidas áreas de atuação, sugerindo ao final de cada encontro novos temas, possibilidade ou objetos de pesquisa a serem desenvolvidos. A “História da Chuva em Belém” foi uma das propostas apresentadas durante o encontro com as professoras da FAHIS e do Programa de Pós-graduação em História (PPHIST – UFPA).

localizados no - e sobre o - *Museu Paraense Emílio Goeldi*. No entanto, percebi que poderia ampliar as fontes e as perspectivas desta pesquisa. O refinamento dos dados acabou por concretizar que este seria o principal foco da trajetória acadêmica que se iniciava.

Imediatamente as questões impostas estavam relacionadas às justificativas da pesquisa, como: O que faz da chuva em Belém algo relevante para a pesquisa em História? Quais contribuições ela traz? Os primeiros levantamentos demonstraram que a chuva em Belém podia ser observada a partir de dois pontos de vista: 1) de um lado o caráter prático da chuva enquanto fenômeno natural; 2) do outro, e muito como extensão do primeiro, seu caráter enquanto fenômeno social. Do ponto de vista prático, os dados meteorológicos, observações e estudos físico climático e estudos de geografia demonstraram que este fenômeno natural se caracteriza na região de Belém como peculiar, *sui generis* por conta da sua abundância e constância. Do lado social, esta presença marcante influenciou – como tem influenciado – no cotidiano das pessoas, na organização e reorganização da paisagem, na sua contribuição à formação da identidade e na construção de uma relação de afetividade com a chuva. Era preciso estudar mais detalhadamente o debate sobre História e Natureza, ou história ambiental. Isto só pude fazer mais pormenorizadamente já nas disciplinas do mestrado.

O acervo do LABHIS, sua História e Historiografia da Amazônia, e a História da Chuva

Aquilo que conhecemos sobre o período do *boom* da borracha e o seu fim com a crise desse sistema é o momento escolhido para se escrever este presente estudo. Ele se inicia didaticamente por volta da segunda metade do século XIX com a invenção do processo de vulcanização e a diminuição drástica das distâncias advindas, sobretudo da expansão do processo de abertura da navegação a vapor na Amazônia, a partir de 1852, sobretudo com a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas². Este momento áureo da goma elástica na região praticamente se encerra entre as décadas de 1910-20. Esta decadência, em linhas gerais se associa com a queda do governo do principal articulador da política pública local, o intendente Antônio Lemos em 1911 e ao agravamento da crise mundial nos preços da borracha, com a entrada de novos fornecedores asiáticos no processo³. Todo este cenário

² BRITO, Roberta Kelly Lima. A introdução da navegação a vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2017.

³ Esse período amplo e complexo de intensas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, onde destaca-se a vinda de inúmeros imigrantes de regiões como o Nordeste brasileiro também como resultado da grande seca que os assolou; ou ainda o intenso fluxo de capitais que girou em torno da cadeia produtiva da borracha que, apesar dos esforços e últimas tentativas de socorro promovidas por Lauro Sodré acabou por fracassar a reabilitação da economia paraense.

histórico costuma estar relacionado às questões da ordem da economia da borracha e suas explicações, quase que por si só, para o desenvolvimento das cidades, das reformas urbanas⁴. Neste mote, há ainda muitos estudos que relacionam esta economia aos discursos e políticas científicas e médico-sanitários característicos do período⁵.

No campo da história social das cidades, estudos clássicos foram pioneiros em entender Belém para além de sua riqueza, procurando associá-la com a produção de bens culturais e a mudanças nas políticas públicas e urbanísticas. Este foi o caso dos dois livros produzidos por Nazaré Sarges sobre *Belém produzindo a Belle Époque* e a biografia do intendente Antônio Lemos⁶. Já para estudos sobre migrações destaca-se o estudo pioneiro de Franciane Lacerda sobre os cearenses e seu universo cultural e sociabilidades em Belém⁷. No campo cultural, dentro da história da alimentação e abastecimento, há ainda trabalhos como os de Sidiana Macêdo sobre cultura alimentar e abastecimento⁸.

Além do mais, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de cursos de pós-graduação em História Social ou com dinâmicas multidisciplinares, por exemplo, e a atividade cada vez mais regular de grupos de pesquisa nestas áreas também têm contribuído para tal novas perspectivas e temáticas de estudo. Ainda ganharam fôlego e hoje há um bom número de artigos, dissertações, teses e livros sobre a história urbana e cultural da cidade de Belém, que vão desde estudos biográficos sobre seus planejadores e engenheiros como os de Ana Carolina de Abreu Coelho sobre o Barão de Marajó⁹, ou ainda o estudo de Ana Lea Nassar Matos sobre o engenheiro José Sidrim¹⁰. Existem ainda estudos sobre os historiadores do Instituto Histórico e

⁴ DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 1999, v. 2000; SOARES, Karol da Hora Guimarães Gillet. **Formas de morar na Belém da belle époque (1870-1910)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

⁵ BRITO DE SOUZA, Túlio Breno. **Homeopatia versus alopatia: a disputa pelo mercado da cura no Pará (1914-1924)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. GOMES, João Arnaldo Machado. **Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

⁶ SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)**. 3ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente: Antônio Lemos (1869/1973)**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2004.

⁷ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 1 ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFGA, 2010.

⁸ MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come. Uma História do abastecimento e da alimentação em Belém 1850-1900**. 1 ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

⁹ COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

¹⁰ MATOS, Ana Lea Nassar. **José Sidrim (1881-1969): um capítulo da Biografia de Belém**. 2017. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Geográfico do Pará¹¹, até outros sobre um importante fotógrafo e as paisagens da cidade de Belém¹².

Embora esta característica persista e seja importante, existem trabalhos que pensam e discutem essas temáticas a partir da história ambiental¹³. Destacam-se aqui alguns desses trabalhos como o de Conceição Almeida, em que estuda a relação entre municípios, cidade e águas, no plural, indicando suas diferenças nos usos e representações a partir de discursos oficiais, por exemplo, sobre a cultura relacionada a este elemento¹⁴. Ou ainda o estudo de Wesley Kettle que buscou analisar os discursos científicos, políticos e religiosos relativos à questão das demarcações dos limites territoriais amazônicos, a partir das experiências desses atores históricos¹⁵. E o trabalho de João Dergan, que buscou o entendimento sobre como a utilização dos recursos da floresta amazônica na região da Ilha do Combu, em Belém, funciona, a partir da memória, na formação e reprodução de valores relativos àquele espaço e suas dinâmicas¹⁶.

Ainda que se possa perceber tal alteração, mesmo que sutil, no que tange a variedade de abordagens em pesquisas e trabalhos no campo da História, a análise dos arquivos do LABHIS aponta que menos de 2% dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografias tem tratado de questões relacionadas aos meios e modos de vida e as relações sociais, culturais e afetivas ou que tenham a natureza como fio condutor da narrativa. Se localizarmos esses dados com foco no período da economia da borracha, percebemos que se comparadas com o total dos trabalhos defendidos desde a década de 1970, eles acabam por representar um número efêmero de obras: quatro títulos no total. Além do mais, com exceção de um dos trabalhos mapeados, todos os outros relativos a este levantamento foram produzidos a partir do ano 2000.

¹¹ MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da História: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

¹² PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

¹³ Carla Oliveira de Lima considera que “grande parte das abordagens nessa vertente (história ambiental) foram estabelecidas nas três últimas décadas”. Para a autora, tal perspectiva se configura como um desafio por conta do risco dos determinismos que podem advir dessas análises. Seu “breve levantamento” considera desde trabalhos de Warren Dean, de 1989, a Wesley Kettle em 2015. DE LIMA, Carla Oliveira. **Historiografia social da Amazônia e história ambiental: Um breve balanço**. *Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação*, v. 4, n. 6, 2017.

¹⁴ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁵ KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no Vale Amazônico: Visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799)**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

¹⁶ DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combu-Belém-PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

De modo similar, o *Programa de Pós-graduação em História* (PPHIST), criado em 2004 em nível de Mestrado e como Doutorado em 2010, também manteve discrição no volume de estudos sobre história ambiental. Isto ocorre, apesar de na sua apresentação destacar que o objetivo é “refletir historiograficamente sobre a diversidade social, étnica e cultural da Amazônia na sua relação com a biodiversidade local”¹⁷; bem como suas linhas de pesquisa apontarem para uma mudança significativa, a saber, são elas: 1) Arte, Cultura, Religião e Linguagens; 2) Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder; 3) Etnicidade e Territorialidades: usos e representações e 4) População e Sociedade. O levantamento dos trabalhos ali produzidos demonstrou resultados pouco diferentes dos relativos às monografias vindas da FAHIS. No caso do Programa de Pós, é possível identificar que as dissertações e teses com temas relativos às questões de natureza e sociedade, ou cultura e natureza, representam apenas 6% para as Dissertações e 5% das Teses de um universo de mais de 200 obras que foram defendidas ao longo dos últimos 16 anos¹⁸.

No contexto do PPHIST, portanto, pode-se afirmar que a presente pesquisa relacionada à História da Chuva, insere-se na dimensão de uma “nova história/historiografia” da Amazônia e que busca, a partir de elementos antes vistos como não históricos, contar a história do lugar, do espaço e da sua influência na sociedade. Neste sentido, faz-se importante apresentar brevemente algumas obras que indicam o campo teórico e metodológico com o qual diálogo para a formatação desta dissertação de Mestrado. Procuo com isto melhor apreender as dinâmicas científicas no terreno da história da natureza/história ambiental, somando este terreno com a compreensão das políticas de poder em Belém em sua relação com os saberes populares sobre a natureza que circunda e é parte constituinte do cotidiano dos moradores e visitantes da cidade durante o período de 1890 a 1920.

Outro ponto nodal da dissertação é estabelecer parâmetros sobre a relação destas percepções ambientais, políticas e da cultura popular sobre a chuva em Belém, relacionando estes aspectos no contexto das inúmeras transformações que vinham acontecendo numa perspectiva global. Isto porque o fenômeno da chuva começava a se transformar neste momento de virada de séculos XIX e XX em um campo ativo de pesquisa meteorológica. Desta forma, a

¹⁷ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST. **Apresentação**. Disponível em: <http://pphist.proesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/383-2019>. Acesso em: 25 de março de 2020.

¹⁸ Os dados citados aqui são referentes ao período de atividades desenvolvidas a partir do projeto de ensino, pesquisa e extensão do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), intitulado “Laboratório de História: antigas monografias, novas ideias”. Para este levantamento foram levados em consideração o título do trabalho, o resumo, palavras-chave, por quem foi orientado e a linha de pesquisa em que se insere o trabalho ou o orientador.

chuva se torna mais do que um fenômeno da natureza, mas também se torna campo de estudo com inúmeras teias de ligação como fenômeno científico e social.

Por que não? E, como chuva?

No campo social e econômico este estudo busca entender a chuva em Belém no contexto de crescimento vinculado à economia da borracha e o seu quase que “natural” desdobramento na reforma urbana. Reformar e civilizar, urbanizar e diminuir problemas como inundações entram na pauta de estudos históricos e historiográficos da Amazônia como já demonstra um estudo clássico como o de Maria de Nazaré Sarges para Belém¹⁹. Revisitando a historiografia sobre a cidade de Belém, com ênfase, no período de transição entre os séculos XIX e XX, principalmente aquela produzida e depositada no acervo do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), entende-se o destaque de alguns temas pelos quais a história, bem como a cidade são recontados, ou reconstruídos.

A “Belém da Belle Époque” tem sido recorrente nas monografias, dissertações e teses, adotando perspectivas distintas de pesquisa, desde que se pode rememorar, todo o glamour de um período de *boom* da economia gomífera e circulação de capitais na região; até os problemas de ordem também econômica, quanto aqueles sociais relativos a este mesmo processo. Do ponto de vista econômico por exemplo, as pesquisas sobre este período procuraram explorar as questões relacionadas ao sistema de aviamento, a cadeia de exploração e exportação da borracha, ao comércio de produtos e artigos de luxo, bem como daqueles considerados regionais, assumindo assim, a cidade de Belém, dentro desses trabalhos, o posto de praça e entreposto comercial, centro solar de uma economia eufórica e dinamizada pelo capital que circulava na Amazônia nesse mesmo período; e ao mesmo tempo palco de mediações e conflitos²⁰.

Por outro lado, a euforia da economia do ciclo da borracha influenciou sobremaneira outros aspectos que levaram a pesquisas relativas a temas distintos daqueles que comumente vinham sendo trabalhados sobre a cidade de Belém. O esperançoso entusiasmo de um futuro

¹⁹ SARGES, 2002.

²⁰ FURTADO, Luciana Martins. **Nas Pedras do caes**: cidade, cotidiano e trabalho-Belém do Pará (1852-1912). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. SALES, Mábila Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias**: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”**: patrimônio de portugueses na economia da borracha. 2016. Dissertação (Mestrado História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

promissor em uma região economicamente desenvolvida naquele momento atraiu a atenção de “apostadores” de todos os cantos. Incentivados tanto pela excitação quanto pelas políticas de incentivo à migração, um grande contingente populacional engrossou os fluxos humanos em direção a Amazônia que, mesmo estabelecidos de maneira definitiva ou provisória, enriqueceram a diversidade social e cultural da cidade. Homens e mulheres de diferentes classes sociais e lugares do mundo influenciaram práticas e modos em uma urbe tropical da virada do século XIX para o XX. A migração – fosse ela espontânea ou incentivada – diversificou não apenas a aparência das pessoas que circulavam pela cidade, mas a cultura e suas práticas em Belém. Hábitos alimentares, a musicalidade, os modos de vestir, ser e estar, até as novas composições familiares tornaram-se aos poucos parte da cultura belenense na medida em que foram sendo, muitas vezes, adaptadas e incorporadas ao que aqui já estava presente. Ser belenense dentro dessa dinâmica não cabia mais apenas aqueles que nasciam nesta cidade, mas também aqueles que a adotaram como lar²¹.

A “diversificação” da capital paraense foi percebida e adotada como tema de outros trabalhos não apenas do ponto de vista das “gentes”, como também da arte e da estética da cidade. Belém então foi retomada, recontada e reconstruída a partir da história da arquitetura e do paisagismo, de seus novos prédios e passeios públicos; a partir dos espetáculos de dança e teatro, da ópera e das exposições de arte; das recepções, homenagens e júbilos de personalidades e datas importantes. A Belém, outrora efervescente pelas questões políticas e econômicas, figurava também como a cidade das artes e da civilização, critérios e características de um período de grandes transformações. Mas tantas e aceleradas mudanças parecem também ter trazido problemas e prejuízos. A mesma cidade da intensa circulação de capitais, mercadorias, pessoas e ideias sofreu com uma série de problemas urbanos que afetaram, de diferentes maneiras, as populações que aqui viviam. Os trabalhos sobre a Belém da virada do século XIX para o XX nos mostram uma outra cidade (ainda sob diferentes perspectivas): uma cidade

²¹ HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa**: a benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. LIMA, Aline de Kassia Malcher. **“Em Auxílio dos seus”**: Mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. QUARESMA, Luis Augusto Barbosa. **De imigrantes na Amazônia a nobres em Portugal**: visconde de monte redondo, visconde de penedo e visconde de Nazaré. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. SANTOS, Francisnaldo Souza dos. **Ações colonizadoras em descompasso**: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros nos últimos anos do Império e início da República. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. MODESTO, Victor Hugo do Rosário. **“Como se fossem escravos”? Menores de idade pobres tutelados na Amazônia (Brasil, Grão-Pará: 1871-1900**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

violenta, insalubre, epidêmica. Uma cidade doente! Doente tanto do ponto de vista da ciência e da saúde, quanto do moral e civilizacional. As epidemias e as gentes foram preocupação dos administradores públicos e da população que, subdividida em diferentes grupos sociais, viveu, interpretou e reinterpretou a cidade que viria a ser, em um futuro não tão distante, interpretada e reinterpretada pela mesma diversidade de historiadores, quanto das gentes que aqui viveram²².

Apesar das diversidades de temáticas envolvendo modernidade, civilização, migração e instrução pública na Amazônia do boom da borracha, este breve levantamento dos estudos feitos no PPHIST nos permite perceber a carência de certos problemas históricos e urbanos dentro do campo de estudo como o da História Ambiental. Destaco aqui o que levantou Sonia Regina Mansano, que observou que há uma indiferença, historicamente construída, sobre questões que unem o tema do meio ambiente/ natureza/ sociabilidade com as relações afetivas, por exemplo²³. Isto permite pressupor que o pensar o humano muitas vezes distancia-se do ambiente, separando o homem (aquele que domina o ambiente), e o seu objeto dominado (o ambiente em si); ou a partir de uma relação unilateral onde apenas o humano age sobre o meio, transformando-o para que este atenda às suas necessidades tanto naturais, como aquelas que foram naturalizadas. De tal forma que se pensa ser importante também problematizar, entre outras coisas, a visão estrangeira de natureza exuberante, indomável, edênica, perigosa e imutável que se constituiu ao longo dos séculos nos relatos de inúmeros viajantes; assim como o das transformações urbanas como se, o espaço da cidade, fosse o da transformação e do desenvolvimento; e, aquele, o dos interiores, sertões e florestas, simplesmente o da natureza

²² AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. COSTA, Magda Nazaré Pereira. **Caridade e saúde pública em tempos de epidemias: Belém, 1850-1890**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2006. GOMES, João Arnaldo. **Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. OLIVEIRA, Adriano. **Craveiro de Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da belle époque: 1870- 1910**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: Imprensa paraense e o saneamento rural (1917-1924)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2016. VILHENA, Anderson Alexandre Cruz. **Agentes da Ordem e da Desordem: polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

²³ MANSANO, Sonia Regina Vargas. Espaço Urbano, Natureza e Relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 18(1), 49-59. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016. ISSN 1516-3687 (impresso), ISSN 1980-6906 (on-line).

explorada, degradada, fonte de riquezas ou que simplesmente deveria ser objeto de conservação para contemplação.

A história da história ambiental, por sua vez, nos remonta que certas carências historiográficas podem ser percebidas dentro de um contexto mais amplo, possibilitando observar que esta não é uma característica apenas do programa de pós-graduação em História da UFPA. Marcelo Mahl e Henrique Martinez, por exemplo, ao traçarem um panorama sobre as trajetórias da História Ambiental, consideram que, mesmo hoje, suas margens ainda estejam em processo de delineamento. Mas Mahl e Martinez também relacionam o surgimento deste campo de estudos com o do “pensamento ambientalista contemporâneo” que ofereceu, segundo os autores, uma visão crítica (e até certo ponto separadas) entre as ações do homem como atos efetivados sobre a natureza²⁴.

Esta influência do ambientalismo contemporâneo, é considerada por José Augusto Pádua, como o surgimento de um campo historiográfico consciente de si mesmo. Ele surge fundamentalmente na década de 1970, quando se estabelece uma primeira sociedade científica, cujas publicações e análises são consideradas substantivamente histórico-ambientais: a *American Society for Environmental History*²⁵. Pádua considera também que este surgimento e desenvolvimento buscou de certa forma atender, não somente, mas aquilo que Roderick Nash, relacionou aos clamores por responsabilidade ambiental, como uma influência externa na criação e desenvolvimento do campo, ou, como “voz das ruas”²⁶.

Pádua ressalta, todavia, que é importante ter cuidado com a relação entre ciência e política, por ela sugerir “uma politização da pesquisa”²⁷. Mas este autor também indica que se deve valorizar os movimentos “internos ao mundo do conhecimento”, a partir de mudanças epistemológicas que ele considera terem sido consolidadas no século XX, como:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo²⁸.

²⁴ MAHL, Marcelo Lapuente; MARTINEZ, Paulo Henrique. história ambiental: entre o passado e o futuro. Nova Revista Amazônica - **VOLUME IX** - Nº 03 - DEZEMBRO 2021 - ISSN: 2318-1346. p. 105 – 106.

²⁵ PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010. p. 81.

²⁶ Esta ideia surgiu quando Roderick Nash buscou explicar sobre o primeiro curso de história ambiental ocorrido na Universidade de Santa Bárbara em 1972. Nash, R. American environmental history: a new teaching frontier. *Pacific Historical Review*, n. 41, p. 362-372, 1972. *apud*. PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010. p. 81.

²⁷ PÁDUA, *op. cit.*, p. 82.

²⁸ PÁDUA, 2010. p. 83.

Para Augusto Pádua, a modernidade da questão ambiental pode ser entendida, em sentido amplo, a partir das consequências da grande transformação urbano-industrial, dos processos macrohistóricos anteriores e relacionados ao longo do tempo, como a própria construção de uma sensibilidade ecológica ao longo dos séculos XVIII e XIX, que se deram a partir de reflexões históricas sobre as consequências do agir humano. Isto quer dizer que mesmo antes de se estabelecerem as bases teórico-metodológicas e a institucionalização da história ambiental na década de 1970, era possível observar a presença da natureza e de uma abordagem referencial; aproximações em uma perspectiva histórica de longa duração e comparativa, que permitem a “percepção histórica sobre processos de mudança ambiental, produzidos por uma interação entre fatores humanos e naturais”²⁹.

Regina Horta Duarte, também reconhece que a emergência da História Ambiental se vincula a campos além daqueles propostos por Pádua. A autora anota o nascimento de uma crise da historiografia moderna que precisou reinventar-se e voltar-se para o tema mais importante do século XXI: a condição ecológica dos seres humanos. Segundo Regina Horta,

O espanhol Manuel González de Molina relaciona o surgimento da história ecológica à crise da historiografia moderna. Segundo ele, a história se restringiu ao estudo de situações muito especiais levando a perda de um caráter objetivo e científico, exigindo assim o estabelecimento de um novo patamar de análise. A história ecológica surge cheia de possibilidades e ofereceria um novo impulso globalizador do conhecimento, evidenciando o caráter inseparável dos sistemas sociais e ecológicos e do processo de coevolução do homem e do meio ambiente em que vive³⁰.

Há consenso, no entanto, entre os autores citados que existiram reflexões, inclusive no Brasil, de base ambiental, anteriores a 1970, mas que só a partir deste momento elas se institucionalizam e se reconhecem desta maneira, embasadas por um contexto considerado de crise ambiental e de necessidade de renovação da própria ciência histórica. Citando Donald Worster, Regina Horta nos explica que

os historiadores nunca antes tinham acreditado ser a sua tarefa considerar a relação entre a humanidade e a natureza, e o mundo não humano havia sido ignorado por completo. Tal postura, segundo ele, explicaria o desinteresse das novas gerações pelo passado, apesar da intensa produção da área, com a recuperação quase total da memória dos oprimidos, como mulheres, minorias étnicas e sociedades não tradicionais. Para que a história pudesse realmente tornar-se importante para o homem contemporâneo, ela deveria reinventar-se e voltar-se para o tema mais importante do século XXI, ou seja, a condição ecológica dos seres humanos, sob pena de tornar-se um saber irrelevante. Worster aconselha aos historiadores a comprarem sapatos apropriados, e a saírem para o trabalho de campo, dispostos a boas caminhadas para

²⁹ PÁDUA, 2010, p. 86.

³⁰ MOLINA, Manuel Gonzáles de. La crisis da modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica. In. História e meio ambiente, o impacto da invasão europeia. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999, p. 17 – 51 *apud* DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 99.

a realização de uma história ambiental, definida por este autor como aquela que “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”³¹.

Em trabalho contemporâneo ao de Worster, publicado no mesmo volume da revista *Estudos Históricos*, José Augusto Leitão Drummond buscou explicar algumas dessas ausências ou revisões sobre a história ambiental, em marcos mais distantes, balizados por aquilo que ele define como o mais importante para o entendimento histórico, o fator tempo, sendo, desse modo, a ciência e a história natural as responsáveis por “exigir” outras unidades de medida do tempo, apontando, por exemplo, para o século XIX como aquele em que houve o reconhecimento do tempo geológico, ou grandes frações de tempo³². Além do mais, segundo Drummond, como criadores de símbolos e cultura, “os humanos foram subtraídos - às vezes explicitamente - do tempo geológico e dos processos naturais a ele associados”. Assim, história natural e história social não se misturaram no início, mas cientistas e movimentos sociais desafiaram as disciplinas sociais a aderirem variáveis naturais ao repertório de pesquisa, sendo, portanto, a história ambiental, hoje, resultado de um projeto “reformista” de alguns historiadores, “uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social”. Combinar história natural e social, sociedade e natureza, “implica necessariamente atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ e a capacidade de condicionar significativamente a sociedade”, observando as forças da natureza como agentes influenciadores ou modificadores de cultura³³.

Longe de aderir a uma visão holística da relação humano-natureza (onde o humano primitivo é pensado a partir de uma relação de extrema aderência ao seu ambiente, ao seu espaço, no sentido de viver em constante harmonia e conservação); ou uma visão dual e opositora do humano com o ambiente que o cerca (como aquele que é predador por excelência, o que, de certa maneira, pode agravar ainda mais as ações destrutivas), este trabalho pretende refletir sobre, o que para José Drummond, se configura como “o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade” que “é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural”, a partir da chuva³⁴. Para isso, para Ely Berço Carvalho, há ainda, a necessidade de reformular o modo como se tem pensado o ser humano e

³¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p. 198 – 215 *apud* DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 94.

³² José Augusto Drummond identifica que havia uma resistência em reconhecer o tempo geológico, e que se acreditava, até aquele momento, que a terra tinha cerca de seis mil anos como se imaginava no antigo testamento. DRUMMOND, José Augusto Leitão. História ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. IV, n.8, p. 177-197, 1991. p. 177 – 179.

³³ *Ibid.*, p. 180 - 181.

³⁴ PÁDUA, 2010. p. 91.

a natureza: precisa-se superar a disjunção natureza-cultura/história³⁵, a partir de uma necessidade que se impõe de historicizar a natureza. Isto seria ainda uma oportunidade de construir novos valores frente a ela.

Neste sentido, uma das perspectivas da história ambiental busca aproximar o sociocultural do natural para demonstrar, entre outras coisas, que homem e natureza nem vivem, ou viveram em ação estritamente conservadora ou mesmo predatória, mas que a partir de diferentes processos históricos, os indivíduos estabeleceram relações com os seus ambientes, onde um e outro atuava ampla e reciprocamente³⁶. Mas sendo a história ambiental um ramo da ciência histórica que tem encontrado em alguns momentos, obstáculos, como os citados anteriormente, muito desta relação ainda está por se desvelar. Como é o caso da afetividade. Em poder compreender objetos de estudo que integrem o global (ou o que se conhece sobre história ambiental), mas que principalmente seja mais próximo, ou apropriado ao local (ou ao conteúdo histórico a que se propõe estudar).

Mais do que advogar em favor da história ambiental, pensar a chuva como protagonista, ou fio condutor de pesquisas e narrativas históricas, têm demonstrado que ela se faz como componente fundamental – mas não único – para o entendimento da cultura e da construção de identidades coletivas, sejam elas sociais, políticas ou científicas. Podemos considerar então que o que faz do morador de Belém um “belenense” é a sua identidade com a cidade e sua história (ou com as cidades e suas histórias). Tantos e diferentes elementos ajudaram a contar e a reviver uma Belém de outrora, eufórica, dinâmica, afável e assustadora. Uma história da chuva, neste sentido, busca mais uma vez retomar esta cidade e sua história a partir de uma de suas características mais peculiares e inerentes. Além disso, a chuva se apresenta de tal maneira, baseada em crenças, representações, percepções, discursos literários e científicos e disputas políticas e acadêmicas que sejam representativos destes períodos em que se focam algumas tentativas de explicar esta história. Assim, parece ser fundamental observar e analisar estas subjetividades relacionadas à chuva.

José Drummond considera que “um campo importante da história ambiental é a dos valores humanos atribuídos à natureza”, que seria derivado da história intelectual ou literária.

³⁵ CARVALHO, Ely Bergo. “A natureza não aparecia nas aulas de história”: lições de educação ambiental aprendidas a partir de memórias de professores de história. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 107-129, jan.-jun. 2012.

³⁶ Sobre esta aproximação entre os estudos de História e de Natureza podemos identificar três pontos principais que norteiam o trabalho de Regina Horta, sendo: a natureza em relação aos modos culturais; as diversas concepções de natureza; e os usos e atribuições sociais da natureza. DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Neste sentido, destaca a obra *“The machine in the Garden-technology and the pastoral ideal in America”*, de Leo Marx, como exemplar dessa visão que muito nos interessa neste trabalho, tendo em vista as diversas dimensões que a chuva tem assumido nas fontes, permitindo entender contextos de ação e atuação política, econômica, intelectual, cultural e social. Bem como seu caminho inverso, onde é possível recorrer a diversas fontes e narrativas para se acessar a chuva dentro de distintos contextos temporais, sociais, culturais, econômicos. Enfim, múltiplas possibilidades de observação e análise que no geral dependem do olhar do historiador para serem direcionadas e acessadas.

Ainda durante o processo de seleção para o curso de mestrado, fui “alertado” que estas perspectivas adotadas por Donald Worster, principalmente esta relativa aos três níveis da história ambiental, já não eram suficientes ou que teriam sido academicamente superadas ou atualizadas ao longo desses últimos 50 anos³⁷. Há, nos escritos de Worster, como em outros que compõem o campo, a compreensão de que a natureza, ou as naturezas, devem ser retomadas a partir do marco temporal, geográfico e social onde elas estão. Assim, ainda que outros estudiosos não o considerassem de tal maneira, suas reflexões podem se mostrar muito atuais e sua definição sobre o terceiro nível da história ambiental auxiliando no entendimento sobre esta história da chuva.

Isto nos ajuda a pensar a chuva como uma característica da cidade e importante componente da identidade e da cultura belenense. O objetivo é entendê-la em toda a amplitude e complexidade de sua existência como agente natural, mas como agente histórico e cultural a partir das relações estabelecidas ao longo do tempo com aqueles que de algum modo vivenciaram essa experiência. Mas considero que este entendimento e percepção seja uma das práticas mais difíceis a serem cumpridas na história ambiental, levando em consideração a tradição historiográfica, como vimos a partir dos trabalhos da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História, ambos da UFPA; e da história da história ambiental. Difícil porque a tradição historiográfica tendeu a perceber a natureza como algo que permeia a narrativa, como “mero” ambiente ou paisagem passiva onde os fatos históricos se desdobram, um pano de fundo no palco da História, ao contrário da inter-relação entre agentes pressuposta pelo campo. José Augusto Pádua considera que hoje, diferente dos primeiros historiadores ambientais, têm-se essa visão da fecunda interação entre os agentes históricos humano-

³⁷ Diversos autores, desde aqueles contemporâneos a Worster, como outros estudiosos que vieram da “tradição” ambiental e posterior a ele, ainda o consideram como o “mais famoso e importante” historiador ambiental, sendo recorrentemente citado em diversos trabalhos, compondo aquilo que podemos considerar como as bases teóricas da história ambiental. DRUMMOND, 1991, p. 190.

natureza, em contrapartida de uma história que prioriza um e outro, um ou outro. Nas palavras de Pádua

Na introdução de um dos livros fundadores da investigação histórico-ambiental, Le Roy Ladurie (1991, p.15, 34) protestou contra o antropocentrismo dos primeiros historiadores do clima, que sempre pretendiam examiná-lo em relação com a vida humana. Ocorre que o clima poderia também ser estudado por si mesmo, como uma “história sem homens”, na medida em que “é uma função do tempo, varia. Está sujeito a flutuações. É objeto de história”. [...]. Em uma leitura algo diferente da visão do historiador francês, mesmo que compreendendo o seu ponto de vista, penso que o segundo momento é exatamente aquele em que a pesquisa histórica se torna mais fecunda. A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas³⁸.

Considero aqui também que o eixo central da metodologia da história ambiental, que colabora profundamente para o entendimento da natureza como agente histórico, apontado por diversos autores que trabalham natureza sob uma perspectiva histórica, seja a interdisciplinaridade como tônica e prática eminente dessa modalidade de estudo, ou, como propõe Worster, retirar de outras disciplinas subsídios que permitam redefinir a investigação do passado humano³⁹. José Drummond também aponta, entre outras características metodológicas, o que considera como sendo as principais da história ambiental, resumidamente apresentadas aqui como: o foco em uma região com alguma heterogeneidade natural, recorte cultural ou político; o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais; as interações entre o quadro de recursos e os diferentes estilos de uso; grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente; e o trabalho de campo⁴⁰.

É a partir de alguns desses pressupostos que empreendi este estudo. Nele busquei fontes sobre as chuvas e, fundamentalmente, as localizei nos periódicos editados no Pará da virada entre os séculos XIX e XX. Ali todo e qualquer relato que envolvesse direta ou indiretamente o fenômeno da chuva passou a ser relevante. A diversidade de pessoas e de motivações para se relatar as chuvas é bastante impressionante e, sobretudo, reflete seu valor como tema a ser analisado. Também busquei o tema nos relatos de viagens, interpretando as descrições que os autores viajantes fizeram. Estes por vezes parecem resultar em narrativas objetivas e diretas, mas, no fim das contas, normalmente permeiam-se de subjetividades e se formam na reunião de muitos juízos de valores sobre as características socioambientais da região. São relatos que chegam a expor ideários negativos ou crivados por termos que desconsideram (ou pouco se preocupam) com as muitas relações que a população mais simples (e vinda da oralidade)

³⁸ PÁDUA, 2010. p. 97.

³⁹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p. 213.

⁴⁰ DRUMMOND, 1991. p. 182.

mantinha com a natureza amazônica e com o fenômeno da chuva em uma cidade como Belém do Pará.

Neste sentido, de forma muitas vezes próximas, literatos, jornalistas e mesmo autoridades públicas assumem algumas posturas que opõem as diferentes culturas sobre as chuvas a certos modelos civilizatórios e modernizantes sobre o bom funcionamento das grandes cidades. Casos típicos são encontrados em documentos seriais como os dos relatórios de governo extremamente representativos de um ideal que buscava aproximar Belém do círculo da “cultura” e do capital internacional. Já em outros grupos de fontes a chuva ganha maior positividade. É o caso das memórias históricas e literárias que, por vezes, trazem descrições detalhadas do ambiente e das relações de afetividade com a chuva. No final, existem dentro dos maiores acervos documentais levantados nesta dissertação diferentes posições sobre a chuva e assim há histórias sobrepostas a serem relatadas.

Para isso, as fontes têm sido coletadas primariamente, a partir do site da *Fundação Biblioteca Nacional*, mais precisamente na *Hemeroteca da Biblioteca Nacional*. Por ali busquei por palavras chaves que identificassem termos ou expressões – sentenças contidas no material depositado – relacionadas a meu objeto de pesquisa. Um exemplo, no período pesquisado e na localidade do estado do Pará o mecanismo de busca *DocReader* identificou a partir da palavra “chuva” 3.910 ocorrências, em 122.051 páginas e 75 acervos ou grupo de periódicos ali depositados. Na triagem deste estudo, o fenômeno da chuva, é analisado a partir de 12 periódicos, entre jornais, relatórios do *Museu Paraense*, *Relatórios dos Governadores* e da *Intendência*, dos quais 11 estão disponíveis para consulta no site. Os únicos ainda não disponíveis são os relatórios da Intendência Municipal de Belém, disponíveis em outro site vinculado à Biblioteca Arthur Vianna, junto à Fundação Tancredo Neves, ligada à Secretaria do Estado e Cultura do Pará.

Relacionados ao termo ou conceito “chuva” passei a identificar ainda uma gama de assuntos principais, ou mais recorrentes, a saber: Ações da intendência, reclamações e problemas urbanos (desabamentos, incêndios, alagamentos, problemas com transportes), chuva do ponto de vista científico (chuva artificial, recomendações e receitas, dados meteorológicos), por fim, as questões relacionadas à cultura e à afetividade, normalmente relacionando este fenômeno com as ideias de abundância e de ciclos ou periodicidades de vida. Essas notícias, no geral, ocupam uma atenção e um tamanho diverso nos jornais, desde pequenas notas repetidas e ressonantes entre eles, até editoriais completos, ou crônicas que descrevem o cotidiano da cidade e sua relação com a chuva.

No rol dos documentos analisados, a pesquisa em periódicos foi fundamental para se entender a dinâmica da sociedade belenense e a sua relação com a chuva. Primeiramente é relevante porque os jornais se tornaram uma das principais – senão a principal forma de comunicação de massa no período estudado. Isto fazia com que o cotidiano vivido pelos moradores e autoridades da cidade passasse a ser cada vez mais regular nas páginas desses periódicos. Esta constatação já foi feita por outros pesquisadores.

No caso de Lier Ferreira Balcão, por exemplo, em “A cidade das reclamações”, demonstrou-se como se deu a articulação entre os jornais e seu público consumidor a partir das seções de notícias dos periódicos paulistanos, cujo tema central eram as reclamações dos cidadãos. Essas seções foram pensadas por Lier enquanto espaço de debates e a partir de uma relação tríade que envolvia o jornal, a população e a administração da cidade⁴¹. Essas colunas, é importante ressaltar, são espaços ocupados por atores sociais que manifestam as suas aspirações de diferentes formas, demonstrando assim, representações sobre a cidade que a propõem a ser pensada como uma cidade viva. Os jornais vinculados pelas penas de seus escritores, redatores, publicistas e anunciantes, no entanto, acabam assumindo esse papel significativo de interlocutores não oficiais entre a sociedade e a oficialidade, por conta principalmente da inexistência de muitos outros meios e canais de participação nas esferas política e econômica, constituindo-se em espaço de reconhecimento, representação e negociação.

Aldrin Moura de Figueiredo, ao estudar os periódicos de Belém, analisa que “o jornal é fonte primeira para a compreensão do *ethos* cidadão do passado”⁴². O autor também faz coro a pesquisadores como Magda Ricci, ao perceber que os primeiros jornais que circularam no Pará do início do século XIX não passaram de “panfletos”, “folhas volantes” representativos dos interesses de pequenos grupos, ou “facções” políticas. Possuindo formato e medidas de folha menores e tão somente quatro páginas, não havia muito espaço neles para temas, ou assuntos mais diversificados ligados ao comércio e assuntos do cotidiano. Figueiredo, por sua vez, percebe os contrastes destes primeiros periódicos em comparação com os que foram impressos a partir da segunda metade do século XIX, especialmente após o fim da guerra do Paraguai em 1870⁴³. Sendo assim, a chuva tão característica da cidade, no período em que tem sido estudada,

⁴¹ BALCÃO, Lier Ferreira. A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulistana (1900-1913). In. FENELON, Déa Ribeiro. (org.). **Cidades**. São Paulo: PUC/SP, Olho d'Água, 1999, p 225-255.

⁴² FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. **Margens**, v. 2, n. 3, p. 245-266, 2016. p. 261.

⁴³ *Ibid.*, p. 247.

de transformações culturais e sociais inclusive no formato dos jornais, seria recorrentemente referenciada nestes segundos periódicos. O que observaremos também é que esses periódicos revelam diferentes tipos de falas nos permitindo ir além dos debates sobre os chamados “ideais republicanos” ou fontes “oficiais” como os relatórios de governo. Nas páginas dos jornais também podiam passar, mesmo que mediadas, outras vozes, como aquelas que vinham de pedidos, problemas criminais, ou mesmo das descrições que nestes documentos jornalísticos se faziam das comemorações/manifestações da cultura mais popular, vinda de uma população comumente voltada para a oralidade e com menor inserção no mundo do letramento.

Nesse sentido, Tânia Regina de Luca sinaliza para o que ela considera como a maior mudança ocorrida nos periódicos, e que se deu a partir da segunda metade do século XIX. Segundo esta autora, é possível identificar uma mudança de abordagem da notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Isso se daria por conta da profissionalização dos diários, relacionadas aos novos métodos de impressão que possibilitavam um maior número de tiragens; o que por sua vez proporcionava o barateamento do produto; e que, ainda, graças aos avanços nos meios de transporte, facilitava a sua disseminação⁴⁴. Em concordância ao exposto por Tânia de Luca, Paulo Roberto Ferreira, indica que nesse momento os jornais estariam vivendo um “período de transição para a imprensa empresarial”, e que mesmo guardadas as especificidades, esse movimento de transformação ocorreu de maneira geral em todo o país⁴⁵.

Palco de disputas em torno da legitimação de um discurso e da construção de uma imagem e de uma memória social que buscava inserir a capital da borracha no roteiro das cidades urbanizadas, desenvolvidas e, principalmente, civilizadas, este conjunto documental foi por vezes de encontro com os interesses do governo e da população. Desta forma, embora os periódicos sempre possuam um local de fala mais oficial junto ao seu grupo editorial e redacional, há nele, sobretudo depois de 1870 uma maior diversidade de falas e de interesses. Retomando Tânia Regina de Luca, sem perder de vista a crítica desse material, a autora reconhece primeiro a riqueza da fonte periodista e suas múltiplas possibilidades de abordagem, para em seguida, indicar que: os impressos cumprem funções sociais; cumprem, ainda, função estratégica na difusão dos valores e modos de vida; e, principalmente, no que foi eleito como

⁴⁴ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p 137 – 138.

⁴⁵ FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. **Encontro Nacional de História da Mídia**, v. 3, 2005.

digno para se chegar até o público⁴⁶. Tânia de Luca, citando Ana Maria de Almeida Camargo, também aponta as armadilhas que a imprensa e os jornais nos incorrem, afirmando que “corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade”⁴⁷.

Somado ao que temos tratado a partir do que tem apresentado Tânia Regina de Luca, Maria Isabel Nascimento e Claudia Maria Petchak Zanlorenzi nos lembram ainda que a imprensa – e em especial sua máquina industrial de produção de textos – se fez presente nas manifestações históricas como disseminadoras de ideologias e concepções; servindo como porta-voz de opiniões e que é por meio desta, explicitamente ou não, que a classe dominante revela o seu interesse⁴⁸. Sendo assim, as fontes periódicas apresentam-se como uma imensidão de possibilidades por serem diversas, abundantes, além de possibilitarem uma variedade de interpretações e pesquisas sobre diversos assuntos, despertam também o imaginário dos que se envolvem e se deslumbram com a sua multiplicidade e vastidão; mas podem ser também muito perigosas se não utilizadas com o devido cuidado, se as assumirmos como representação máxima da verdade, por exemplo. Por isso seu confronto com as demais fontes e historiografia disponíveis se faz necessário.

Como temos visto, pesquisas em periódicos como esta, tem se mostrado bastante frutíferas, tendo sido, por exemplo, tema de outros trabalhos, seja como objeto ou fonte. Daniella Moura em “A imprensa periódica a serviço da república paraense (1886-1898)”, por exemplo, fez uma minuciosa análise histórico – historiográfica sobre a imprensa, e mais especificamente sobre a imprensa paraense nos momentos iniciais e implantadores da primeira era republicana. Neste trabalho, a autora que a bastante tempo tinha como tema e fonte a imprensa, remete-se aos principais escritos sobre a imprensa nacional, destacando trabalhos como o de Nelson Werneck Sodré, Isabel Lustosa, Marialva Barbosa e Tânia Regina de Luca; bem como aqueles que remetem a imprensa local com destaque aos que foram produzidos por Geraldo Mártires Coelho, William Gaia de Farias, Aldrin Moura de Figueiredo, Elson

⁴⁶ LUCA, 2008.

⁴⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: FFCH-USP, 1971 *apud* LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p 137 – 138.

⁴⁸ NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil do Império à Primeira República. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 19, nº 1-2, p. 37-52, jan/dez 2006.

Monteiro, entre outros historiadores que colaboraram para que a própria autora construísse sua argumentação sobre as múltiplas possibilidades de escritos que estas fontes permitem⁴⁹.

Moura nos ajuda a analisar ainda as transformações pelas quais estes mecanismos de comunicação serviram ao seu tempo. Esta autora argumenta que a imprensa é um mecanismo multifacetado e, por conta disso, identificado como veículo de comunicação “cuja finalidade não se restringe a informar, mas também apresentar discursos, instruir, educar e ser condutora do progresso”⁵⁰. O cenário político, econômico e tecnológico do final do oitocentos configuraram-se, ainda segundo Daniella Moura, como um momento conveniente ao desenvolvimento da imprensa periódica, tornando-se esta uma verdadeira atividade empresarial. Daniella destaca, nesse sentido, que

É importante frisar a partir desses problemas levantados anteriormente, que a imprensa era uma necessidade de uma minoria, satisfazendo grupos específicos de poder da sociedade principalmente nas primeiras décadas da sua existência, tornando-se mais acessível e popular apenas com o passar dos tempos, por diversos fatores, dentre eles, os avanços tecnológicos, a diminuição da taxa de analfabetismo, associadas às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no contexto analisado⁵¹.

Outra importante contribuição do trabalho de Moura para a história da imprensa e importante parâmetro de análise desta fonte histórica são seus estudos sobre ela no advento da República. Comparada a uma locomotiva como metáfora ao veículo (de comunicação) e a associação deste ao progresso, a autora volta a destacar o importante papel da imprensa periódica, não apenas para o campo político, como para o social e cultural, cujas novas referências sedimentaram as bases do novo regime: referências de ser e estar, sobre comportamentos e hábitos considerados civilizados. Assim, a diversificada imprensa republicana em seus anúncios, matérias e notas que destacavam acontecimentos que representassem o menor sinal de progresso serviu como literatura didática que nas linhas dos jornais instruíu e educava a população leitora letrada, bem como aquela que se conveniu chamar de “leitora ouvinte”. Sobre estas mudanças e o importante papel e espaço ocupado pela imprensa no regime republicano, Daniella Moura rememora os argumentos do literato e político republicano Ignácio Baptista de Moura (1857-1929).

Analisando os escritos sobre a imprensa no Pará do final do século XIX, Ignácio Moura estabelece uma evidente relação entre a atividade desenvolvida pela imprensa paraense com a propagação da educação e instrução, incluindo a diminuição da taxa de analfabetismo, que para este escritor paraense, são aspectos essenciais que criam a base para fomentar a paz e o progresso de uma sociedade. Daí um dos motivos da

⁴⁹ MOURA, 2021. p. 33 – 53.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 29.

⁵¹ *Ibid.*, p. 36.

imprensa estar a serviço da República e não da monarquia, visto que esta apoiou durante a sua existência a manutenção da escravidão, que aumentava o analfabetismo e diminuía as possibilidades de ampliação de um mercado consumidor⁵².

Seu lugar no republicanismo foi caracterizado também pelos novos conteúdos abordados e a contraposição ao Regime Imperial, cujas marcas deveriam ser apagadas, e cujo veículo eficaz para tal finalidade seriam os jornais e demais objetos da imprensa. Estes alertas e rumos da imprensa no Pará republicano servem neste presente estudo como meios para compreensão e análise deste veículo de comunicação e suas falas. O tema que nesta fonte procuro entender é o das chuvas, ou seja, o entendimento da relação que se construiu e se desenvolveu com a chuva em Belém no período estudado. Ainda assim, se observa, pelo próprio trato da fonte, a necessidade de sua análise, mesmo que brevemente, enquanto objeto, o que colabora sensivelmente para o próprio entendimento das discussões que serão travadas posteriormente, como também servirá de base para os argumentos adotados.

Para esta história da chuva de 1890 a 1920, os jornais adotados, coletados da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, como dito anteriormente, contemplam o período a que se propõe estudar, além de estarem, em relação a este período, acessíveis a pesquisa e consulta através de meio digital, sobretudo em tempos de pandemia e isolamento social, somam um importante número de dados que nos ajudam a reconstruir criticamente a história da chuva em Belém e suas relações de poder.

Foram pesquisados 12 periódicos, dos quais 09 são jornais. Destes, oito são publicados em Belém e um na cidade de Cametá, no rio Tocantins. Incluí este último por se tratar de um periódico sobre a indústria e que discute o fenômeno da chuva de forma mais ampla e com um teor mais científico. Em todos os demais periódicos, a ênfase transita entre o universo do comércio, dos debates literários, científicos e, sobretudo, no mundo político e noticioso. Nestes diferentes tipos de jornais identificou-se temas recorrentes relacionados à chuva. A seguir, esquematiza-se a relação desse material, com nome, tempo em que ficou em circulação, proprietário e possíveis editores, quantidade de citações temáticas disponibilizadas neles e aquelas inseridas nesta pesquisa, bem como demais dados que sejam considerados importantes para o desenvolvimento e entendimento dos debates que são e serão travados aqui.

⁵² MOURA, 2021. p. 33 – 53. p. 66.

PANORAMA DE JORNAIS BELENENSES E SEUS RELATOS SOBRE A CHUVA (1890 – 1920)

Título	Datas limites das edições e periodicidade	Responsável/proprietário	Total de termos encontrados	Fontes Utilizadas	Subtemas mais comuns
<i>A República</i>	1886-1887 1890-1897 1899-1900 Jornal diário, publicado em três fases	Órgão do Club Republicano Partido Republicano Nesse clube, Presidente era José Paes de Carvalho e Vice-Presidente o bacharel Gentil Augusto de Moraes e Bittencourt. 1ª fase - Imprime em tipografia própria à Rua Nova de Sant'Anna. n. 32. Gerente H. Barjona de Miranda 2ª fase – Oficina Rua da Indústria N 18 e 20 Diretores políticos: Raymundo Martins, Manoel Barata, Theotônio de Brito e Martins Pinheiro e Paulo Maranhão 3ª fase Imprime na tipografia própria na Rua Paes de Carvalho N 28. Redatores Theotônio de Brito e Martins Pinheiro	100	35	Problemas Urbanos / “Questões de Ciência”
<i>Correio paraense</i>	1892 – 1894 Jornal diário	Diário noticioso, comercial e literário - Impresso na tipografia do <i>Diário de Belém</i> . Redator e proprietário: Bento Aranha	38	13	Problemas Urbanos / “Questões de Ciência”
<i>Diário de Notícias</i>	1880-1894 1896 – 1898 Duas fases Jornal diário	Impresso em tipografia própria na Rua das Flores N 43 Proprietário Costa & Campbell. Diretores redatores: João Campbell Joaquim Lúcio de Albuquerque Antônio Firmo Dias Cardoso Júnior João Hosannah de Oliveira	93	17	Problemas Urbanos / “Questões de Ciência”

		Antonio Theodato de Resende Belmiro Augusto Moreira de Araújo Paulino de Brito, Heliodoro de Brito e Belarmino Araújo Juliano Procoro Vianna Penna Marcellino Augusto Lima Baratta			
Estado do Pará	1911 – 1980 1889-1895 Jornal diário	Impresso pela tipografia de <i>O Comércio do Pará</i> Redator José Agostinho dos Reis	138	34	Problemas Urbanos / “Questões de Ciência”
Folha do Norte	1896 – 1908 1974 Jornal diário Duas fases	Impresso em tipografia própria na Rua da Indústria N 33. Redatores: Enéas Martins, Eládio Lima, Barbosa Rodrigues, Alfredo Souza e Cipriano Santos e Paulo Maranhão	58	17	Problemas Urbanos
O Democrata	1890 – 1895 Jornal diário	Órgão do Partido Republicano Democrático chefiado por Vicente Chermont de Miranda Impresso inicialmente na tipografia de <i>O Liberal do Pará</i> e depois em tipografia própria na Praça Saldanha Marinho, n 25. Em 1892 utilizou a tipografia do Jornal do Comércio do Pará. Redator Américo Marques Santa Rosa e Joaquim Augusto Soares Carneiro	41	17	Problemas Urbanos / “Questões de Ciência”
O Industrial	1895 – 1907 Jornal publicado em Cametá. A Bndigital só tem para o período entre 1901 e 1903	Publicado em tipografia própria na Rua XV de novembro em Cametá Proprietário e redator: Joaquim T. P. Malcher	16	5	“Questões de Ciência”
O Jornal	1900 Diário	Órgão político, comercial, noticioso e literário. Impresso pelo Estabelecimento tipo litográfico Cacavoni e Cia	77	67	Dados Meteorológicos

		Dirigido por J. Marques de Carvalho			
<i>O Pará</i>	1897 – 1900 Jornal diário vespertino	Órgão político, noticioso, literário e comercial. Arelado a Augusto Montenegro depois da cisão do PRP Impresso na tipografia da Província do Pará Redigido pelos bacharéis Fulgêncio Simões e Ovídio Filho.	89	60	Problemas Urbanos / Dados Meteorológicos

Fonte: BELLIDO, Remijio. **Catálogo de jornais paraenses – 1822-1908**. Belém: Imprensa Oficial, 1908; BARATA, Manoel. **O Estado do Pará. Jornais, revista e outras publicações**. *RIHGB*, parte II, Vol. I Anais da Imprensa periódica brasileira Estados do Amazonas, Pará, etc. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 90-159. **Jornais paraenses. Catálogo**. Belém: Biblioteca Pública do Pará, SECDDET, 1985.

No geral, como mencionado acima, há uma gama de assuntos recorrentes no noticiário belenense relacionados a chuva cujo interesse nesse momento se volta para aqueles da ordem das ações da intendência, reclamações e problemas urbanos (desabamentos, incêndios, alagamentos, problemas com transportes) e a chuva do ponto de vista científico (chuva artificial, recomendações e receitas, dados meteorológicos) por serem entendidos nesse momento como um eixo que interconecta outros temas que se deseja tratar neste trabalho: interesses e conflitos políticos, de ciência e de poder que giram em torno da chuva e suas peculiaridades na capital paraense. No panorama desenhado logo acima, estão esquematizadas algumas dessas informações e que se materializarão ao longo deste texto nas notícias utilizadas e analisadas como fonte. Observaremos também que a orientação política desses jornais influenciará sobremaneira como estes temas serão abordados, observando-se, por exemplo, as exaltações ou críticas mais incisivas voltadas à atuação das repartições públicas responsáveis por obras, manutenções e/ou reparos.

PLANO GERAL DE CAPITULAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em dois capítulos e cinco subtópicos que buscam discutir diferentes questões relacionadas à História de Belém a partir da chuva no período de 1890 – 1922. É observável que estes tópicos se configuram como múltiplas possibilidades de estudos e pesquisas tendo a chuva, como objeto, ou mesmo como sujeito desses trabalhos. Nessa dissertação fez-se opção por tratar aspectos específicos desse tema, entendendo que assim ficariam de fora deste escrito tantas outras possibilidades que devem se desenrolar em outros produtos historiográficos futuramente. No decorrer das próximas páginas – e em resumo nesse plano geral, os leitores deverão encontrar a chuva relacionada às transformações urbanas da cidade de Belém sob a perspectiva do Intende Municipal, bem como dos munícipes a partir das suas reclamações dispostas nas publicações dos jornais que aqui circulavam; a chuva também se mostrará relacionada a questões científicas e os interesses de homens e mulheres de ciência e política que assimilaram suas características para legitimar discursos e práticas, bem como promover seu nome e imagem.

Para isso, o primeiro capítulo intitulado “Ciência e Natureza na urbe tropical” investiga como há tempos a chuva despertou o interesse e chamou a atenção de diversos atores e agentes sociais a partir de Belém ao longo dos últimos dez anos do século XIX e os primeiros dez anos do século XX. Como já pontuei, isso se fez notar no levantamento preliminar de citações sobre a chuva em jornais do período até aqui analisados. Na última década do século XIX este interesse se institucionalizou, até onde se sabe, com a criação de um serviço de meteorologia criado pela intendência de Belém e vinculado à Secretaria de Obras Públicas, mas que, no entanto, teve duração de apenas dois anos, segundo relatos de Emílio Goeldi.

Pouco tempo depois, o naturalista e zoólogo suíço-alemão Emílio Augusto Goeldi (1859-1917), ainda antes de aceitar o convite do governador Lauro Sodré e, em 1893, tornar-se diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia e, começou a se interessar, entre outros temas, pelos assuntos relacionados a Chuva, coletando dados e amostras meteorológicas. Goeldi, todavia, só passou institucionalmente a realizar trabalhos mais sistemáticos a partir de sua nomeação no Museu Paraense. Nesta instituição, já com considerável quantidade de material captado e despertando interesse público dentro da imprensa local, Goeldi solicitou verba ao governo do Estado, ocasião quando detalhou melhor o desenvolvimento de suas pesquisas e observações climáticas, tendo como foco a chuva. Com material e técnicas em consonância com o que se estava fazendo em locais como Europa, considerado centro de irradiação de civilidade, cultura e intelectualidade, e com contato permanente com Julius Hann

(principal referência aquele momento em estudos relacionados à meteorologia), o trabalho de Goeldi sobre a meteorologia em Belém passa a despertar interesse da comunidade científica nacional, bem como internacional, chegando a publicar trabalhos em parceria com pesquisadores de diversos países, entre eles, o próprio Hann.

O objetivo central do presente capítulo é analisar escritos, projetos e artigos científicos e de divulgação sobre esta experiência de Goeldi em Belém e sua inserção nacional e internacional. Não se trata de analisar a pesquisa meteorológica na Amazônia, mas compreender como este estudo, um dos pioneiros no Brasil e muito certamente o primeiro na região norte, nasceu de uma junção entre uma história pessoal de um cientista e seus interesses acadêmicos, mas também de uma série de lutas e disputas políticas sobre a interpretação do clima e seus usos sociais, culturais e econômicos na Amazônia.

Primeiramente, analiso neste capítulo inicial a documentação produzida por Goeldi, sobre a temática meteorológica e, em especial, suas mediações e interpretações sobre a chuva em Belém. Nesta análise interessa a este estudo, principalmente aqueles documentos impressos relacionados com seus debates internacionais sobre a pluviometria e os resultados científicos publicados no Brasil e no exterior. Tendo como foco descortinar o possível interesse do próprio Goeldi, mas principalmente da comunidade científica internacional e dos governos tanto brasileiro quanto paraense no clima da Amazônia, com ênfase no clima da cidade de Belém.

Suspeita-se, como hipótese de trabalho, que desde os primeiros estudos de Goeldi, mesmo aqueles feitos antes de se tornar diretor do Museu Paraense, já o seu interesse de pesquisa estava em consonância com outros mais políticos, os quais, juntos, poderiam ajudá-lo a chegar a ocupar cargos públicos em Belém, notadamente no Museu Paraense. Da mesma forma, em um cenário de disputas de legitimação e espaços econômicos, como também de fluxos migratórios intensos para a região, definir de que maneira fosse possível abrandar a imagem que havia sido construída e disseminada sobre o clima da floresta se fazia interesse dos governos daquele período e que a questão da chuva se tornou uma peça fundamental neste debate que era, simultaneamente científico e político.

Para isso, parece importante que este capítulo I seja iniciado “A chuva como uma característica da cidade: observações sobre uma natureza peculiar” onde se pensará o espaço urbano historicamente e suas imbricações, além de caracterizá-lo geograficamente de modo a responder questões como: por que estudar a chuva? O que justifica o interesse especificamente por tal fenômeno? O que a torna “especial”? De maneira também a analisar o nascimento de

uma diversidade de temáticas que, nos jornais e no dia a dia da cidade de Belém surgiam sobre as chuvas constantes e seu efeito sobre o clima urbano da cidade e de seu entorno. Assim, será demonstrado que nos muitos documentos da virada do século XIX para o XX, uma das principais características da cidade mais comentadas dentro da questão climática era sua tradicional chuva. Todavia, este interesse por ela foi reescrito e ampliado pelos dados e pesquisas científicas feitas a partir dos estudos de Emílio Goeldi. Assim partir-se-á dos dados pluviométricos – tanto aqueles produzidos por Goeldi, como outros mais gerais – e de descrições sobre as estações do ano na região, com foco na cidade de Belém, de maneira a ilustrar tal característica.

Em seguida, "A ciência da chuva: recomendações e receitas", nos ajudará a compreender como a chuva, característica tão marcante da cidade, se fez presente nas publicações dos jornais sob diferentes perspectivas, mas principalmente de maneira a aproximar a ciência da população. Tendo sido apresentados neste período estudos sobre o clima e sobre a chuva, receitas e recomendações que tinham águas pluviais como ingrediente principal, além de dados meteorológicos. Aqui refletiremos sobre tais publicações que podem nos dar um panorama das ideias e dos ideais de ciência durante o período em questão e quais os interesses envolvidos nesses estudos, bem como na sua publicação em meios de comunicação de massa como os jornais.

Para encerrar esse primeiro capítulo, em "A cobiçada chuva: o interesse 'da ciência' na peculiaridade belenense", teremos a oportunidade de observar como fenômeno natural de tamanha importância para a cidade de Belém, a peculiar chuva da capital do Pará, despertou o interesse de cientistas e exploradores naturalistas por toda a sua majestosa exuberância ao encharcar corriqueiramente esta cidade. O poder e a força da chuva chamaram a atenção de especialistas nacionais e estrangeiros que buscaram desvendar seus supostos "mistérios e segredos" ao longo de décadas, alguns deles dedicando parte de sua vida científica e acadêmica a observá-la e relatar suas próprias predileções. Tal "personagem" – chuva – se fez tão importante para a ciência, quanto para o debate social que, vindo do sudeste do país, o naturalista e zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi fundaria no Museu Paraense uma das principais e mais duradouras estações meteorológicas da região amazônica que forneceu importantes dados sobre o regime pluviométrico da capital paraense, além de servir de base para a confecção de uma série de trabalhos que circularam no mundo.

Já no segundo capítulo da dissertação intitulado "Poder e Natureza numa 'cidade adiantada'", analisa, a partir dos jornais, relatórios de governo e demais fontes, a relação de

diferentes agentes sociais mediadas pela chuva tão presente no cotidiano da cidade de Belém. Tal análise será possível a partir da relação também dos dados e relatos que comprovam sua abundância e periodicidade – uma das características que lhe faz peculiar na capital do *Estado do Pará* – com as respostas às demandas sociais apresentadas nos jornais; bem como a influência do contexto e das pesquisas científicas no cotidiano e nas decisões tomadas pela intendência, por exemplo.

Como veremos, esta peculiaridade natural, uma característica físico climática, geográfica, influência também na vida e no cotidiano das pessoas que viveram, vivem ou estiveram aqui mesmo que por um breve período. Percebemos isso, por exemplo, em alguns dos principais relatos de viajantes naturalistas que passaram por aqui e deixaram descrições e impressões diversas sobre o clima e principalmente sobre a chuva; mas também as condições de vivência e sobrevivência da população belenense relacionadas a ela. Sendo fenômeno natural peculiarmente característico da cidade de Belém, influenciou no cotidiano das pessoas, nos seus modos de ser e estar, de ir e vir, mas principalmente como será discutido neste capítulo, na relação entre munícipes e Intendência, da maneira como foram apresentadas nos jornais, onde a chuva que, entre outras coisas, enlameava e alagava ruas transformando-as em “foco de miasmas” e espaços considerados insalubres, um verdadeiro obstáculo e inconveniente as pretensões civilizadoras.

Esta relação é o eixo central desse capítulo, onde irá se levantar e discutir como a intendência municipal lidou com as dificuldades impostas pela natureza, frente às demandas da população que nos são apresentadas a partir do discurso dos articulistas dos jornais. Entende-se que sociedade civil e administração pública estão imbricadas em uma relação de poder entre si, mas principalmente com a natureza, que resultou em diversas ações que buscaram modificar a paisagem da cidade sanando problemas de ordem física e que consistiam em diversas tentativas frustradas de domínio da natureza que nos trazem reflexo até os dias atuais. Será possível perceber também que tais obras e ações de maneira geral eram aplicadas singularmente em determinadas áreas da cidade, sinalizando - mesmo que indiretamente - a diferença entre áreas centrais, e regiões consideradas periféricas.

No “O município de Belém”, a chuva numa cidade pretensamente europeia” busca-se compreender o contexto em que Belém está inserida entre os anos de 1890 e 1922 enquanto auge e declínio da economia gomífera, com foco principal na relação da capital paraense com as principais cidades integradas a um considerado círculo econômico, científico, intelectual e cultural, nacional e internacional desse período. Esta análise se pronunciará a partir dos

discursos dispostos nos relatórios (e relatos) de governo da intendência municipal, principalmente aqueles redigidos e editados sob a responsabilidade do intendente Antônio José de Lemos, e intitulados “O município de Belém”, por terem sido relatórios cuja regularidade foi maior, e por ocuparem grande parte do período estudado.

Por fim, em “Uma enxurrada de reclamações: a chuva entre a população, os jornais e a Intendência” teremos também a oportunidade de conhecer, analisar e compreender o papel desempenhado pelos jornais no período em que este meio de comunicação sofreu mudanças significativas como produto de consumo. Partiremos da análise das principais colunas de alguns dos jornais que circularam em Belém no intervalo de tempo estudado aqui, tendo em vista observar seu caráter pedagógico e sua função social. Além de observar os periódicos como palco de disputas entre população, os articulistas e o poder público, de modo a entender conjuntamente, como estes jornais mediaram, de certa forma, algumas das ações da administração municipal no que tange a tentativas de melhoramento ou solução para possíveis problemas que se considerava serem causados especialmente pelas chuvas, a partir da relação entre as sucessivas reclamações dos munícipes e as respostas da intendência.

CAPÍTULO 1

CIÊNCIA E NATUREZA NA URBE TROPICAL

Ao longo do século XIX uma série de empreendimentos desdobraram-se na Amazônia, as viagens e excursões científicas traçadas por homens e mulheres de diferentes nacionalidades e possibilitadas graças às novas relações estabelecidas com a colônia que tornara-se em 1808 sede do império, e posteriormente com o império brasileiro⁵³, deram origem a uma série de relatos que descreviam sob a ótica do olhar estrangeiro, os meios e modos de vida das populações da região, seus hábitos e práticas religiosas e alimentares, a estética de sua aparência física, mas também de suas vilas e cidades. Assim como a coleta de espécimes vegetais e animais catalogadas e enviadas ao estrangeiro. Tais expedições se proliferaram ao longo daquele século e renderam um considerável número do que hoje são nossas fontes para a consulta e análise das visões de mundo e da Amazônia que até certo ponto se consolidaram e proliferaram.

Durante suas passagens por Belém, capital do atual estado do Pará, essas descrições levaram em consideração, entre outras coisas, o clima da cidade. O incômodo causado pelo calor e, segundo algumas dessas descrições, amenizado pelas chuvas dividiu opiniões e, por sua vez, gerou conflitos de ordem política e científica ao longo de todo o século e posteriormente. No entanto, esses relatos, junto a notas e editoriais jornalísticos e memórias, terão como finalidade caracterizar o clima da cidade de Belém considerado como peculiar pela abundância e periodicidade das chuvas. Dada a finalidade de seus usos nesta dissertação, seus contextos de produção serão brevemente discutidos, o que em nível algum quer dizer que este debate seja menos importante, mas apenas que este não é o foco no momento. Como dito a pouco, a atenção nestas narrativas será dada as descrições sobre uma cidade de altos índices pluviométricos, de uma chuva cotidiana, rotineira e muitas vezes com hora marcada para cair; uma cidade cuja principal característica são as águas⁵⁴.

1.1.A chuva como característica da cidade: observações sobre uma natureza peculiar.

A chuva em Belém tem se mostrado como importante característica da cidade. As observações feitas por viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, por exemplo, nos ajudam

⁵³ VANZOLINI, Paulo E. A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil. **Revista Usp**, n. 30, p. 190-238, 1996.

⁵⁴ Conceição Almeida discute em sua tese de doutoramento a relação dos moradores de Belém com as águas da cidade ao longo do século XIX, caracterizando-a como uma cidade das águas. ALMEIDA, 2010.

a identificá-la de tal maneira. Tais descrições são resultado das excursões de expedicionários que estiveram no Brasil⁵⁵, tendo algumas delas chegado à Amazônia, passando principalmente por Belém e, mesmo que por um curto espaço de tempo, permitiu que esses expedicionários atentassem, ou fossem alertados sobre as peculiaridades do clima e da chuva. Neste momento, nos interessam aqueles que estiveram na capital do Pará e relataram – mesmo que brevemente – suas visões sobre o fenômeno na capital, como no caso do mineralogista e comerciante inglês John Mawe (Derbyshire, 1764 - Londres, 26 de outubro de 1829). Sem falar o português e com o “olhar de fora, sombreado às vezes por impressões preconceituosas”, este viajante, segundo estudo de Helena Aparecida Bonilha de Andrade, buscava conseguir algumas riquezas minerais a fim de vender aos ingleses quando regressasse à sua terra. Objetivo este que não deixou de buscar atingir, tanto que abriu uma loja dessa natureza em Londres”⁵⁶.

Mawe esteve no Brasil entre 1807 e 1811, suas impressões sobre o Pará e sua capital, a cidade de Belém, pareciam bastante pessimistas. Segundo o mineralogista, “a terra é baixa e insalubre” e seus habitantes, mesmo com a grandiosidade dos rios Tocantins e Amazonas, são muito pobres, já que esses dois rios “não são produtivos de qualquer comércio de consequência”, mesmo tendo sido enviados para cá pequenos brigues, o que, também segundo o explorador, se explicaria pelo comércio ruim, já que, “os habitantes no geral muito pobres para comprar manufaturas inglesas, exceto as de necessidade”; a pobreza que assola a região, ainda nas palavras de Mawe, se justifica, também, pelo fato de a produção do Pará não poder ser objeto de interesse, “já que uma carga é sempre muito precária e difícil de ser obtida”⁵⁷. Baseado naquilo que é descrito pelo viajante, podemos imaginar que para ele, a natureza seja a responsável pela pobreza da região, se nos atentarmos para grandiosidade dos rios em seu relato, mas que, como considerado pelo autor, não são produtivos.

No início de suas observações, John Mawe destaca o que ele considera como uma dificuldade: a navegação na região. Sua chegada à capitania do Pará, aquela que segundo ele “é

⁵⁵ Rosa Claudia Cerqueira Pereira em sua tese de doutoramento ao observar as impressões não só descritas, mas muitas vezes ilustradas da cidade, analisa uma série de relatos de viajantes que percorreram a região. Após a autora contextualizar as condições que permitiram essas viagens em determinado momento, ela realiza um balanço geral das visões desses viajantes, resultante dessas expedições desde o século XVIII, perpassando pelos séculos XIX e meados do XX. PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

⁵⁶ ANDRADE, Helena Aparecida Bonilha de. O Brasil na Visão de um Viajante Europeu: John Mawe. **Site institucional Dia a dia educação**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2258-8.pdf>. Acesso em: 20.05.2023.

⁵⁷ MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil: particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the prince regent of Portugal: including a voyage to the Rio de le Plata and an historical sketch of the revolution of Buenos Ayres**. Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812. p. 289.

considerada a maior do Brasil”, mas com “sua extensão imperfeitamente conhecida”, cuja “cidade principal chama-se Belém”, parece bastante incômoda já que, além de insalubre, tem sua “costa perigosa e exposta a uma ondulação contínua, de modo a tornar perigoso para os navios ancorarem nela, pois eles rolam tanto que não apenas colocam em perigo seus mastros, mas também estão sujeitos a tensão”⁵⁸. Os incômodos parecem ser tantos que a natureza parece se tornar para este navegador, um verdadeiro problema. Além dos rios e suas mareas caudalosas e da geografia da cidade, o clima também foi rigidamente descrito pelo mineralogista inglês. Ele destaca que como era de se supor, por conta da localização geográfica próxima ao equador, o clima é quente, mas que “o trovão, com relâmpagos e chuva, ocorre de forma geral todas as tardes, que refrescam muito o ar e tornam o calor menos desagradável”⁵⁹.

Da natureza da Amazônia paraense, apenas a chuva experimentada em Belém parece ter de certo modo, agradado o inglês Mawe, de todo resto ele ficou insatisfeito, incluindo aí a condição da população que habita a região. Mas além de John Mawe, outros estiveram aqui. Nem todos se agradaram com o ambiente, alguns descreveram-no com certa docilidade, talvez pela sua relação com a natureza como um todo, ou por experimentarem de maneiras distintas as plantas, os animais e os fenômenos naturais amazônicos.

Os naturalistas alemães Johann Baptist Von Spix (Höchstadt an der Aisch, 9 de fevereiro 1781 — 14 de março de 1826) e Carl Friedrich Philipp Von Martius (Erlanger, Alemanha, 1794 – Munique, Alemanha, 1868), por exemplo, iniciam parte das descrições de sua estadia na cidade de Belém, capital do Pará, com a chegada da chuva. Como recupera o estudo de Karen Macknow Lisboa estes naturalistas vindos oficialmente em missão austríaca a ordens da nova imperatriz do Brasil, eram sinônimos do enciclopedismo naturalista europeu. Mais do que qualquer outro aspecto, lhes interessava uma história natural⁶⁰. Desta forma, sua narrativa nos permite perceber suas interpretações do viver em uma cidade cuja natureza, nas palavras deles, é pesada, densa, ameaçadora, tensa, crítica, violenta, pálida. Cujo elemento natural, a chuva, é capaz de causar uma profunda mudança na paisagem, como podemos observar na descrição a seguir.

As nuvens descem cada vez mais, aglomerando-se em camadas mais e mais pesadas, densas e ameaçadoras, envolvendo o horizonte de um cinzento azulado, formando massas mais duras perto do zênite, o quadro de enormes montanhas no ar. De repente o céu todo está coberto, deixando só aqui e acolá uma fenda azul; o sol está escondido, porém o calor é tanto mais sufocante sobre a paisagem. Meio-dia já passou, esta hora

⁵⁸ MAWE, 1812. p. 289.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 290.

⁶⁰ LISBOA, K. M. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. Acervo, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 179–194, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/108> . Acesso em: 09.05. 2023.

é turva, pesada e melancólica na natureza; a tensão torna-se sempre mais aguda e a dor, que o prazer do dia originou, está aí. Fome e sede tormentam os animais; só os sossegados, preguiçosos, retirados na sombra da mata, não pressentem a crise violenta na natureza. Mas ela se aproxima; ligeira e inevitável ela irromperá: o ar já baixa de temperatura, os ventos atravessam-se em todos os sentidos; remexem a mata e depois o mar, que voga cada vez mais preto e os rios mais escuros e que parecem correr silenciosos, amortecidos pelo vento. A tempestade aí está! Duas ou três vezes um relâmpago pálido rasga as nuvens; duas ou três vezes rola o trovão, lentamente, quieto, tremendo; gotas começam a cair. As plantas respiram novamente depois do cansaço; nova trovoada e desta vez não é chuva, são torrentes de água que o céu derrama. [...]. A temperatura do ar está caindo cada vez mais, as nuvens esvaziam-se aos poucos, mas em breve o temporal já passou. [...]. Depois de uma hora não resta vestígio do temporal; [...]⁶¹.

A chuva belenense como uma característica marcante parece despertar em seus visitantes, mas não apenas neles, sentimentos que divergem e destoam, mas que convivem ao mesmo tempo. Spix e Martius estiveram na região compondo a expedição científica que saíra de Trieste rumo à América do Sul e que duraria de 1917 a 1920. Vemos, a partir daquilo que declararam os naturalistas, ao descreverem a chegada da chuva na cidade de Belém, uma força invariável da natureza, e conclui-se que ela seja capaz de mudar a paisagem, os cheiros, as formas e o agir, que vai tomando forma e em pouco tempo altera toda a vivência da cidade. Spix e Martius compararam, também, as condições climáticas da região àquelas que eles de alguma forma já conheciam. Segundo a dupla alemã, “O contraste violento das estações apaga-se nestas latitudes felizes”, o que é proporcionado pela forte presença da chuva na região, que garante que “O tempo seco pouco se diferencia do tempo das águas (verão e inverno respectivamente), porque cada dia quase traz sol e chuva e em certo sentido só a primavera e o outono se evidenciam pela periodicidade na vegetação”⁶².

O clima quente e chuvoso de Belém é comumente destacado na fala dos viajantes que por aqui estiveram. A chuva é considerada, algumas vezes, como um alívio ao calor típico de regiões tropicais próximas a linha do equador. Além de altas temperaturas, a umidade da região contribui para a sensação de calor que os belenenses costumam dizer que faz sentir a pele “cozinhar”. O médico alemão Robert Christian Barthold Avé-Lallemant (Lübeck, 25 de julho de 1812 — Lübeck, 10 de outubro de 1884), por exemplo, que durante a expedição austríaca pelo norte do Brasil, esteve no Pará, já na segunda metade do século XIX, passando por “Santa Maria de Belém do Pará”, relatou, ao aportar aqui, seu incômodo com o “calor equatorial”⁶³.

⁶¹ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Vol. 3. Brasília: Senado Federal. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 16.01.2023. p. 20 – 21.

⁶² *Ibid.*, p. 22 – 23.

⁶³ “Santa Maria de Belém do Pará”, “Cidade do Pará”, “Capital do Pará” são algumas das denominações usadas por naturalistas para se referirem à cidade de Belém, capital do Estado brasileiro do Pará.

Mais do que interessado em saberes medicinais, Avé-Lallemant no argumento de Silvana Faleiro, muitas vezes preferia descrever “coisas à seres humanos” oscilando entre um tipo de filósofo, um exilado e um assimilador”⁶⁴. No caso de Belém, na descrição de Lallemant, o calor se mostra tão incômodo que membros da expedição da qual ele participava evitam “todo movimento e esforço desnecessário”⁶⁵. Presumivelmente para evitar os inconvenientes do suor e da fadiga causados pelo clima da cidade.

Avé-Lallemant ficou pouco tempo em Belém, mas parece que o suficiente para sofrer os incômodos do calor, a ponto de ser destacado em suas anotações. Mas outros viajantes permaneceram bem mais do que alguns dias ou semanas, podendo assim fazer observações mais completas sobre o clima da capital, como no caso de Henry Walter Bates (Leicester, 08 e fevereiro de 1825 - Londres, 16 de fevereiro de 1892) que morou algum tempo aqui. Bates, um naturalista inglês, descreveu o clima da cidade de Belém, como o de um ar quente e úmido que o fez lembrar as estufas de Kew⁶⁶, mas ressalta que a moderação das chuvas periódicas, torna o clima da cidade como um dos mais privilegiados⁶⁷, É possível perceber no relato, que Bates, provavelmente para dar melhor entendimento a sua descrição, associa o clima de Belém aos dos reais jardins botânicos de Londres, famosos pela diversidade de plantas, sobretudo aquelas coletadas em expedições a regiões tropicais, como a das colônias inglesas ao redor do mundo. A associação feita pelo naturalista nos permite ter uma dimensão aproximada da sua visão sobre a região, onde comumente se ressalta a exuberância e a grandiosidade da natureza.

Dentre os viajantes que aqui estiveram, todavia, o naturalista galês Alfred Russel Wallace (Llanbadoc, 08 de janeiro de 1823 - Broadstone, 07 de novembro de 1913), parceiro de Henry Walter Bates no começo da expedição à Amazônia, é quem melhor nos dá a dimensão do clima de Belém do Pará, assim como do Vale Amazônico em geral. Esse empreendimento dos naturalistas tinha como intuito, segundo os mesmos, “resolver o problema da origem das espécies”. A viagem iniciada na foz do rio Amazonas permitiu uma longa e minuciosa descrição da paisagem tanto da natureza quanto das cidades amazônicas, assim como do clima e dos

⁶⁴ FALEIRO, Silvana Rosetti. Viajando com Robert Avé-Lallemant. In. CONSTATINO, Núncia Santoro (org.). **Relatos de viagem como fontes históricas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 23-32.

⁶⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No rio Amazonas (1859)**. São Paulo: Ed. Da universidade de São Paulo, 1980. Cap. II. p. 30

⁶⁶ O Royal Botanic Garden Kew, jardim botânico londrino, construído em 1848, conta com acervo de mais de 27 mil espécies coletadas ao redor do mundo e uma área de 132 mil hectares. A missão do Kew Garden, de acordo com sua página oficial, é construir um vasto conhecimento sobre plantas e fungos e contribuir para resolver alguns dos desafios mais críticos enfrentados pela humanidade hoje. **Royal Botanic Garden Kew**. Disponível em: <https://www.kew.org/>. Acesso em: 01/07/2022.

⁶⁷ BATES, Henry Walter. O Pará. In. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. p 11-27.

modos de vida locais. Sua chegada à Belém data de 1848, e a partir daqui desce o Amazonas até o rio Negro e o alto Orenoco. A essa altura da viagem o naturalista galês investe em uma rica descrição do clima dessa vasta região, iniciando por aqui as primeiras medições climática que, para ele, ajudam a compreender a situação da conservação dos prédios públicos locais como resultado de uma “falta de asseio, de descuido, de negligência e de desânimo com as condições climáticas da região”⁶⁸.

Segundo o relato de Wallace tem-se em Belém “geralmente uma chuva”, o que deixa a atmosfera da cidade mais agradável. Já quando da sua entrada no interior do Vale, este autor faz algumas vezes referência à diferença climática entre a cidade de Belém e as demais localidades pelas quais passa, o que nos leva a perceber o clima e as chuvas intensas e quase que constantes como uma peculiaridade daquela que ele chama de Cidade do Pará. Quando rememora o clima da capital paraense, já distante da mesma, o naturalista afirma que não se passava mais de três dias sem que chovesse, e continua afirmando que

Tínhamos, quase sempre, bom tempo, todas as tardes, porém, no mínimo quatro ou cinco vezes por semana, tínhamos uma trovada ou temporal que desabava repentinamente, acompanhado de violentos pés de vento, e, algumas vezes, de fortes descargas elétricas e de chuvas, porém que passavam dali a uma hora ou duas, ficando logo depois a atmosfera muito límpida e agradável⁶⁹.

A menção que Wallace faz quanto à periodicidade das chuvas em Belém segue nos seus relatos sempre que este se depara com um clima diferente do que havia encontrado na capital paraense. Seguindo sua viagem, o naturalista nos deixa a par de sua surpresa quando lhe é informado de que no Alto Rio Negro, onde se encontrava naquele momento, já fazia três meses que não chovia⁷⁰. Esta distinção climática observada por Alfred Wallace ainda que ele próprio tenha identificado certa uniformidade no clima do Vale Amazônico, é retomada em seus relatos, destacando o clima de Belém como peculiar, nos lembrando, mais uma vez, da constância das chuvas mesmo em períodos considerados de seca na Amazônia.

A própria Belém do Pará, aliás, é um desses lugares excepcionais. Ali, as estações modificaram-se tanto, que tornam o seu clima um dos mais agradáveis do mundo. Durante toda a estação da seca, nunca se passa um intervalo de mais do que três dias, ou, quando muito, de uma semana, sem um ligeiro temporal de trovadas, acompanhado de pesado aguaceiro, que em geral desaba à tarde, lá pelas 4 horas, e às 6 horas já passou outra vez⁷¹.

⁶⁸ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 257.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 302.

⁷¹ *Ibid.*, p. 527.

Assim, Wallace observou e descreveu aquilo que viria a se tornar uma máxima, e que se fixou na memória também a partir de muitos estudiosos e literatos. Além do mais, ao basicamente estabelecer duas estações durante o ano, sendo uma a “estação das chuvas” ou “estação das águas”, que iria de janeiro a maio; e outra, a “estação das secas”, de junho a dezembro, a descrição, sobretudo de Wallace, referente ao clima amazônico, nos permite comparar que apesar deste clima ser considerado até certo ponto uniforme, a região da capital paraense guarda peculiaridades que a diferenciam das demais áreas visitadas e descritas por inúmeros viajantes naturalistas durante os séculos XIX e XX. Essa peculiaridade no clima belenense está caracterizada pela periodicidade das chuvas e dos altos índices pluviométricos da capital paraense.

“A um calor insuportável sucedera um aguaceiro que dispersou o ajuntamento do tombadilho”, contou assim o viajante e pintor Auguste François Biard (Lyon, 29 de junho de 1799 - Samois-sur-Seine, 20 de junho de 1882) ao chegar em “terras” paraenses em 09 de julho de 1859. Biard veio ao Pará, segundo ele próprio e até onde se pode constatar, por vontade própria, mas, como demonstra em seu texto, bastante a contragosto, já que ainda no Maranhão, questionava-se onde estaria indo, em tom de desprezo e desdém. Ao desembarcar, Auguste Biard amenizou a fala considerando que o “Pará tem semelhanças, de longe, com Veneza”, o que logo viria a ficar para trás. As descrições de Biard reforçam um imaginário a muito refletido na fala de inúmeros viajantes: ao mesmo tempo que consideravam a natureza exuberante, ela era perigosa, ou exótica demais, pesada, ameaçadora, tensa, crítica, violenta; o clima era insalubre e a população pobre, pálida, suja, nas palavras do próprio Biard; além da comida que pouco agradou o viajante, sendo “a cozinha portuguesa reduzida a sua mais simples expressão”⁷². Definitivamente Belém parecia não ter cativado o “civilizado” expedicionário francês, mas seria impossível fazê-lo. Mesmo antes de desembarcar, Biard já reclamava do Pará, da viagem, das pessoas e das coisas com quem viaja, e de tudo mais a sua volta.

Já definitivamente em terra, tudo o desagrada ainda mais. O pintor e viajante francês reclamou das pessoas, sua aparência física e hábitos. E, como era de se esperar, assim como a outros, o clima da Amazônia também parece tê-lo incomodado: desde que perdera a brisa do mar, a sensação de asfixia era constante⁷³. O calor, especificamente, era o maior dos incômodos, se levamos em consideração o clima como um todo. Mas há em específico, um relato de Biard

⁷² BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional. Brasileira. Série 5ª. volume 244. 1945, p. 129-131.

⁷³ BIARD, 1945, *passim*.

referente ao fatídico episódio da sua visita ao então presidente da província, onde é possível perceber que o viajante era pouco conhecedor da região onde estava, ou que sua percepção de sociedade pouco se adequava às condições locais. Assim, trajou-se com toda pompa e circunstância da qual considerava merecedor aquele momento, mas que nada era conveniente.

Meu vizinho de quarto me levou um dia com ele a visitar o presidente da província e para tal meti-me na roupa preta, solenemente. O sacrifício aqui era maior do que no Rio, pois nos achávamos em cima da linha do equador, e, mau grado o bom exemplo do povo da terra em sermos - travestido à europeia, aparecem igualmente nas ruas todos de branco sem se envergonhar do indumento. Eu estava assim no meu elemento. Contudo, para ir à presença do presidente, uma espécie de vice-rei!... Meu maior inimigo teria sentido piedade de mim ao me ver, em pleno meio-dia, com um sol bem alto, meter-me no traje de Casimira. E como nesse momento tive saudade do tempo em que o sol projetava as sombras de meus guias até ao fundo do deserto da Lapônia, durante o longo dia de seis meses em que se mostra sem pressa no horizonte, dando-lhe volta sem nunca se encobrir! Estava então muito mais à vontade com meus três ou quatro agasalhos de lã, minhas botas compridas, minhas luvas de pele de urso, do que ali no Pará, de roupa muito mais leve, colete de seda e gravata branca, ajeitados com um trabalho enorme. [...]. Meu companheiro, no entanto, mostrava-se ufano: ele estava a gosto com suas calças, suas polainas e seus suspensórios. Partimos, afinal, munidos de guarda-chuvas, objetos indispensáveis, pois tanto servem para proteger dos aguaceiros como do sol. [...]. Terminada a audiência, voltei a casa às pressas e ali me despojei do traje de tortura, atirando-o para longe de mim, decidido a só metê-lo no corpo ao chegar à França, se tivesse a felicidade de rever a pátria um dia⁷⁴.

Na minuciosa narrativa de Auguste Biard sobre o dia em que foi conhecer o então “vice-rei” da província do Pará, além da comicidade que nos presenteia, nos interessam os seguintes pontos, guardados os exageros na fala de Biard: sua descrição do clima pressupõe reafirmar sua antipatia pela região e sua visão pejorativa sobre a população e sua indumentária, por exemplo; Biard chegara em Belém no início do mês de julho, portanto, durante o alto verão, onde as temperaturas são reconhecidamente mais altas (veremos mais adiante detalhes sobre isso); e, conhecedor da realidade em que se encontrara, o companheiro de Biard, seu vizinho de quarto, devidamente trajado e munido de um objeto considerado indispensável, o guarda-chuva. Pela descrição, o objeto destaca-se pela sua importância no cotidiano da cidade de Belém, onde sol e chuva formam par e apresentam-se quase que cotidianamente juntos, compondo a dinâmica da cidade.

Uma narrativa diferente a de François-Auguste Biard foi apresentada por Luís Agassiz (Haut-Vully, 28 de maio de 1807 - Cambridge, 14 de dezembro de 1873) e Elizabeth Agassiz (Boston, 05 de dezembro de 1822 - Arlington, 27 de junho de 1907), chegados ao Pará em agosto de 1866. Suas descrições sobre a cidade do Pará, e especificamente seu clima, são

⁷⁴ Os relatos de Auguste Biard sobre o incômodo calor da cidade de Belém retomam o protagonismo de sua narrativa em outros tantos momentos (páginas 136, 137 e 138) que permite no deleitarmos com a comicidade com a qual tais experiências são descritas, visto que o viajante parecia pouco disposto a gostar de Belém. BIARD, p. 134.

bastante breves. Datadas em seus escritos de 14 agosto, Agassiz diz: “O clima que estamos desfrutando nos causa uma surpresa das mais agradáveis. Esperei sempre viver, logo que nos achássemos na região amazônica, sob um calor acabrunhante, ininterrupto, intolerável”⁷⁵. A fala de Elizabeth, como em outros momentos dela e Luís, nos indicam, mesmo sem indicar a fonte, conhecimento prévio sobre o que esperar de uma região longínqua, principalmente da capital do império brasileiro, narrativas que mistificam o lugar e suas gentes, sua alimentação, seus modos e seu clima que por diversas vezes foi propagado como insalubre, propício à proliferação de doenças, ou como aquele que deixa a região inabitável.

Mesmo sem citar especificamente a chuva, a breve descrição do clima de Belém pelo casal Agassiz nos interessa pelas disputas de narrativas relativas ao clima da cidade e sua salubridade. Disputas que nascem da incorporação, ao longo do tempo, não apenas por viajantes estrangeiros, mas pelos próprios administradores políticos, da ideia da insalubridade relacionada ao clima que, como vimos ao longo de diversos relatos, divergiam entre os expedicionários e que como veremos, será discutida por políticos e cientistas. Para os Agassiz, por exemplo, o clima da cidade do Pará, em pleno mês de agosto, considerado no geral como um mês quente, é “agradável”.

É importante destacar que as fontes apresentadas até aqui nos ajudam a ter uma dimensão da chuva como característica da cidade de Belém enquanto fenômeno natural. A partir dos relatos citados é possível compreender brevemente a dimensão e a proporção que a chuva toma em Belém, apresentando-se como peculiar, pela sua abundância e constância. No entanto, essas fontes trazem consigo a necessidade de uma série de procedimentos teórico-metodológicos que contemplem a complexidade da sua dimensão social, geográfica e temporal.

Os relatos dos viajantes naturalistas que passaram pela Amazônia, muitas vezes carregam uma série de visões de mundo etnocêntricas e valores europeus com os quais “julgam” os seus objetos de observação. Mesmo assim, esses relatos mostraram-se fontes extremamente interessantes para a caracterização climática que se pretende (e se faz importante para a compreensão macro e micro deste trabalho) da região por conta das descrições dos modos e meios de vida da população, da fauna e da flora, e dos lugares que visitaram. Ainda assim, considero importante ressaltar mais uma vez que a pressuposta objetividade deles, mascara,

⁷⁵ AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe. AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 155.

muitas vezes de forma bastante sutil, as impressões e opiniões pessoais de seus autores, por isso carecem de análises mais aprofundadas.

Alguns desses viajantes que passaram por Belém, experimentaram a cidade por pouquíssimo tempo e se utilizaram de falas de terceiros para apresentar o clima local, ou o julgam por sua percepção mais imediata, como no caso de Avé-Lallemant, Biard e os Agassiz; ou a referência às estufas do Real Jardim Botânico inglês, por exemplo, nos leva a conjecturar que a maioria entendeu e descreveu (para dar atenção especificamente ao tema desta dissertação) o clima dentro de suas experiências, tendo sido influenciados, ou como nos certifica Roque de Barros Laraia, condicionados pela sua visão de mundo, a partir da sua própria cultura⁷⁶. Citando Ruth Benedict, Laraia define também que a cultura funcionaria como uma lente através da qual vemos o mundo e, afirma ainda, que a herança cultural nos condiciona a agir de maneira depreciativa frente a comportamentos diferentes ou desviantes⁷⁷. Superadas brevemente as problemáticas que envolvem os relatos dos viajantes, destaca-se também que eles integram um rol de fontes que, em associação a outras, nos ajudam a compreender a finalidade desta parte do trabalho que é a de caracterizar Belém a partir da chuva, ou da chuva como uma característica da cidade⁷⁸.

A chuva, entretanto, não chamou atenção apenas de observadores estrangeiros, membros do corpo científico paraense, nacional e internacional se interessaram por estudos relacionados ao clima, e deram atenção a esta que se tem considerado como uma das mais importantes características da cidade de Belém.

1.1.1. Dos viajantes aos geógrafos e meteorologistas – novas percepções sobre a chuva.

Diferentes autores como o economista e geógrafo radicado no Pará, Eidorfe Moreira, especificamente em “Belém e Sua expressão geográfica”, estudo em que ele caracteriza o clima da cidade como um reflexo fiel das condições geográficas onde ela está localizada, estabelece uma relação que ele próprio chama de “físico-climática”⁷⁹. Moreira define “uma regularidade

⁷⁶ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

⁷⁷ BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo, Perspectiva. 1972 *apud* LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

⁷⁸ Mesmo que esta pesquisa não tenha dado atenção especificamente à questões relativas à cultura e aos modos e meios de vida das populações locais, foram identificados nesse processo, tais problemáticas. Sendo assim, como as descrições aqui utilizados eram de estrangeiros, financiados muitas vezes por seus respectivos governos e filhos de culturas completamente distintas da belenense, ou amazônica, essas condições os levam a considerar os seus modos de vida como os mais corretos e mais naturais, ainda, sob uma perspectiva de cultura que entende esse conceito enquanto processo de desenvolvimento uniforme, como em uma escala evolutiva.

⁷⁹ MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: imprensa universitária, 1966. p. 99.

no regime pluviométrico da cidade”, caracterizado pela frequência de chuvas no período da tarde, tanto no inverno quanto no verão. Inverno e verão, duas estações distintas, mas mesmo assim chuvosas; uma mais, outra menos; uma com chuvas mais intensas, outra com chuvas mais duradouras, mas ainda assim chuvosas. Sobre o clima belenense, o geógrafo afirma que

Como todas as regiões tropicais, a região belemense tem as suas estações reguladas pela pluviosidade e não pela temperatura, apresentando neste sentido duas estações definidas – inverno e verão – segundo a maior ou menor frequência e intensidade das chuvas, coincidindo aquele com a primeira metade do ano e este com a segunda.

[...]

Em Belém como na Amazônia, portanto, a palavra “estação” deve ser entendida em termos restritos e não em seu amplo sentido geográfico, uma vez que indica fases ou estados pluviométricos e não mudanças astronômicas⁸⁰.

Ratificando a peculiaridade da chuva em Belém, Eidorfe Moreira, a partir do que havia sido apontado por Marília Velloso Galvão anos antes, destaca que a precipitação pluviométrica na cidade é “sui generis”, estando, a capital paraense, portanto, “ilhada climatologicamente no estuário amazônico”⁸¹. Assim como os viajantes, as percepções geográficas não devem ser entendidas como objetivas, elas representam um pensamento científico de seu tempo, dada a formação histórica, política e social daqueles que atuam em suas produções. Sinalizo isto, não de modo a julgar a obra de Eidorfe, ou de outros geógrafos, mas por entender que, dentro de um determinado contexto sua produção pode ter função específica, dada sobretudo suas características. A obra de Eidorfe Moreira já foi, por exemplo, classificada por Benedito Nunes em três grupos, entre eles as obras geográfico-literárias⁸², o que, nas palavras de Edir Augusto, causa uma “tensão no modo como Moreira pensa a geografia, uma tensão moderna entre o objetivo e o subjetivo, entre o racional e o emocional”⁸³.

Não se considera isto como um demérito a obra do autor, mas como um modo de fazer geografia, por exemplo, que integrando interdisciplinarmente estudos da chamada geografia clássica, literatura e filosofia, busca o entendimento sobre o humano e o espaço geográfico no qual está inserido e com o qual interage. Não é possível dizer aqui se Eidorfe Moreira pensou a relação poética, filosófica, identitária, ou outra entre Belém, o belenense, a chuva e o espaço urbano, mas sua observação e descrição do fenômeno natural é bastante expressiva nesta caracterização, por isso integra-se a esta dissertação de modo a nos ajudar a compreender como

⁸⁰ MOREIRA, 1966, p. 102.

⁸¹ GALVÃO, Marília Velloso. **Geografia do Brasil**: Grande Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 101.

⁸² NUNES, Benedito. Nota crítica. In. MOREIRA, E. Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Belém: CEJUP, (vol. I). p. 25 - 28.

⁸³ PEREIRA, Edir Augusto Dias. Uma leitura da concepção geográfica de Eidorfe Moreira. **GEOgraphia**, v. 16, n. 31, p. 24-50, 2014. p. 27.

este espaço geográfico aqui delimitado - a cidade de Belém do Pará - foi caracterizado por diferentes autores que ora se complementam, ora se distanciam.

O caso do memorialista paraense, Leandro Tocantins, ao descrever a chuva em outros momentos históricos da cidade de Belém a definiu a partir de duas estações: uma estação chuvosa e outra seca. Na estação chuvosa, Tocantins destaca a abundância de chuvas duradouras, “mas sem frio, sem problemas de agasalho”; já a estação seca é de um “verão entrante”, e mesmo assim, com certa regularidade de chuvas, mais intensas e menos duradouras. Sua intenção não parece ser a de caracterizar o clima da capital paraense, suas descrições são integram um livro que compõe um conjunto poético de narrativas sobre suas memórias experienciadas na cidade, mas que também colaboram com este texto. A partir de suas observações, por exemplo, sobre as chuvas de verão, ele nos diz que

Acontece, às vezes, o temporal. Forma-se rápido. Nuvens plúmbreas rolam por um céu acinzentado, pendendo para o negro. [...] De repente, uma cortina branca (não se vê mais o céu) vem dos lados de Val-de-Caens, e caminha, célere, para a cidade: a chuva, despencada em torrentes que inundam as ruas. Trovões, relâmpagos e um vento forte irrompem, completando o quadro da enxurrada equatorial.

Esses temporais ocorrem com mais frequência durante o verão. A chuva, no inverno, é intensa, mas não é demasiada violenta. Cai macia e dura bastante tempo, um, dois dias, sem parar, o que não acontece nos aguaceiros do estio, em que há violência, porém, breve duração⁸⁴.

É possível encontrar também nos escritos do memorialista paraense uma referência às impressões de Henry Walter Bates sobre a complexidade do clima belenense baseada em sua descrição sobre a mudança e variação climática de Belém que, segundo o memorialista, teria causado em Bates verdadeiro encantamento “ao presenciar a sucessão calicrônica das estações num só dia paraense”⁸⁵. Leandro Tocantins caracteriza a chuva de maneira a ressaltar também as relações sociais e afetivas que os moradores ou os que aqui já viveram passam a ter com o fenômeno natural; como as chuvas de inverno e de verão, tão cotidianas e abundantes passam a influenciar de maneira intensa a vida das pessoas⁸⁶.

O que se tem considerado a partir dos relatos, memórias e notícias como uma peculiaridade, Antônio Rocha Penteado considera como uma “originalidade” frente às demais

⁸⁴ TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**: instantes e evocações da cidade. 3ª edição. Belo Horizonte; Editora Itatiaia Limitada, 1987. p. 97.

⁸⁵ *Ibid.*, 1987.

⁸⁶ Apesar de assunto de suma importância ao se discutir o tema chuva, nesta dissertação não nos deteremos a ele, mas a outros como ciência, política, poder e sociedade. Para saber mais sobre como a chuva tem influenciado na vida cotidiana e contribuindo na formação da identidade do Belenense, ver o capítulo três da monografia de conclusão de curso. GOMES, Kelvyn Werik Nascimento. **Belém, uma história social da chuva (1897-1901)**. Monografia de conclusão de curso de graduação apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

regiões da Amazônia, não havendo, portanto, para ele, uma estação seca em Belém. Estudos desta natureza, de acordo com Anderson Silva, estão assentados em um contexto - segunda metade do século XX - em que há um aumento na produção de trabalhos da geografia voltados a debater problemas urbanos, podendo suas publicações, inclusive, terem sido possibilitadas pelo apoio de instituições de pesquisa e de autoridades públicas. Baseando-se em outras análises sobre o trabalho de Antônio Penteado, Anderson argumenta que o principal foco de “Estudos de geografia urbana” seria uma “cartografia dos problemas da cidade”⁸⁷. Isto posto, apesar desta relação não estar explicitada no escrito de Penteado, infere-se que, mais do que breves descrições sobre o clima, seus estudos partem de proposições sobre a relação entre humano, ambiente e natureza, sobretudo relativos às questões que hoje observamos como problemas sacionaturais.

Mas as descrições e análises de Antônio Rocha Penteado retomam afirmações anteriormente relatadas e que contribuem para esta caracterização das condições climáticas da cidade de Belém. Assim como Alfred Wallace e Leandro Tocantins, ele também considera apenas duas estações do ano na cidade, graças a, como ele próprio afirma, não haver em época alguma uma variação térmica considerável. Como os demais, ele também define “uma estação das chuvas, e uma estação seca, mais ou menos acentuadas e invadindo, em parte, uma e outra, conforme o ano; a primeira é denominada inverno e a segunda, verão”⁸⁸. Ainda para Penteado, mesmo que os períodos de inverno e verão muitas vezes se confundam, seria o inverno de janeiro a maio, e o verão de junho a dezembro. Esta “confusão” entre as estações definidas pelo geógrafo, nos ajuda a entender um pouco sobre a constante presença da chuva em Belém mesmo no período de veraneio; bem como o calor em determinados períodos chuvosos.

Em sua obra “Belém do Pará: estudos de geografia urbana”, Antônio Rocha Penteado, a partir de uma tabela das precipitações anuais, demonstra o que Alfred Russel Wallace havia afirmado em seus relatos e observações ao longo de sua expedição, quanto ao número máximo de dias que ficara sem chover em Belém mesmo durante a estação considerada seca. Na tabela em questão, o mês de novembro – relacionado como um dos mais secos durante o ano – tem pelo menos 13 dias de chuva, o que, de certa forma, corrobora com a afirmativa do viajante. Sobre as chuvas de verão, o geógrafo afirma que

⁸⁷ SILVA, Anderson. R. T. . Cartografando os “problemas da cidade”: representações escritas e visuais de Belém a partir do geógrafo Antônio Rocha Penteado (1968). *In*. XIX Encontro de História da ANPUH-RJ, 2020, Rio de Janeiro-RJ. História do futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica, 2020. v. 1.

⁸⁸ PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. 1 v. Universidade Federal do Pará, 1968. p. 70-75.

estas chuvaradas são extremamente violentas e provocam fortes enxurradas nas áreas dos terraços intermediários da cidade onde se estende o bairro do comércio, por exemplo, cujas ruas são fortemente abauladas, para permitir um maior e melhor escoamento das águas pluviais, [...]”⁸⁹.

Os autores e trabalhos apresentados nos levam a considerar que há certo consenso, principalmente nos estudos de geografia, geografia urbana, quando se trata das questões relativas ao clima da Amazônia e da cidade de Belém. Edmon Nimer, por exemplo, em “Climatologia do Brasil”, ao analisar mapas geográficos que buscam demonstrar a amplitude e os desvios pluviométricos da região amazônica, conclui que a Região Norte seria o domínio morfoclimático mais chuvoso do Brasil, de maior total pluviométrico anual. Quanto a abundância e regularidade da chuva como característica peculiar de Belém, Nimer afirma que

Desse ritmo estacional da precipitação resulta que apenas uma porção relativamente pequena do território da Região Norte do Brasil, não possui sequer 1 mês seco. Trata-se do setor centro ocidental da região e do pequeno núcleo em torno de Belém, capital do Pará⁹⁰.

Cicerino Nascimento, contemporâneo de Edmon Nimer, representa numericamente esta abundância das precipitações e índices pluviométricos belenenses que, segundo ele, variam entre os 1500 a 3000 mm anuais e que este quantitativo se dá por conta do clima equatorial quente e úmido da capital paraense. De acordo com o mesmo autor as precipitações abundantes distribuem-se de maneira diferenciada ao longo do ano, sendo os meses de dezembro a maio os mais chuvosos e os de junho a novembro os menos chuvosos⁹¹. Suas conclusões se dão a partir da análise de dados de estudos de geomorfologia do clima e imagens gráficas, apontando a existência de três tipos climáticos na Amazônia: tropical chuvoso sem seca; tropical chuvoso com pequeno período de seca e tropical chuvoso com nítido período de seca; além de como se dá a formação das nuvens de chuva a partir da orientação e velocidade dos ventos vindos do oceano.

Apesar de não se embrenhar nas questões políticas, econômicas e sociais intrínsecas a estes trabalhos, como, por exemplo, o aumento da importância do debate sobre mudanças climáticas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, entende-se que eles estão inseridos, como

⁸⁹ PENTEADO, 1968. p. 75. “Abauladas”, termo usado por Antonio Rocha Penteado para caracterizar as ruas do bairro da Campina, centro comercial da cidade de Belém, popularmente conhecido como “Comércio”, significa, segundo o *Cambridge Dictionary*, arredondado, convexo, curvo. Dada às questões apontadas até aqui, esta caracterização se demonstra interessante, tendo em vista a necessidade de escoamento das águas pluviais em uma cidade cujo planejamento urbano e as intervenções da cidade não deram conta da dimensão natural da mesma. Abaulado. In. *Cambridge Dictionary*. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/portugues-ingles/abaulado>. Acesso em: 13.09.2023.

⁹⁰ NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989. p. 377.

⁹¹ NASCIMENTO, Cicerino Cabral do. **Clima e morfologia urbana em Belém**. Belém: UFPA. NUMA. 1995.

recorrentemente já se reconheceu aqui, em dinâmicas específicas que relacionam ciência, conhecimento científico e poder político e econômico. Uma trama de interesses que se deslocam temporalmente e ajustam-se aos seus momentos históricos, mas que, por agora, não constituem como fundamentais para as questões discutidas nesta dissertação, mesmo sendo terreno fértil para fortes debates históricos.

Atentando-se apenas as descrições baseadas nos resultados desses estudos e em relatos de observações, é possível observar nas explicações e nos diversos relatos distribuídos aqui ao longo de praticamente dois séculos, não há indicações de períodos significativos sem chuvas na capital paraense; o que há são períodos “mais” e “menos” chuvosos. Mesmo em trabalhos das décadas de 1980 e 1990, temporalmente mais próximos desta pesquisa, como os de Cicerino Nascimento e Edmon Nimer, o clima da capital do estado do Pará se configura como abundantemente chuvoso em praticamente todo o ano. Esta permanência manifesta também uma característica deste tipo de análise que são as temporalidades de longuíssima duração relacionadas às mudanças geológicas. Além do mais, os relatos desses viajantes e cientistas em diferentes épocas também nos ajudam a compreender a dimensão da importância da chuva para a cidade de Belém, seus munícipes, administradores e demais atores sociais que de alguma forma inevitavelmente se confrontaram ou relacionaram com ela.

Mas a chuva é, mesmo hoje, lembrada como uma forte marca da cidade: “Belém é a cidade que mais chove no Brasil, diz estudo”, é a chamada da matéria publicada no sítio do jornal Diário do Pará On-line (DOL)⁹². Enquanto na página do O Globo, a notícia foi intitulada “As cinco cidades do Brasil onde mais choveu e as mais secas de 2020”⁹³. Outros jornais on-line publicaram, no mesmo período, informações referentes ao estudo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre as cidades mais chuvosas do Brasil. O estudo em questão, referenciado nas duas matérias, foi apresentado por um grupo de pesquisa da UFPB em março de 2021, relativo ao ano de 2020. O material produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECAM) da mesma universidade, está disponível na internet para consulta pública.

⁹² Redação DOL. **Belém é a cidade que mais chove no Brasil, diz estudo**. 18 de março de 2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/653715/belem-e-a-cidade-que-mais-chove-no-brasil-diz-estudo>. Acesso em: 10.01.2023.

⁹³ REMÍGIO, Marcelo. **As cinco cidades do Brasil onde mais choveu e as mais secas de 2020**. O Globo. 12 de março de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/as-cinco-cidades-do-brasil-onde-mais-choveu-as-mais-secas-de-2020-25014778>. Acesso em: 10.01.2023.

De acordo com o material produzido por diferentes autores, o documento “apresenta um panorama das precipitações ocorridas no Brasil no ano de 2020, a partir dos dados disponibilizados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastre Naturais (CEMADEN)”⁹⁴. Além dos dados relativos especificamente sobre as precipitações, o documento traz informações também sobre metodologia de levantamento e análise desses dados, explicando, por exemplo, como se dão as chuvas no Brasil, já que, de acordo com este estudo, para explorar tais informações, é necessário entender como as precipitações são medidas. O material explica, de antemão, que precipitação é “a água proveniente da condensação do vapor d’água da atmosfera que cai sobre a superfície terrestre. O termo precipitação é utilizado para descrever a queda d’água nos estados líquido e sólido (neve e granizo)”⁹⁵.

Entre as informações importantes que antecedem os elementos que justificam e apontam Belém como a cidade mais chuvosa do Brasil, está o método utilizado para o levantamento desse material, como a utilização de equipamentos automáticos que captam água da chuva em um determinado período, e enviam os dados remotamente, como é o caso do pluviógrafo de balança, citado no estudo. Os dados utilizados para a confecção do relatório advêm do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastre Naturais (CEMADEN), que possui o que consideram como “uma vasta rede de monitoramento da chuva, com diversos pluviógrafos automáticos do tipo balança”⁹⁶. O material coletado e analisado pela equipe é referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, o que permitiu que a equipe identificasse uma média nacional anual de 1.495mm, sendo a máxima anual registrada na região Norte, especificamente no Pará, 3.868mm. Como comparação, é possível citar, também a partir dos elementos apresentados nesse documento, que a mínima anual, registrada no semiárido da Bahia, foi de 365,8mm. Em uma livre comparação, a diferença entre a máxima e a mínima em diferentes regiões do Brasil, foi de cerca de 3.502,2mm⁹⁷.

Mais uma vez podemos identificar em estudos específicos da área da meteorologia o papel de destaque de Belém naquilo que se refere a chuva. O relatório apresentado pela equipe

⁹⁴ ALMEIDA, Cristiano das Neves, FREITAS, Emerson da Silva (Coord.). **Boletim anual de precipitação no Brasil**: análise a partir dos dados subsidiários do CEMADEN 2020. Universidade Federal da Paraíba: março, 2021. DOI:10.13140/RG.2.2.32507.64801. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiano-Almeida-2/publication/350495934_BOLETIM_ANUAL_DE_PRECIPITACAO_NO_BRASIL_ANO_2020/links/60633cf0458515e83481ec0a/BOLETIM-ANUAL-DE-PRECIPITACAO-NO-BRASIL-ANO-2020.pdf. Acesso em: 10.01.2023.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 5.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 7

⁹⁷ *Ibid.*, p. 9.

de estudos do PPGE CAM da UFPB indica, como citado a pouco, que as maiores máximas pluviométricas anuais foram identificadas no Norte do País, com destaque para o estado do Pará, na tabela apresentado no estudo, Belém se destaca nas primeiras cinco posições de “Maiores precipitações anuais”, com índices sempre acima dos 3.000mm, sendo o maior deles na casa dos 3.868mm. Outra informação que nos interessa bastante está relacionada ao número de dias com chuva. No relatório da UFPB a média anual foi de 150 dias, tendo Belém cerca de 276, destacando-se mais uma vez como uma cidade chuvosa não apenas no volume, mas na quase permanente presença da chuva, enquanto no município de Rio do Antônio na Bahia, o lugar com menos dias de chuva, registrou-se apenas 44 dias ao longo do ano⁹⁸.

De altos índices pluviométricos e chuvas cotidianas, Belém não se caracteriza simplesmente por ser uma cidade chuvosa, mas pela exuberância e as dimensões que a chuva assume na cidade, diferenciando-a de diversas outras regiões, atribuindo-se ao clima chuvoso, aspectos considerados prejudiciais, mas em muitos momentos benéficos; além de não ter períodos extensos de seca, ao contrário de outras partes do próprio Vale Amazônico. Além do mais, a chuva aqui toma dimensões políticas, afetivas e sociais, passando a entidade que determina os relacionamentos a partir dela, e com ela. Estando tão presente na vida das pessoas e despertando diversos interesses, a chuva acabou figurando nos relatos de viajantes, em editoriais jornalísticos, nas memórias de personagens ilustres, em investigações científicas, em relatórios da administração pública, na música, no teatro, na poesia, nas artes plásticas como protagonista ou coadjuvante, mas sempre presente nessas que hoje são nossas fontes.

A escolha e discussão de todo material apresentado até aqui assume a função de construir uma narrativa linear que, ao considerar a chuva ao longo de uma extensa porção de tempo, nos ajuda a percebê-la como uma característica natural da cidade e, a partir de tal característica, como ela influencia no cotidiano e na vida das pessoas. Por isso, ao considerar o extenso trabalho de Fernando Braudel, José Augusto Pádua nos alerta sobre a necessidade de cuidado com esta perspectiva quase que imóvel da natureza.

A visão apresentada por Fernand Braudel (1995, p.25) em 1949, por exemplo, sobre “uma história quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados” – em contraposição à maior velocidade dos movimentos sociais e individuais – vem sendo cada vez mais criticada. Apesar de possuir o mérito da inclusividade, dando status de objeto histórico às montanhas, planícies, praias e ilhas da região, ela peca pela visão excessivamente estática do biofísico em sua interação com as ações humanas⁹⁹.

⁹⁸ ALMEIDA, 2021, p. 14.

⁹⁹ PÁDUA, 2010. p. 95.

Em vista disso, ressalta-se que todos os documentos, testemunhos ajudam a identificar uma permanência da chuva enquanto característica natural da cidade e o que foi exposto até aqui tinha a intenção de caracterizá-la de tal maneira. Mas esta dissertação, como foi explicitado anteriormente, não se restringirá a meras reproduções de descrições e anotações referentes a dados climáticos. A abordagem da chuva se dará a partir de questões ligadas ao poder e à ciência circunscritos à dinâmica do tempo e da cidade. Ou, em outras palavras, como os discursos científico e político se apropriaram da chuva e do clima da cidade de Belém para justificar suas ações. No entanto, alerta-se que há também outras perspectivas possíveis de abordagem que apesar de não serem o centro desta pesquisa, entende-se que merecem uma breve introdução para serem mais bem exploradas em trabalhos futuros. Trata-se das questões relacionadas a cultura, a sociabilidade e aquilo que tenho convenientemente chamado de afetividade histórico-ambiental, ou como as populações estabelecem relações pessoais e afetivas com elementos da natureza em determinadas momentos da história, o que nos ajuda a compreender o elemento natural e a natureza, não como algo atemporal, que não se modifica, mas que está relacionado às percepções e as transformações que se dão ao longo do tempo.

A chuva era, por exemplo, forte influenciadora da vida social da cidade. Com a intensa efervescência cultural pela qual Belém passava no período em que estamos estudando, já sabemos que existia uma diversidade de eventos socioculturais que poderiam ser até interrompidos pela chuva, enquanto outros levavam as pessoas a “enfrentá-la”. Isso dependeria de que tipo de celebração se tratava. Corridas de cavalo e bicicleta e touradas do Jockey Club ou do Coliseu Paraense eram reuniões que vez ou outra podiam ser comprometidas pela chuva, apesar da insistência dos seus frequentadores. A realização de espetáculos de música, teatro, dança e poesia em grandes casas da cidade, como os salões do Sport Club, do Clube Universal e mesmo do Teatro da Paz, também sofriam com a concorrência da chuva, principalmente aqueles realizados ao ar livre, como os jogos de *croquet*. Mesmo manifestações culturais consideradas mais populares no Pará não estavam livres, mas ao contrário, eram também uma das que mais estavam relacionadas à chuva. Sendo realizados os festejos do carnaval no período mais chuvoso do ano e, normalmente, mas não apenas, com festas de rua, era imprescindível que o tempo colaborasse para os desfiles pela cidade¹⁰⁰.

O clima da cidade além de influenciar na vida sociocultural, considerava-se também que interferia nos hábitos e modos da população. Em um centro de grande circulação e fluxo

¹⁰⁰ GOMES, 2018. p. 54 - 68.

internacional, estar alinhado e demonstrar, ainda, estar antenado com os modos de vida considerados modernos e civilizados tornava-se importante. A chuva foi usada, de acordo com os jornais, como justificativa, por exemplo, para aquilo que foi considerado como um dos “maus” hábitos da população. Um deles, o de beber cachaça e conseqüentemente de arrumar confusão pelas ruas da capital era muito comumente justificado em dias de chuva pelo frio que supostamente fazia durante e após qualquer “chuvisco” e que recorrentemente estava nas páginas dos jornais depois de terem sido interrompidos pela polícia por corromper a ordem que se esperava de uma cidade civilizada¹⁰¹, que ferem a “boa moral” da cidade burguesa, deixando bastante claro que esse era considerado realmente um dos maus hábitos da população a ser combatidos¹⁰². As notícias sobre esse assunto parecem vir sempre carregadas de bom humor e ironia por parte dos articulistas dos jornais, debochando dos envolvidos, desde os “bebedouros” aos agentes públicos. Pelo que aponta a *Folha do Norte*, podia-se dar diversas desculpas para se justificar a bebedeira, mas aquela relacionada ao frio advindo dos dias de chuva, parecia ser a mais comum¹⁰³.

A partir dos jornais, é possível identificar também problemas que eram considerados serem agravados ou causados pelas chuvas como os alagamentos de ruas, infiltração em prédios e transporte público, sujeira nas ruas com calçamento precário. Mas ela também podia ser solução já que durante o período chuvoso ajudava a desobstruir bueiros e canaletas, a amenizar o clima considerado insuportavelmente quente, além de ter sido fundamental, sempre que invocada, a combater desastres como alguns dos inúmeros incêndios que ocorreram em Belém.

Como vimos até aqui, a chuva influenciava na sociabilidade da população belenense, cada grupo social, região da cidade e atividade, a seu modo. Ela se fez presente em diversos momentos, dos mais habituais aos mais importantes e pomposos, fosse coadjuvante ou personagem principal deles. Foi ainda referenciada constantemente em crônicas e notas nos jornais que circulavam na capital. Ela poderia ser um estorvo em determinados momentos, um constrangimento, um empecilho, mas, sem dúvida alguma, a população da urbe mais molhada

¹⁰¹ O Código de Posturas Municipal de 1890, art. 174, estabelece que devem ser detidas nas estações policiais pessoas que fossem encontradas vagando embriagadas pela cidade até que os seus efeitos passassem e o pagamento de multas em dinheiro. Segundo João Gomes, mesmo agentes da lei responsáveis por assegurar a execução daquilo que era previsto nos códigos e leis acabaram protagonizando contravenções de toda ordem, desobedecendo aquilo que era previsto, figurando como protagonistas de crônicas e notícias de jornal que denunciavam suas ações. Código Penal Brasileiro de 1890, art. 174. Apud. GOMES, João Arnaldo. **Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897 – 1910)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. p 102.

¹⁰² *Folha do Norte*. 17 de março de 1897. p 2.

¹⁰³ GOMES, *Op. Cit.*, p. 38 - 54.

do vale amazônico acostumou-se a lidar e a conviver com ela: mudando o horário ou adiando seus eventos; usando-a como justificativa para a bebedeira em momentos de lazer ou aflição; e fazendo uso de roupas e acessórios de materiais propícios para se viver e conviver com ela. Não só as relações sociais interpessoais foram influenciadas, o belenense mantém relacionamento direto com a chuva, tratando-a como agente social, histórico, vivo e ativo, mesmo inconscientemente, convivendo não só a partir dela, mas com ela, elevando-a muitas vezes a entidade animada e autônoma, tanto que nos dias de inverno amazônico é comum ouvir pelas ruas o murmurar das pessoas falando, não consigo mesmas, mas com a própria chuva.

O exercício de estranhamento dessa e de outras atitudes frente ao fenômeno natural nos permite perceber que estabelecemos desde muito tempo relações de afetividade com a natureza. Tais sentimentos estão para além da influência que ela causa direta ou indiretamente na vida do belenense. Essa relação está também em como as pessoas interagem com ela afetivamente. São, da mesma forma, fruto de um processo de formação histórico-cultural de como se relacionar com a própria natureza e seus fenômenos. Sua possível origem pode estar em uma série de contatos e trocas culturais que resultaram da religiosidade afroindígena da Amazônia, em um processo de interculturalidade, definido por Nestor Garcia Canclini como encontro, contaminação, recusa, cooptação e reciprocidade¹⁰⁴. Para Agenor Sarraf Pacheco, que tem como foco de seu trabalho as populações marajoaras, a afetividade é um dos aspectos das cosmologias de diversas religiões que expressam valores com os quais as populações locais constituíram um grandioso conjunto religioso e interagiram com ele. A prática religiosa, segundo Pacheco, das populações marajoaras, não pode ser pensada apartada da sua relação com a natureza¹⁰⁵.

As relações estabelecidas com a natureza a partir do âmbito religioso não parecem ser uma prática exclusiva do belenense ou das populações amazônicas. No “Dicionário do Folclore Brasileiro”, Luís da Câmara Cascudo diz-nos, em sua longa descrição do verbete “chuva”, que no Nordeste, recorre-se em oração católica à sua presença. Ao longo de sua definição, Câmara

¹⁰⁴ GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Nesse mesmo sentido, ele define essa relação a partir do conceito de Paula Monteiro, de mediação cultural enquanto processo de comunicação onde ocorre a construção de sentidos nas zonas de interculturalidade. MONTERO, Paula (Org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**, São Paulo, Globo, 2006.

¹⁰⁵ PACHECO, Agenor Sarraf. Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia. Dossiê: **Religião, Biodiversidade e Território** - Artigo original. DOI – 10.5752/P.2175-5841.2013v11n30p476. Duarte fala em seu texto já citado em “Religiosidade primitiva”, mas não se estende quanto a esse assunto. DUARTE, C. Belém, cidade das águas grandes. In. **Rio e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Lucia Maria Sá Antunes Costa (org.). Rio de Janeiro: Viana&Mosley; Ed. PROURB, 2006.

Cascudo aponta para uma série de práticas, principalmente de origem católica cristã, que recorrem a inúmeros santos para que se faça chover, como “procissões, cânticos e versos” em pedido da chuva. Para ele, pedir chuva a Deus é um hábito humano milenar, considerando inclusive componentes da cultura africana e indígena, citando Anamburucu (Nanã, a mais velha das mães d’água), aportuguesada como Maria-Molha ou Maria das Pernas Longas; e a personalidade indígena Amanaiara, a governante ou senhora da chuva. Mesmo com esses exemplos, o folclorista não considera que o brasileiro tenha herdado tais tradições. No mesmo dicionário, Câmara Cascudo faz uma longa explicação de inúmeras formas de fazer, além dos pedidos de chuva, previsões sobre ela; bem como de ditados populares relacionados a mesma¹⁰⁶.

Assim, a partir das fontes relacionadas à chuva em Belém e do que consta na obra citada de Luís da Câmara Cascudo, pode-se perceber que há pontos de similaridade sobre a chuva na capital paraense, e em outras regiões do Brasil, como no Nordeste. Vemos no verbete “chuva”, por exemplo, que há uma forte presença de rituais relacionados a pedidos de sua presença oriundos de diversas culturas, e de diferentes formas de fazer. Mas há, para nosso entendimento, se nos permitirmos comparar as fontes que são apresentadas aqui, ao trabalho de Câmara Cascudo algo que considero crucial. Ao observar essas fontes a luz do verbete, essas previsões e práticas, diferente daquilo que se observa em Belém, colocam-na em uma posição de certa “passividade”, como um fim a ser alcançado, não como agente.

Nas publicações dos jornais, por exemplo, roga-se a própria chuva, ela é protagonista das orações, refere-se diretamente a ela, dialoga-se com ela. Já na narrativa do folclorista brasileiro, todas as fórmulas para pedir chuva estão relacionadas a intermediários, sejam eles santos, religiosos ou mesmo outros elementos da natureza. Baseado nessas observações, e naquilo que foi formulado por Agenor Sarraf, permite-se supor que esta diretiva a chuva esteja relacionada (ao contrário do que Câmara Cascudo desconsiderou) a presença das heranças afro-indígenas na cultura brasileira, já que, como sabemos, suas divindades, seus orixás, são elementos da natureza, como animais, plantas, o sol, a lua, ou mesmo, a chuva.

Diferente daquilo que se tem no Nordeste brasileiro e em Belém, as chuvas no Rio de Janeiro, por exemplo, parecem estar rotineiramente relacionadas aos desastres ambientais como problemas. enquanto em Belém os alagamentos e o lamaçal geram incômodos a cultura urbana, no Rio de Janeiro, têm-se remontado a História das chuvas a partir das, vejamos bem, grandes

¹⁰⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 11. ed. ilustrada. São Paulo: Global, 2002. p. 277 - 281.

inundações, dos deslizamentos de terra ou, nas palavras de Lise Sedrez, dos desastres socioambientais. A autora também acessa jornais para memorar a relação das demandas sociais relacionadas aos desastres e ao analisar as reclamações e cobranças às autoridades públicas a partir dos periódicos, observa que as narrativas acessadas trazem comentários fatalistas e que lamentam a força da natureza, e constata a vulnerabilidade do Rio de Janeiro “aos caprichos das chuvas”¹⁰⁷.

Também a partir dos jornais, Anita Correia Almeida observa que os grandes desastres surgem como tema desde as suas primeiras publicações, que os interpretam como castigo divino e das coisas naturais. Essas catástrofes proporcionadas, segundo os jornais que ela analisou, além de serem causadoras de inconvenientes no dia a dia da cidade, eram consideradas como um perigo à saúde, não por serem - como aqui eram - vetores de doenças -, mas pelo perigo de ação destrutiva de sua força¹⁰⁸. Diferente do que se observa em Belém a partir dos jornais e tomando como base o conhecimento do terreno urbano das duas cidades sendo o Rio de Janeiro caracterizado por morros e encostas e a capital do Pará de um terreno urbano mais planejado, é possível compreender como se constituíram as narrativas e as visões sobre a chuva nessas duas cidades.

Nesse sentido, é importante considerar, como proposto por Lucia Helena de Oliveira Cunha, que há uma multiplicidade de possibilidades de visões sobre a água, nesse caso, a água da chuva. Relacionando-a não apenas com a sua “forma física”, mas, e o que mais nos interessa, com a sua cosmovisão.

Prenhe de significados, a água é um elemento da vida que a encompassa e a evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários. Se, por um lado, é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, enfeixando várias imagens e significados. Isso se manifesta quer nos ritos, nos cerimoniais sagrados e mitológicos, [...] ¹⁰⁹.

Isto posto, este relacionar-se com a natureza se mostra tão importante e característico da cultura e das práticas religiosas que não ficou de fora das publicações periódicas que circulavam na cidade. Uma delas, por exemplo, foi publicada no dia 21 de agosto de 1896, pelo jornal

¹⁰⁷ SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória—contribuições para a história ambiental. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

¹⁰⁸ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Chuva, lamaçal e inundação no Rio de Janeiro do século XIX: entre a providência divina e o poder público. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 8, p. 117-134, 2014.

¹⁰⁹ Ainda segundo a autora, isso é possível, graças às ciências humanas que nos permitem perceber uma diversidade de significações, seja no plano material ou imaginário, variando de sociedade para sociedade, nos diferentes contextos históricos. CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Significados múltiplos das águas. In. DIEGUES, Antônio Carlos. Org. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USO, 2000. p 15 e 16.

Folha do Norte (já citada em tópico anterior, e utilizada para outro fim). “Linhas Tortas” traz em seu corpo uma chuva que: “persegue-nos e não nos larga; impiedosa, cruel; uma caprichosa gaiata”; forte no sentido de estar acima das vontades e preceitos da administração pública e das reclamações da população; importuna¹¹⁰. Como podemos observar, são características humanas atribuídas a um ser não humano, a um fenômeno natural que assume nesse contexto e sentido, ares de entidade autônoma.

Percebemos isso com ainda mais clareza na publicação do dia 15 de janeiro de 1898, do jornal *O Pará*, uma publicação que carrega certa comicidade quanto ao seu conteúdo. A chuva, segundo a descrição de “Mathusalém”, figura como protagonista do cotidiano da cidade, figurando como a tal caprichosa e gaiata que a crônica anterior destacava. A descrição que o autor da crônica faz da chuva, nos transmite a ideia de uma personagem ativa, autorregulada e autorreguladora das suas próprias vontades¹¹¹. Os recursos utilizados por ele na narrativa e a nossa própria relação com esse fenômeno nos fazem acreditar que a chuva tem essa mania de nos perseguir nos momentos mais impróprios. Levam-nos a crer que ela é não somente um fenômeno da natureza com explicações científicas para acontecer, mas também entidade ativa nas nossas vidas que, como discutido anteriormente, regulam a nossa relação com os demais cidadãos e com ela própria¹¹².

A chuva desperta sentimentos que nos envolvem emocional e fisicamente com ela. As narrativas transmitem a imagem de um ser – como dito anteriormente – travesso, arteiro, traquina, que parece fazer questão de nos visitar sempre nos momentos mais inadequados e se divertir com as situações em que nos envolvemos por conta da sua presença. Mas nem só de traquinagens se baseou a relação dos munícipes com a chuva. Se ela importunou diariamente a população da capital e se fez presente indesejavelmente em dias festivos, não deixou de se apresentar como redentora ou heroína. Esta multiplicidade se dá por conta das já citadas variadas relações que estabelecemos com ela. Mesmo com os empasses e empecilhos causados, como podemos perceber nas publicações, “os sinais precursores da chuva despertam um devaneio especial, um devaneio muito vegetal, que vive realmente o desejo da pradaria pela chuva benfazeja. Em certas horas, o ser humano é uma planta que deseja a água do céu”.¹¹³ Considero, portanto, que a chuva se fez personagem protagonista nas publicações jornalísticas

¹¹⁰ *Folha do Norte*. 21 de agosto de 1896. p 1.

¹¹¹ *O Pará*. 15 de janeiro de 1898. p*.

¹¹² GOMES, 2018. p. 68 - 78.

¹¹³ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p 161.

que deram a ela ares de ser autônomo e nos demonstraram que os munícipes da capital do Pará se relacionavam, assim como se relacionam hoje, de maneira direta e afetiva, clamando, rogando e até conflitando com ela. Essa relação faz parte da cultura do belenense e do seu envolvimento com a natureza que o rodeia.

Estes últimos parágrafos nos deram um gostinho de chuva no meio da tarde e provavelmente nos lembraram de algumas práticas que talvez pouco ou quase nunca “estranhamos”, por comporem a realidade cotidiana e cidadina, já que estamos falando de Belém. Mas esta é uma leitura para um outro momento. As próximas linhas desta dissertação se debruçarão especificamente sobre os conflitos e interesses políticos e sociais que foram implicitamente proclamados fossem nos jornais ou nos relatórios da intendência a partir das relações que se estabeleceram com a chuva em uma cidade pretensamente europeia e em franco desenvolvimento gerado pelo capital advindo da exploração do seringueiro nas fazendas de borracha do interior da Amazônia. Já no tópico seguinte veremos, por exemplo, como determinadas questões, que podem ser consideradas algumas vezes banais para nós, foram apresentadas nos jornais belenenses de modo que poderiam indicar o interesse de seus leitores e munícipes em tais temas.

1.2.A ciência da chuva, recomendações e receitas.

Como observamos a pouco, a chuva sendo uma característica bastante peculiar da cidade de Belém ao ponto de ser representativa desta capital amazônica, chamou atenção de cientistas e jornalistas que a fizeram figurar como protagonista de suas publicações e relatos. Sua marcante, pois regular presença, foi fundamental para isso. Assim, publicações sobre estudos relacionados a ela pareceram de interesse coletivo e comum, e não apenas de grupos restritos como aqueles ligados a pesquisas acadêmicas ou a administradores públicos e literatos, mas de modo expositivo e explicativo em publicações jornalísticas com temas variados como ensinamentos sobre previsão do tempo a partir da observação – ao que tudo indica – a olho nu, de características do ambiente ou mesmo de outros elementos físicos como a lua, ou a árvore amazônica da chuva, considerada sagrada em determinadas regiões e por determinados povos; ou ainda sobre estudos e outros elementos que colaboram para a sua manutenção, como aqueles que fazem referência a criação da chuva artificial em locais onde não se desfruta da mesma abundância que em Belém; e por fim, aquelas que parecem estar ainda mais próximas do cotidiano e relativos também a um contexto de transformações culturais naquilo que está relacionado a hábitos e práticas de cura, de prevenção e higiene.

A edição de 23 de agosto de 1890 *d'A República*¹¹⁴, por exemplo, jornal belenense, em notícia intitulada “Bons Conselhos” parecia treinar os olhares – talvez até aqueles menos atentos – a observar os “sinais que autorizam a formar prognósticos acerca do tempo”, ou, em outras palavras, a observar características da lua que, no caso da notícia, permitiria às pessoas a deduzirem se aquela seria uma noite, ou dia seguinte, de chuva. Diz a notícia que

Se a fase da lua nova se verifica com o tempo bom, pode-se predizer que os quatro dias que precedem a lua cheia também o serão.

O disco claro da lua anuncia tempo calmo e firme, quando vermelho, vento difuso e desmaiado, aguaceiro e tempestade.

Soprando vento durante a lua nova ou cheia, há mudança de tempo.

Sempre que a lua parece maior do que de ordinário, oval, pálida, coberta de véu sombrio ou rodeada de uma auréola, são sinais de chuva¹¹⁵.

No jornal, o autor da notícia não é identificado, não sendo, portanto, possível dizer se os dados apresentados vieram de alguém considerado especialista no assunto. O que é possível presumir apenas a partir da leitura, e pelo fato de estar em um periódico que não é destinado especificamente a temas como este, as recomendações – ou ensinamentos – sobre como observar o clima a partir de determinadas características da lua em determinadas épocas para o diagnóstico de chuva, é que o relato deve ter sido transcrito de maneira que seu entendimento fosse possível ao público leitor. Considerando que: mesmo que o número de leitores propriamente ditos (aqueles que leem diretamente os jornais) seja restrito sobretudo a classes mais ricas, poderiam não estar habituados a determinados assuntos; ou mesmo, como veremos mais à frente, no intuito de ampliar esta audiência.

A importância da chuva para região pode ser observada também nos conteúdos dessas mesmas publicações a partir da interação com pesquisadores de outras partes do globo, como no caso do professor alemão Bruckner. Considerado como um dos pioneiros na tentativa de estabelecer “uma cronologia glacial-interglacial” em parceria com Albrecht Penck, Edward Bruckner, segundo Marcos Oliveira, fez uso de técnica relacionada a “profundidade de intemperismo e intensidade de erosão na região alpina do norte da Europa para estimar a duração dos períodos interglaciais”¹¹⁶. Na publicação do Diário de Notícias de 1891, considera-se que seja “muito interessante a teoria” exposta pelo alemão. De acordo com a notícia a

¹¹⁴ *A República*, jornal fundado por membros do Clube Republicano como um órgão daquele partido, tem seu início datado de 1886 e fim em 1897, uma década de atuação e circulação em Belém que envolveram conflitos e dissidências. Mais adiante, no tópico em que trata da atuação dos jornais como mediadores das demandas populares e as relações de poder estabelecidas com a chuva, será possível conhecer e entender um pouco melhor sua atuação política e social.

¹¹⁵ *A República*, 23 de agosto de 1890, p. 2.

¹¹⁶ OLIVEIRA, MJ de et al. História geológica e Ciência do Clima: métodos e origens do estudo dos ciclos climáticos na Terra. *Terræ*, v. 12, n. 1-2, p. 3-26, 2015. p. 16.

hipótese de Bruckner é que “A terra atravessa períodos de trinta e cinco anos alternadamente secos ou úmidos, o oeste da Europa e o oeste da América do Norte recebem, durante os períodos úmidos, cinquenta a sessenta vezes mais chuva do que durante os períodos secos”¹¹⁷.

Tomando como base a explicação de Bruckner, estaríamos passando, desde 1870 por um período de umidade que estaria favorecendo por um lado o interior do continente, mas por outro, resultando em más colheitas em áreas litorâneas. Sobre os ciclos de 35 anos de Bruckner, apresentado na publicação do jornal *Diário de Notícias*, Marcos Oliveira (et. al.), citando Francis Bacon, explica que esta periodicidade já era motivo de investigação desde o século XVII nos países baixos, mas que só ganha “mais atenção a partir dos trabalhos do cientista alemão, quando este fora contratado pelo governo russo para estudar mudanças nos níveis do mar Cáspio, que causavam desvios significativos no transporte marítimo” daquela região. Ainda segundo Oliveira, Bruckner estudou dados meteorológicos de toda a Europa considerando diferentes elementos e, assim, concluiu o esquema dos ciclos de 35 anos que, segundo o autor, afetavam a meteorologia. No entanto, a falta de evidências estatísticas teria determinado, ainda no início do século XX, a falência da teoria de Bruckner. Mas, como afirma Oliveira,

Depois de definir na obscuridade durante grande parte do século 20, essa periodicidade ressurgiu como uma característica em estudos de anéis de árvores e em certos sedimentos laminados que podem estar ligados às flutuações periódicas das interações oceano-atmosfera no Atlântico Norte ou originadas nas marés, por fim, relacionadas ao período de periastro lunar (Burroughs 2003). Curiosamente, o ciclo de 35 anos de Brückner foi influente quando, em 1935, em uma conferência da Organização Meteorológica Internacional (OMM), em Varsóvia, foi discutido um período universal para o cálculo das normais climatológicas. Argumentos sobre o período médio mais adequado variaram de 11 anos (um ciclo solar bastante conhecido), 20 ou 25 anos (curto o suficiente para permitir que um grande número de estações calculasse suas normais), 35 anos (ciclo de Brückner) ou mesmo 50 anos (para capturar mais da variabilidade interdecadal do clima). No final, a Comissão de Climatologia da OMM recomendou “um período de 30 anos, conforme apropriado para o estabelecimento de condições normais de temperatura” e sugeriu “1901-1930 como o período universal para o cálculo das normais”¹¹⁸.

Não cabe aqui o juízo da tese de Edward Breckner, ou ainda se ela foi injustiçada em seu tempo. O que nos interessa nesta notícia é entender que Belém estava inserida, nesse caso, como é nosso enfoque, a partir da chuva como característica essencial da cidade e, portanto, objeto de pesquisas, notícias e debates, num cenário político, econômico, social e intelectual, regional, nacional e internacional. Tanto que este tema será, à frente, recorrentemente tratado, por exemplo, por Antonio Lemos e Emílio Goeldi, dentro das especificidades de suas atuações

¹¹⁷ *Diário de Notícias*. 03 de setembro de 1891, p. 2.

¹¹⁸ OLIVEIRA, 2015, p. 18.

políticas e sociais. Outro caso, neste sentido, é a notícia do jornal belenense *O Democrata*, edição de dezembro de 1890, intitulada “Pelo Mundo” da qual trata das interpretações do “indiano” sobre a relação entre a distância dos círculos solares e as chuvas. Sem identificar nesta notícia de quem se tratava o “indiano” transcreve a seguinte frase “círculo perto, chuva longe e círculo longe, chuva perto”¹¹⁹.

O mesmo *Democrata*, mas agora em junho de 1893, na notícia “A influência dos sábios”, retoma assunto parecido ao veiculado em 1890, citando inclusive um tal sábio indiano, estabelece uma conexão indo-europeia para explicar o que a própria notícia trata como uma “singular coincidência”. Aqui, o conteúdo da publicação afirma que, na Índia, Rso Bahdour Kero Lakshman, professor do Dekhan Collegio, sustenta a teoria de que “as manchas de sol estão em relação direta com a chuva”, acrescentaria que diretamente proporcional, já que a notícia segue afirmando que “quanto maior for o número de manchas do nosso centro planetário, maior será a quantidade de chuva”¹²⁰. Tomando como referência a teoria do professor Rso Lakshman, “os sábios ingleses afirmam que as manchas do sol regulavam as falências da praça de Londres”, já que

Muitas manchas produzem muitas chuvas na Índia, e por conseguinte, abundantes colheitas de arroz. Muito arroz proporciona muito bem-estar aos hindus, que fazem numerosas encomendas aos ingleses. Muitas encomendas impedem as falências; portanto, muitas manchas impedem muitas falências¹²¹.

A ligação com a chuva se apresenta de diferentes maneiras: sejam elas por questões econômicas como a partir dessa interação indo-europeia estabelecida pela lógica dos “sábios ingleses” entre a relação das chuvas na Índia e a manutenção da economia inglesa, tendo em vista sobretudo a colonização britânica naquele território; ou pela dinâmica da transmissão desse tipo de notícia em um jornal belenense. Não foi possível identificar se esta notícia repercutiu em outros veículos de comunicação de outras cidades do país. É provável que sim, já que algumas das notícias publicadas aqui eram transcrições ou ecos de notícias de outros jornais que circulavam em outros estados e até em outros países, principalmente com o advento de novas tecnologias de informação como foi o caso do telégrafo.

Mas a importância e a abundância das chuvas em Belém refletiam nessas publicações não apenas no contexto local, como temos observado, mas em relação a outros lugares e agentes científicos do mundo, suscitando a curiosidade e o debate sobre o tema chuva, de maneira que

¹¹⁹ O Democrata. 03 de dezembro de 1890, p. 1.

¹²⁰ O Democrata. 21 de junho de 1893, p. 2.

¹²¹ O Democrata. 21 de junho de 1893, p. 2.

um periódico do interior Amazônico chamado de *O Industrial*, baseado na experiência belenense de “chuvas torrenciais”, questiona quanta água poderia existir na atmosfera terrestre para “poder deixar cair tanta porção dela”. Com quase que constantes “chuvas torrenciais”, não seria possível responder a esta pergunta, segundo a publicação do jornal, já que, tendo em vista os altos índices de evaporação na região, seria difícil a interpretação de tais dados. Para isso, citando e interpretando as observações realizadas pelo químico, físico e meteorologista britânico John Dalton, sobre o peso e quantidade do vapor d’água acumulado na atmosfera, a partir de cálculos da pressão média barométrica, esta notícia *d’O Industrial* propõe que com quantidade “aproximadamente cem vezes o volume ou peso d’água contida no lago de Genebra”, seria possível, “Se esta chuva acontecesse cair; se uma chuva torrencial despejasse toda a atmosfera de sua água, o globo inteiro, suposto uniformemente chato, ficaria coberto de uma camada de água de 14 centímetros de espessura”¹²².

John Dalton, considerado um dos pioneiros nos estudos atomísticos, foi famoso também pelas suas pesquisas e análises meteorológicas. Matemático, suas explicações da natureza e seus fenômenos foram atravessadas por modelos oriundos dessa disciplina como as medições de pressão, temperatura, direção e intensidade dos ventos, e umidade e tamanho das nuvens, chamando, estes últimos, a atenção do jornal paraense *O Industrial*, em sua edição de 14 de agosto de 1902. De acordo com Cesar de Barros Lobato, Dalton acreditava que a partir de análises diárias de tais dados, seria possível “encontrar ‘padrões’ de comportamento do tempo e com isso, fazer previsão do clima”. É destaque – no campo da meteorologia – na trajetória de Dalton, sua passagem pela *Sociedade Literária e Filosófica de Manchester*, onde teve a possibilidade de publicar trabalhos sobre meteorologia, sobretudo graças à característica chuvosa da região onde o cientista pode coletar e se fazer valer de dados para suas investigações¹²³. John Dalton, que faleceu em 1844, fora influente em inúmeras áreas, tendo seus trabalhos sido referenciados ao longo daquele século, chegando inclusive a repercutirem suas observações meteorológicas em um jornal da Belém de 1902 (dados apresentados pelo cientista cem anos antes em seu livro de 1802 “*Meteorological observations made at Manchester*”), onde as questões relacionadas ao clima, e mais especificamente a chuva, estavam atreladas a ordem do dia a dia da cidade como saúde pública e salubridade.

¹²² *O Industrial*. 14 de agosto de 1902, p. 2.

¹²³ LOBATO, C.B. **Alguns aspectos sobre o calórico e o diâmetro dos átomos no trabalho de John Dalton**. 2011. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. p. 21.

Estudos relativos à chuva e ao clima estiveram em pauta em diversos países europeus e Estados Unidos, em seus institutos de pesquisa e revistas científicas. Uma preocupação recorrente parecia ser com aqueles lugares onde a chuva era menos frequente ou característica, o que em Belém, por exemplo, podia ser considerada, nesse caso, um problema a ser solucionado. Tema que parece ser importante que seja debatido e disseminado já que os jornais da cidade reproduziram ao longo dessas três décadas (1890 - 1920), informações, pesquisas e produtos relacionados ao tema e até a produção artificial de chuva. Uma tiragem de *O Democrata* de fevereiro de 1890 reproduz informações oriundas do North Western Railroad, nos Estados Unidos. No trecho transcrito por esta edição, afirma-se que a teoria apresentada pelo instituto norte americano, uma “curiosa teoria sobre as causas do aumento das suas monções e chuvas torrenciais”, que há uma relação direta entre o aumento de chuvas e o uso de “locomotores” que “arrojam” um enorme número de “jardas cúbicas” na atmosfera toda semana¹²⁴.

A questão da chuva artificial parecia tão importante que em outubro daquele mesmo ano o *Diário de Notícias* informava em Belém que o congresso de Washington havia concedido um crédito de dois mil dólares para que se desse início a experiências sobre a produção de chuva. Sob a responsabilidade do chefe da repartição das florestas, identificado como Dr. Fernow, os experimentos consistiram no uso de balão “destinado a explodir em determinadas altitudes e provocar ali fenômenos que condensam e convertem em chuva os vapores ambientais”¹²⁵. Bernard Eduard Fernow, originário da Prússia, serviu na American Forestry Association (AFA) como único engenheiro florestal devidamente capacitado, nos Estados Unidos, de 1876 a 1891. Sua formação na área se deu anos antes quando vinha sendo preparado para assumir os negócios da família, o que nunca aconteceu. Após terminar seus estudos na Forest Academy at Muenden, mudou-se para os Estados Unidos, onde atuou e desempenhou importante papel na AFA por conta de seus estudos e especialidades, sobretudo na área da silvicultura¹²⁶.

¹²⁴ *O Democrata*, 26 de fevereiro de 1890. p. 2.

¹²⁵ *Diário de Notícias*, 09 de outubro de 1890. p. 2.

¹²⁶ A Forest History Society, de acordo com a apresentação disponível em seu site, “é uma biblioteca e arquivo sem fins lucrativos dedicados a coletar, preservar e divulgar a história da floresta e da conservação para que todos possam usar”. Como parte de sua missão, a FHS ratifica que “[...] está continuamente buscando formas inovadoras de aprimorar seus programas de pesquisa, publicação e educação, e novos métodos para promover o estudo da história ambiental”. FOREST HISTORY SOCIETY. **Bernhard E. Fernow (1851-1923)**. Disponível em: <https://foresthistor.org/research-explore/us-forest-service-history/people/chiefs/bernhard-e-fernow-1851-1923/>. Acesso em: 16/06/2022.

A dedicação do Dr. Fernou na AFA direcionada a questão da silvicultura nos leva a inferir sobre suas motivações e interesses em projetos e pesquisas relacionadas a questões climáticas, já que este ramo da ciência, segundo Talita Delgrossi Barros, é destinado a estudar “maneiras naturais e artificiais de restaurar e melhorar o povoamento nas florestas, para atender as exigências do mercado”, podendo ser aplicado ainda “na manutenção, no aproveitamento e no uso consciente das florestas”¹²⁷. Notícias internacionais como estas ligadas a experimentos deste tipo, podem interessar ao público leitor de nossos jornais, tendo em vista a possibilidade de investimentos, sobretudo em áreas de manejo daquele que era o principal produto de comércio da região, já que, como vimos, os índices pluviométricos são bastante distintos no Vale Amazônico. A qualidade de “região chuvosa” na qual Belém está inserida, não se configura como uma realidade uniforme Rio Amazonas adentro, como relataram diferentes viajantes que por aqui estiveram ao longo do século XIX e como vimos em estudos sobre a geografia da região.

Os norte-americanos parecem, a partir da leitura dos nossos jornais, os pioneiros, ou pelo menos especialmente interessados, em produzir chuva, tanto o é, que o *Diário de Notícias* de julho de 1891 e junho de 1892 informam-nos sobre novas quantias destinadas ao desenvolvimento desses projetos que consistem sobretudo na realização de grandes explosões em determinadas altitudes, com o intuito de condensar partículas de água na atmosfera. A notícia de 1891 destaca que o governo dos EUA destinou algo em torno de 45.000 francos para as ditas experiências¹²⁸. Enquanto a notícia de 1892 nos leva a considerar que havia uma grande expectativa positiva neste empreendimento, ao ponto de ser fundada também nos EUA, uma companhia cuja finalidade era a produção de chuva por meio dos mesmos mecanismos. De acordo com o *Diário de Notícias*, estava “com efeito provado que as explosões produzem chuva quando o ar está suficientemente húmido; mas nem sempre a chuva, artificialmente produzida, cai onde é preciso ou especialmente deseja”¹²⁹.

Os experimentos e as questões relacionadas à chuva artificial parecem também ter gerado interesse internacional ao longo desta última década do século XIX e ainda na primeira década do século seguinte. Mas como nos informa o *Correio Paraense*, as primeiras observações que teriam dado sentido e despertado a atenção para tais experiências tiveram

¹²⁷ BARROS, Talita Delgrossi. Silvicultura. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fmcbbcqw02wyiv80kxlb36vbkge01.html>. Acesso em: 16/06/2022.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, 05 de julho de 1891. p. 2.

¹²⁹ *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1892. p. 3.

origem anos antes. Em 25 de agosto de 1892, este jornal noticiava que durante a guerra da Crimeia (1853-1856) um farmacêutico francês, de nome Charles Mauot, observou que “chuvas torrenciais ocorriam sempre depois dos canhoneiros mais renhidos em torno de Sebastopol”¹³⁰. O *Estado do Pará* de fevereiro de 1915 voltaria a relacionar “A Guerra e a Chuva”, como propõe o próprio título da notícia. Com informações transcritas de Portugal, durante a Primeira Guerra Mundial, procurou esclarecer que

Na opinião de alguns cientistas, as chuvas insistentes que temos tido ultimamente são devidas a guerra, pelo efeito que o disparo dos canhões tem na atmosfera. O canhoneio contínuo que tem havido na linha ocidental da guerra pode ter produzido o excesso de chuvas que tem havido na Europa e que aqui em Portugal nos tem saturado até aos ossos.

É uma lei de física que se o ar quente e húmido arrefece, a chuva produz-se imediatamente. Ora os tiros de canhão, pela enorme agitação que ocasionam nas diferentes camadas do ar da atmosfera, produzem mudanças de temperatura e daí chuva.

Para confirmar esta teoria está o fato de que várias batalhas têm sido seguidas de temporais. As que o não foram é porque o ar do meio ambiente não estava suficientemente húmido¹³¹.

Não se sabe ao certo se a lógica apresentada pelos jornais a partir de relatos de pesquisadores de diferentes partes do mundo estava correta ao relacionar os bombardeios de períodos de guerra a precipitações pluviométricas. Mas é bastante provável que esta teoria tenha influenciado aqueles que passaram a desenvolver estudos e experimentos nesse sentido, já que a técnica empregada e descrita nas notícias é a de explosões em determinadas altitudes. O que se sabe também é que a criação de chuva, ou a chuva artificial pareceu uma tendência adotada naquele momento, sendo noticiada a partir de relatos mundo afora. O *Democrata* circulou em março de 1892 nota sobre os investimentos do governo argentino em experiências com chuva artificial que, de acordo com o que foi divulgado, teria “resultados magníficos”¹³². Enquanto o *Correio Paraense* informava que na Bélgica novas técnicas vinham sendo adotadas com a mesma finalidade (os belgas propunham a utilização de correntes elétricas na atmosfera para condensar as nuvens de chuva)¹³³.

Franceses e austríacos também se aventuraram nesse processo. A *Academia de Ciências de Paris*, de acordo com os resultados divulgados pelo jornal *O Democrata*, utilizando-se das mesmas técnicas empregadas pelos belgas, eletrificou nuvens para produzir chuva¹³⁴. Enquanto na Áustria “foi inventada uma máquina para fazer chuva. É um balão

¹³⁰ *Correio Paraense*, 21 de outubro de 1893. p. 3.

¹³¹ *Estado do Pará*, 16 de fevereiro de 1915. p. 1.

¹³² *O Democrata*, 05 de março de 1892. p. 2.

¹³³ *Correio Paraense*, 23 de novembro de 1893. p. 1.

¹³⁴ *O Democrata*, 02 de dezembro de 1893. p. 2.

carregado de dinamite que se inflama por meio de fios elétricos, se comunicando com uma pilha logo que ele atinge a região das nuvens, e então é chuva a valer”¹³⁵. Mas os americanos parecem mesmo ter despontado nesse sentido, tendo em vista a recorrência de referências a experimentos oriundos daquele país. Além dos já citados, há a notícia de que miss Mary Myers, uma norte americana de Boston, envolvida junto ao marido Carl Myers, em experimentos e na criação de equipamentos aeronáuticos como o “velocípede aéreo”, no qual voava com frequência¹³⁶, também se envolveu com questões meteorológicas, como nos informa *O Industrial* em uma edição de dezembro de 1902.

A experiência de miss Myers, que há muito vinha buscando desenvolver gases que facilitassem a utilização de balões dirigíveis, consistia em inflar e lançar a 1700 metros de altura um globo de cerca de 4 metros de diâmetro cheio de oxigênio e hidrogênio, ao atingir àquela altura, como nos informa *O Industrial*, Myers eletrificou o balão e o fez explodir gerando, pouco tempo depois, uma chuva torrencial. A experiência de Miss Myers, ainda segundo o jornal, contou com comprometimento do governo norte americano, já que teria sido um pedido insistente do ministro da agricultura¹³⁷, Miss Myers não esteve envolvida apenas com experiências científicas e laboratoriais, ela também ficou conhecida na história norte-americana como uma mulher de ação.

Junto ao marido, passou a pilotar suas próprias invenções como os balões dirigíveis de passageiros, e ficaria conhecida como “Carlota, a Lady Aeronaut”, algo como “a senhora aeronauta”, o que, segundo Preston Brassett, havia sido uma decisão da própria Myers que considerava seu nome “Mary”, pouco romântico e exótico¹³⁸. O conhecimento de Lady Aeronaut para operar os balões dirigíveis advinha de sua experiência no manejo de uma série de equipamentos náuticos e aeronáuticos como o barômetro, além da sapiência e familiaridade com a físico-química dos gases e suas densidades, das altitudes das correntes de ar, decorrentes de voos anteriores, como pelo uso de sacos de areia para controlar o peso e os lemes de direção¹³⁹.

¹³⁵ *O Industrial*, 09 de maio de 1901. p. 3.

¹³⁶ BROWN, John Howard (1904). **Biographical Dictionary**. Biographical Society. p. 99. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_EIIDAAAAYAAJ. Acesso em: 11.11.2023.

¹³⁷ *O Industrial*, 04 de dezembro de 1902. p. 1.

¹³⁸ BASSETT, Preston R. (April 1963). "Carlotta, the Lady Aeronaut of the Mohawk Valley". **New York History**. New York Historical Association. 44 (2): 145–172.

¹³⁹ "A Woman Aeronaut Tells How She Sailed Home in Her Balloon". **Weekly Oregon Statesman**. Salem, Oregon. November 23, 1894. p. 7.

Dada a importância da chuva para a manutenção de determinadas condições, consideradas mínimas, para a sobrevivência e, da ocupação e domínio de determinadas áreas, principalmente aquelas caracteristicamente mais secas, ou que poderiam enfrentar períodos estios prolongados, era importantíssimo, como no caso do sertão nordestino que sofreu com grandes crises de abastecimento de água que, por sua vez, provocaram processos migratórios sem precedentes, o desenvolvimento de técnicas de manejo e até mesmo “criação” de água. Para esta região, a proposta que gerou debates nos círculos científicos para a produção de chuva artificial que garantisse abastecimento regular de água foi diferente daquela que vinha sendo testada por cientistas mundo afora.

A proposta de solução adotada como resolução sistemática ao problema do nordeste brasileiro seria a criação de açudes que garantisse umidade do ar suficiente para gerar chuva. Adriano Silva, Yuri Simonini e Angela Ferreira afirmam que a construção de barragens e açudes já se caracterizava como uma possível solução para as regiões afetadas por secas prolongadas mas, foi apenas a partir daquela que foi considerada como a “grande seca”, que esta prática se tornou um plano de governo ordenado, e não mais uma ação paliativa; além da criação da Escola Politécnica que permitiria a formação de profissionais considerados qualificados a responder aos problemas e anseios da sociedade brasileira. A seca de 1877 a 1880 marcou a política governamental de combate aos efeitos de eventos dessa ordem, principalmente influenciadas pelo debate técnico-científico do Instituto Politécnico. A finalidade oficial era combater as mazelas decorrentes desse que era considerado um desastre natural, o que não impediu que gerassem debates de diferentes correntes científicas sobre a efetividade da ação proposta¹⁴⁰.

Silva, Simonini e Ferreira consideram também que o primeiro trabalho a relacionar chuvas como resultado direto da criação de açudes havia sido elaborado pelo senador Pompeu e publicado ainda em 1877, vindo a influenciar muitas obras seguintes, como a de André Rebouças, e encontrado no engenheiro João Ernesto de Viriato de Medeiros um dos principais críticos, ao argumentar que a solução encontrada por Pompeu, esbarrava em um problema relativamente simples, a evaporação. Este fenômeno físico faria secar as represas que, por sua vez, não tinham alimentação natural, dependendo das próprias chuvas para sua manutenção¹⁴¹.

¹⁴⁰ SILVA, Adriano W.; SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. Engenheiros criadores de chuva: a 'Escola Plurífera' e o 'Gargalheiras'. In: **Encontro Nacional De História Do Pensamento Geográfico, 3º Encontro Nacional De Geografia Histórica**, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: PPGG/PosGeo, 2012, p. 1-19. p. 5.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 8.

Viriato Medeiros, de acordo com os autores, batizou os entusiastas dessa teoria de “Escola Plurífera”, por considerarem que onde houvesse foco de evaporação de água, haveria, por conseguinte, condensação e chuva.

A partir de referências que vinham desde os anos de 1860, aqueles considerados como adeptos da “Escola Plurífera”, defenderam a eficiência e a eficácia da construção de açudes para assegurar, não necessariamente o armazenamento de água para uso em períodos de estiagem, mas um regime regular de chuva a partir da relação que enxergavam como lógica. Apesar dos debates sobre sua eficiência, a construção de açudes e barragens parece ter sido adotada efetivamente como uma solução ao problema da seca, sobretudo se levarmos em consideração que, como argumentam Adriano, Yuri e Angela, esse empreendimento tinha “baixo custo de execução e o aproveitamento de mão-de-obra local”, e tendo sido utilizado como argumento nas justificativas de construção de novos açudes por ao menos três décadas seguintes¹⁴².

Mas, se em Belém a criação de chuva não parecia ser necessária, tendo em vista que não se tem conhecimento de relatos de sua escassez, as questões científicas apareceram também nas páginas dos periódicos da cidade de outra maneira: a partir de recomendações e receitas sobre possíveis usos da água da chuva, fator natural que, como temos visto e veremos ao longo deste trabalho, se conformava como uma característica da cidade, principalmente pela sua abundância e periodicidade. A multiplicidade de temas relacionados à chuva se apresentava também a partir da diversidade de origens dos estudos descritos e reproduzidos nos jornais da capital paraense, como em: “O médico da estação balnear de Murgendorf, na Alemanha, acaba de publicar um aviso dirigido às senhoras”.

A recomendação do médico alemão, segue a publicação de dezembro de 1893 do jornal *O Democrata*, tratava-se do bem-estar e da saúde das mulheres, recomenda-se que as senhoras levantem a cauda dos vestidos quando do tempo seco, já que na teoria apresentada, o vestido esbarrado no chão levantaria poeira e miasmas que seriam prejudiciais à sua saúde. Do contrário, deixá-las arrastar a cauda dos vestidos em épocas de chuva, seria um “serviço relevante a limpeza das vias públicas!”. Parece, para os padrões atuais, que está recomendação tenha até um tom de comicidade, o que, no entanto, apesar de ser possível considerar, não o é afirmar. O “tal médico”, identificado na notícia apenas como Patusco, não se sabe quem é, já

¹⁴² SILVA, SIMONINI, 2012, p. 11.

que não se tem dados mais aprofundados dele na notícia em questão, mas o título – “Um aviso as senhoras” – parece indicar que tal orientação era um fato, e não uma mera brincadeira.

Alguns anos mais tarde, o *Folha do Norte* propõe um desafio aos “leitores que têm gosto pelos estudos de física prática”. A notícia de março daquele jornal, tendo em vista, como também já vimos, este ser considerado o auge do período chuvoso na cidade, nos leva a supor que a temática, mesmo se tratando de uma pesquisa vinda de um lugar geograficamente distante, pode-se justificar sua publicação por estar relacionada a questões locais. Segundo o jornal, na notícia intitulada “A utilização da água da chuva”, a *Cassiers Magazine*¹⁴³, propõe que se utilize a água da chuva que cai nos telhados para acionar turbinas colocadas no solo que influenciariam um dínamo que, por sua vez, carregaria acumuladores e forneceriam eletricidade para iluminação¹⁴⁴. A própria notícia indica que, apesar de se tratar de uma “excelente revista científica”, a mesma não toma a responsabilidade da efetividade da ideia, acredita-se que, também por isso, ainda na mesma notícia, expressa-se que “Apesar de acharmos a ideia realmente engenhosa e aproveitável, devemos, contudo, dizer que tão belo projeto ainda não foi posto em execução”. Lançando, assim, a ideia de que façam os próprios leitores a experiência científica.

Outros jornais belenenses ao longo dos anos de 1890 a 1920 trataram do tema: aquilo que tenho chamado de “Recomendações e Receitas” relacionados principalmente à água da chuva. E como tem sido proposto aqui, por conta da influência que esta representa para a cidade, levando em conta a sua peculiaridade. Como veremos adiante, havia desde tempos anteriores a estas notícias, uma preocupação exacerbada com a higiene, a saúde e a salubridade pública e privada da cidade tendo em vista as intensas epidemias pelas quais Belém havia passado e ainda passava naquele momento. Preocupação expressa nos relatórios oficiais da Intendência, por exemplo, mas também nas páginas dos jornais como na notícia do *Estado do Pará*. Além do mais, como veremos no tópico seguinte, por conta da relação estabelecida entre a tríade higiene,

¹⁴³ A *Cassiers Magazine: An Engineering Monthly*, criada em 1891, por Louis Cassier, um publicitário de Boston, foi uma revista de circulação mensal especializada em questões ligadas à engenharia. A revista, pertencente a sua companhia, a *Cassiers Magazine Company*, com sede em Nova York, teve como foco questões científicas, sobretudo aquelas relacionadas à engenharia, uma paixão de seu fundador. Além de proprietário, Louis Cassier foi editor do periódico até sua morte em um acidente durante uma viagem de retorno aos Estados Unidos, em 1906, sendo substituído por Henry Suplee até o encerramento da revista em 1913. Smithsonian Libraries. **Cassier's Magazine**. Disponível em: <https://library.si.edu/digital-library/book/cassiers-magazine>. Acesso em 29.06.2022. Archive Org. **Cassier's Magazine**. Disponível em: <https://archive.org/details/cassiersmagaz411912newy>. Acesso em: 29.06.2022. WIDMANN, Melaine. **Biography Louis Cassier – Founder of Cassier's Magazine**. Ctg Publishing. 2013. Disponível em: <https://ctgpublishing.com/biography-louis-cassier-founder-of-cassiers-magazine/>. Acesso em 29.06.2022.

¹⁴⁴ *Folha do Norte*, 15 de março de 1896. p. 3.

saúde e clima, serviu como base de disputas políticas e científicas acerca da questão da civilidade e do progresso.

Nesta nota, a água da chuva é considerada a melhor e mais adequada para a higienização das mãos e garantia da saúde, levando em conta que este órgão fora considerado um veículo de “átomos de poeira”. Especula-se que

Para ser famosa...

Há uma arte, uma ciência de lavar as mãos. É bom lavá-las várias vezes por dia. Não se esqueça, com efeito, que a mão que toca mil objetos é veículo de numerosos átomos de poeira. Uma regra geral: evite água demasiado fria, assim como a água quente demais. O cheiro viria depressa. Empregue-se de preferência a água morna, fervida, se possível for. O ideal seria a água da chuva levemente quente. Para o toailete da manhã, e para essa unicamente, usem sabonete. O seu emprego demasiado frequente irrita depressa a pele. Sirvam-se do sabão mais simples, do mais natural. Acrescentando-lhe um pouco de bicarbonato ou de borato de soda. Perfumem-nas mesmo com um pouquinho de benjoim”¹⁴⁵.

A preocupação com a proliferação de doenças e a associação com a higienização das mãos, como vemos na publicação do *Estado do Pará*, parece-nos, de certa forma, algo bastante novo naquele início de século ao ser tratado como uma “descoberta”. Atribui-se ao médico húngaro, Ignaz Semmelweis, em 1847, tal observação sobre a importância de um hábito que até aquele momento não fazia parte sequer da rotina hospitalar: higienizar as mãos. Semmelweis, segundo Écila Mota (et. al), é considerado um dos pioneiros no controle de infecções hospitalares ao observar que a lavagem das mãos com sabão, considerado como ato simples, reduziria os índices de morte das parturientes pela febre puerperal e que “a higienização das mãos constitui como medida primária para a prevenção das infecções hospitalares”¹⁴⁶. De acordo com Mark Best e Duncan Neuhauser, Semmelweis, após receber seu diploma de medicina em Viena em 1844, foi nomeado três anos depois para ocupar o cargo de assistente em obstetrícia em um hospital universitário, o *Allemeine Krankenhaus*, também em Viena. Foi durante sua vivência naquela instituição que Ignaz Semmelweis teve a oportunidade de levantar um dado importante: no hospital, morriam mais mulheres por complicações pós-parto, do que aquelas que eram atendidas por parteiras¹⁴⁷.

Best e Neuhauser indicam que Semmelweis, após várias suposições, concluiu que o fato de as mortes por infecção serem maiores no hospital estaria relacionada ao fato de que os

¹⁴⁵ Estado do Pará, 17 de setembro de 1911. p. 1.

¹⁴⁶ MOTA, Écila Campos et al. Higienização das mãos: uma avaliação da adesão e da prática dos profissionais de saúde no controle das infecções hospitalares. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 4, n. 1, p. 12-17, 2014.

¹⁴⁷ BEST, Mark. NEUHAUSER, Duncan. Ignaz Semmelweis e o nascimento do controle de infecções. **BMJ Qualidade e Segurança**, v. 13, nº 3, pág. 233-234, 2004. p. 233.

médicos e estudantes responsáveis pelos partos eram os mesmos que manuseavam cadáveres durante autópsias realizadas momentos antes dos partos, atividade que as parteiras não desempenhavam. Assim, Semmelweis concluiu que a exposição das mulheres ao material cadavérico aumentava o risco de infecção e propôs a realização de um estudo que indicava a lavagem das mãos como método profilático eficaz. Os autores apontam, ainda, que o professor Klein, um dos superiores do recém-formado médico, discordara de suas conclusões. Semmelweis apontou como resultado de seu estudo que a lavagem das mãos derrubou os índices de mortalidade para 2% dos casos e quando os instrumentos cirúrgicos também eram lavados com água e sabão, os índices caíram para 1%. O mesmo professor Klein, por sua vez, embasado pela teoria miasmática que vigorava naquele momento, considerava que a queda nos índices de mortalidade por infecção pós-parto estava atrelada a melhores condições de ventilação do hospital¹⁴⁸.

Isso se justificava porque, como nos atestam Robert e Lilian Martins, a teoria miasmática é uma das correntes mais antigas da medicina, que associa as epidemias a impurezas existentes no ar, denominadas miasmas. Supunha-se que os miasmas se originavam a partir de exalações de pessoas e animais doentes, emanações dos pântanos, de dejetos e substâncias em decomposição, sendo sua presença detectada através do mau cheiro. Acreditava-se que ao impedir a propagação dos maus odores, seria possível prevenir ou evitar as epidemias. Curiosamente, essa teoria “não científica”, que se tornou especialmente popular no século XVIII e início do século XIX, foi responsável pelo surgimento do movimento higienista desse período¹⁴⁹.

Mas a insistência Ignaz Semmelweis em contrapor esta teoria tão enraizada no conhecimento da época, garantiu, por um lado, que ele fosse apoiado por um grupo de jovens médicos, passando a compor o que foi considerado como uma nova geração de profissionais que viriam a transformar o hospital Allgemeine Krankenhaus no maior hospital de ensino do mundo, ainda na segunda metade do século XIX. No entanto, Mark Best e Duncan Neuhauser nos lembram também que, antes desta façanha, a licença de Semmelweis não foi renovada para aquele mesmo hospital, atuando em instituições saúde e ensino fora de Viena até sua internação e posterior morte em um manicômio público aos 47 anos¹⁵⁰. Mesmo rejeitada por determinados

¹⁴⁸ BEST, NEUHAUSER, 2004, p. 233.

¹⁴⁹ MARTINS, Lilian Alchier Pereira, MARTINS, Roberto de Andrade. Infecção e higiene antes da teoria microbiana: a história dos miasmas. **III Encontro de Filosofia e História da Biologia**: Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP. 2005.

¹⁵⁰ BEST, NEUHAUSER, *Loc. cit.*

grupos, a teoria de Semmelweis parece ter se perpetuado através de mentes consideradas mais jovens, como apontaram os autores. Apesar de a nota do jornal *Estado do Pará* não indicar quem seria o idealizador por trás da “arte” ou “ciência de lavar as mãos”, a biografia de Ignaz Semmelweis, considerado como o pioneiro nesta teoria, indica que provavelmente ele tenha sido a influência para esta recomendação apresentada no *Estado do Pará*, um jornal de grande circulação na capital paraense.

Especula-se que a “descoberta” esteja na relação entre a prática de lavar as mãos e seus benefícios à saúde, por desconhecer ou desconsiderar hábitos de higiene e saúde, ou cuidados com corpo entre os povos originários do Brasil, mesmo muito antes da chegada dos europeus na América. Neide Gomes de Oliveira, por exemplo, nos lembra, primeiramente, da importância da água como “elemento primordial” para a prática da assepsia e higiene do corpo¹⁵¹. A autora afirma também que no Brasil “o hábito do banho é herança indígena. Os índios costumam banhar-se diariamente, várias vezes, exercendo o banho certa função em sua vida”¹⁵². Dos usos da água como forma de manutenção da higiene e da saúde, ela elenca outras tantas práticas que compunham o cotidiano das populações indígenas.

Entre seus outros hábitos de higiene destacam-se o depilamento de todo o corpo, inclusive cílios e sobrancelhas; o corte das unhas; o pentear-se ou alisar os cabelos após o banho, catando ao mesmo tempo piolhos; lavagem das mãos antes e depois das refeições, lavagem que é feita enchendo a boca com água e soltando o jorro sobre as mãos.

Viajantes e cronistas fazem referências constantes ao asseio do brasileiro que era extremamente cuidadoso com a limpeza de seu corpo. Constituíam-se, segundo eles, em grande aborrecimento, estar distante de rio ou mar onde pudesse banhar-se¹⁵³.

Destas práticas habituais, como vemos no trabalho de Neide Oliveira, lavar as mãos era prática cotidiana entre as populações indígenas, já que, como no extrato acima, era feita regularmente antes e depois das refeições. Talvez não seja possível afirmar que todos tinham a dimensão da importância, para a higiene e saúde sua e dos demais, da lavagem das mãos, já que algumas práticas dessas populações tinham, como vimos em tópicos anteriores, caráter cultural ligado, inclusive, à sua religiosidade. Mas compunham a realidade e o cotidiano dos povos que foram dominados, sobretudo a partir de discursos higienistas e civilizatórios. Dalvino Troccoli Franca explica que aquilo que entendemos por religião está associado aos mitos e crenças que ajudam a explicar, de uma perspectiva indígena, o mundo em que vivem. Para ele, os mitos têm

¹⁵¹ OLIVEIRA, Neide Gomes. História dos hábitos de higiene no Brasil dos séculos XVIII ao XX. **Dimensões** - Revista de História da UFES. Vitória, Departamento de História, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo. n° 2. 1991. p. 43.

¹⁵² *Ibid.*, p. 44.

¹⁵³ OLIVEIRA., *Loc. cit.*

uma forte relação com a estrutura social de cada povo, tendo a água, uma grande importância, principalmente para as narrativas de origens de alguns deles¹⁵⁴.

É provável que hábitos europeus associados aqueles praticados por povos indígenas mesclaram-se, entre conflitos e mediações, ao longo da formação histórica do Brasil, difundindo-se como práticas importantes que garantissem a manutenção da saúde e a salubridade das cidades brasileiras, destacando-se nessa virada de século. Assim, vimos (e retomaremos adiante) que a questão da higiene, da salubridade e da saúde pública estavam em voga e via de regra a água era um importante componente para a manutenção positiva e resolução de possíveis problemas urbanos, como veremos adiante ao levantar que o regime de chuvas era invariavelmente o período ideal para a execução de determinadas obras como, nas palavras de Antonio Lemos acessadas a partir de seus relatórios, obras e serviços executados por secretarias importantes como a de Higiene e a de Obras; serviços, por exemplo, como os de desobstrução da rede de esgotos que aproveitava a água e a força das chuvas para a sua execução. Veremos também que esta tríade (higiene, salubridade e saúde pública) serão pautas de debates políticos relacionados a civilidade e progresso, por isso, muitos discursos procuraram legitimar Belém como uma cidade civilizada, por ser livre de doenças e epidemias comuns em outros lugares, graças ao seu clima que tudo regula positivamente.

O *Estado do Pará*, por exemplo, retorna a este texto por conta, entre outras, da sua notícia intitulada “As águas potáveis de Belém”. Aqui, citando o “sr. Dr. Barbosa Rodrigues Junior”¹⁵⁵, o jornal, ao tratar da questão da água em Belém, explica, a partir das palavras do referido Dr., que

Não há tipismo endêmico no equador paraense, porque a trindade divina que preside os destinos desta ubérrima e incomparável planície verde; a água ou a chuva, o calor ou o sol, a umidade ou o húmus, não deixa viver mais que a única necessária para extinguir um povo, a rainha das moléstias: a malária amazônica.

¹⁵⁴ FRANCA, Dalvino Troccoli. **A história do uso da água no Brasil: do descobrimento ao século XX**. Brasília: ANA, 2007. p. 57.

¹⁵⁵ Cláudio Ximenes, ao analisar a trajetória de João Barbosa Rodrigues tanto no âmbito pessoal quanto no intelectual, em sua dissertação de mestrado, sobretudo como naturalista, nos esclarece que João Barbosa Rodrigues Junior, optou por não utilizar o termo "Júnior" assinando apenas como João Barbosa Rodrigues. Cláudio Ximenes também esclarece que dos 14 filhos que o naturalista brasileiro teve com sua terceira esposa, Constança Eufrosina da Borba Pacca, Barbosa Rodrigues Junior que ocupou o cargo de naturalista viajante enquanto o pai era diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e fundou a Sociedade Brasileira de Botânica. Acredita-se que o “Junior”, personagem apresentado na notícia do jornal *Estado do Pará* que trata da questão da água em Belém seja Barbosa Rodrigues Junior filho de João Barbosa Rodrigues Junior, já que este morrera 06 anos antes. XIMENES, Cláudio Lísias Moreira. **Um homem de “ciências” no vale do Amazonas: Etnografia no rio Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. 2020.

Três deuses vivificadores e dizimadores do mal e o homem não os compreende, não os aproveita. Deve com tenacidade, sacrifício, humanidade e patriotismo ajudá-los, fazendo desta formosíssima porção do mundo a PÁTRIA IDEAL¹⁵⁶.

Sabemos que ao contrário do que se afirma na notícia, Belém já sofria com o aumento de casos de determinadas doenças, gerando preocupação aos administradores públicos da capital e causando inconvenientes as suas administrações, já que, como vimos anteriormente, saúde, higiene e salubridade também estavam associadas a questões políticas de civilidade e progresso. Veremos a frente e de maneira mais adequada que esta era uma preocupação de Lemos que, parecendo procurar se eximir da responsabilidade do problema e dar uma resposta e solução a questão, afirmava que as moléstias que assolavam a cidade eram oriundas de outros lugares e chegavam aqui através de migrantes, mas que pouco se observava circulação na população local já que o clima favorável impossibilitava a proliferação de tais doenças.

Estas preocupações eram também políticas, sobretudo porque Belém pertencia a uma dinâmica (e pareciam seus representantes políticos interessados nisso) econômica, política, social e cultural internacional. A economia da borracha permitiu que circulassem pessoas, ideias e capitais em uma intensidade e profusão sem precedentes no período áureo da borracha na Amazônia. A capital paraense, principal praça comercial da região e importante estrategicamente para o escoamento do produto, tinha em seus jornais uma diversidade de assuntos relacionados a chuva, sobretudo porque aqui, além de característica natural peculiar, se fez componente da formação da identidade do belenense, bem como da cultura, da política, da economia e da ciência. Significativo deste último são as notícias sobre experimentos, recomendações e receitas sobre a importância da geração, captação e aproveitamento da água da chuva.

O jornal *Estado do Pará*, já no contexto de crise do ciclo da economia da borracha, trouxe duas notícias que parecem bastante relevantes para aquele momento. “Para obter seringueiras robustas” é iniciada com uma “chamada” do dr. Alexandre de Oliven sobre a falta de cuidados ser pior que a falta de conhecimento. Seguido dessa atenção vem a “acusação” de que os plantadores de seringueiras da região não têm os devidos cuidados com as suas plantações “ordinariamente mal constituídas e pouco resistentes ao rude trabalho extrativo de nosso uso”. Continuando com uma série de recomendações para o melhor desenvolvimento de um seringal plantado, bem como de árvores mais fortes e resistentes, como: a manutenção da umidade das sementes - previamente selecionadas – se essas não receberem água da chuva

¹⁵⁶ Estado do Pará, 03 de março de 1915. p. 2.

regularmente. Mais a fundo no texto, Oliven sugere que para seringueiras mais robustas é necessário que

Em 4 litros d'água da chuva deita-se 230 gramas de sabão *****, cortado em fatias final, e se leva tudo no fogo para dissolver. Noutra vasilha mede-se 6 1/2 litros de querosene e sobre este vai-se derramando devagar a solução quente, do sabão, batendo-se vivamente esta mistura, enquanto se derrama, com um pau de bater chocolate, ou agitando-a, energicamente, com o sopro dum ***** a cujo *****, se adapta um pedaço de tubo de borracha ou mesmo de folha de flandres, para emulsionar bem. Usa-se 1 parte desta emulsão em 13 ou 13 partes de água conforme o estado do tempo, húmido ou seco, aplica-se por meio dum pulverizador munido de uma peça que agita a composição durante o tratamento. Antes de usar experimenta-se primeiro o efeito de algumas gotas sobre as folhas mais *****; se queimarem as folhas, ajunta-se mais uma parte de água até não prejudicar *****. Pouco mais, ou nenhum decréscimo d'água será preciso adicionar a esta fórmula, que tem sido por mim aplicada, sem prejuízo das plantinhas.

(...)

Numa tina dissolveu-se, em 10 litros d'água da chuva 200 gramas de sulfato de cobre, como foi explicado para preparar a solução no tratamento das sementes da seringueira. Noutra vasilha dissolveu-se, também na mesma quantidade d'água da chuva, 150 gramas de cal do Reino, boa, que ainda não esteja "apeigada"¹⁵⁷.

A mesma água de chuva que coletada, fervida e misturada a outros elementos gerava uma solução que ajudava no desenvolvimento da *Hevea brasilienses*, considerava-se que também podia causar prejuízos. "Para destruir as más ervas" – notícia do mesmo jornal – indicava que a "chuva e a humidade favorecem a vegetação das ervas más"; mas esta mesma chuva, se bem tratada com a adição de cal e enxofre, serviria para a eliminação das ditas ervas.

Esta e outras notícias nos permitem inferir que em Belém a chuva se fez boa e má dependendo da situação e da quantidade que vinha dos céus; podia ser benção ou castigo; solução, problema ou inconveniente. Os experimentos, as recomendações e receitas são bastante exemplificativos disso. Mas como veremos também no próximo capítulo, de um lado as reclamações apontam para uma chuva de problemas; enquanto por outro ela colabora para a manutenção de um clima salutar que, por sua vez, colabora para uma cidade habitável, saudável e civilizada; já pelo viés da intendência de Belém ela está em determinados momentos causando uma série de inconvenientes ao administrador público, mas também pode ser uma importante aliada na execução de determinados serviços.

No tópico e no capítulo seguinte, entenderemos de maneira aprofundada como esta chuva, elemento natural, característico e tão importante para Belém, foi motivo de disputas políticas e intelectuais entre homens e mulheres de ciência a partir, sobretudo de dados meteorológicos produzidos, entre outros, pelo pioneiro da meteorologia na região, Emílio Goeldi e uma de suas sucessoras, a ornitóloga alemã Emília Snethlage, e como esses dados

¹⁵⁷ Os asteriscos indicam trechos ilegíveis. Estado do Pará, 06 de junho de 1915. p. 5.

foram absorvidos e utilizados por gestores públicos para argumentar, questionar e contrapor afirmativas e "calúnias" (para utilizar um termo inserido neste debate) sobre Belém, seu clima e sua gente, de forma a se auto promover como pessoas proeminentes no contexto social ao qual pertenciam.

1.3.A cobiçada chuva: o interesse “da ciência” na peculiaridade belenense.

A chuva desperta de diferentes formas a atenção e o interesse das pessoas que têm convivido com ela em Belém. Dos viajantes vieram relatos e impressões; dos memorialistas vieram descrições passionais; da população, a partir dos jornais, múltiplas impressões afetivas e relações materiais. Da ciência vieram estudos sobre sua “causa”, dados climáticos e meteorológicos, apontamentos sobre a influência do clima nos modos e hábitos da população, na manifestação e avanço de determinadas doenças. Essas e outras questões eram fundamentais em um momento em que se discutia com fervor a relação entre saúde, higiene, civilidade e progresso; onde a ciência assume protagonismo. Podem também, entre inúmeras outras possibilidades, ajudar a explicar, por exemplo, a criação de um sistema meteorológico no Museu Paraense no contexto de sua institucionalização e que viria a sofrer algumas tentativas frustradas de expansão, mas que prolonga seus serviços por pelo menos duas décadas. A chuva enquanto uma característica da cidade não ficaria de fora desses debates, como vimos nas inúmeras fontes já trabalhadas.

Mas a ciência não se fez por ela mesma, se materializando na vontade de homens e mulheres com interesses próprios, ou ideais de sociedade na qual estavam inseridos. Assim, vamos buscar algumas possíveis explicações de como este interesse “da ciência” se manifestou nesta que temos considerado como uma peculiaridade belenense. Aqui analisaremos o período em que esteve em funcionamento o serviço meteorológico do Museu Paraense e o papel de alguns dos cientistas que estiveram à frente deste trabalho, suas possíveis motivações, o contexto em que se localizam esses trabalhos e seus responsáveis. Este período é considerado, por exemplo, por Nelson Sanjad, como de transformações no cenário científico nacional, onde ocorrem mudanças políticas que priorizaram determinadas áreas para aplicação de recursos financeiros, como museus e instituições de pesquisa tidos como importantes símbolos para a construção da identidade nacional das elites¹⁵⁸. De acordo com Sanjad, foi em um relativo curto

¹⁵⁸ SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. p. 16.

espaço de tempo que o novo sistema de governo (o Republicano) transformou o cenário científico por meio da ampliação de espaços e políticas públicas.

Havia ainda, em especial, interesse e influência do governo federal no campo da saúde e higiene caracterizados pelos grandes empreendimentos de reformas urbanas e campanhas de vacinação, como a que culminou, em 1904, no Rio de Janeiro, no episódio conhecido como Revolta da Vacina, no qual a questão sanitária e a imposição da obrigatoriedade da vacinação, inclusive dentro de domicílios, criava um clima de guerra aberta entre os republicanos. Nela houve a participação central do senador Lauro Nina Sodré da Silva, que se colocava em oposição a obrigatoriedade da vacina e a invasão dos lares, mas nunca em oposição à ciência, na qual Sodré sempre via soluções a problemas sociais e culturais da população que ele considerava sempre como responsável pela disseminação de doenças e epidemias. Em Belém e em Manaus o tema da higienização e do clima quente que, acreditava-se, desfavorecia e complicava a adoção de medidas sanitárias e profiláticas também era recorrente neste mesmo período, caracterizado, ainda nas palavras de Nelson Sanjad, por uma ideologia que valorizava o discurso científico (fosse ele médico sanitário, ou arquitetônico e urbanístico) e que buscou mecanismos políticos e ideológicos de diferentes grupos republicanos que garantisse certa popularização da atividade científica¹⁵⁹.

No Pará, a instituição responsável por desempenhar este papel seria o *Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, que passaria por reforma física e institucional que atendesse a tais anseios em um momento de grande valorização da ciência, em especial das ciências naturais. Para isso, veio para Belém em 1894 a convite do então governador do Estado, Lauro Sodré, Emílio August Goeldi, que seria o responsável por este processo e pela criação do sistema meteorológico do Museu, o que de fato interessa aqui. Mas acredita-se ser importante traçar um percurso para se entender o que levou a criação desse sistema meteorológico, bem como de suas tentativas de ampliação. Acredita-se que além da marcante presença da chuva na cidade e do processo de modificação do cenário científico e político nesse momento, havia também interesses particulares daqueles que estiveram responsáveis pelo trabalho, com ênfase no papel desempenhado por Emílio Goeldi nesta instituição.

Posto isto, rememorar mesmo que brevemente sua trajetória, em maior medida intelectual, e em menor, pessoal, parece importante para tal entendimento. Já que, em contato com estudiosos estrangeiros, ele produziu uma série de trabalhos sobre as condições climáticas

¹⁵⁹ SANJAD, 2010, p. 18-20.

de Belém, do Pará e da Amazônia que viriam a ganhar notoriedade nacional e internacional, mas que não tiveram divulgação nos boletins da própria instituição paraense, o que chama atenção. Além do mais, buscar brevemente em sua biografia o que justificaria seu impulso aos estudos meteorológicos e climáticos da região; e o seu empenho em formatar e consolidar um sistema meteorológico com financiamento próprio, dentro do Museu Paraense, parece importante já que

É difícil distinguir na obra de um cientista o que tem origem em indagações intelectuais e o que é fruto de contingências factuais. Muitas vezes, pesquisas com bons resultados surgem não apenas por esforço pessoal, mas também em razão de circunstâncias favoráveis. Na maior parte das vezes projetos pessoais e oportunidades são indissociáveis, [...]. No caso de Emílio Goeldi, podemos inferir um aspecto de sua obra relacionado tanto a um interesse pessoal como às oportunidades de trabalho: [...] ¹⁶⁰.

Em suma, também Nelson Sanjad, parece considerar que o interesse de Emílio Goeldi pelas ciências naturais tenha sido herdado do pai, Johannes Goeldi, professor secundário de ciências naturais, e que se relacionava com cientistas bem-posicionados do norte da Suíça, além de ser membro de sociedades naturalistas ¹⁶¹. Já no Brasil, o zoólogo suíço desenvolveu trabalhos sobre a fauna, a flora e o clima do país, no Museu Nacional e em empreendimentos como a Colônia Alpina, em Teresópolis, Rio de Janeiro, que viria a fracassar e lhe custaria dinheiro e a própria saúde ¹⁶². Sanjad destaca que entre os trabalhos de maior evidência na obra intelectual de Goeldi, estão aqueles ligados a meteorologia, como os desenvolvidos no Rio de Janeiro e em Belém, e sua “fértil correspondência com Julius Von Hann, meteorologista austríaco, editor de *Meteorologische Zeitschrift* (Revista Meteorológica)” ¹⁶³. Sua vinda ao Pará, a convite de Lauro Sodré (cujo objetivo declarado era a criação de uma instituição científica de referência), culminou, entre outras coisas, na criação de um sistema de meteorologia em uma rocinha nos arrabaldes da cidade, e futura sede do Museu Paraense. Para Sanjad, a vinda de Emílio Goeldi foi uma boa oportunidade para sua recuperação financeira, profissional e social.

Para Goeldi, a proposta do governador do Pará chegou em boa hora, pois poderia significar recomposição de sua autonomia financeira, a abertura de um novo nicho institucional para desenvolver seu trabalho e o fortalecimento de suas relações científicas com a Europa, em condições mais vantajosas, em razão do interesse que a floresta amazônica despertava” ¹⁶⁴.

¹⁶⁰ SANJAD, Nelson Rodrigues. **Emílio Goeldi (1859-1917): a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2009. p. 93.

¹⁶¹ Nelson Sanjad considera também que Emílio Goeldi tenha trilhado caminhos semelhantes e, em parte, abertos pelo pai. *Ibid.*, p. 13 e 138. Para mais detalhes sobre a formação pessoal e intelectual de Emílio Goeldi Cf.: SANJAD, 2009.

¹⁶² *Ibid.*, p. 15 – 36.

¹⁶³ SANJAD, 2009, p. 94 – 95.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 39.

A atuação de Goeldi à frente da instituição paraense foi bastante frutífera, rendendo a ele parcerias e visibilidade internacional, reaproximando-o de um círculo científico e intelectual, especificamente europeu; além da obtenção de recursos financeiros de pelo menos três governadores distintos. No entanto, houve necessidade de uma grande reformulação do Museu, tanto para atender a sua maior aproximação ao campo das ciências, quanto aproximar esta ciência da sociedade que os novos ideais republicanos de educação e civismo tanto requeriam¹⁶⁵. Sob a direção de Emílio Goeldi e a importância tomada por essas instituições neste contexto, o Museu Paraense ganhou sede própria, que incluiu um amplo terreno no qual nasceram uma biblioteca, um zoológico, além de um horto botânico em um espaço composto por elementos arquitetônicos, viveiros e recantos que remetiam a monumentos de matriz europeia¹⁶⁶.

Europeísmos a parte, uma pesquisa apresentada no boletim do Museu Paraense de 1902, já demonstra os avanços, limites e conflitos sociais no uso destes “novos” espaços. As mudanças e melhoramentos na nova sede do Museu – passaram a atrair mais público àquele espaço da cidade. Levando, em 1902, Goeldi a usar os bons números relativos a visitantes, como argumento para justificar seus pedidos de verba cada vez maiores, chegando a comparar sua visitação a do Museu Nacional na capital federal. Os investimentos solicitados por Goeldi não foram aplicados só na reforma da instituição, mas em projetos e serviços, como o de meteorologia. Mas, se por um lado a alta procura pela população da cidade por aquele espaço ajudou Goeldi em sua empreitada, por outro, os inconvenientes causados por frequentadores de classes mais baixas à civilidade, levou a abertura do Museu Paraense em um dia específico na tentativa de evitar a indesejada presença da população mais pobre e garantir o bem-estar dos grupos econômica e socialmente mais bem favorecidos.

A ciência republicana, apesar do discurso, nem sempre era para todos, sobretudo em uma primeira República onde o letramento ditava quem era e quem não era cidadão, com direito a voto, e quando as mulheres, juntamente aos pobres analfabetos não tinham direitos políticos plenos. Mesmo assim o quesito “frequência” surtia um importante efeito no discurso de Goeldi:

Frequência

[...]

Em comparação com os anos anteriores houve uma inovação nos dias de visita pública: foi designado mais um dia para o franqueamento do estabelecimento, porém reservado somente para famílias, sendo a terça-feira o “dia de famílias”. A princípio

¹⁶⁵ Cf.: MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **Da “História do Pará” aos “Estudos Amazônicos”**: os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX-XXI). 2020. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

¹⁶⁶ SANJAD, 2010. p. 188.

houve a costumeira troça, até da imprensa, contra tal nome e tal definição. Não me importei com isso, antevendo bem que o público sensato não tardaria a compreender a vantagem oferecida que, consideradas as coisas como elas realmente são, significa um sacrifício de tempo e trabalho para a diretoria e para o pessoal.

E assim aconteceu. Está provado que a inovação é grata àqueles que preferem visitar o estabelecimento em ocasião em que é exercido um certo peneiramento social e não produz o acotovelamento costumeiro dos domingos e dos dias em que casualmente coincidem com feriados os dias de exposição regulamentares¹⁶⁷.

Havia então uma clara divisão de “frequência”: os acotovelamentos domingueiros, feriados e de exposição regulamentares e o tempo de trabalho da “diretoria e para o pessoal”. O primeiro era para as “famílias” e os demais, certamente para a ciência. A captação de recursos para a instituição foi, em grande parte, obtida a partir do discurso sobre o caráter pedagógico e sua importância republicana na educação cívica, inclusive da natureza. Este aspecto, como se vê no prólogo da obra de Nelson Sanjad, está diretamente relacionado com as transformações que as ciências vinham sofrendo no Brasil, sobretudo com a ampliação e acesso de um número cada vez maior de pessoas. Estas mudanças já podiam ser vistas em 1895, nas palavras de Lauro Sodré, à Assembleia do Estado:

Mensagem

[...]

Vai o Museu Paraense com precisão e segurança recebendo do seu atual diretor, o ilustrado e zeloso Dr. E. Goeldi, o impulso, que há de fazer dele uma coisa digna da nossa civilização e na altura dos institutos congêneres. No relatório do digno funcionário, a cuja inteligente e habilíssima direção em boa hora foi confiada o Museu, podereis ler a mais cabal e mais verdadeira justificação das despesas já feitas e das verbas que solicito para a completa organização desse útil estabelecimento, que servindo diretamente aos grandes interesses da ciência, pelo muito que pode produzir o estudo do nosso meio físico, concorrerá bastante para os progressos do Estado, sob o ponto de vista moral e até material¹⁶⁸.

O trabalho de Goeldi à frente do projeto republicano de institucionalização do Museu Paraense e “popularização” das ciências estava para além da abertura daquele espaço para o lazer. Havia, ao lado, a produção científica que deveria servir para a sociedade e as suas próprias aspirações. Neste plano dito mais científico e de pesquisa, encaixa-se a instalação da estação meteorológica e a procura local e internacional dos seus dados. Assim, o Serviço de Meteorologia do Museu Paraense foi criado e instalado pelo próprio Goeldi em 1895. Essa “experiência meteorológica” na Amazônia, contudo, não foi sua primeira empreitada na área da meteorologia e dos estudos sobre o clima, ele já havia realizado estudos enquanto esteve à

¹⁶⁷ PARÁ. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*. Pará, Typographia e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1902. p. 492-493.

¹⁶⁸ SODRÉ, Lauro. *Mensagem dirigida pelo senhor Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará*. 07 de abril de 1895. Belém: Typ. Diário Oficial, 1895. p. 38-39.

frente da Colônia Alpina, inteirando-se sobre o assunto, a partir do seu contato, com Julius von Hann, reconhecido cientista da área.

Christina Helena Barboza lembra que em 1887 o país já possuía algumas instituições onde se realizavam observações meteorológicas, mas apenas a Repartição Hidrográfica e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro já haviam iniciado estudos que visavam a criação de um serviço integrado ao país. A iniciativa da Repartição Hidrográfica, por estar vinculada à Marinha do Brasil, previa contribuições à navegação e seria instalada na região costeira do país; enquanto o Observatório do Rio de Janeiro visava uma rede de estações nacionalmente integrada. Segundo Christina Barboza

Não era obrigatória a utilização do telégrafo no envio dos dados, o que limitava sua aplicação à climatologia. A previsão do tempo, contudo, não estava descartada a médio prazo, tão logo a rede se espalhasse e houvesse um acúmulo suficiente de informações sobre o comportamento da atmosfera em diferentes pontos do território brasileiro¹⁶⁹.

No Pará, as condições para a instalação de um serviço meteorológico quando da administração de Emílio Goeldi pareciam bastante favoráveis. Por um lado, existia uma crescente valorização das ciências e do conhecimento científico nesses anos iniciais da primeira República. Tal interesse estava atrelado a construção de uma identidade nacional nova, tida como progressista. Por outro lado, este conhecimento científico nascia ainda, do empenho e interesse pessoal de Emílio Goeldi nos assuntos e temas amazônicos. Interesses que se ampliaram, sobretudo porque havia dinheiro vindo da exploração da cadeia produtiva da borracha e um vasto campo a ser desbravado, já que até a segunda metade do século XIX, como apontou Joaquim de Sampaio Ferraz, pouco se conhecia das reais condições climáticas da região amazônica¹⁷⁰.

Os instrumentos utilizados principalmente nas primeiras observações do clima foram adquiridos de empresas especializadas no assunto e que atuavam na Europa, o responsável pela testagem do maquinário era o professor de Astronomia da Academia Militar e do Observatório de Munique, o Dr. Peter Vogel, um dos contatos diretos estabelecidos entre Goeldi e a Europa.

¹⁶⁹ BARBOZA, C. H. História da Meteorologia no Brasil (1887-1917). In: XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2006, Florianópolis. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia. Rio de Janeiro: SBMET, 2006. v. 1. p. 1-6.

¹⁷⁰ FERRAZ, J. Sampaio. A meteorologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1955. v. 1, p. 203-240. As experiências mais próximas nesse sentido foram os dados isolados obtidos por naturalistas e exploradores, nada aprofundado, ou sequencial, bem como o funcionamento efêmero de raros serviços meteorológicos, empreitadas públicas e privadas que pouco renderam a essa disciplina, como foi o caso a sessão de meteorologia da intendência municipal, cujo material e equipamentos foi absolvido pelo sistema adotado por Goeldi no Museu Paraense.

Supõem-se que as primeiras observações tenham começado ainda em 1895, data da instalação do serviço, mas por serem ainda incompletas pela carência de alguns equipamentos, ajustes das técnicas e preparação do pessoal competente para o trabalho, a primeira tabela com dados completos data de 1896 e traz uma diversidade de informações como temperatura do ar, índices pluviométricos, direção e força do vento, com detalhes como máximas, médias e mínimas divididas por meses do ano¹⁷¹.

Nos primeiros anos o Serviço Meteorológico do museu era mantido por conta dos recursos mais gerais obtidos pelo próprio Museu Paraense em seu mais amplo orçamento, já que não se contava com rubrica específica para tal. Mas logo em 1897, dada a importância do tema, e os já citados interesses envolvidos, fora criado dentro do orçamento daquela pasta, verba própria para a atividade meteorológica, contando, inclusive, com a remuneração específica para um encarregado de Meteorologia. Ainda nesse começo, o trabalho era desenvolvido pelo pessoal técnico e científico do Museu Paraense, o que acabava transformando aquela atividade num ônus ao pessoal da instituição, que já possuía seus próprios encargos dentro de suas especialidades. Por conta disso, o então diretor recorre ao Governo e conquista a função de meteorologista para o quadro técnico do Museu. O primeiro a ocupar este cargo foi o Alemão Ernst Clement que logo foi substituído pelo suíço Joseph Schoenemann, que ocuparia o posto até 1907. Entre sua saída e substituição pelo auxiliar, o desenhista alemão Ernst Lohse, Emília Snethlage (a única mulher a dirigir o Museu), foi, apesar de provisoriamente, também a primeira e única mulher responsável por exercer a função.

O Serviço Meteorológico do Museu fora referenciado por vezes nos relatórios escritos e apresentados por Goeldi. No documento de 1899 ele cita sua fecunda importância:

Sabemos que este material merece o máximo interesse dos círculos científicos da Europa.

Aliás, é ele com empenho procurado já pela imprensa local e aproveitado, também regularmente, pela Repartição de Higiene Pública, utilizando as nossas observações no Serviço Demográfico. – Do nosso amigo, o sr. Álvaro de Oliveira, digno Diretor dos Telégrafos Nacionais, obtivemos recentemente o consentimento para aproveitarmos o cabo do telégrafo em todos os casos onde a ligação com o Observatório Astronômico da capital Federal for desejável no interesse de certas questões científicas, como é por exemplo, com o conhecimento exato do tempo, na determinação da longitude geográfica¹⁷².

¹⁷¹ CUNHA, Osvaldo Rodrigues da, BASTOS, Therezinha Xavier. **A contribuição do museu paraense Emílio Goeldi à meteorologia na Amazônia**. Belém, publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 23, 1973. p. 08.

¹⁷² HUBER, Jacques. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Paes de Carvalho, governador do estado do Pará, pelo director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, anno de 1899. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia** (Museu Goeldi), Belém, 3(1/4): 105-134, 1902. p. 126.

O “máximo interesse dos círculos científicos da Europa” ao qual Goeldi se referia era encabeçado pelo especialista em meteorologia, Diretor do Serviço Meteorológico Austríaco e redator da Revista Internacional de Meteorologia, além de autor de reconhecidos manuais de climatologia e meteorologia, o Dr. Julius Hann, com quem Goeldi parecia manter regular comunicação, e para quem encaminhou uma coleção de dados entre tabelas, fotografias e cenas meteorológicas do clima da capital e apresentadas por Hann, a Academia Imperial de Viena, reconhecido e importante material sobre o clima equatorial¹⁷³.

No relatório de 1901, Goeldi ressalta uma importante conclusão de Hann acerca do clima da cidade de Belém. Tal destaque atribuído pelo diretor a esta informação nos remete a uma questão ímpar relacionada a importância de se construir uma imagem cientificamente positiva de Belém e da região em que ela se insere, onde ocupavam papel de destaque nesta empreitada, figuras como o próprio Emílio Goeldi, a instituição a qual ele dirigia, além do intendente, Antônio Lemos; ou ainda outros homens e mulheres (mesmo que de forma efêmera) de ciência e/ou de política. A conclusão de Hann a partir dos dados remetidos pelo Sistema de Meteorologia do Museu era de que Belém tinha uma temperatura média anual quase dois graus menor do que se imaginava, cerca de 25,7° C, concluiu Hann¹⁷⁴. Complementarmente a esta informação, veremos logo em seguida que esta questão era bastante importante naquele momento, onde Belém e Manaus disputavam, de certa forma, a vanguarda amazônica a partir dos discursos de homens e mulheres de política e ciência, que criavam meios e modos de se firmarem na história da cidade. Ou mesmo da região amazônica como lugar habitável.

Este debate vinha de tempos anteriores, era uma questão sempre posta à prova como vimos, ainda no início deste trabalho, que viajantes como François-Auguste Biard, por exemplo, nada gostou do Pará, dentre outras coisas, por conta do clima da região que se tornou um de seus principais alvos. Outro que muito se incomodou com o que encontrou aqui foi Antônio Ladislau Monteiro Baena que em seu “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, obra em que deu atenção ao clima da região, concluiu que este promoveria uma debilidade e um desarranjo das faculdades físicas¹⁷⁵. Resultado da comissão convocada pelo Governo

¹⁷³ GOELDI, Emílio Augusto. Relatório sobre o Museu, relativo ao ano de 1901 apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretário de Estado da Justiça, interior e instrução pública pelo Dr. Emilio Augusto Goeldi, director do mesmo Museu. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia**, Belém, 4(1/4): 1-30, 1906. p. 23.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 23.

¹⁷⁵ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 32.

central no início de julho de 1832, “encarregada da reorganização e composição estatística da Província”¹⁷⁶.

Como afirma Michelle Rose Menezes de Barros, a obra de Antônio Baena pode demonstrar que o autor parecia estar “atento aos debates da constituição de um corpo político unificado e da identidade brasileira”. Isto implica sinalizar que o trabalho de Baena se localiza em um determinado cenário de constituição política nacional, que buscava no conhecimento das partes, a integração de um país que buscava edificar uma identidade nacional fundamentada em características sociais positivas, relacionadas, entre outras coisas, ao clima e a geografia dos lugares. Michelle Barros diz também que “Neste ensaio, a natureza ganhou relevo, sendo descrita com o intuito de evidenciar as potencialidades do Pará ante ao contexto imperial”¹⁷⁷.

É justamente a natureza que nos interessa; ou, especificamente, as condições climáticas, com foco ainda maior nas suas observações sobre a chuva. O geógrafo faz resumidamente um aparato geral sobre as condições do clima na região do Pará, relacionando as condições climáticas a produção de frutos, ao tráfego nos rios e ao aparecimento de determinadas doenças, indicando os meses de agosto, setembro, outubro e novembro como estios e, quando “o amor ao sol consegue tostar as ervas dos campos”¹⁷⁸. A visão de Baena sobre a geografia e o clima especificamente de Belém implica questões políticas e culturais que reverberam nos discursos sobre a higiene e salubridade da cidade, e que se chocam com outros relatos, como já vimos antes. Sobre estes temas, Antônio Baena afirma que

A localidade desta capital, sendo baixa e abobadada, de uma atmosfera ora enclimada ora sortida em umidade e em vapores nitrosos, promove a breve corrupção nas carnes dos animais mortos e induz na constituição física do homem uma debilidade e uma disposição mais pronta para pôr em desarranjo o exercício regular das faculdades físicas, em virtude das quais ele vive e conserva-se. E por isso neste país observam-se numerosas e várias enfermidades, as quais insultam com mais intensidade, e reincidem muito pela má higiene que guarda a grande parte dos moradores¹⁷⁹.

As concepções sobre a influência do clima na constituição do ser humano percorreram um longo caminho no debate científico, sendo inclusive legitimadas e assumindo status de ciência nesse período. José Jerônimo de Alencar Alves nos lembra, por exemplo que, esta concepção determinista sobre a influência do ambiente cresce muito com o iluminismo,

¹⁷⁶ BAENA, 2004, p. 09.

¹⁷⁷ BARROS, Michelle Rose Menezes de. “**Germes da grandeza**”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. p. 15.

¹⁷⁸ BAENA, *Op. cit.*, p. 29 e 31.

¹⁷⁹ BAENA, 2004, p. 31.

afirmando que filósofos como Montesquieu sustentavam que “os habitantes dos climas quentes são apáticos, predispostos a escravidão, à poligamia”. Diferentes orientações científicas, mas principalmente aquelas ligadas à medicina debruçaram-se sobre esta perspectiva, o pressuposto científico dessas análises conferiu um sintoma de determinadas condutas como “desvios de ordem natural”¹⁸⁰. Não havia, é importante dizer, consenso sobre tal assunto. Existiam aqueles que acreditavam na degradação física e moral estritamente vinculados a questões climáticas, por exemplo; mas havia aqueles que discordavam. O que nos interessa, é que esses discursos parecem de um modo ou de outro, dentro de uma cultura científica bastante específica, representar grupos sociais com interesses políticos e intelectuais diversos.

Tão importante era esta questão que ela não ficou, como dito a pouco, restrita ao debate intelectual acadêmico, mas diretamente relacionado ao político. As disputas pelo clima, ou pela afirmação de Belém como uma cidade salubre e cosmopolita do ponto de vista ambiental que poderia, segundo a crença científica do período, influenciar – ou não –, na proliferação de determinadas doenças, ou pior, na degeneração moral das pessoas, por exemplo. Questão de tamanha relevância aquele momento que no livro em homenagem ao quarto centenário do descobrimento do Brasil, mandado editar por José Paes de Carvalho em 1900, logo em suas primeiras páginas no texto assinado pelo Barão de Marajó – José Coelho da Gama Abreu – nos permite reflexões importantes sobre o tema. O Barão, citando observações feitas, segundo ele, em diferentes períodos e, realizadas, entre outros, por ele e “pelo Sr. Barão de Ladário, e, mais modernamente, pela Repartição Estadual de Obras Públicas e Colonização”, afirma que o clima do Estado e da região amazônica teria sido caluniado, levando-se a considerar este território como inabitável. A indicação, sobretudo de seus estudos, considera o clima como perfeitamente regular do ponto de vista de sua variação diurna da temperatura que oscilaria entre 21° e 32°, sendo esta, portanto, uma temperatura menor do que a de lugares como Madrid, Lisboa e Nova York¹⁸¹.

Adiante, ainda no livro sobre o centenário de 1900, o Dr. Gonçalo Lagos ao analisar a meteorologia e climatologia do Estado, em concordância com aquilo que afirmou o Barão de Marajó e a partir da observância da referência de dados de períodos considerados secos e chuvosos no ano de 1899, aponta para o que ele considera como uma amplitude térmica

¹⁸⁰ DE ALENCAR ALVES, José Jerônimo. Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace. **Cadernos de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 37-50, 2008. p. 40.

¹⁸¹ PARÁ. Governador (1897-1901: J.P. Carvalho). **O Pará em 1900**: quarto centenário do descobrimento do Brasil. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900. p. 10-11.

insignificante, não ultrapassando a temperatura do estado, os 34°¹⁸². O mesmo Dr. Gonçalo, observa que existem também fatores secundários que influenciam a constituição climática do Pará, considerados, também por ele, como os principais fatores para a amenização e constante salubridade do clima, sendo “as disposições topográficas do terreno, as chuvas quase que cotidianas, e, sobretudo, a ação dos ventos que reinam em toda região equatorial americana”¹⁸³, destacando em seguida, dentre essas características, o papel das abundantes chuvas na região.

Outro elemento que concorre poderosamente para a amenização do clima paraense são as chuvas abundantes que caem na região equatorial brasileira, moderando os efeitos da irradiação solar.

No vale amazônico não sucede a mesma coisa: as chuvas ainda que copiosas, não caem no espaço de poucos meses, nem são acompanhadas pelos terríveis furacões que aparecem nas mudanças de estações na Índia, na América, branda e fertilizadoras chuvas caem em todos os meses do ano e não são frequentes os tufões.

Muitos supõem que por estar esta região dentro dos trópicos, tem clima análogo aos dos demais países tropicais, como a Índia; mas, pelas razões expostas e por não haver monções ou outras causas que produzissem o abrasamento do vale do Amazonas pela seca em uma estação, ou a inundação pelas chuvas, em outra, há tanta semelhança entre os climas da Índia e do Amazonas, como entre os de Roma e Boston.

[...]

Qual deve ser a condição de um país intertropical que tem seu solo regado por frequentes chuvas e onde não se verificam secas abrasadoras durante séculos de perpétuo verão? Em um tal clima dá-se o fenômeno de uma extraordinária fertilidade, porque tudo nasce e se desenvolve rapidamente¹⁸⁴.

Os textos assinados pelo Barão de Marajó e o Dr. Gonçalo se inserem nestas disputas políticas pelo clima no contexto local sendo discursos passíveis de serem considerados, assim como veremos nas falas de Antônio Lemos, uma série de defesas veementes sobre a situação de Belém, do Pará e da região amazônica no contexto local, nacional e internacional. Maria de Nazaré Sarges ao retomar este contexto, marcado ainda pela propaganda de estímulos à imigração, afirma que tal promoção à migração de europeus especialmente para a região amazônica refletiria o “deseo de las elites amazónicas de inserirse en la civilización, léase Europa”¹⁸⁵. Tais discursos se fizeram importantes em um momento em que se questionaram as modernidades e a salubridade de cidades tropicais como Belém, onde o clima caracterizado

¹⁸² PARÁ, 1900, p. 67-68.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 69.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 72-73.

¹⁸⁵ Além do interesse político destacado por Maria de Nazaré, o imaginário reproduzido sobre a região amazônica de território vazio, colaboraram para justificar o estímulo à imigração em um período de grande efervescência econômica e, portanto, necessidade de mão de obra para o desenvolvimento de determinadas atividades, bem como da colonização da região. Retomando dois reconhecidos propagandistas da imigração desse período – Santa-Anna Nery e Francisco Cepeda – Nazaré Sarges afirma que eles fizeram uso, em suas propagandas, das características climáticas muito benéficas e favoráveis do Brasil, com ênfase nas condições amazônica, sendo considerado o país como o de uma variedade climática muito positiva e, ao tratar do Pará, Cepeda sinaliza para a benignidade do clima graças às chuvas da tarde que o refrescam. SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. El Amazonas, el mediterráneo de agua dulce: migración y propaganda. *Boletín Americanista*, Año lxii. 1, n.º 64, Barcelona, 2012, pp. 73-85, ISSN: 0520-4100. p. 75-77.

pelo calor e pelas fortes chuvas foram durante muito tempo considerados nocivos ao bem-estar e até mesmo a sobrevivência humana¹⁸⁶, discurso considerado inconcebível e, por isso, arduamente contestado por políticos e intelectuais em um momento de circulação de pessoas, informações e capitais internacionais. Essas explicações, aliadas à estudos como aqueles realizados por cientistas do Museu Paraense; ou ainda a relatos de viajantes europeus recuperados de tempos passados, como os de Bates e Wallace, tinham a utilidade e finalidade não apenas de fazer saber, mas de convencer que a capital paraense inserida no contexto amazônico recuperado por vezes como idílico e inabitado, bem como inabitável, era um lugar alinhado aos ideais de modernidade e civilidade internacionais.

Estas questões da salubridade do clima relacionados, principalmente, às chuvas, não se restringiram a publicações locais, ou regionais, mas alcançaram visibilidade nacional e, como vimos a partir de trabalhos de Goeldi em parceria com cientistas do mundo. O também “Livro do centenário (1500-1900)” de autoria e organização, entre outros, de Capistrano de Abreu, em sua parte destinada ao *Estado do Pará* referenciada ao deputado Eurico Valle assinala que, por estar localizado na região do equador, seu clima é quente, mas o calor não é considerado “sufocante nem insuportável”, graças a fatores que suavizam o clima, como “as abundantes chuvas durante grande parte do ano caem em toda a região”, considerando inclusive, que, apesar de ter caluniadores, o clima tem também opiniões favoráveis de “grandes sábios” e citando, entre outros viajantes, o naturalista Alfred Russel Wallace – fonte utilizada também pelo Dr. Gonçalo Lagos –, destaca a salubridade do Estado¹⁸⁷.

Naquele contexto estes debates foram intensos e se fizeram importantes porque, como temos visto, as duas cidades mais importantes do país naquela época geriam os louros do sucesso da economia da borracha que ainda no início do século XX viria a fracassar. A riqueza cuja fonte era natural carecia de justificativas que atraíssem a atenção positiva para a região, daí os embates. Nísia Trindade e Júlio Schweickardt consideraram, por exemplo, que as narrativas de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Carlos Chagas oscilaram entre “conflitos e

¹⁸⁶ Anna Carolina de Abreu Coelho afirma que nesse período a crença que doenças eram provocadas por fatores climáticos estava assentada em opiniões de autoridades que foram influenciadas pelo determinismo geográfico de Friedrich Ratzel. COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery**: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

¹⁸⁷ ABREU, Capistrano de et al. **O livro do centenário**: (1500-1900). Brasília, DF; Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1900. p. 420. Maurício Abreu lembra que desde o século XIX os médicos acreditavam que os grandes temporais podiam melhorar a qualidade do ar. ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) **Tormentas Cariocas**: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997, p. 16.

as divergências não se encontravam no nível técnico e do conhecimento, mas se apresentavam nos planos político e econômico”¹⁸⁸. As descrições de Euclides da Cunha sobre o “inferno florido”, por exemplo, foram responsáveis pela consolidação, a seu tempo, da ideia de uma natureza desafiadora, enigmática, a ser decifrada e até dominada. O olhar cientificista foi, pode-se considerar, vinculado a interesses políticos foi responsável também pela consolidação de imagens e imaginários sobre a Amazônia, a natureza e sua influência sobre a economia e as populações que a habitam.

Muito além de crenças e estudos, os discursos sobre o clima e sua salubridade corresponderam a percepções sociais e culturais historicamente construídas sobre a natureza e as populações amazônicas cujo objetivo era sobretudo a dominação e a disputa de poder político e econômico a muito estabelecida em uma região considerada imensamente rica sobre todos os aspectos. A teoria da fragilidade física e moral estabelecia a partir do clima uma relação de dominados a disposição de serem dominados, já que, naturalmente, a experiência em clima tão peculiar o designava a esta condição. Podemos mais uma vez conjecturar que tais falas eram, portanto, estratégicas do ponto de vista político e científico tendo em vista as potencialidades de uma cidade como Belém na virada do século XIX para o século XX. Estratégicas porque pretendiam convencer¹⁸⁹. Mas quando comparadas as publicações dos jornais – guardadas as devidas ressalvas nesse momento – nos permitem confrontar realidades distintas de uma mesma espacialidade, a cidade de Belém no estuário amazônico. Já quando comparadas ao discurso Lemista apresentado nos relatórios da Intendência, sobretudo no período de 1894 – 1911, conformam-se quase que simbioticamente para a construção de uma Belém ideal, onde os

¹⁸⁸ SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Do "inferno florido" à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 399-416, 2010. p. 413.

¹⁸⁹ Em “Terra sem História”, trabalho oriundo da expedição de Euclides da Cunha ao Acre quando da disputa do território entre Brasil e Peru, ao tratar da questão do “clima caluniado”, o autor, ao buscar uma reconstrução, sobretudo narrativa, da relação entre humano e clima, considera que a difamação “da terra e do homem” estava atrelada a conquista da região, como na passagem: “Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam arrebatar para a civilização a barbárie transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros”. Dos argumentos utilizados, ao analisar os regulamentos de colonização da França na Indochina, lugar que ele considera de clima “quase temperado”, destaca-se que, “malsinada não é apenas sobradamente superior ao da maioria dos trechos recém-abertos à expansão colonizadora, senão também ao da grande maioria dos países normalmente habitados”. CUNHA, Euclides da. Um clima caluniado. In: EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. À margem da história. Parte I, **Terra sem história** (Amazônia). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/a-margem-da-historia/um-clima-caluniado>. Acesso em: [data]. Publicado originalmente no Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 20 fev. 1907.

problemas não se sobrepunham aos avanços que eram destacados em detrimento das dificuldades.

Os cientistas que atuaram no Museu Paraense, inclusive o próprio Emílio Goeldi e outros que chegaram inclusive a dirigir a instituição, ou mesmo aquele considerado como a maior referência quando se tratava de climatologia, o professor Julius Hann, adentraram neste debate fazendo uso inclusive do material coletado na seção de climatologia do museu. Goeldi, por exemplo, procurou publicar trabalhos no sentido de disseminar estas informações, fossem em parceria com outros especialistas, ou individualmente; bem como outros cientistas a partir de suas próprias interpretações dos índices aqui coletados. Desses trabalhos que foram possíveis o acesso, cronologicamente o segundo a ser publicado, foi assinado exclusivamente pelo próprio Emílio Goeldi, traduzido por Capistrano de Abreu, e republicado integralmente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 20 de janeiro de 1903, o que indica uma importante atenção dada a este trabalho e de particular interesse de Goeldi.

Também inserido no contexto das discussões sobre a “qualidade” do clima amazônico, com ênfase no clima paraense, e mais especificamente no da cidade de Belém e seus arredores, dadas as experiências do autor na capital paraense onde ele e a família fizeram morada enquanto esteve à frente do museu, este texto, segundo o *Jornal do Commercio*, trata-se de “extratos” dos comentários solicitados a Goeldi pela “*Meteorologia Zeitschrift*”, revista onde as primeiras análises dos dados coletados na instituição paraense foram publicados por Julius Hann. Ainda no início do artigo, Goeldi faz questão de ressaltar que este material “é fruto inatacável de severidade científica e tenho certeza de que será confirmado por qualquer pessoa que tenha demorado mais ou menos tempo, caso esteja habilitada a expender opinião sobre o assunto”. Apesar de alertar logo de início que o clima da região foi injustamente atacado, certificando que a temperatura varia entre 22° e 35°, e que “se sentem bem a grande maioria de pessoas, indígenas e imigrados de outras zonas e outras terras, que são constituídas normalmente”, e que apenas “As pessoas mais sujeitas a incômodos são naturalmente os indivíduos predispostos para a obesidade, principalmente quando seus negócios os obrigam a passar as horas quentes do dia nas ruas da cidade, no porto e nos outros lugares expostos ao mormaço”¹⁹⁰.

Sua descrição é longuíssima e trata de diferentes aspectos do clima ao longo do dia, sempre destacando os incômodos causados pelo calor equatorial que não permite sombra completa na cidade, dada a posição do sol e que o sol do final da tarde “morde com força igual

¹⁹⁰ GOELDI, Emílio A. Clima do Pará. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 13 (pág. 1), 20 (pág. 3), jan. 1903a.

ao de meio dia”. E por falar em meio dia, o naturalista afirma que passado esse horário, começam os ventos, e costumeiramente vindo da direção de Mosqueiro, as chuvas e as tempestades, responsáveis pelo refrescamento da cidade. Neste texto, o então diretor do Museu Paraense nos leva a supor em seguida que o frescor da cidade dado pela chuva após horas seguidas de calor e suor, garantem uma sociabilidade pouco vista em outros lugares, ressaltando o fervor da vida noturna da capital do Pará e, ainda, garantindo qualidades a população. Goeldi enaltece as noites de Belém comparando-as às do Rio de Janeiro, afirmando que “duvido considerar em média as noites do Pará mais suportáveis e agradáveis que as do Rio de Janeiro”. De fato, se as noites do Pará são mais brandas que as do Rio, ao menos nesse período, não nos interessa neste momento, o que deve deter nossa atenção neste momento, é que a fala de Goeldi parece ter por finalidade não apenas o conhecimento das condições climáticas da região, mas como de outros, convencer que este se tratava de um território sadio, engrossando um coro já existente, mas, como o próprio afirmou, baseado em observações científicas.

Elemento fundamental para esta construção narrativa, a chuva é observada e descrita com significativa atenção. Em sua afirmativa inicial, Emílio Goeldi, como outros observadores do clima de Belém, sinalizam para a existência de apenas duas estações no ano: “o verão e o inverno ou tempo das águas. A experiência tem nos ensinado que para a capital e para as cercanias o inverno costuma pegar em Natal, desde as primeiras horas aclamado solenemente por centenas e mais centenas de coristas batracios e dura até meados de maio. O verão se intercala entre meados de maio e Natal”. Sua descrição segue com o alerta de que

Erraria quem imaginasse o verão uma série ininterrupta de dias claros, soalheira sem apartes de chuva e inversamente o inverno como uma cadeia contínua de dias em que as represas do céu despejam impiedosas sobre a paisagem. Ao contrário, um dia normal de verão no Pará traz no programa uma refrescante tempestade vespertina entre 4 e 6 horas, - assim pelo menos afirmaram e julgaram os velhos moradores; e se hoje em dia já o programa não se executa à risca, é isso mudança para pior, sinal de que o mundo não corre muito direito. A mesma tendência para irregularidade revela, aliás, o clima de outros pontos do litoral brasileiro. Por outro lado, também o inverno não carece de belas horas, que uma vez por outra podem dar de dias completamente claros. Mas é bom não facilitar: pode tanto chover meio dia ou um dia inteiro, como começar e suspender uma dúzia de vezes no mesmo dia, sob todos os graus de intensidade. Os meses mais chuvosos são certamente Março e Abril (mês de abril, chuvas mil), isto é, um período de algumas semanas, quase no fim do inverno. Então há dias verdadeiramente desagradáveis, pois desde o amanhecer o tempo escurece carrancudo, o sol não desembuça, e sem luz suficiente para microscopia, desenhar, cópias fotografias, arrisca-se uma pessoa a descambar para a depressão física, pelos ingleses chamada *ordeen* e anexa à fumaça e ao nevoeiro de Londres.

As chuvas locais do Pará desencadeiam com veemência estranha, que se deve ver para bem avaliar. Não há guarda-chuva que sirva, num momento fica-se ensopado até os ossos. Açoitadas por ventania violenta, que passa furiosa e nivante, as pesadas gotas pulverizam-se ante a força do ataque e enchem de escumilha e por isso a vizinhança atrás das gelosias, o espaço entre as telhas do teto, abaixo do guarda-chuva aberto. As massas de água que caem num instante são às vezes inacreditáveis, transformam

caminhos e ruas em lagos e tanques de diâmetros de funduras, mesmo as avenidas calçadas precisam de bastante tempo para dar passagem¹⁹¹.

A chuva, como podemos observar nas explanações de Emílio Goeldi, é uma característica importante para se entender as dinâmicas da cidade. Sua presença e abundância mesmo no verão, que teoricamente seria um tempo mais seco na região, garante frescos e até mesmo sociabilidade nas noites da cidade; mas ao mesmo tempo, quando chove o dia inteiro, ela leva a “depressão física”; ou ainda sua força permite escancarar a ineficiência do poder público em resolver problemas do dia a dia da cidade. Essas características observadas pelo estrangeiro não são suficientes para explicar a chuva em Belém, mas nos ajudam a entender sua importância para o contexto da cidade, e mais uma vez sobre as visões que se conformam sobre ela, a partir inclusive de experiências e interesses diversos de seus observadores. Nesse momento, Goeldi conclui que a partir dos registros do Museu resulta-se a afirmação de que as “quantidades de chuvas do Pará são muito mais elevadas do que geralmente se supõe”¹⁹².

Atualizado dos embates sobre a influência do clima nos corpos e mentes e da importância, sobretudo econômica de se derrubar tais teorias, Emílio Goeldi conclui esta publicação com uma veemente defesa do forte clima da região. Em um momento de grandes fluxos migratórios e de discussões sobre a aclimação de pessoas em Belém e no Pará, ele ressalta que ao mesmo tempo que o clima amortece pessoas propensas a isso já que

não conhecem ideal superior ao da vida folgada e lucrativa, em geral caracteres fracos, que sucumbirão à primeira tentativa de reagir e lutar contra o comodismo, a moleza e o gozo. Há outras pessoas em que o clima equatorial do Pará produz antes o efeito contrário, pois plenamente convictos do valor do tempo, caem numa labuta verdadeiramente fértil, desmascarando a afirmação corrente sobre a ação paralisante das terras tropicais¹⁹³.

Isto se dá frente ao reconhecimento pelo suíço de que “até no Brasil existem opiniões desfavoráveis contra o Pará e em geral o Amazonas”, o que nos leva mais uma vez a perceber que a ciência não era realizada e registrada pelo simples prazer do fazer científico, mas ao mesmo tempo para resolver impasses políticos com fortes ressonâncias econômicas, dada a então posição ocupada e que se pretendia ocupar Belém, a partir dos ideais daqueles que circulavam nos espaços de poder, principalmente administrativo, política e de tomadas de decisão na cidade. Mas como dito e observado até aqui, não apenas Goeldi fez uso desse material. Dos textos possíveis de serem acessados, o quinto (cronologicamente falando) de uma série de seis materiais, foi publicado pelo naturalista francês Paul Le Cointe. Intitulado “Le

¹⁹¹ GOELDI, Emílio A. Clima do Pará. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 13 (pág. 1), 20 (pág. 3), jan. 1903a.

¹⁹² *Ibid.*

¹⁹³ *Ibid.*, p. 3.

climat amazonien, et plus spécialement le climat du Bas Amazone”, o texto publicado em 1906 em Paris reúne uma série de observações e reconsiderações sobre impressões antigas e contemporâneas relativas ao clima da região.

Paul recapitula e se contrapõe às máximas relativas ao clima amazônico como aquelas expressas por Wallace, Sant'Anna Nery e Henri Coudreau, de cidades como Belém, Óbidos e Manaus principalmente, e que Le Coint considerou extremas, ou literárias e pouco científicas. O autor considera que o clima amazônico foi caracterizado como “particularmente quente, úmido e insalubre”, mas que esta é uma “reputação de que sofre há muito tempo e que lhe afasta da emigração europeia, mas que não merece um caminho tão absoluto”, sendo, portanto, um dos menos mortais para o colono ou viajante. Sua posição seria, em suas próprias palavras, uma opinião imparcial “com base em observações feitas durante uma estadia ininterrupta de catorze anos”. As conclusões a que chegou Paul Le Cointe são baseadas em estudos e observações realizados não apenas por ele, mas pelo Barão de Marajó, do Dr. Draenert, da Administração de Obras Públicas, como do Museu Paraense. E foi baseado nisso que ele concluiu também que “Uma das características da região é, portanto, a constância do calor, a regularidade das variações termométricas e sua pouca amplitude”¹⁹⁴.

Assim como outros observadores do clima da região amazônica, apreendeu que mesmo conformando-se características minimamente comuns como “Em resumo, chuvas frequentes e abundantes sem serem torrenciais, alta umidade quase até a saturação [...], calor não excessivo, mas constante, parcialmente compensado por uma boa ventilação”¹⁹⁵, sua variedade climática visualmente observável, estaria diretamente relacionada à dimensão territorial do Vale Amazônico. Outras considerações de Le Cointe que não se confrontam, mas se conformam com a de outros viajantes, cientistas, são sobre a pouca mudança de temperatura que por sua vez não seria suficiente para dividir o ano em estações, restringindo-se a períodos chuvoso e de seca; e mesmo estes últimos não sendo tão rigorosos como aqueles que “periodicamente desolam os outros vizinhos do norte do Brasil”¹⁹⁶. Após descrições sequenciais do clima de regiões como a do Rio Purus, Óbidos e Manaus, por exemplo, ele considera que “O clima de Belém parece ser uma exceção na parte oriental da bacia amazônica”. Nesta cidade chove durante todo o ano,

¹⁹⁴ LE COINTE, Paul. Le climat amazonien et plus spécialement le climat du Bas Amazone. In: **Annales de Géographie**, t. 15, n°84, 1906. p. 449-462. p. 449-450.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 457.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 449-450.

mais ou menos fortemente, dependendo da estação; chove ainda mais no país por onde atravessa a ferrovia de Belém a Bragança”¹⁹⁷.

No trabalho de Le Cointe, as chuvas também interferem na dinâmica dos transportes e da produção. Associadas periodicamente ao degelo dos Andes, elas inundam boa parte do vale, desde o Amazonas até seus afluentes, o que afeta, por exemplo, segundo ele, a inquestionável fertilidade dos solos, onde as grandes cheias dificultam a produção, seja pela impossibilidade do plantio e má qualidade da terra, ou pela dificuldade na criação de animais¹⁹⁸. Mas a relação clima - salubridade proposta por ele, enquadra-o no panorama dos debates relacionados a este tema e que, entre outros, fizeram uso dos dados do próprio museu, usos que temos considerado nesta dissertação, com finalidades político-econômicas. Ele afirma, por exemplo, que as condições de saúde variam dependendo das regiões, ajuizando que regiões ribeirinhas ao longo do Amazonas seriam "saudáveis" e a dos afluentes como “muito insalubres”, sendo a Malária o principal problema nesses locais, enquanto “A febre amarela é mais especial em Belém, onde representa um perigo real para o recém-chegado, mas quase nunca ataca o natural do país ou o indivíduo aclimático”¹⁹⁹.

Sua percepção sobre as doenças ao “eximir” o “clima insalubre” como agente condicionador e até mesmo causador, o alinha ao pensamento de outros cientistas, políticos, e cientistas-políticos contemporâneos a ele. Para Paul Le Cointe, a responsabilidade pelas moléstias que assolavam a Amazônia era de seus governos e populações. Sua visão bastante pessimista do amazônida pode ser observada nas suas descrições sobre o “descaso com toda a higiene” que os habitantes daqui teriam; ou de suas “casas mal construídas nas baixas ‘várzeas’ das margens dos rios que a enchente cobre todos os anos durante meses”, expondo-se “à umidade nociva e aos vapores deletérios de matéria orgânica podre que as águas abandonam recuando e deixam expostas à ação do sol”; da sua má alimentação “por indiferença”, o que enfraquece o organismo transformando-o em “presa fácil para os miasmas com os quais se cerca voluntariamente”; é voluntária e conscientemente que se “envenena todos os dias, usando, para sua bebida, qualquer água estagnada, aquelas que ele tem mais ao seu alcance, sem se preocupar com a sua origem e qualidade”²⁰⁰. Em contraposição aqueles naturais da região, o explorador

¹⁹⁷ LE COINTE, 1906, p. 453.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 453 - 458.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 459.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 459.

européu com senso de civilidade baseado nos moldes modernos e cientificistas de seu momento histórico, conclui dizendo que,

para o colono europeu que escolherá inteligentemente a localização de sua moradia, e que não esquecerá que um certo grau de conforto não é um luxo desnecessário, mas um importante fator de saúde, o clima da Baixa Amazônia será perfeitamente suportável; pelo contrário, será necessário que ele se cerque das maiores precauções se for obrigado a penetrar no interior, especialmente no momento das primeiras chuvas e no início do declínio das águas²⁰¹.

As visões exotizadas, sobre a Amazônia ultrapassaram as barreiras do espaço físico propriamente dito, e alcançaram suas populações que inúmeras vezes animalizadas e consideradas insolentes, descuidadas, como vimos no discurso de Le Cointe, da própria saúde influenciaram, como influenciam, nos imaginários em longos espaços de tempo e ao redor de todo o território. A diferença é que antes o determinismo geográfico de cientistas ditos civilizados, responsabilizava o clima tropical, e com ênfase no das florestas tropicais, por muitos dos maus hábitos dessas populações. No entanto, agora, dada a importância comercial da região, o exotismo, a indolência e o descuido dessas populações, no intuito de redefinir os imaginários sobre este espaço, já não advinha, ao menos em teses oficiais que foram publicizadas internacionalmente, do clima que, outrora estigmatizado e, considerado inabitável, precisava ser revitalizado como garantia de sobrevivência do imigrante como uma forma de propaganda e convencimento. Em contraposição ao nativo, o estrangeiro europeu, uma raça considerada superior, estaria apto a superar quaisquer adversidades, daí também a importância de trabalhos como estes que ao analisar, ao menos oficialmente, de maneira objetiva condições visíveis aos olhos e passíveis de verificação científica, hierarquizam populações e regiões mundo a fora.

O último, cronologicamente, desses trabalhos a ser publicado foi, o de Adolpho Ducke. Ganhando espaço no cenário local, *Notas sobre o clima da Amazônia*, disponibilizado na Revista do Ensino, periódico paraense que reunia textos sobre temas diversos relacionados à educação, inclusive pesquisas científicas. O texto de Ducke, se difere em certos sentidos dos demais trabalhos, citados e analisados até aqui como veremos adiante. Mais uma vez, minha atenção e análises não se darão sobre a veracidade, certeza ou defesa das suas afirmações, mas ao contexto em que ele está inserido, assim como os demais. Este trabalho de Adolpho, como o próprio título aponta, é resultado de uma série de observações sobre o clima da Amazônia como um todo, mas com ênfase sobre a cidade de Belém. Esta ênfase se justifica, por exemplo, pelo fato de que apenas aqui existia um sistema de observações meteorológicas baseada em

²⁰¹ LE COINTE, 1906, p. 459.

aparelhos considerados necessários a isso, levando tais dados a serem considerados como passíveis de análise e investigação científica, e por isso, seguros.

Por este mesmo motivo, o trabalho de Adolpho Ducke, é importante dizer, mesmo ele não tendo se proposto a isto, trata-se de breves descrições e afirmações sobre o clima das diferentes regiões, majoritariamente sem a presença de dados, estas descrições acabam resumindo-se a observações de áreas com fortes chuvas e verão mais intenso; períodos de tempo firme; chuvas menos e mais intensas; etc. O que não deve ser tomado como demérito deste trabalho, já que o autor contava com uma restrição de dados, mas principalmente de fontes. Ducke considera, por exemplo, que seria interessante e importante a distribuição de observatórios pluviométricos ao longo de toda a região amazônica, assim como o aperfeiçoamento da técnica. Mesmo assim, suas descrições sobre o clima são bastante interessantes e nos ajudam a compreender enormemente a realidade climática amazônica, mas principalmente os interesses envolvidos nessas pesquisas²⁰².

O material produzido por Ducke é iniciado imediatamente com a afirmação de que as publicações sobre o clima da Amazônia são, no geral, baseadas nas descrições de viajantes estrangeiros, como vimos neste trabalho ainda no primeiro capítulo. Pudemos ver inclusive, um número considerável dessas descrições. Mas para Ducke este material descritivo é “insuficiente, destituído de dados estatísticos seguros e influenciadas pelas sensações individuais”, por conta do, segundo ele, pouco tempo que estes viajantes passaram aqui. Mesmo assim, considera a possibilidade desse material ser “retificado e completado pelas observações meteorológicas feitas no nosso Museu”²⁰³. Apesar da aparente desconfiança de Adolpho Ducke em relação a estas obras, observaremos como algumas de suas conclusões ditas científicas, baseadas nos dados coletados por Emílio Goeldi, por exemplo, ratificarão tais observações e, como proposto pelo próprio autor, as completarão.

Também neste texto, o botânico brasileiro afirma que se abstém de falar sobre a salubridade da região, por considerar que “as condições sanitárias de um lugar dependem, no estado atual da ciência médica, muito mais de outros fatores do que do clima, cabendo a este somente o papel de favorecer ou dificultar o desenvolvimento dos micro-organismos causas das moléstias endêmicas, e de seus transmissores”, por isso, considera necessário banir o termo

²⁰² DUCKE, Adolpho. **Notas sobre o clima da Amazônia**. I-III. Revista do Ensino, Belém 1 (1-2), 1911-1912. p. 27.

²⁰³ *Ibid.*, p. 27.

“enfermidades climáticas”²⁰⁴, o que pode indicar que ele estaria antenado às importantes mudanças perspectivas do mundo das ciências, principalmente das ciências médicas. No entanto, assim como outros tantos cientistas já presentes neste trabalho, ele também promoverá a relação quase que combativa e recorrentemente comentada sobre a diferença climática entre Belém e Manaus. Citando aquele que é considerado como a maior referência nesta área, Julius Hann, afirma que este concluiu que a temperatura média de Belém é de 25,8°, enquanto a de Manaus estava em torno dos 27°, sendo as chuvas as responsáveis por médias menores, do contrário, menos chuvas, médias maiores²⁰⁵.

A definição do clima é como quente e úmido e que aqui observam-se apenas duas estações do ano, uma de chuvas e outra de poucas chuvas, este parecendo ser um consenso entre cientistas, memorialistas e demais observadores do clima. Ducke também considera que

Nenhum outro fator meteorológico exerce maior influência sobre o aspecto geral da região do que a chuva, cuja intensidade e distribuição durante o ano estabelecem na Amazônia várias sub-regiões caracterizadas por elementos peculiares na fauna e na flora, dividindo ao mesmo tempo o ano em duas estações mais ou menos bem marcadas, cuja consequência, no vale aluvial do Amazonas e seus tributários, são os importantes fenômenos da enchente e vazante anuais, que tão poderosamente influem sobre os aspectos da paisagem e a vida dos habitantes das zonas mais populosas do interior²⁰⁶.

Isto posto, para Adolpho Ducke como para outros, a chuva é uma forte influenciadora da realidade local, seja ela fisicamente, ou, como citado páginas atrás, afetivamente. Se pensarmos que, apenas levando em consideração esta afirmativa sobre as enchentes e vazantes, e no menor conhecimento sobre a região e seu principal meio de transporte, a chuva por si só já seria capaz, em sua manifestação mais primordial, estruturar culturalmente toda a dinâmica da região se levarmos em consideração hábitos alimentares e a necessidade de tantos outros produtos que circulam pelo Amazonas e seus afluentes. Sua abundância é reafirmada por Ducke ao longo do texto, além de sempre relacionar toda observação em região diferente a da capital, com esta. “Raras vezes passa uma semana sem chuva”, onde certos invernos fortes são marcados por chuvas ininterruptas, enquanto em outras paragens, como nas proximidades de Óbidos, esta se esvai e pouco se faz presente²⁰⁷.

As chuvas em Belém também têm outras especificidades: elas têm horário. “A chuva cai preferencialmente à tarde ou de noite; no verão, uma chuva antes do meio-dia é uma

²⁰⁴ DUCKE, 1911-1912, p. 27.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 28.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 28.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 29 e 91.

raridade”. Mas não apenas, as trovoadas que as acompanham também peculiarizam a cidade. Adolpho Ducke considera que a capital paraense “é um dos lugares da terra que tem anualmente o maior número de dias com trovoadas, podendo-se avaliar estes dias em 250 a 280”²⁰⁸. A chuva também traz umidade e leva o cientista brasileiro a discordar, aparentemente, cordialmente de Hann, aquele que, como já foi dito, é considerado a maior referência no assunto.

A título de curiosidade, não posso deixar de transcrever uma frase do professor Hann, na obra citada I p. 48, referindo-se à umidade do clima do Pará: “... ter roupa engomada é impossível”. Cito esta frase somente para mostrar como verdadeiros absurdos se introduzem até em escritos de cientistas de grande valor, que nestes casos são vítimas de informantes inclinados a exagerações²⁰⁹.

Se por um lado o brasileiro procurou, ao menos retoricamente, se distanciar das questões relativas à salubridade e à higiene, por outro, requalificar o clima da Amazônia, com específica atenção ao da cidade de Belém, se fez presente ao longo de todo seu texto. Este embate que como temos visto ao longo deste trabalho foi político, científico - intelectual e econômico. Mas J. Hann também não foi o único cientista francamente citado por Ducke, ainda relacionado ao tema “temperatura de Belém” versus “temperatura de Manaus”, duas cidades que disputavam visivelmente a vanguarda da Belle Époque na Amazônia, Paul Le Cointe, o mesmo autor de “Le climat amazonien, et plus spécialement le climat du Bas Amazone”, foi, em inúmeros trechos, contestado por Ducke. Segundo ele, o relatório da comissão de estatística de 1898 apresentou a altura média das chuvas em Manaus em 2657 milímetros por ano. Citando diretamente a obra de Le Cointe, Adolpho afirma categoricamente que este dado carece de confirmação, por considerar que o tempo que Le Cointe analisa não é o suficiente para chegar a estas conclusões²¹⁰. As notas de Adolpho Ducke apesar de em muitos momentos serem bastante primárias, nos dão importantes informações sobre o contexto em que elas e as chuvas estão inseridas.

Outra questão considerada aqui como fundamental para nosso entendimento, e que, por isso, nesta dissertação merece atenção, era a insistência em se instalar uma rede de estações meteorológicas no Estado, dada a importância dos estudos relacionados ao clima, a salubridade e a chuva enquanto componente fundamental para manutenção de temperaturas salubres. No entanto, problemas como a falta de pessoal capacitado na região para o trabalho dificultou muito este projeto. Apenas em 1904, portanto, 10 anos após a instalação na sede do museu, é que nasceu a primeira estação fora de Belém. Já sob a direção Jacques Huber, é que se instalara, na

²⁰⁸ DUCKE, 1911-1912, p. 30.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 32.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 89 e 91.

antiga Colônia Indígena de Santo Antônio do Prata, na região que hoje conhecemos como Bragantina. Com apoio do Governo do Estado, o Instituto do Prata passou por uma reestruturação contando com o funcionamento de escolas primárias e instrução agrícola sob a administração de Capuchinhos Lombardos, servindo como um importante campo de pesquisas. No relatório de 1904, agradecendo a cooperação de Frei Daniel Samarate, diretor da colônia, admite-se a esperança de enfim se criar uma rede de estações pelo Estado.

Para a frustração dos planos da direção do Museu Paraense, o serviço meteorológico do Prata parece ter tido vida curta já que os dados apresentados não obedeciam a uma sequência ininterrupta, bem como o antigo problema de falta de pessoal qualificado para o trabalho podem ter levado ao fim daquela estação. Mesmo assim, as tentativas de se estabelecer uma rede minimamente integrada não esmoreceu. Huber, em 1907, informa a partir do Boletim do Museu que

Em consequência da extinção do posto do Instituto Lauro Sodré, o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado determinou que fossem entregues ao Museu os instrumentos que faziam parte daquele observatório. Muitos destes instrumentos achavam-se num estado que não permitia a sua utilização imediata, sendo alguns, principalmente os aparelhos registradores, mesmo completamente imprestáveis. Diversos instrumentos, entretanto, podem ser aproveitados, quer no observatório do Museu, quer na Estação Experimental de Peixe-Boi, onde foi estabelecido um posto meteorológico pelo diretor daquele instituto. Para a sua instalação, o Museu forneceu em junho os seguintes instrumentos: barômetro, termômetros normal, maximal e minimal, higrômetro, pluviômetro e ventoinha²¹¹.

Criada por Augusto Montenegro em 1907, a Estação Agrícola de Peixe-Boi tinha como diretor André Goeldi, ex-inspetor do Horto Botânico do Museu Paraense e primo de Emílio Goeldi, outrora diretor do mesmo museu. Pouco tempo depois esta estação seria absolvida pelo Ministério da Agricultura, tendo sido cedida pelo Governo do Estado como forma de colaboração para a ampliação das atividades do Governo Federal em diversas áreas, o que pode sugerir que o interesse no desenvolvimento de estudos sobre o clima se fazia importante, como temos visto, num contexto nacional e internacional de transformações intelectuais, científicas, urbanas e culturais. No entanto, mesmo sob o domínio do Governo Federal e seu afã em instituir uma rede interligada, à estação meteorológica de Peixe-Boi logo veio a entrar em declínio e a desaparecer em seguida.

Problemas de conservação de material eram uma constante na região graças ao seu clima. Em trabalho apresentado em 1911 sobre o clima da Amazônia, Adolpho Ducke relata

²¹¹ HUBER, Jacques. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario de Estado da Justiça, interior e instrução publica pelo diretor do *Museu Paraense de Historia Natural e Ethnografia*, anno de 1907. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia** (Museu Goeldi), Belém, 01-21, 1909. p. 20.

que no início de 1906 as observações do posto situado no Museu Paraense foram prejudicadas por conta da deterioração do material de instrumentação que antes instalados em área que imitava a mata fechada e posteriormente em lugar mais aberto, sofreram com as altas temperaturas que se impunham²¹². A solução viria com a adequação de um espaço para a instalação daqueles instrumentos. Mesmo com problemas como estes, o trabalho do Museu Paraense sobre o clima de Belém e da região Amazônica como um todo continuava rendendo frutos e sendo buscado por diversos setores, como pela Diretoria do Serviço Sanitário do Pará que solicitava remessa de dados mensais das observações. Essas solicitações nos levam a uma nova questão.

Vejamos: no relatório de 1908, Huber destacou, ainda que reconhecendo os serviços prestados por J. Hann, a importância, ou, nas palavras do próprio Jacques Huber, “o dever de aproveitar aqui mesmo as nossas observações”. Tal questão pode nos levar a questionar os motivos e as reais intenções de Goeldi para não terem sido publicadas estas informações nos Boletins do Museu ao longo da década em que ele esteve à frente da direção da instituição paraense. Pode-se presumir, entre outras possibilidades, que Goeldi, mais do que desenvolver a ciência e a cultura científica amazônica, estava preocupado com seus contatos estabelecidos num círculo científico internacional que, encabeçado pelo Dr. Hann, dava visibilidade ao nome do suíço à frente do trabalho desenvolvido na instituição paraense. Em vista disso, é possível acreditar que Goeldi parecia bastante interessado não apenas no projeto científico republicano, mas na reconstrução de sua imagem, e no restabelecimento da sua posição internacional frente aos últimos acontecimentos considerados desastrosos antes de sua vinda para Belém. O que corrobora esta hipótese é exatamente o fato de que nos volumes 6 e 7 do Boletim, dados como médias, extremas e somas, foram publicados, já sob a responsabilidade de Huber, o que não aconteceu antes disso. E assim como solicitados pela Diretoria do Serviço Sanitário em 1908, passaram a ser publicados, a partir de 1909, a pedido do chefe da Seção de Agricultura da Secretaria de Obras Públicas na revista “A Lavoura Paraense”²¹³.

Nelson Sanjad também já observara, a partir da vivência de Emílio Goeldi no Museu Nacional, que mesmo desempenhando trabalho de importância atestada para a comunidade científica do período, e para o projeto republicano nacional, seus interesses pessoais já se faziam presentes, e em muitos momentos se sobreponham ao interesse coletivo.

²¹² DUCKE, 1911-1912.

²¹³ HUBER, 1909. p. 36-37.

No Museu Nacional, Goeldi comportou-se, de início, como um naturalista em campo, compilando informações históricas, fazendo comentários sobre aspectos curiosos e pouco conhecidos da fauna (que ele considerava úteis do ponto de vista biológico e evolutivo) e enviando anualmente relatórios sobre suas “atividades oficiais no Brasil à Sociedade Naturalista de Sankt Gallen, como se estivesse em uma missão especial. Esses relatórios demonstram as dificuldades que Goeldi enfrentou no Museu e sugerem que o zoólogo talvez não planejasse passar tanto tempo no país²¹⁴.

Goeldi era membro da Sociedade Naturalista de Sankt Gallen, e mesmo distante geograficamente da Europa, parece ter estado permanentemente conectado a ela através de seus trabalhos como a atuação à frente do Museu Paraense, das palestras que era convidado a proferir, ou, a partir dos materiais publicados no Brasil e no mundo, já que, ainda segundo Sanjad, “o principal palco do cientista-divulgador foram as publicações, cujos efeitos certamente foram os mais duradouros e cuja repercussão ocorreu em ampla escala”²¹⁵. Esses materiais se fizeram importantes porque, como também considerou Sanjad, “o racionalismo do século XIX se manifestou mais ativamente através da educação científica, entendida aqui como o conjunto de atividades, meios e instrumentos de divulgação da ciência e de seus modos de perceber e refletir sobre os fenômenos naturais e sociais”²¹⁶.

Mas a visibilidade local a partir de 1909, desses dados, pode ser indicativa de uma mudança de perspectiva na administração do Museu que parece agora estar mais interessado numa rota nacionalista, mesmo sem perder o longo caminho internacionalista que já havia sido traçado. O “novo” caráter ufanista do Museu ia de encontro com a proposta do Governo Federal que criara em 1909 a Diretoria de Meteorologia e Astronomia sediada no Observatório Nacional no Rio de Janeiro. A proposta era reunir os serviços meteorológicos cedendo sob certas condições, equipamentos de maneira a unificar este trabalho em todo território²¹⁷. No ano seguinte foram remetidas as primeiras colaborações do Museu Paraense, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo Governo Federal²¹⁸.

Em 1911, com a saída de Ernst Lohse do cargo de encarregado do Serviço Meteorológico, Emilie Snethlage voltaria, agora por período maior que antes, a assumir a

²¹⁴ SANJAD, 2009, p. 93.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 143.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 138.

²¹⁷ BRASIL. Decreto 7.672 de 18 de novembro de 1909. Crêa no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a Directoria de Meteorologia e Astronomia. **Legislação Informatizada**, Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7672-18-novembro-1909-513270-republicacao-104185-pe.html>. Acesso em: 08.02.2022.

²¹⁸ HUBER, Jacques. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario de Estado da Justiça, interior e instrucção publica pelo diretor do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnografia, anno de 1910. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia** (Museu Goeldi), Belém, 35-48, 1913. p. 45.

direção da estação, sendo substituída apenas em 1913 por Otto Bertram em decorrência de uma viagem exploratória pela Europa. De acordo com Teresinha Bastos e Oswaldo Cunha

A presença constante de pessoal habilitado era sempre um problema para a direção do Museu e até então os encarregados do Serviço Meteorológico eram pessoas de origem estrangeira. Para evitar transtornos na continuidade das observações, o diretor do Museu colocava junto ao encarregado desse serviço um auxiliar que aprendia e se familiarizava com a técnica utilizada. Otto Bertram foi o último estrangeiro encarregado do Serviço Meteorológico. Agora assumem a responsabilidade dessa função os brasileiros que começam com Oscar R. Martins, primeiro preparador de zoologia. Inicia em janeiro de 1914 e permanece nas respectivas funções até abril de 1918, auxiliado no serviço por Francisco Queirós Lima. Exonera-se aquele e em seu lugar é promovido este último, como primeiro preparador de zoologia e meteorologista. Francisco Lima desempenha ambas as funções até dezembro de 1921, afastando-se por motivo de doença. As observações não sofrem solução de continuidade e para manter o Serviço fica encarregado o preparador Justino Queirós Lima, seu auxiliar naqueles trabalhos. Desempenha perfeitamente as funções até 31 de dezembro de 1922, quando então é extinto o Serviço Meteorológico do Museu Paraense, após 27 anos e meio de observações ininterruptas²¹⁹.

A manutenção dos serviços meteorológicos, mesmo em tempos de crise, foi um esforço por conta da sua considerável importância em diferentes setores, bem como na vida cotidiana dos habitantes de Belém. A influência do clima sobre homens e mulheres de ciência e pelo constante interesse na meteorologia da Amazônia, como a solicitação feita pela “Royal Meteorological Society” dos dados do dito serviço, a Emilie Snethlage em 1920; ou ainda a uma segunda tentativa de estabelecimento de um serviço na antiga colônia de Sto. Antônio do Prata. Mesmo assim, a crise instalada na região, relacionada a decadência da economia gomífera nesse período e a eclosão da primeira guerra mundial levou a um colapso das atividades do Museu afetando toda sua parte científica em 1921, o que influenciou sobremaneira a decisão de O’ de Almeida de extinguir o Serviço Meteorológico em janeiro de 1923²²⁰.

Vimos até aqui que a chuva e sua presença quase que cotidiana na cidade de Belém despertou a atenção e o interesse de viajantes estrangeiros ao longo de quase todo o século XIX levando-os a descrições, por vezes rasas, mas em outros casos, relativamente aprofundadas de sua presença e importante papel para a vivência e sobrevivência na cidade. Foi considerada ainda em alusão a lugares que não desfrutaram de sua constante presença e que, por isso, carecem de mecanismos e engenhocas que permitissem sua criação artificial, tema interessante e bastante presente nos jornais que circularam em Belém neste período. Chamou atenção e despertou também interesse protagonizando debates nacionais e internacionais sobre seu importante papel para garantia de um clima salubre e habitável, levando a criação de um

²¹⁹ CUNHA, 1973, p. 18.

²²⁰ *Ibid.*, p. 18 – 21.

aparelho estatal que possibilitou o levantamento e a análise de inúmeros dados sobre sua abundância e demais características.

Neste último tópico vimos também, por exemplo, como cientistas e políticos como Emílio Goeldi e Julius Hann, e Lauro Sodré e o Barão de Marajó, debruçaram-se sobre seus estudos não apenas para promoverem o conhecimento e o entendimento sobre ela, mas para garantirem a implantação e difusão de um sistema político e econômico que via no domínio da natureza a higiene e a salubridade sinônimos do desenvolvimento e da civilidade. Estes mesmos personagens usaram desses discursos para se apropriar de certa maneira desta que, como vimos, é, por muitos motivos, uma das principais características de Belém, para se autopromover e garantir sucesso em seus próprios empreendimentos. A seguir, veremos também como outros personagens tentaram se apoderar da chuva em seus discursos numa tentativa de justificar suas ações e até mesmo dominá-la física e simbolicamente. Mas que foram, podemos dizer, surpreendidos pela presença de múltiplas vozes ecoadas nos jornais que circularam em Belém.

CAPÍTULO 2

PODER E NATUREZA NUMA “CIDADE ADIANTADA”.

Do que se levantou e analisou até aqui, percebe-se que a chuva em Belém foi um assunto chave para cientistas e para o desenvolvimento do Museu Paraense, seu diretor Emílio Goeldi e seus imediatos sucessores. A chuva mediada cientificamente era uma característica que demarcava ao mundo dito “civilizado” nacional e internacional como a cidade era habitável e salutar. Eram os níveis pluviométricos medidos que podiam definir também Belém como uma cidade “peculiar” ou “*sui generi*”. Assim como sua abundância e constância que, de longa data, influenciavam os modos e meios de vida da população, os ditames científicos de sua chuva uniam ciência, natureza e poder nesta cidade.

Já neste segundo capítulo, buscar-se-á estudar a chuva e sua presença no noticiário belenense. Sendo os jornais impressos o principal meio de circulação público de notícias nesse período, neles procuraremos identificar como argumentam os seus articulistas dentro da temática das chuvas na cidade que, por sua vez, eram mediadores das demandas da população com a Intendência; mas que em outros momentos e espaços jornalísticos podiam articular-se como literatos. Nesta posição, não menos propensa aos estudos históricos, por meio de personagens, estes literatos levavam às páginas jornalísticas as diferentes formas pelas quais circulavam ideias e conflitos sobre a natureza, a urbanidade, a civilização e a chuva. Dentro dos cânones naturalista e simbolista, nas narrativas jornalísticas lidavam com demandas variadas, com referências europeias e com modelos civilizacionais externos em comparação à realidade que percebiam pelas ruas e no clima da cidade de Belém. Essas publicações podiam funcionar ainda como literatura didática relacionando as demandas da população a determinadas referências externas, como outros centros urbanos dito “civilizados”.

Aqui é preciso recuperar que os jornais não têm uma única fala, sendo seus articulistas, contudo, pessoas que se atrelaram ao mundo daqueles que eram proprietários da empresa jornalística que se tornara muito significativa em Belém desde a década de 1870²²¹, mas que ao mesmo tempo circulavam e até faziam parte da população cidadina. Para além dos problemas relacionados ao poder político na imprensa local, é relevante perceber que este poder estava imediatamente ligado a uma figura chave: ao intendente municipal Antônio José de Lemos (1843-1913), que esteve à frente do município de Belém entre 1897 e 1911, período considerado

²²¹ FIGUEIREDO, 2005.

áureo para a produção de riquezas advindas do ciclo econômico da borracha, e de altos investimentos na urbe belenense que, mediados, foram aplicados e sentidos de maneira distinta pela população. Dessa forma foi também importante levantar-se e se discutir como a Intendência municipal deste período lidou com as dificuldades impostas pela natureza, frente às demandas da população que nos são apresentadas pelo discurso dos articulistas de jornais locais em suas muitas disputas políticas e sociais.

Neste sentido, parece indispensável entender esta fala quando observamos a enorme quantidade de fontes jornalísticas (e não apenas aquelas à disposição de Lemos) que “cobram” da administração pública providências na lida ou trato com o clima chuvoso da cidade. Estes interlocutores muitas vezes diziam dar voz à população de Belém, propondo ações e melhorias para os problemas urbanos relacionados ao excesso de chuvas e a falta de estrutura de determinadas regiões da cidade. Por conta disso, entende-se que sociedade civil e administração pública estão imbricadas em uma relação de poder entre si, e ao mesmo tempo mediadas pela natureza da cidade de Belém, que resultou em diversas ações que buscaram modificar a paisagem urbana sanando problemas de ordem física que se conformaram como tentativas, muitas vezes frustradas, de domínio desta natureza e que nos trazem reflexos até os dias de hoje. É possível perceber também que tais obras e ações, de maneira geral, eram aplicadas singularmente em determinadas regiões da cidade, sinalizando, mesmo que indiretamente, a diferença entre áreas centrais e regiões periféricas.

Além disso, será possível observar como, a partir de seus relatórios de governo, o intendente e a Intendência lidavam com tais problemas, executando obras e respondendo até certo ponto, nestes documentos, às críticas que lhes eram feitas por supostas “vozes” populares que eram apresentadas nos jornais. Perceberemos ainda quais orientações e intenções norteavam as ações da Intendência, bem como de seu intendente. Suas ações confundiam muitas vezes o que era prioridade para a capital e seus moradores, com as prioridades pessoais dentro de ditames genéricos e comuns como os de obras civilizacionais, sobretudo entre o Pará e o Amazonas. Neste sentido, o Intendente Antônio Lemos na sua saga para a reconstrução e modelação de uma metrópole amazônica com aspirações internacionais nem sempre teve sucesso sobre as demandas ocasionadas pelas chuvas abundantes de Belém.

Como enfatiza o estudo de Rosa Cláudia Pereira, era a época das exposições universais (entre 1851 e 1914), e o intendente Lemos viu a necessidade de uma narrativa visual para a cidade que competia internacionalmente pela atenção para a venda de sua borracha e de outros produtos, além da competição por trabalhadores imigrantes. Para tanto, contratou fotógrafos

como Fidanza e mandou imprimir na Europa álbuns ilustrados com fotografias para propagandear pela Europa e para o Rio de Janeiro aspectos pessoais que, para ele, faziam de Belém uma cidade remodelada, higienizada e civilizada que pretendia mostrar²²². Igualmente, Lemos mandou publicar luxuosos relatórios de governo, onde seus atos eram explicados e justificados, e muitas vezes também serviam de propaganda para seus “feitos” e obras ditas “civilizacionais”, as quais, como enfatiza Maria de Nazaré Sarges na biografia sobre o famoso intendente, mimetizavam a Europa numa ideia clássica de uma suposta Paris na América²²³.

2.1. “O município de Belém”, a chuva numa cidade pretensamente europeia.

Hoje parece ser consenso historiográfico que, com a inserção da navegação a vapor na região norte do Brasil, possibilitou-se uma exploração e exportação de látex mais continuada e ampla²²⁴, financiada principalmente pelo capital inglês para atender o comércio internacional da borracha, muito utilizada pela indústria como isolante, bem como para a fabricação de pneus nas novas bicicletas e automóveis que nasciam e ganhavam as ruas das novas urbes europeias e norte-americanas²²⁵. O excedente de riqueza oriundo da cadeia produtiva da borracha, que contava ainda com a exploração do seringueiro no interior da floresta, serviu para financiar as transformações urbanas acontecidas em Belém nesse período e que, atenderam primordialmente as classes mais abastadas da sociedade que esperavam encontrar na cidade o conforto e o luxo que a sua riqueza podia proporcionar.

Além do mais, não apenas o fluxo de capital foi aumentado, mas o de pessoas também. A volumosa demanda internacional pela borracha amazônica influenciou, por exemplo, significativamente nos fluxos migratórios para a região, relacionada à necessidade de mão de obra para a extração de goma elástica e demais atividades econômicas que se mantinham paralelamente à economia gomífera. Neste sentido, fez-se muita propaganda do Pará no exterior

²²² Cf.: estudo de Rosa Claudia Cerqueira Pereira, PEREIRA, 2006. p. 92-114.

²²³ Cf.: SARGES, 2010.

²²⁴ Das vantagens apresentadas por essa tecnologia estava a diminuição no tempo de viagem e o maior volume de carga associado ao menor risco de perdas o que, apesar do frete inicialmente elevado, barateava o preço dos seguros de viagens. Na região, caracterizada pela grande quantidade de rios, muitos navegáveis a navegação a vapor possibilitou a incorporação da região num contexto político-econômico imperial, nacional e internacional levando desenvolvimento ao norte do país. GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 19 (1), p. 185-212, janeiro-abril de 2009.

²²⁵ Sobre o capital que financiou a economia da borracha e para onde o produto era destinado. Ver estudos de Sarges, especialmente sua obra clássica “Riquezas produzindo a Belle Époque”, SARGES, 2002. Para um estudo sobre a passagem da navegação tradicional a vela para aquela à vapor e suas consequências na expansão da borracha e na regionalização do poder oligárquico no Pará e Amazonas ver estudo de Reginaldo Ribeiro Moraes intitulado *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha*, MORAES, Rinaldo Ribeiro. *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

e se criaram colônias agrícolas e toda uma legislação para atrair estes europeus ao estado, mas boa parte da mão-de-obra para a extração do látex vinha de migrantes nacionais, especialmente dos cearenses²²⁶. Em que pese este aspecto de descompasso, o imigrante europeu se tornaria, inclusive, uma preocupação de Antônio Lemos, apresentado já em seu primeiro relatório, como será possível ver adiante.

É importante destacar que apesar da atenção especial que se tem dado na historiografia da Amazônia ao Período Lemos por conta da intensificação dos trabalhos urbanos em Belém, estas reformas não são iniciadas por ele e a questão urbana sempre esteve associada ao seu abastecimento. Assim, o artigo de Franciane Lacerda e Elis Regina Vieira, demonstra que existiam claras conexões entre a cidade de Belém e as áreas rurais e de floresta, sobretudo na região chamada Bragantina, por onde correu uma importante linha férrea e na qual se incentivou a criação de colônias agrícolas e que esta conexão era anterior à República²²⁷. Desde que Belém passou a ganhar importância cabal no ciclo econômico da borracha, principalmente como cidade portuária exportadora do produto e capital de negócios na Amazônia, tem investido em seus melhoramentos para que, assim como no período Lemos, esta cidade fosse se adequando a sua nova realidade. Da mesma forma, o interesse pela técnica e estética europeia também não eram uma característica exclusivamente Lemista, mas quase sempre a implementação destas técnicas e estética foi colocada em prática depois de 1897²²⁸, sendo considerado esse período, dito Lemista, como referências nos desenvolvimentos técnico e científico, como social e cultural, e já vivendo a Belle Époque, a Europa se tornou, precocemente, um referencial para esta capital amazônica.

Diante disso veremos que o clima e a chuva poderiam complicar, na visão dos intendentess, ou colaborar para o melhoramento da cidade e que mesmo ações de sucesso implementadas em outras localidades, dada a relação cidade - chuva, aqui não necessariamente se aplicariam com o mesmo sucesso. Como exemplo, podemos considerar os estudos de Lise

²²⁶ Sobre os fluxos migratórios de nacionais e estrangeiros para a Amazônia no período da borracha há um bom balanço da questão desde sua propaganda, legislação até as colônias agrícolas no estudo de Francinaldo Sousa dos Santos intitulado *Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará*, SANTOS, Francinaldo Sousa. **Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros nos últimos anos do Império e início da República no Pará. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.**

²²⁷ Cf.: LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 16, p. 157-181, 2015.

²²⁸ No estudo de Anna Carolina de Abreu Coelho, a pesquisadora analisa que autores como Ignácio Moura argumentavam que em 1897, início da gestão de Antônio Lemos na intendência de Belém, se caracterizava como o momento em que muitas das ideias anteriores de homens como o Barão do Marajó teriam finalmente podido sair do papel e se tornarem realidade. COELHO, 2015. p. 95.

Sedrez sobre aquilo que chama de desastres socioambientais. Mesmo que aqui as chuvas, por mais intensas que fossem, não chegassem a ser consideradas como causadores de, nas palavras da própria autora, desastres “mortais”, como no Rio de Janeiro, suas interpretações e apontamentos relacionados a políticas públicas e as memórias sobre esse tema colaboram para nosso entendimento. Sedrez afirma que as reclamações e cobranças às autoridades públicas a partir dos jornais a partir dos jornais estão relacionadas ao papel assumido pelo Estado na era moderna como um líder à frente das respostas aos desastres socioambientais, ou, como no caso estudado aqui, aos problemas urbanos, despontando como mediador das relações entre sociedade e natureza, principalmente nos momentos mais críticos²²⁹.

Lise considera também que o Estado mediador desponta, nesse sentido, como espaço de disputa entre vários setores da sociedade que buscam resolver a partir das políticas públicas tensões sociais que são aprofundadas no quadro desses problemas urbanos. Em função disso, “estas políticas públicas devem dar conta das especificidades do ambiente local, das condições climáticas locais, da ocupação histórica daquele espaço”²³⁰. Por isso, as transformações urbanas deveriam respeitar - e veremos que nem sempre isto se cumpriu - a dinâmica da natureza, portanto, adequadas à realidade climática da cidade, peculiarmente conhecida como chuvosa. Assim, desde 1890²³¹, cidades como Paris já eram citadas pela Intendência Municipal como modelo de sua ação. Em uma publicação de maio de 1890, intitulada “Melhoramentos da Capital”, o jornal *A República*, por exemplo, ao tratar da construção de uma rede de esgotos demonstra preocupação com o estado das águas que abastecem a cidade a partir da descrição da construção de latrinas. É expresso, nas palavras do intendente Artur Índio, que proprietários e moradores não estão isentos da responsabilidade da degradação das águas. Assim, opondo-se às técnicas utilizadas em Belém, ele afirma que

A construção da base dos canos destinados ao esgoto, feita cuidadosamente, a inclinação suficiente das paredes, são condições absolutamente necessárias para que as próprias paredes não sejam impregnadas e que se determinem infiltrações. Não menos importante é a correta ligação dos diferentes esgotos, sem que um ou outro fique inferior para evitar depósitos nocivos.

Sei que estou repetindo coisas conhecidas e sabidas que, muito melhor do que eu, têm sido ditas por Mayer, na “Canalização subterrânea de Paris”, por M. S. Maurin e por Ch. de Freycinet, na sua obra “Assainissement industriel et municipal em France”, mas apesar de sabidas, vejo-as tão pouco respeitadas na execução, que dão direito a supô-las ignoradas.

Uma circunstância tem feito, felizmente para nós, que estas consequências más se tenham tornado sensíveis, e é a da grande área da cidade em relação a sua população;

²²⁹ SEDREZ, 2013. p. 185.

²³⁰ *Ibid.*, p. 186.

²³¹ Refiro-me primeiramente a 1890 porque este é o marco temporal adotado na pesquisa onde este trabalho está fundamentado (1890 – 1920).

a pequena densidade desta é que a tem defendido; se com os meios de canalização que temos e a nossa população fosse tão densa como a de Madri ou Viena, em pouco tempo seria uma necrópole a nossa capital.

Este estudo dos esgotos é um daqueles sobre que mais se tem escrito; não é, porém, meu intento escrever sobre os sistemas diversos usados, e quem sobre eles quiser fazer minucioso estudo, pode consultar, além dos autores que já citei, os trabalhos de Durand-Claye; apenas direi hoje que o sistema triunfante e atualmente dirigido em Paris por M. Masson, é o de *tout à l'égout*, auxiliado por sistemas aperfeiçoados de latrinas e ventiladores.

Trata-se, segundo leio nos jornais, de levar a efeito uma rede completa de esgotos na nossa capital; francamente eu o estimo e creio que esta obra deve ser preferível a muitas outras que se diz estarem em projeto ou estudo, mas é esta uma obra tão importante que todo o cuidado será pouco na formação do projeto e condições do contato.

[...]

Entre nós o estudo das dimensões é bastante complexo, pois que nele há a atender não só a média anual das chuvas que por eles tem de passar, como a quantidade de água que uma trovoadas pode lançar rapidamente em um cano, e todos nós sabemos, mesmo pelo pequeno número de observações meteorológicas que têm sido publicadas no Pará, que a média anual assim como o máximo de uma pancada de água, na Europa é muito inferior à média das regiões equatoriais, assim, como no máximo das trovoadas, que sobre entre nós do a um número quatro ou cinco vezes maior do que na Europa, pois enquanto nesta a média das chuvas de trovoadas é para as cidades, ao meio dia, de 0,12, em Caiena o almirante Roussin marcou, em uma chuva que durou 10 horas, a altura d'água de 0,28, e, em notas publicadas em 1857 no Pará, ainda quantidades muito mais consideráveis foram consignadas²³².

Nesta primeira publicação, algumas colocações chamam nossa atenção. A referência feita a cidades como Paris, Madri e Viena nos reforça a ideia de que Belém estava conectada a grandes centros urbanos e que possivelmente existiam compartilhamentos de conhecimentos e técnicas, bem como serviam de referência para projetos e obras na capital paraense. Em seguida, percebemos que o intendente também reclama, mesmo que sutilmente, de seus antecessores e da ausência de fiscalização ou melhorias. Adiante, vemos também uma forte preocupação com a higiene e a saúde pública, a partir da referência a densidade urbana da cidade. Já a atenção dada às questões do clima, as que mais nos interessam, nos permitem analisar que Belém, como já vimos, é uma cidade cujo clima chuvoso é uma característica bastante peculiar, desta forma, toda e qualquer referência técnica de obra ou reforma, por mais bem empregada que tenha sido em qualquer outro lugar do globo, deve receber atenção especial nesta cidade. Isto é demonstrado firmemente quando se comparam suas médias pluviométricas, por exemplo. Por assim dizer, Belém, por conta de seu clima, é uma cidade complexa.

O mesmo jornal, *A República*, dias depois segue com a continuação da seção “Melhoramentos da Capital”²³³. Nessa sequência, ainda tratando da questão dos esgotos, a preocupação com as emanações – julgadas como prejudiciais à saúde – ganha ainda mais

²³² A República, 10 de maio de 1890. p. 2.

²³³ A República, 17 de maio de 1890. p. 2.

destaque, sendo especuladas as melhores formas de combatê-las, já que aqui os esgotos não “são objetos de luxo” como em Paris. Como solução viável, apresenta-se a desinfecção das tubulações que, por sua vez, pode ser feita de duas maneiras: “natural”, ou “artificial”. A natural, ainda segundo a publicação, seria a mais eficiente e viável para nós, já que esta é feita por meio das chuvas que aqui são abundantes e regulares, como o é necessário para o serviço. Tempos depois, em julho de 1893, ainda *A República*, tratando também sobre trabalhos da Intendência, tendo agora a frente de seu comando o Barão de Marajó, ressalta a importância de executar obras de calçamento e construção de sarjetas em diferentes pontos de Belém, serviços que, segundo o jornal, “já a muito se impunha e constituía uma verdadeira necessidade”²³⁴. Estas obras são consideradas fundamentais para eliminar o “grande lodaçal” que se forma em determinadas ruas por conta da chuva e, complementarmente, dar regular e eficiente escoamento a essas águas, preocupação preconizada tanto por Artur Índio, quanto pelo Barão de Marajó, que voltará à tona nas narrativas de Antônio Lemos.

Outra questão que será bastante recorrente nos relatórios apresentados por Lemos, era a intervenção do público, na vida privada de Belém: ora invocando a população – ou congratulando-se com ela – a participar das atividades de melhoramento; ora propondo e aprovando leis que intervinham e, forçosamente, buscavam levar a população a esta participação, como é o caso da proposta apresentada em dezembro de 1890, pelo engenheiro Thomaz Bain, no jornal *A República*. Já aqui podemos observar a preocupação com a formatação e execução das obras referentes a rede de “esgotos de materiais fecais, águas servidas e pluviais dos prédios”²³⁵. Para este engenheiro, todo prédio ou sobrado, fosse público ou particular, existente ou que viesse a ser construído, deverá ter “uma latrina, e nas de sobrado duas, e bem assim um sumidouro de barro vidrado para receber as águas da chuva que caírem dos telhados nos fundos das mesmas casas” sob a responsabilidade financeira de seus proprietários seguindo uma tabela de preços estipulada pela própria intendência.

Mais adiante, agora em 1896, o Intendente Antônio Joaquim Silva Rosado voltaria, bem como seus antecessores aqui já citados, e até mesmo seu sucessor, a intervir nas questões particulares sempre que estas se fizessem necessárias para o bem público. Em abril daquele ano, o jornal *Folha do Norte*, em sua coluna “Ecos e Notícias”, anuncia que *A República* publicara edital “intimando” os proprietários de diversas ruas “a mandarem murar seus terrenos,

²³⁴ *A República*, 25 de julho de 1893. p. 2.

²³⁵ *A República*, 19 de dezembro de 1890. p. 1.

e a fazerem canalização para os esgotos e para as águas da chuva”²³⁶. Estas atitudes oficiais da intendência de Belém, são bastante significativas e representativas de um ideal de época adotado por seus partidários e dirigentes republicanos. A intervenção municipal na vida privada em nome do bem-estar coletivo toma o princípio cívico e coletivo como forma de incentivar as pessoas a colaborarem com a sua municipalidade, fomentando um sentimento ufanista tanto a nível local, como nacional. Lembremos do parágrafo anterior, quando recorrentemente, Lemos – sucessor dos intendentes agora citados – evocava o bom senso da população cidadina, ou a “coagia” a partir de suas leis.

Enquanto seus antecessores fizeram dos jornais ambiente para suas explanações, Antônio Lemos durante os anos em que esteve à frente da Intendência Municipal mandou editar uma série de relatórios. Tais documentos fazem sempre referência ao último ano de gestão municipal descrevendo tudo aquilo considerado politicamente importante para o intendente. Além das descrições e dados apresentados, há nessa documentação mensagens diretas aos pares que compunham o corpo político belenense, respostas a algumas das críticas que recebia, e o reforço dos ideais Lemistas de uma cidade civilizada. Os Relatórios são, é valioso dizer, uma importante maneira de externar e publicizar a visão do poder público sobre a cidade. Neles, a própria estética do documento se destaca não sendo apenas o registro textual das atividades, mas a sua formatação e diagramação. É possível perceber ao longo das páginas que como um documento quase que restrito às exaltações dos serviços da intendência e do intendente, as escolhas narrativas ou mesmo aquilo que se considera como tendo sido excluído delas nos levam a inferências que ajudam a entender parte do contexto em que este documento está localizado, como é o caso das presenças e ausências da chuva na fala do intendente²³⁷.

Por conta disso, já o primeiro relatório municipal apresentado em 1902, correspondente aos anos de 1897 a 1902 é extremamente significativo por marcar o primeiro momento do governo de Antônio Lemos em Belém e, por conseguinte, como é possível perceber a partir dele, uma espécie de período de transição onde o então intendente considerava estar adequando o espaço urbano a uma nova era, uma nova realidade que visava transformar a capital do estado

²³⁶ Folha do Norte, 06 de abril de 1896. p. 3.

²³⁷ Fernando Pinho em ensaio analisa o discurso por trás da “eletrificação” da cidade de Belém partindo de publicações nos jornais e nos Relatórios da Intendência referentes aos anos de 1907 e 1908. O autor considera condições históricas para sua análise como aquelas relacionadas à modernidade e ao progresso. PINHO, Fernando Augusto Souza. *Voices da modernidade: poder público e imprensa em Belém (1907/1908)*. **I Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários da Amazônia**. 2007.

em um lugar de apreciação das normas e leis²³⁸. Tanto o é, que, ao congratular-se com os Vogais do Conselho Municipal, Lemos destina toda a primeira parte do documento, intitulada por “Os Antecedentes”, a uma longa descrição sobre – a seu ver – o estado de “desordem e balbúrdia” que ele supostamente havia encontrado a administração municipal.

Neste mesmo documento também, algo que parece ser interessante a nosso entendimento está na questão populacional. Vimos inclusive que a efervescente economia influenciou a vinda de numerosas levas de migrantes, o que percebido pelo intendente, já que em distintos momentos, ao tratar de problemas da cidade, relacionados ao sistema de transporte por bondes, abastecimento de água e, até mesmo sobre a oferta de “Carne Verde”²³⁹, sinaliza para o que ele chama de “inesperado acréscimo da população” devido justamente a estas grandes levas populacionais de estados como Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí²⁴⁰, mas também de países como Espanha, Itália e Portugal. A recorrência do tema “migração” parece, de certo modo, ser uma preocupação de Lemos com o intenso aumento populacional de Belém que chega a apresentar no relatório, por exemplo, uma proposta para o aumento da capacidade funerária do município, com a construção de uma nova necrópole chamada, no dito documento, de “Cemitério Modelo”. De acordo com a justificativa apresentada, e acolhida pelo Conselho Municipal, o “extraordinário desenvolvimento de nossa população” levou a muito tempo que Lemos cogitasse a criação de um novo cemitério na cidade²⁴¹.

Isto nos parece interessante tendo em vista um somatório de fatores distintos que aliados a questões da natureza urbana da capital do Pará podiam ser usados como recurso retórico ao justificar determinadas ações do poder público, ou eximi-lo de culpa relacionada a determinadas inações ou possíveis falhas, como mudanças estruturais ou alagamentos após qualquer chuva. Contudo, ao alocar em um mesmo espaço do relatório municipal, por exemplo, “Embelezamento e Saneamento Urbano”, Lemos nos leva a perceber que as transformações

²³⁸ BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Intendente Antônio José de Lemos**; 1897 – 1902. Belém: A.A. SILVA, 1902. p. 6.

²³⁹ De acordo com Edite Moraes da Costa “Denomina-se carne verde à carne bovina recém-abatida, também chamada de carne fresca. Seu comércio era dominado pelos marchantes ou negociantes, que se envolviam diretamente com os criadores de gado, os atravessadores, os intermediários e os donos de açougues.”. COSTA, Edite. O Comércio das Carnes Verdes e a Transformação Socioeconômica de Santa Cruz com a Construção do Matadouro Industrial. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. UFRJ**, 2016. p. 1-2. Sídiana Macedo esclarece que a carne verde, a carne seca e a farinha compunham o tripé da alimentação belenense, e que “em uma hierarquia alimentícia tinha um valor maior em detrimento da salgada ou seca, porque essa era mais saudável e daí porque sua procura era grande”. MACÊDO, Sídiana da Consolação Ferreira de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

²⁴⁰ BELÉM, *Op. cit.*, p. 46.

²⁴¹ BELÉM, 1902. p. 215. Na página 339 do mesmo documento estima-se a população de Belém em por volta de 200 mil almas.

que vinha executando e empreendendo para Belém, não estavam diretas, ou unicamente relacionadas a uma preocupação com o bem-estar do belenense, mas com um pretense contexto urbano internacional em que a cidade exportadora de borracha estava inserida. Tanto que a lei número 218 de 31 de dezembro de 1898 autorizava o intendente a reorganizar o Serviço Sanitário Municipal a partir de dois eixos principais: “A Seção de Obras” e o “Serviço Sanitário Municipal”²⁴². De um lado estava o planejamento, do outro a execução.

Estas duas secretarias estiveram responsáveis pela adequação da cidade, dentro do que era possível, segundo o intendente, ser feito até a proclamação deste relatório o que, ele próprio considerava um curto e proveitoso período: “[...] orgulho de proclamar bem alto a profunda diferença material desta cidade e arredores, nos seus aspectos, entre o estado em que se acha agora e aquele em que a encontrei [...]”²⁴³. Das principais ações empreendidas por estas duas subunidades da administração pública, era fundamental o calçamento de ruas e o esgotamento das águas pluviais, aproveitando-se sempre o período considerado “seco” para “fazerem-se completas desinfecções de sarjetas e bocas-de-lobo e galerias de esgotos, duas vezes por semana, sob a direção dos médicos municipais”²⁴⁴.

Perto de concluir seu primeiro relatório, em resposta às críticas que lhe têm sido feitas sobre os possíveis gastos exagerados nas reformas empreendidas pela sua administração, Lemos é bastante categórico e sua resposta muito significativa quanto a situação em que se pretendia Belém dentro de um círculo internacional de cidades consideradas civilizadas. Nesse sentido, Paris e Londres eram referências tão diretas para esta capital que, ao justificar tais gastos, o intendente cita os destas duas “cidades tão adiantadas” como baliza.

Tem-se falado das dívidas da Intendência de Belém. É um facto, e o Conselho Municipal é solidário com essas dívidas, por isso que tem autorizado obras e tem autorizado emissões. E não posso agir melhor, a este respeito, do que transcrevendo outro trecho do já citado discurso que há poucos dias pronunciei no Senado estadual: Mas, pergunto: qual a municipalidade de uma cidade civilizada que não esteja hoje onerada de dívidas?

Ocupando-se de débitos contraídos por diversas municipalidades de países os mais adiantados, como as de Paris e Londres, disse um tratadista: < O Conselho Municipal de Paris não sabe o que deve! > E escusado salientar que a frase citada importa numa figura, empregada para demonstrar quão elevado, quão estúpido é esse débito.

Entretanto, sr. presidente, trata-se da municipalidade de uma das mais antigas e mais adiantadas capitães europeias; trata-se da municipalidade cuja sede está provida de todos os recursos, onde não falta coisa alguma e onde, entretanto, se cogita todos os dias no modo de melhorar a higiene, os logradouros e confortos públicos, de satisfazer por todos os meios possíveis às exigências de um público civilizado²⁴⁵.

²⁴² BELÉM, 1902, p. 18.

²⁴³ *Ibid.*, p. 7.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 20.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 337-339.

Este ideal de civilização marcado nesse período por transformações urbanas físicas e ideológicas, se efetivou na tradição brasileira a partir de ideologias que relacionam modernidade e higiene e influenciaram profundamente a atuação de administradores públicos como Antonio Lemos. Giovana Carla Mastromauro considera a relação entre salubridade e saúde pública como fundamental para o urbanismo higienista do final do século XIX, onde engenheiros sanitaristas e arquitetos desempenharam importantes papéis sociais neste contexto. De acordo com a autora, determinou-se, a partir das conclusões de um congresso de habitação ocorrido em Bruxelas, que “a aglomeração de pessoas que se encontravam em habitações pobres seriam a maior causa” de algumas doenças, a partir de uma relação estabelecida entre indivíduo e ambiente que englobava todas as questões sanitárias²⁴⁶.

Por isso, considerava-se a necessidade de se empreender determinadas reformas, como uma necessidade de organizar - ou reorganizar o espaço urbano. Um “caminho da civilização”, nas palavras de Breno Martinez Zeferino, “através do saneamento e higienização nacional”. Breno Zeferino indica também (uma preocupação expressa na abertura dos relatórios de Lemos) que se observava a importância dessas transformações a partir da constatação de que a densidade populacional e as atividades empreendidas nessas cidades eram incompatíveis com a estrutura existente. Assim, Belém, ou cidade que se pretendia ser a capital paraense, bem como as demais cidades que se pretendessem modernas e civilizadas, necessitariam se adequar aos novos tempos, dentro dos parâmetros de modernidade²⁴⁷. Para isso era fundamental levar em consideração a realidade ambiental de cada cidade, já que, como nos lembram Marinéa Rodrigues e Antonio Miranda

Nessa época, a medicina atribuía como as principais causas das doenças: o clima quente (até a própria exposição ao sol), a baixa circulação do ar, a ausência de trovoadas, que poderiam acelerar o ‘miasma’. Por exemplo, águas estagnadas provocadas pela baixa topografia de determinadas regiões da cidade do Rio de Janeiro, (cercada por morros, ‘impedindo a circulação do ar’), aquecidas pelo calor, ao serem evaporadas gerariam emanações que iriam ‘contaminar o ar’ com o mal cheiro: ‘o miasma’ e, assim, provocar doenças²⁴⁸.

Nesse sentido, Belém parecia, e foi considerada por muito tempo, como uma cidade extremamente propícia para a proliferação de doenças dada suas características naturais como

²⁴⁶ MASTROMAURO, Giovana Carla. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos de História da Ciência**, v. 6, n. 2, p. 45-63, 2010. p. 46, 49 e 50.

²⁴⁷ ZEFERINO, Breno Martins. **A inventiva brasileira: Modernidade, Saúde e Ciência na virada do século XIX para o XX**. 2007. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

²⁴⁸ RODRIGUES, Marinéa da Silva Figueira, MIRANDA, Antonio Carlos. história ambiental: o Saneamento da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Práxis**, v. 6, n. 11, 2014. p. 28.

as fortes e constantes chuvas que, associadas à estrutura urbana deficiente, provocariam graves problemas a saúde coletiva e, portanto, aos ideais modernizantes. De acordo com Douglas da Cunha Dias, “Para Lemos, a Belém que vivia o auge do comércio da borracha deveria apagar do cenário urbano os traços herdados dos tempos do Brasil Colonial” e que esta não era uma característica exclusiva da capital paraense, mas de outras grandes cidades brasileiras como a Capital Federal (Rio de Janeiro), configurando-se como um ideal nacional. Estas transformações, de acordo com o autor, privilegiaram as elites urbanas e foram divulgadas ao mundo como sinônimo de uma cidade “ordeira, higiênica e moderna”²⁴⁹. Douglas também considera em seu trabalho que este ideal de civilidade e progresso exigiu “o esquadramento das águas no sentido de domá-las” e que “a natureza em uma Belém da belle époque aparecia como um entrave à modernidade”²⁵⁰. Também por conta disso, as secretarias e sessões destinadas a esses trabalhos foram fundamentais e protagonistas na gestão lemistá.

No entanto, há um ponto a ser considerado no trabalho de Douglas Dias, por fazer parte do debate que vem sendo construído aqui. Em sua conclusão, o autor aponta para uma superação do sentido negativo da natureza - ou das águas - graças a “maquinação imposta por saberes e poderes de cunho médico-higienista, pedagógico, legislativo, policial e os advindos do campo da engenharia”, considerando “cidade e natureza, não mais como opostos, compuseram o ideal de vida urbana em uma Belém que viveu seu apogeu econômico no tempo aqui investigado”²⁵¹. Tal conclusão, como temos visto ao longo desta dissertação, respeitando os limites da pesquisa e do texto de Douglas²⁵², parece não considerar que diferentes visões sobre a natureza podem coabitar em um mesmo espaço e tempo. A chuva na cidade de Belém, por exemplo, ao longo do tempo em que se tem investigado aqui, assumiu diferentes formas nos relatos colhidos sobre ela, mesmo em períodos comuns, e nas mesmas fontes, podendo figurar, como já foi afirmado, no papel de “heroína”, ou “vilã” dos interesses tomados como comuns, nas inúmeras narrativas que a tomaram como protagonista. Os próprios relatórios que serão ainda analisados nos permitirão perceber na fala da intendência, uma dualidade da visão sobre ela. De um lado - se me for permitido o trocadilho - o fenômeno natural se configura como uma chuva de problemas; mas, de outro, um agente fundamental para o bem viver em Belém.

²⁴⁹ DA CUNHA DIAS, Douglas. Cidade e natureza: as águas relendo uma Belém da belle époque (1870 aos anos iniciais de 1910). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 8, n. 2, p. 233-253, 2016. p. 235 - 237.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 250 - 251.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 251.

²⁵² Trata-se de um artigo publicado em revista científica, portanto, texto limitado do ponto de vista da extensão e da abrangência da escrita.

O relatório seguinte nos permite imediatamente observar isto. No que está relacionado ao “Serviço Sanitário”, Lemos sinaliza para questões climáticas que acabaram comprometendo o estado sanitário da cidade, mas ao demonstrar surpresa com a, considerada por ele, repentina elevação da temperatura observada nos últimos 40 dias do ano de 1902, e que ele atribui a “absoluta falta de chuvas, sendo, entretanto, tranquilizador o estado sanitário da capital”. Em seguida, ao fazer um levantamento das moléstias que haviam se manifestado em Belém, ele imediatamente as relaciona a problemas de ordem técnica que poderiam ser resolvidos em pouco tempo²⁵³. A dualidade que assume a chuva está, nesses exemplos, no conflito de interesses na qual ela está inserida. Há de um lado uma preocupação pessoal em se eximir até certo ponto, da responsabilidade sobre determinados problemas. Por outro lado, parecia fundamental para a administração pública e para o próprio intendente, a manutenção de uma imagem salutar da cidade, por isso há uma preocupação em associar estes mesmos problemas a questões técnicas e não ao clima, tendo em vista a preocupação política e social de uma manutenção da cidade dentro de um contexto internacional, “eximindo” o clima de uma responsabilidade que lhe havia sido atribuída antes, por políticos e viajantes estrangeiros.

Este segundo volume, registrado e apresentado ao Conselho Municipal em novembro de 1904, nos permite entender melhor este jogo de interesses. Assim como o documento anterior, ele é iniciado com a congratulação aos pares, os senhores vogais, procedimento que parece ser de praxe tendo em vista que a atuação da Intendência Municipal, principalmente no que está relacionado às contas da administração pública, dependia da aprovação do dito Conselho. Estes documentos seguem um determinado padrão de formatação, sendo as primeiras páginas a congratulação entre estes pares políticos, seguida das suas relações com as instâncias superiores de poder – a saber, o governo estadual e a união – e, por fim, apresentação do trabalho desenvolvido no período de referência dos relatórios em questão, onde o intendente reafirma seu pretenso compromisso com a cidade a partir das benfeitorias, principalmente no terreno urbano. Além do mais, em vista de dar entendimento a uma continuidade dos trabalhos, a todo momento o intendente faz referência ao relatório anterior (1897-1902), podendo indicar sua pretensão em demonstrar que seu projeto político estava sendo pensado a longo prazo.

Ao seguir com as apresentações da resolução dos problemas municipais, Antonio Lemos, aciona mecanismos que permitam com que ele possa se defender das críticas e das reclamações apresentadas pelos jornais, e que por força acabam indo parar nos relatórios.

²⁵³ BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: A.A. Silva, 1904. p. 16-17.

Destes, destacam-se: negar acusações, suavizar a narrativa, atribuir a responsabilidade à administração anterior ou a outrem, ou simplesmente censurar fatos. No entanto, os jornais, enquanto mediadores dos problemas urbanos, mostraram-se, por vezes, em conflito com a administração pública. O próprio Lemos, ainda neste relatório, destaca notícias que ele considera inverídicas relacionadas a falta de asseio de quintais de terrenos privados e acusa, sem citar de que jornais se trata, as notícias como um “conteúdo de má fé das denúncias”. Como subterfúgio, aciona um desses mecanismos e relata que a utilização, por determinados moradores “despreocupados com os cuidados próprios e do bem-estar de seus semelhantes haviam adotado a criminosa prática de aproveitar os esgotos de águas pluviais de seus domicílios para o escoamento de águas servidas e até de materiais fecais”²⁵⁴, e rememorando 1898 cobra do diretor do Serviço Sanitário que sejam cumpridas as determinações como as visitas e as proibições da utilização dos esgotos das águas pluviais para águas servidas e detritos fecais. A exigência de que o dito diretor faça cumprir a legislação, segue de encontro com o ideal de uma cidade ordeira e exemplar.

Por isso, é importante lembrar que, ainda em seu primeiro relatório, Antônio Lemos procurou dar atenção para o fato de a população correu em “auxiliar os esforços da municipalidade”²⁵⁵ ao observarem que as medidas e determinações da Intendência – como a edição da lei 218 de 1898 que autorizava agentes públicos a entrarem em terrenos e ambientes privados como casas e estabelecimentos comerciais²⁵⁶ - surtiam efeito. Assim, parecia para o intendente que, ao contrário do que vinha sendo noticiado no jornal, ser impensável que mesmo com todo o labor empreendido pela repartição de obras e saneamento, os problemas persistissem, levando, portanto, o administrador público a desmentir as notícias que ele considerou não factiosas. Já na seção que relaciona “Embelezamento e Saneamento Urbano”, mais uma vez ao rememorar seu primeiro relatório, e continuar defendendo-se das acusações e reclamações de seus críticos, julgando aquilo que ele considera como uma absurda falta de entendimento deles, ele destaca que

Há quem atribua a tendências de luxo a abertura de avenidas, a manutenção dos jardins urbanos e a construção de parques em pleno centro da cidade. Fazem-me pena esses ignorantísimos doutrinadores. Para contrapor as suas insensatas afirmativas, ser-me-ia fácil traduzir, por exemplo, as seguintes palavras do higienista Paulo Strauss:
[...]

²⁵⁴ BELÉM, 1904, p. 18-19.

²⁵⁵ BELÉM, 1902, p. 19.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 18.

“A ideia sanitária deverá ser, hoje em dia, a preocupação capital de todos os cidadãos. Quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquirir ela e mais atraente se faz para os visitantes e os estrangeiros”²⁵⁷.

Ao buscar uma referência estrangeira para justificar seus trabalhos, bem como ressaltado nesta fala, e a recorrente justificativa da importância de tais mudanças para tornar a cidade mais atraente aos visitantes estrangeiros, a narrativa do intendente Antonio Lemos nos leva a inferir que ele tinha não apenas uma preocupação com o bem-estar de seus concidadãos, mas com a sua imagem e a imagem de Belém frente a suas congêneres europeias. Não bastando, por exemplo, restringir-se tal cuidado apenas ao próprio administrador, mas a população em geral, como também é observável sempre que ele próprio em seus relatórios invoca ou ratifica a participação da população em tais transformações, e em seu comportamento social. Neste sentido, Protásio César dos Santos, Maria do Carmo Prazeres Silva e Jovelina Maria dos Reis, ao analisarem as estratégias discursivas, a partir dos relatórios municipais durante o período em que Lemos esteve à frente da administração de Belém, identificaram que seu propósito era o de alcançar aquilo que os autores consideram como uma boa autoimagem, ou o *ethos* do intendente. Para esta tipificação, Protásio, Maria e Jovelina consideraram estratégias de análise do discurso, identificando nos ditos relatórios que o modo como o intendente presta contas de sua administração, ou suas escolhas linguísticas como orador, reúnem “capital simbólico” para a construção desta autoimagem²⁵⁸.

Tendo em vista o volume dos relatórios municipais, os autores atentaram-se especificamente para trechos que “remetem às obras executadas na Belle-Époque belenense, responsável, no dizer de Aquino, por certo ‘sentimento gozoso’, assim definidos os fragmentos contendo detalhes minuciosos, com que o Intendente Antonio Lemos descrevia e prestava contas ao Conselho Municipal”²⁵⁹, dada a, recorrentemente lembrada, importância atribuída a Belém e seu protagonismo como capital internacional da borracha, tratando, como também já foi dito, de um personalismo na execução dos trabalhos da intendência, e não apenas uma preocupação social com os cidadãos, sendo possível observar que comumente os relatórios reafirmam o bom funcionamento, disciplinado e dentro da legalidade da própria Intendência e suas repartições, graças à atuação de Antônio Lemos.

²⁵⁷ BELÉM, 1902, p. 97.

²⁵⁸ DOS SANTOS, Protásio César; SILVA, Maria do Carmo Prazeres; DOS REIS, Jovelina Maria. ETHOS: a construção de imagem de si no discurso de Antônio Lemos. **ASAS DA PALAVRA**, v. 18, n. 1, p. 87-111, 2021. p. 98.

²⁵⁹ *Ibid.*, p. 103.

Já na longa seção destinada a tratar do calçamento da cidade são destacadas as obras de pavimentação de determinadas ruas, principalmente as que circundam locais de importância social como a Praça da República e os Palácios de Governo e da Intendência, Lemos sinaliza para a qualidade do material utilizado. Mas diferente das obras realizadas em regiões centrais, os serviços empregados em áreas mais afastadas do centro da capital do *Estado do Pará*, pareciam não requerer tanto a atenção municipal a ponto de serem mudados inclusive o tipo de material utilizado²⁶⁰. Contudo, independente dos produtos utilizados, a expansão da cidade para áreas mais distantes do centro e o significativo aumento na circulação de mercadorias e pessoas, exigia alguma intervenção oficial nesses espaços. Assim, além da pavimentação das ruas, a ampliação ou reforma dos passeios públicos, canalização e esgotamento dessas vias, principalmente por conta das águas pluviais, se fez necessário.

Foi na região da Travessa de São Matheus²⁶¹ com Almirante Tamandaré²⁶² que se destacaram tais serviços por conta dos seus resultados, já que as chuvas, fossem elas intensas como as de verão, ou as prolongadas como as de inverno, eram uma preocupação. Tanto que os serviços executados procuravam prevenir a cidade de alagamentos e, por conseguinte, possíveis constrangimentos; como também dos problemas de saúde pública. Portanto, obras como as da região citada, precisavam levar em consideração um conjunto de serviços e fatores como os apresentados no relatório.

[...]: a retificação da declividade das calhas e a construção de dois bueiros para o escoamento das águas superficiais; o estabelecimento de uma válvula para obstar o recuo, nas calhas, das matérias em suspensão na vala receptora a Avenida Tamandaré; desobstrução geral em mais de 200 metros de cano de esgotos, os quais foram, para isto, postos a descoberto e novamente fechados; construção de dois canais de derivação para manter a área da seção de escoamento da galeria de esgotos reduzida pela interceptação de um dos bueiros; construção de 20 chaminés para facilitar a

²⁶⁰ No relatório há indicação de que em determinadas áreas foram utilizados paralelepípedos de asfalto comprido, destacadamente pela sua considerável qualidade e, no caso das redondezas do Teatro da Paz, pela garantia do silêncio quando da circulação dos veículos. Enquanto em regiões mais afastadas foram utilizadas pedras irregulares, consideradas de menor qualidade. Além do mais, a obra da Praça da República pode ser considerada importante que mereceu, após denúncias de fraudes, a visita pessoal do intendente municipal, Antonio Lemos, mesmo este considerando que se tratando de lugar tão importante para a cidade, a própria população já fazia seu papel de fiscalizar. Neste documento não há referências ao uso desses materiais por questões ambientais, ou climáticas. BELÉM, 1904. p. 99 - 105.

²⁶¹ Travessa de São Matheus, também conhecida como Estrada das Mangubas, atualmente Padre Eutíqueo. Teve seu nome modificado em homenagem ao padre Eutíqueo Pereira da Rocha, membro da diocese de Belém e que, segundo Ernesto Cruz, “exerceu importantes funções políticas no Pará”. DA CRUZ, Ernesto Horácio. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. Conselho Estadual de Cultura, 1970. p. 64.

²⁶² Estrada do Arsenal e das Mongubeiras, Magalhães Barata e atualmente Almirante Tamandaré. De acordo com Ernesto Cruz, em homenagem a Joaquim Marques Lisboa, símbolo e patrono da Marinha do Brasil. Ernesto Cruz diz que esteve no Pará “por ocasião da Cabanagem”, comandando o Brigue Cacique; atuou também contra os balaios no Maranhão, e os praieiros de Pernambuco, participando também da guerra do Paraguai onde “levou o Brasil ao triunfo e à glória”. Adotou-se esta homenagem em 1951, data da Batalha Naval de Riachuelo. *Ibid.*, p. 82-83.

permanência da desobstrução da galeria de esgotos, fechando-as por meio de tampas de madeira real.

Estas obras, concluídas rapidamente logo que se noticiou o aparecimento da peste bubônica, já foram postas a prova durante os grandes aguaceiros iniciais do atual inverno, cessando o antigo e lastimável estado do trecho da travessa São Mateus, entre a Avenida Tamandaré e a rua de Bragança, onde era impossível o trânsito, mesmo bastante tempo depois da mais insignificante chuva, sendo preciso o emprego do trabalho braçal para o desvio das águas empoçadas nas calhas vizinhas. Era um motu continuo insuportável, que consegui fazer terminar²⁶³.

A equipe Lemista parece ter percebido desde muito cedo que as intempéries do clima belenense influenciaram sensivelmente no cotidiano da cidade. Inclusive, o relatório que está em análise ressalta isso, ao relacionar as “condições naturais de um clima equatorial” e a desproporção entre vias públicas adequadas e a crescente população belenense²⁶⁴, tanto que as soluções encontradas para a resolução de parte desses problemas parecem bastante criativas, como a destacada no excerto anterior. Ao observar o clima e perceber que as chuvas, sejam elas de quaisquer épocas do ano, poderiam causar incômodos as pretensões internacionalistas da Intendência de Belém, o estabelecimento de válvulas para tentar impedir que “materiais em suspensão” entrassem nas valas e posteriormente causassem alagamentos, nos leva a presumir que o clima da cidade fora levado – ao menos nesta situação – em consideração.

Em seu terceiro relatório, referente ao ano de 1904, a parte destinada à “Seção de Obras” restringe-se a aclamar esta repartição e dissolver seus assuntos no decorrer do documento. Assim sendo, a importante parte destinada ao “Serviço Sanitário” ganha ainda mais notoriedade e atenção. Isto se tem justificado, ainda, por conta do alargamento da cidade e de sua “massa popular” cada vez mais densa. O relatório chama atenção para esta repartição apelando para o reconhecimento público e destacando a importância cabal de profissionais da medicina já que, “conheceis os resultados da interferência cotidiana do elemento médico oficial na vida pública e privada de Belém”²⁶⁵. Já se tem identificado na historiografia a importância e o papel destes profissionais em áreas que podem nos parecer pouco habituais como a Seção de Obras da Intendência. Mas Georges Vigarello, por exemplo, afirma que ainda no século XVIII o médico se aproxima do político e passa a desempenhar papel de destaque na disposição das cidades, passando, a partir do século XIX, a insistir em sublinhar sua competência científica²⁶⁶. Tal

²⁶³ BELÉM, 1904. p. 108.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 110.

²⁶⁵ BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905. p. 29.

²⁶⁶ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

mudança de status se traduz pelo surgimento de novas instituições, como, no caso da municipalidade de Belém, a criação do Serviço Sanitário e da Seção de Obras.

Já sabemos, por exemplo, que existia uma preocupação exacerbada com as questões relacionadas à higiene. Nacionalmente a educação e a higiene caminhavam lado a lado com a criação de revistas destinadas a formar novos educadores e melhorar o que à época se denominava de instrução pública. Estudos, como o de Luana Viana demonstra de que forma revistas, como “A Revista de Educação e Ensino”, a revista “A escola – Revista Oficial de Ensino” ou ainda “A Revista do Ensino” foram importantes para tecer a relação entre educação, higienismo e cultura ideológica colonialista e eurocêntrica no Pará²⁶⁷. Já no campo legal municipal, em Belém, como vimos, o intendente Lemos relatava a confecção de leis que intervinham diretamente na vida privada das pessoas, como as que foram editadas no seu primeiro relatório e que permitiam a entrada compulsória de fiscais municipais em terrenos, moradias e casas comerciais, visto que, como também nos lembra Vigarello, ao tratar da questão da higiene, esta deixa de ser uma condição que definiria saúde e torna-se um conjunto de dispositivos e saberes que favorecem a manutenção da mesma. Isso porque passa a ser no século XIX uma disciplina específica da medicina, um corpo de conhecimento e não mais um qualitativo fixo, fazendo com que manuais de cuidado ou conservação da saúde transformem-se em tratados ou manuais de higiene²⁶⁸.

Estes persistentes desassossegos relacionados a saúde pública e a salubridade de Belém, justificavam-se pelo recente histórico epidêmico da cidade onde desde muito tempo epidemias grassavam em Belém. Exemplo importante foi a de cólera em meados do século XIX, que segundo estudo de Jane Beltrão assolou e dizimou parte importante da população, sobretudo a negra²⁶⁹. Outras epidemias foram ocorrendo em ondas por todo o período da primeira República com óbitos de peste bubônica (1904-1911), febre amarela (1899-1910), e varíola (1904-1911) que haviam ceifado grande número de vidas, como bem demonstra o estudo sobre vacinação neste período escrito por Alexandre Amaral. E mesmo porque médicos tinham dificuldade em

²⁶⁷ Para uma análise deste aspecto ver os capítulos 3 e 4 da tese de Luana Costa Viana intitulada A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891 – 1912). VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

²⁶⁸ VIGARELLO, 1996, p. 216.

²⁶⁹ Para Beltrão “Arrolados como indígenas, as vítimas caboclas, índias, e tapuias somam 205 almas; e, como negros, vítimas cafuzas, mamelucas, mulatas, pardas e pretas chegam a 646, enquanto os brancos somam 184. As gentes de cores abatidas pela epidemia constituem 82% dos mortos sepultados na Soledade”. Beltrão, Jane Felipe. Cólera e gentes de cores ou o acesso aos socorros públicos no século XIX. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2004, v. 14, n. 2. p. 257.

impor seus saberes científicos em terras tão epidêmicas e com tantos tratamentos e curas ligadas às práticas e saberes populares²⁷⁰. Assim, mesmo destacando a situação por vezes preocupante, expondo o cenário das doenças, os relatórios da Intendência buscavam por fim demonstrar que Belém era uma cidade segura, saudável, um bom lugar para se viver. A partir deste relatório, Belém parece ser uma sentinela do Vale Amazônico contra as epidemias:

Em data de 30 de abril oficiou-me o sr. Dr. Mariano de Aguiar, diretor do 3º Distrito Sanitário Marítimo, comunicando que de então em diante seriam suspensas as medidas de profilaxia adotadas para as embarcações que se dirigissem ao interior do Amazonas, visto que durante o período de 30 dias não ocorrera caso algum de peste. Congratulando-se comigo, aquele funcionário felicitou-me, em nome do governo federal, pela parte importante que disse caber-me e que tão sabiamente foi desempenhada pela Repartição Sanitária Municipal. Por meu turno, congratulei-me com o ilustrado Conselheiro e com os munícipes de Belém, em virtude dos poucos estragos feitos pela peste, assim como ousei apontar a benemerência geral, por semelhante causa, o nome do sr. Dr. Augusto Montenegro²⁷¹.

Para que as investidas municipais surtisses o efeito esperado, todavia, considerava a intendência ser necessário, como já vimos, contar com a participação da sociedade, ou até obrigá-la a isso quando esta população – sobretudo aquela mais popular e iletrada – não o fizesse espontaneamente. Tanto que Lemos proclama aos seus concidadãos a “obrigação moral” das denúncias aos mais reticentes às novas normativas higienizantes e de ordem sanitárias. Além disso, de modo a incentivar a participação da população belenense no combate às doenças que assolavam a cidade, o intendente achou por bem “edificar os leitores com alguns dados frios de estática” relacionando em seguida o número total de óbitos causados por cada doença identificada na cidade²⁷².

Muitas dessas doenças eram relacionadas a insalubridade do clima da região, fosse pelo incômodo calor em épocas mais estis; fosse pela chuva que, em determinados locais, enlameia a cidade e, quando acumulada, cria pântanos que emanam miasmas, considerados focos de doenças. Por isso, proclamado como “um dos mais momentosos e consideráveis capítulos da presente obra, pelos importantes assuntos nele contido”²⁷³ a parte destinada ao “Embelezamento e Saneamento Urbano” segue tendo destaque, muito atrelado ao ideário

²⁷⁰ Este estudo é uma dissertação de mestrado intitulada *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 – 1911)*. AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina?:** doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Sobre as dificuldades de os médicos imporem os saberes médicos em Belém e com suas epidemias constantes ver dissertação de Silvio Ferreira Rodrigues, intitulada *Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará (1889 – 1919)*. RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios tropicais:** a institucionalização da medicina no Pará, 1889 – 1919. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

²⁷¹ BELÉM, 1905, p. 33.

²⁷² *Ibid.*, p. 49.

²⁷³ BELÉM, 1905, p. 167.

Lemista Republicano de transformação, principalmente do centro urbano, relacionada à busca por civilidade e progresso que tendia a ver na natureza, em determinados momentos, um entrave a este fim. Assim, justifica-se que Embelezamento e Saneamento compõem parte importante dos relatórios municipais, e que ajudam a justificar investimentos, ainda que desiguais em, consideradas pela administração pública, obras necessárias para o bem viver.

Cidade nova, Belém exige a cada dia uma ampla série de trabalhos, cuja realização, tendente ao seu progresso e mais beleza, é um dos escopos de meu governo. Dotado de uma orientação profundamente moderna, sob o ponto de vista da estética urbana, sinto-me escravizado pelo pensamento – que digo? – pela necessidade de imprimir a todos os ângulos desta cidade querida os mais famosos aspectos: [...]. Atendendo assim a dupla exigência do embelezamento da capital e dos seus interesses de higiene. Todos os meus melhores esforços visam este primordial objetivo; [...] ²⁷⁴.

A preocupação de Lemos, visível no trecho em destaque, relacionada a um ideário civilizador, pode se aproximar do que fora proposto por Norbert Elias. Para autores como ele, a civilização, nesse sentido, seria parte de um processo de desenvolvimento no qual estaríamos inseridos, cabendo aos que já tivessem alcançado os estágios mais desenvolvidos uma função pedagógica. Além disso, o conceito enfaixaria a pluralidade de experiências e sociabilidades em um padrão considerado mais avançado e rigidamente determinado, naturalizando formas de comportamento e hábitos, tendo como premissa ou baliza esse mesmo padrão. As mudanças relacionadas a essas questões podem ser observadas, segundo Elias, a partir da renascença, caracterizando-se pela observação dos hábitos dos outros: as pessoas passaram a modelar-se as outras, mais do que na Idade Média ²⁷⁵. Inserido neste contexto civilizacional, é possível pensar Antônio Lemos, por exemplo, e seu ideal de cidade cosmopolita, como aquele que buscou nos referenciais estrangeiros civilizados, um modelo que, adequado até certo ponto a realidade da cidade de Belém, a encaixasse neste itinerário que encontrou, em inúmeros momentos, um entrave chamado chuva; e em outros, uma “parceira” em sua empreitada civilizatória.

“Civilização”, propõe Norbert Elias, pode ser pensado como um conceito imperialista e decolonial, por representar uma tendência expansionista e eurocêntrica de determinados grupos sobre outros como bem estudou a tese aqui citada de Luana Costa Viana intitulada “A colonização de corpos e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891 – 1912)”. O aspecto colonialista se mostra bastante perturbador na fala do intendente. Homem de seu tempo, Lemos estava vinculado a este sentimento pouco nivelador em que o progresso e embelezamento da urbe representavam ideias profundamente modernas,

²⁷⁴ BELÉM, 1905, p. 167.

²⁷⁵ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ditos científicos e necessários de serem impostos, sobretudo às camadas menos letradas e as mais pobres e periféricas da cidade de Belém e de seus arredores. Lemos era um militar de carreira e é possível que esta experiência tenha reverberado em sua atuação política. Era ainda o dono de um dos mais poderosos meios de comunicação local, o jornal *A Província do Pará*²⁷⁶, e sua importante gráfica que imprimia outros tantos periódicos e livros.

Era este personagem que estava administrando uma grande capital em pleno período de efervescência política, econômica, social e cultural, didaticamente conhecido como Belle Époque. Neste lócus, ele certamente desejava cravar o que à época seria “seu nome na história” amazônica ou até brasileira. Pensava suas reformas, normas legais e melhoramentos higiênicos e sanitários como meios de se transformar em um administrador público responsável pelas mais intensas e duradouras mudanças daquela que viria a ser considerada o Portal da Amazônia. Além do mais, sendo este um ideal de época, pode-se considerar que estava intrínseco nas relações estabelecidas nos meios intelectuais e políticos onde circulavam intendente, articulistas de jornais e outros membros da sociedade belenense. Essa circulação de ideias e saberes não apenas sobre técnicas científicas, engenharia e natureza, reverberou nas notícias, relatórios e outros documentos do período.

Observa-se isso, por exemplo, sempre que Lemos sente necessidade de fazer – muito em resposta, mais uma vez, a críticos os quais ele nunca citava nominalmente – uma defesa veemente desta capital e, claramente, do seu trabalho enquanto responsável por tais transformações. Na parte destinada a tratar sobre a construção da futura rede geral de esgotos, o político, militar e dono de jornal destaca características climáticas que tornam Belém uma cidade muito segura do ponto de vista médico e atraente do ponto de vista físico. Ressalta que o calor é atenuado pela elevada umidade do solo e da atmosfera e que por conta disso é pouco assolada por epidemias que quando se fazem presente são brandas ou benignas; glorifica a Deus o fato desta cidade estar também “ao abrigo dos mil cataclismos [...] com que a natureza põe em prova outros climas temperados”²⁷⁷.

Diferente dos demais, o relatório de 1905, na parte referente a destacada “Seção de Obras”, o material apresentado sobre este ano é bem mais extenso e detalhado, dando destaque

²⁷⁶ A Província do Pará, foi um importante mecanismo para a política Lemista. Fundado em 1876, com tipografia própria, se configurou como um dos mais importantes meios de comunicação impressa do *Estado do Pará*, tanto pela sua atuação política e social, quanto pela sua longevidade. Assim como os demais jornais citados até aqui, teremos a oportunidade de conhecer um pouco melhor A Província do Pará e sua relação com nosso tema de pesquisa mais adiante.

²⁷⁷ BELÉM, 1905. p. 180-182.

a registros administrativos como licenças, orçamento para esta repartição, bem como uma longa lista de obras realizadas no ano de referência. Essa parte do relatório, uma das primeiras a ser apresentada, é imediatamente iniciada justificando o aumento dos encargos deste departamento por conta da extensíssima área que a cidade passa a ocupar ano a ano²⁷⁸. Passada a parte “burocrática” do dito documento, elencam-se uma série de serviços prestados pela Seção de Obras naquele ano, onde destacam-se principalmente reparos em depressões de calçamentos (buracos em ruas e avenidas), reposição ou reparos de passeios públicos, reparos ou construção de bueiros e vistorias em terrenos e prédios²⁷⁹. Logo em seguida ao espaço destinado a Seção de Obras, segue a parte relativa aos serviços sanitários com enorme destaque para a salubridade pública.

Assim como os reparos físicos aparentes, eram recorrentes as referências aos serviços não aparentes, subterrâneos, tendo em vista as condições climáticas já destacadas pelo próprio Lemos em relatórios anteriores e observadas a importância dada a estas obras pelos jornais que circulavam na cidade. Era bastante frequente no noticiário, casos de alagamentos que persistiam tempo considerável após as chuvas. Além de empecilho físico aos transeuntes, modificador negativo da paisagem, existiam preocupações referentes aos possíveis problemas causados à saúde da população, tanto que no relatório, como demonstrado a pouco, as questões sanitárias ficam próximas como também estão diretamente ligadas às intervenções urbanas de responsabilidade do setor de obras.

Assim como no relatório anterior, há destaque as epidemias que perturbavam a ordem e pareciam perturbar a mente do intendente, mas sendo tratadas da mesma maneira. Apesar de lamentar o caos causado pelas doenças que nesse ano destacaram-se a Varíola e o Sarampo, ressalta-se mais que imediatamente que estas não foram originárias da capital, nem sequer do estado, tendo em vista a congratulação do intendente com o governador. Destaca-se neste documento que “tais moléstias foram importadas de outros estados”²⁸⁰. Em 1905 a Varíola foi a principal preocupação tanto da Intendência quanto do governo estadual. Ao longo deste ano a doença foi se espalhando pelos distritos da capital, principalmente aqueles que estavam ao longo da Estrada de Ferro de Bragança chegando facilmente a Castanhal, mesmo com todo o rigor adotado pelo serviço sanitário.

²⁷⁸ BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 36-45.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 48.

Logo que se manifestou a varíola na capital, a Diretoria do Serviço Sanitário cumpriu o seu dever, tomando as providências que lhe competiam, e, principalmente, promovendo a vacinação e revacinação em grande escala. Por meio das visitas domiciliares, então redobradas, os delegados sanitários efetuaram uma rigorosa verificação dos moradores de cada prédio e, em ação conjunta com os facultativos do serviço da administração estadual, vacinaram e revacinaram a elevado número de pessoas, não obstante a desleal e maldosa campanha feita por certos médicos (!) contra a vacinação em tempo de epidemia.²⁸¹

Além da vacinação, era obrigatório que o Serviço Sanitário fosse notificado em caso de enfermo em determinada casa, prédio ou moradia de qualquer ordem, sendo passível, a ocultação de tal informação, de multa no valor declarado de 50\$, oiro²⁸². O problema da ação compulsória é o conflito, como os ocorridos no Rio de Janeiro e conhecidos hoje como Revolta da Vacina ou o Bota abaixo: reações populares a políticas públicas efetivadas sem o devido diálogo com a população e que geraram problemas à ordem social vigente. Em Belém, como aponta o estudo de Jairo da Silva houve três epidemias sucessivas de varíola entre 1884 e 1904²⁸³. A resposta das populações mais pobres a tais ações dos administradores públicos está longe da ignorância, e muito mais perto da reação a práticas de higiene social, já que a vacinação compulsória, ou a demolição de residências, por exemplo, eram impetrados contra as classes populares.

Presume-se que este espaço maior dado aos assuntos referentes às atividades da Seção de Obras, Serviço Sanitário e Embelezamento e Saneamento Urbano no relatório do ano de 1905 sejam reflexo da série de problemas mencionados no próprio documento e relacionados a questões de saúde pública como as ameaças epidêmicas descritas anteriormente. Tanto o é, que ao contrário do material referente ao ano de 1904, por exemplo, este traz uma descrição detalhada das obras de saneamento urbano empreitadas pela Intendência, bem como uma extensa e descritiva parte relacionada ao “Embelezamento e Saneamento Urbano”. Político atuante, Lemos sempre se congratula com a população, responde seus críticos, e dá um panorama geral da situação de Belém quando fala, procurando justificar suas ações.

Na maioria dos municípios hei sempre encontrado zelosos cooperadores, nesta ingente e nobre tarefa de tudo melhorar, em benefício do bem coletivo. Com efeito, raros são, entre os habitantes do Município, aquele que, obcecado pela paixão partidária, querem desconhecer os benéficos efeitos dos esforços desenvolvidos em favor de

²⁸¹ BELÉM, 1906, p. 53.

²⁸² *Ibid.*, p. 53.

²⁸³ Sobre a revolta da vacina, bota abaixo e seus desdobramentos em Belém, Cf.: estudo de Jairo de Jesus Nascimento da Silva intitulado de *Da Mereba-ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884 – 1904*. O autor elenca três epidemias sucessivas de varíola em Belém entre 1884 e 1904, sendo esta moléstia essencial para a compreensão da questão sanitária na cidade. SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Da Mereba-Ayba à varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Já sobre as vacinas, Cf.: estudo já citado de Alexandre Amaral. AMARAL, 2006.

nossas condições sanitárias e estéticas, pelo Intendente, com a estreita e patriótica assistência do poder legislativo da Comuna. Nacionais e estrangeiros proclamam a superioridade da vida em Belém, à hora atual, sobre as condições desta mesma cidade, há 10 anos apenas. Nossa população, calculada em mais de 160.000 almas, vai cada dia aumentando: de todos os Estados da Federação brasileira e das mais opostas regiões do globo afluem os forasteiros, atraídos pelo renome paraense e não poucos, deveras conquistados pela empolgante fascinação desta grandiosa terra, ficam radicados entre nós, presos a alma desta grandiosa terra, ficam radicados entre nós, presos a alma paraense pelos delicados laços dos mais afetivos sentimentos²⁸⁴.

Vemos que a cada novo relatório a visibilidade nacional e internacional de Belém parece aumentar ou, ao menos, ser revalidada sempre que estes documentos invocam a opinião estrangeira para convencer ou argumentar. Ademais, existe uma necessidade de se reafirmar sempre que possível à experiência positiva que é viver em Belém graças às reformas urbanas que melhoram consideravelmente os ares naturalmente propícios ao bem-estar das pessoas que aqui estão. Vimos, por exemplo, no capítulo que trata, entre outras coisas, do trabalho de Emílio Goeldi e do Museu Paraense que, entre cientistas, existiam estudos que buscavam comprovar as condições amenas e favoráveis do clima da capital paraense frente à cidade de Manaus, por exemplo, o que a se considerava ser bastante importante.

Se é correto atrelar o saneamento urbano e o tratamento do lixo e resíduos sólidos e sua incineração para que estes não se acumulassem e viessem causar transtornos sanitários, doenças e epidemias maiores no futuro, é muito claro nos relatórios de Lemos outras razões para estes incentivos. Acredita-se que há uma importante conexão nestes trabalhos urbanísticos e sanitários com sua finalidade paisagística, civilizacional e educadora. Nunca é demais lembrar que com o clima chuvoso da capital, as águas que se acumulam costumam arrastar resíduos para os bueiros e esgotos causando transtornos e inconvenientes maiores tanto à paisagem urbana, quanto à saúde pública. Nesse sentido, foi feito um investimento em uma empresa para prestar o serviço de coleta e incineração de lixo e esta contratação foi demasiadamente justificável no relatório de Lemos de 1905. Assim, ao tratar deste assunto há uma detalhada descrição da adequação da usina de incineração – cujo forno considerado como um dos mais modernos do mundo e adquirido de uma empresa inglesa especializada nesse tipo de equipamento – de lixo para dar conta da então realidade desta cidade²⁸⁵.

²⁸⁴ BELÉM, 1906. p. 164.

²⁸⁵ Sobre a importância da usina de cremação e sua longevidade escreveu Karol Gillet Soares: “A Usina de Cremação foi outro projeto inovador, refletindo a preocupação com a higiene pública e o tratamento do lixo da população -questão ainda hoje descuidada nos grandes centros urbanos do Brasil. A incineração é apenas um destes tratamentos, mas que requer um cuidado constante, já que por outro lado, também produz ao seu redor resíduos da queima do lixo no ar, o que pode prejudicar a saúde de quem mora em áreas subjacentes às usinas. Em sua construção, a Usina da Cremação encontrava-se afastada da cidade numa área então com poucas edificações, e que apesar de ser de obra da Intendência, sua administração foi entregue para a Firma Pereira Pinto e Cia, mas devido ao crescimento da cidade, passou a ser uma área bastante habitada, e que por este motivo deu nome ao bairro da

Do mesmo modo, de maneira a complementar o serviço de coleta do lixo urbano, era fundamental a desinfecção de bocas de lobo em toda cidade, com exceção dos dias chuvosos: “Para tal, emprega-se uma solução química de sulfato de ferro e ácido fênico”. Neste ano, detalha o documento, o serviço de limpeza pública recolheu um total de 18.479 (dezoito mil, quatrocentas e setenta e nove) carradas de lixo; e 31.535 (trinta e um mil, quinhentos e trinta e cinco) carradas de aterro oriundos da desobstrução de calhas, valas, valetas, sarjetas e calçadas²⁸⁶. A desobstrução de corredores de águas pluviais em uma cidade chuvosa e em uma época em que se considera a proliferação de doenças pelas emanções da, entre outras coisas, água parada, parecia fundamental para a garantia da higiene e da boa imagem que deveria ser propagandeada. Engenharia, poder e natureza compunham a realidade administrativa da capital paraense frente às necessidades da população e dos interesses daqueles que estavam responsáveis por sua gerência.

Temos considerado a importância da construção e propaganda de uma imagem que vinha sendo construída como moderna, pois salubre. Levando isto em consideração, o relatório referente ao ano de 1906, o quinto a ser lançado, portanto, já com bastante experiência absorvida para sua execução, é iniciado ressaltando a importância de trazer ilustrações, já que, estas, do ponto de vista do intendente, melhor representam a cidade do que a sua descrição mais detalhada²⁸⁷. Ademais, diferente dos seus congêneres, traz um tópico bastante peculiar e intitulado “Visitantes”. Como o próprio título pressupõe, esta parte destaca as visitas de personalidades nacionais e estrangeiras (entre elas o recém-eleito presidente da República, o sr. Affonso Penna) a cidade de Belém. O que chama atenção no texto, é o destaque dado às expressões a respeito das belezas de Belém e da “cultura e urbanidade de sua população”²⁸⁸. Tais visitas têm caráter diversos, como o interesse na prestação de serviços à Intendência, como é o caso do engenheiro E. Brotherhood representante de um sindicato inglês organizado com o intuito de assumir os encargos do serviço de construção de uma rede geral de esgotos.

Cremação. Na década de 1960, devido ao forte apelo da população contra a poluição do ar e a poluição sonora, proveniente dos fornos crematórios, as usinas foram desativadas e, posteriormente, foi construída uma praça no seu lugar, sendo suas chaminés um marco visual no bairro. SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870 - 1910)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

²⁸⁶ BELÉM, 1906, p. 167-168.

²⁸⁷ BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal. 1907, p. 10.

²⁸⁸ Por conta de visitas tão ilustres, como a do recém-eleito presidente, mandou-se, ainda, confeccionar na Europa, uma edição limitada de uma medalha cujas faces representavam o senhor Afonso Penna e o brasão da Intendência municipal. A ilustração da medalha encontra-se na pág. 29 do relatório de 1906. BELÉM, 1907. p. 28.

Este trecho inicial do relatório demonstra que as investidas e os, muitas vezes considerados gigantescos gastos, ou os investimentos de Antônio Lemos na capital paraense tinham também o propósito de chamar a atenção e atrair visitantes ilustres, viajantes e ou cientistas que escrevessem positivamente sobre a cidade e seus melhoramentos. O interesse por esta cidade “tão adiantada” era aspecto relevante constantemente comprovado pela descrição da presença de pessoas consideradas importantes, e comemoradas nos relatórios, bem como pelo frenesi destes eventos descritos nos jornais que aqui circulavam. Ao menos nos relatórios do intendente e em alguns jornais, Belém parecia estar oficialmente integrada ao círculo intelectual, político, econômico e social internacional. Para isso, em alguma proporção é viável enfatizar que Belém ganhava visitantes estrangeiros e um certo reconhecimento destes. Além de, como vimos no capítulo anterior, as pesquisas desenvolvidas por Goeldi no Museu Paraense despertaram interesse na comunidade científica internacional, levando Julius Hann – referência nos estudos do clima – a publicar mais de uma obra a partir destes dados. De certa forma, até a oposição pareceu esmorecer o discurso contrário às reformas ou a contestação de seus gastos antes considerados exorbitantes.

Em 1906, o relatório também se difere dos demais ao dar maior atenção a(s) “parte administrativa”²⁸⁹ das divisões da Intendência, aproveita-se muito espaço para tratar de questões burocráticas como definir quem e onde cada membro de cada repartição atuou especificamente, ou a descrição do expediente destas sessões. Como é o caso da própria Seção de Obras quando observamos a descrição dos despachos e informações²⁹⁰. Mas, não diferente dos anteriores, atenta-se para a relação higiene – saúde pública e privada, proclama-se mais uma vez o papel da população para a real concretização desses serviços públicos; bem como destaca que apenas a aparência física de suntuosos prédios não é o suficiente para tal²⁹¹.

²⁸⁹ Maria de Nazaré Sarges considera que as disputas políticas entre Lauristas e Lemistas, acirradas entre 1905 e 1912 chamaram a atenção da imprensa nacional, pelo seu vínculo com a imprensa local e pela forte ligação de Lemos com o grupo político que era desafeto de Lauro Sodré em âmbito nacional. Segundo Sarges, de um lado a leitura das imagens e caricaturas de *O Malho* permitiam observar que a imprensa nacional não se descuidou do cotidiano da política local que refletia nas alianças nacionais; por outro, *Folha do Norte* e *O Estado do Pará* opositores a Lemos e A Província do Pará, se sua propriedade, confrontaram-se tornando “A situação da cidade (estava) caótica”. Esta crise considerada por Nazaré Sarges e outros autores me leva a crer que as profundas descrições de Lemos sobre a parte administrativa da intendência se configuram como mais um subterfúgio para que ele se defendesse de críticas e acusações. SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. Antônio Lemos e a imprensa: as representações visuais e escritas sobre sua atuação política (1908-1912). **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. ISBN: 978-85-65957-10-6.

²⁹⁰BELÉM, 1907. p. 45.

²⁹¹ Temos visto que, apesar da insistência de Lemos na construção, ou reconstrução da paisagem, assim como da imagem da cidade, ele demonstra em seus relatórios, uma exacerbada preocupação com aquilo que, como dito anteriormente, não é visível, mas que pode causar grandes inconvenientes se não obtiver a devida atenção: como é o caso das canaletas, bueiros e rede de esgoto. *Ibid.*, p. 47-48.

Aqui também, a atenção dada às epidemias, que parecem vir em uma crescente, mas sempre com a preocupação de exaltar a capacidade da Intendência em manter o controle destas, é bastante significativa e não passa despercebida. É tão significativa que uma sequência de páginas detalha a situação de cada doença (e foram registradas no ano de referência peste, febres palustres, febre amarela e tuberculose). Como estamos tratando de um período em que, apesar do avanço da teoria bacteriana, a preocupação com os miasmas ainda era norteadora das atuações da intendência. Isto porque, como nos lembra Silvio Ferreira Rodrigues em “Esculápios tropicais”, a justificativa temporal está assentada justamente nas mudanças que acompanharam o advento do regime republicano, mudanças de caráter, entre outras coisas, relacionadas às políticas de saúde e higiene pública, como também a consolidação dos médicos como “grupo coeso”. Tanto que, inclusive no Pará do início do sistema republicano, os governos procuraram, por exemplo, aparelhar as instituições que cuidavam da higiene e saúde pública. Mudanças de caráter físico, mas também nas mentalidades, marcadas por conflitos que perpassam questões políticas, econômicas, sociais e culturais e que culminou em uma política sanitária na região. Tais transformações foram não apenas sentidas no espaço hospitalar, influenciando ainda mudanças expressivas no cotidiano e funcionamento da própria cidade²⁹².

Doenças como a tuberculose ou as febres chamadas palustres, relacionadas a inspiração de ares contaminados é o suficiente para Lemos salientar a importância do trabalho de calçamento que vinha sendo realizado desde o início de sua governança, tanto o é, que, entre uma parte e outra da descrição das doenças, são inseridas duas imagens de página inteira (uma em cada página) representando o antes e depois da Avenida 16 de Novembro²⁹³ – uma importante avenida da região central da cidade²⁹⁴. Cabe a exposição, sendo esta antecipada de uma citação vinda do Congresso Internacional de Medicina, ocorrido naquele ano em Lisboa, que ressalta que a municipalidade de Praga passou a impedir que as mulheres caminhassem pelos parques públicos com vestidos de cauda, para evitar que a poeira se espalhasse pelo ar²⁹⁵. O relatório, após elencar dados – em nível de comparação – de cidades austríacas, como é o caso de Praga, ainda notabiliza que “[...]. Por seu lado, Paris tem obtido os melhores resultados da sua organização sanitária, tal como foi desenvolvida nos últimos quinze anos”²⁹⁶.

²⁹² RODRIGUES, 2008.

²⁹³ Avenida 16 Novembro segue atualmente com o mesmo nome.

²⁹⁴ BELÉM, 1907, p. 64-65.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 63.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 64.

Essa relação apresentada ao longo de seus relatórios (saneamento – paisagem) é sempre concretizada na seção “Embelezamento e Saneamento Urbano”, tanto que seu próprio título já nos sugere isso. No presente relatório, por exemplo, o intendente destaca seu profundo interesse em transformar fisicamente a cidade e “torná-la cada vez mais criadora da admiração de seus visitantes”²⁹⁷. Já nos parece bastante clara a intenção de Lemos, principalmente com as mudanças visuais e paisagísticas realizadas por ele em Belém. Como conectar a cidade e torná-la uma referência nacional e internacional, além de um lugar atrativo a pessoas ditas civilizadas, como as principais cidades europeias daquele momento. Não seria justo negar que, apesar de suas intenções pessoais – já que seu nome e sua imagem estavam ligados à cidade por conta da sua posição – aspectos importantes foram levados, em dados momentos, em consideração na hora de tomar providências para o desenvolvimento urbano. Como é o caso do clima, objeto deste estudo.

Ações ligadas a limpeza pública, calçamento, manutenção da rede de esgotos, costumavam ter em conta as características climáticas. Vimos desde o primeiro relatório que a realização de determinados serviços, por exemplo, costumava ser exercida durante períodos menos chuvosos com o intuito de ter agilidade e eficiência na sua execução. Além do mais, esses serviços precisavam estar conectados para que pudessem funcionar de maneira adequada e gerar o menor desperdício de dinheiro público possível, amenizando ou, preferencialmente, anulando as críticas recebidas por Lemos ao longo de toda sua administração. Principalmente em um contexto de crise econômica, como aquele que é referido neste relatório. Ao tratar dos calçamentos e das avenidas, o então intendente de Belém, Antônio Lemos, relata, em tom de desculpa, que pouco se tem avançado nessas obras, não por conta do valor do material, mas dos altos custos com mão de obra em Belém que, graças a crise, impedem o andamento desses serviços. Mais adiante, ao alertar para a necessidade de melhoramentos na avenida São João, afirma que, principalmente neste contexto descrito por ele em seu relatório, “para evitar desperdícios de dinheiro municipal, convém aguardar os trabalhos relativos aos esgotos da cidade, pois me parece que estas vias públicas precisarão receber grandes coletores, para cuja construção seria necessário desmanchar o que houver feito sob o solo”²⁹⁸.

Como a Seção de Obras, Serviço Sanitário e Embelezamento e Saneamento Urbano são setores que, para esta intendência estão estritamente interligados, a parte destinada a tratar da Seção de Obras no documento de 1907 tendeu (ainda mais visível que no ano anterior) a dar

²⁹⁷ BELÉM, 1907, p. 143.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 159.

espaço mais a parte administrativa sob a justificativa de que as atividades desta repartição apareceriam ao longo do documento (como em Serviço Sanitário, mas principalmente em Embelezamento e Saneamento Urbano). Já no caso do espaço destinado ao Serviço Sanitário, ainda nesta primeira parte do documento, este, apesar de alertar sobre o não registro de epidemias, mas de “alguns raros casos de moléstias insidiosas”²⁹⁹, procura apresentar descritivamente dados importantes como, as primeiras doenças registradas, número de casos e óbitos, causas dessas doenças e, por fim, o mais importante, as ações empreendidas para evitar ou solucionar tais problemas. Tem feito parte dessas atividades os melhoramentos urbanos que buscam evitar o acúmulo de água de chuva, lixo e ou excesso de poeira nas ruas.

Diferente dos relatórios anteriores, mais especificamente até 1905, as informações extraídas particularmente dessas seções têm diminuído progressivamente. Relatórios como os de 1903 e 1904, por exemplo, trazem listas detalhadas de obras públicas em diferentes pontos da capital. Já em 1906 e 1907, como vemos agora, o intendente justifica, ainda na Seção de Obras, que a falta de detalhes se dá por conta da diluição dessas informações em outras partes do relatório. No entanto, o que percebemos em outras seções é que, na realidade, a ausência dessas informações mais detalhadas está relacionada a um contexto importante de crise econômica municipal ligada à crise maior da economia gomífera que passa a influenciar diretamente nos caixas da Intendência. Esta crise, afirmada ainda no relatório de 1906, não chega a ser retomada em 1907, sendo apenas referenciada.

A crise financeira belenense, na primeira década do século XX, a qual Antonio Lemos se refere, e teria levado, entre outras consequências, como vimos, ao fim dos serviços de meteorologia do Museu Paraense foi tema dos estudos de Roberto Santos e Bárbara Weinstein, que constataram e atribuíram esta crise principalmente a fatores externos. No cenário internacional, indica-se como causa possível o começo da produção asiática vinda das plantações ali feitas por franceses e ingleses³⁰⁰. Para além da competição do produto internacional, parte da historiografia vem tratando de outras causas, como os problemas de mão de obra e na política de aviamento; disputas internas entre o Pará e o Amazonas; além da questão de terras com vizinhos, como foi o caso das disputas pelo Acre. Fundamentalmente ainda existia um uso muito mal gerenciado do capital vindo da borracha, com um crescente aumento dos gastos públicos. Tais condições fizeram com que desde 1906-1907 a situação já se mostrasse

²⁹⁹ BELÉM, 1907, p. 36.

³⁰⁰ Sobre os clássicos, Cf.: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1820 – 1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920)**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

preocupante, mas o problema só se tornará latente e grave para Antônio Lemos e seu grupo com sua queda abrupta do poder em 1911, em um movimento social de rua culminando no incêndio de sua casa e jornal como resultado da fúria da população local envolta por esta crise gigantesca³⁰¹.

Mesmo dentro de um contexto de crises, com ênfase naquelas que se relacionaram a política e a economia, parece-nos que a parte destinada a tratar do Embelezamento e Saneamento Urbano acaba ganhando destaque. Aqui são apresentadas enfim as atividades empreendidas pela Intendência do município de Belém, tendo em vista a sua importante relação com a construção e manutenção da imagem da cidade e do intendente, como havíamos visto antes. Se nos for possível comparar o relatório de 1907 com os seus congêneres anteriores, podemos perceber que mesmo com o destaque que tem recebido, o número e o tipo de obras listadas é consideravelmente menor. Restringiram-se neste ano a um conjunto de atividades de limpeza e manutenção de calçamentos, valas e canaletas³⁰² que são fundamentais no contexto urbano de uma cidade cuja sua principal característica é o clima altamente chuvoso. Mas ainda assim, inferior, principalmente em quantidade.

Fazendo alusão aos seus 11 anos de governo e agradecendo a confiança de seus pares pelas suas reeleições, em tom de despedida, Antônio Lemos ressalta a sua satisfação em apresentar os relatórios municipais mesmo antes dele próprio ter organizado lei que passou a obrigar a Intendência a redigir tais documentos organizadas em série ou coleção, criados, segundo o próprio autor, “de acordo com o desenvolvimento de nossa cultura e civilização no terreno das ideias”. A estas obras, intituladas sucessivamente “O Município de Belém”, as quais ele dedica o mais carinhoso de seus cuidados, destaca-se seu papel fundamental a esta Intendência (e ao entendimento desta proposta) o “estrondoso” sucesso obtido dentro e fora do país como forma de se blindar das críticas e “mostrar-lhes a incontestável vantagem desses sólidos veículos de propaganda”³⁰³.

Em todos os relatórios analisados até aqui, todas as exposições do intendente, direta ou indiretamente nos indicavam seu pessoal e ideal interesse, como vem sendo reafirmado, na

³⁰¹ Já sobre a crítica desta visão clássica, Cf.: artigo de Daniel Klein. KLEIN, Daniel da Silva. A crise da borracha: a cadeia de aviação em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. **História, Histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014. p. 187 – 199.

³⁰² BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1907 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908. p. 95-101.

³⁰³ BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1908 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909. p. 10-11.

mudança. Mudança física e intelectual, da imagem, da paisagem, mas talvez principalmente do imaginário em torno da cidade, distanciando-a da ideia de uma problemática cidade equatorial e tendendo aos moldes europeus. Congratular-se a seus pares vogais, por exemplo; exaltar a boa relação com o governo do estado; evocar ou agradecer a participação popular, tornaram-se ao longo dos relatórios, ferramentas para que ele se defendesse das críticas que lhes eram direcionadas principalmente relacionadas aos gastos públicos muitas vezes considerados excessivos no emprego de suas obras.

Diferente dos últimos dois relatórios da Intendência, este, referente ao ano de 1908, na parte destinada a “Seção de Obras”, volta a trazer extensa lista dos serviços realizados pela Intendência a partir desta repartição, apesar de indicar que graças ao “surpreendente desenvolvimento desta cidade” a importância desta repartição “não carece de demonstração”³⁰⁴. É valioso lembrar que entre os relatórios de 1906 e 1907, estes dados pouco apareciam sob a égide de que as informações estariam diluídas ao longo de suas seções, bem como as atividades desta repartição estariam comprometidas pela crise econômica experimentada pela capital naquele momento. Já aqui, tendo em vista o tom de despecho de seu governo, faz parecer que elencar uma extensa sequência de obras – de diferentes tipos – se fez necessário para “relembrar” os bons serviços e o excelente papel desempenhado pela Intendência até aqui. Mas principalmente pela excelente gestão executada por Antônio Lemos.

Na parte destinada ao “Serviço Sanitário”, esta rememoração também foi energizada graças a situação de medo das epidemias que vinham assombrando a cidade. Assim, Lemos, do mais alto pedestal que ele próprio se coloca, esbravejou

Se nos lembrarmos, todavia, dos progressos alcançados pelo poder municipal nesse magno assunto e no período de um decênio; se atendermos ao que era o chamado serviço sanitário no começo dessa década, quando existia um único médico estipendiado pela Intendência para cuidar da higiene do matadouro, mercados, estábulos, estabelecimentos de comércio de gêneros alimentícios, venda ambulante dos mesmos gêneros, cemitérios, inspeções domiciliares e individuais, etc.; (**) se nos reportarmos a esse passado de tão irrisória notoriedade e compararmos ao presente da higiene comunal cujo movimento detalharei nestas páginas; não poderemos reprimir, Senhores Vogais, vós, como habitantes do Município, como eu próprio, seu humilde representante, um sentimento de verdadeira e consoladora satisfação, constatando que temos caminhado a passos largos nesta senda tão áspera e tão acidentada, tão cheia de traiçoeiros imprevistos da vigilância pela saúde do povo. Si muito nos falta ainda caminhar para atingirmos o ideal, como venho fazendo sentir, já temos caminhado bastante para nos felicitar de nossa tarefa e nutrirmos uma sólida esperança na conquista desse mesmo almejado ideal³⁰⁵.

³⁰⁴ BELÉM, 1909, p. 54.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 66-67.

Nada sutil em suas colocações, Antônio Lemos sempre que possível e necessário para seus próprios interesses, utilizava-se dos seus relatórios para exaltar a sua imagem a partir do seu papel público e político em Belém, como vimos citado acima, ele próprio, no topo de sua elevada auto estima é categórico em afirmar que se comparado a administração anterior não poderíamos reprimir “um sentimento de verdadeira e consoladora satisfação” com o trabalho desenvolvido por ele, apesar de “tão áspera e tão acidentada, tão cheia de traiçoeiros imprevistos” que lhe foram impostos.

E, como era de se esperar, as obras de saneamento e serviço sanitário, considerava-se serem necessárias para ao menos amenizar os efeitos do clima sobre a saúde pública da população belenense. De 1907 para cá, afirma o intendente, tornou-se precário, na época da chuva, o estado sanitário da região onde estava localizado o Asilo de Mendicidade³⁰⁶, com aumento no número de casos de paludismo³⁰⁷. Tal situação era tão grave que foi nomeada uma comissão que investiga as causas científicas desse problema e propor meios para resolvê-lo. Assim, foram designados para o local um Engenheiro e dois médicos para trabalhar no assunto, conhecer e determinar as causas, bem como sanear a zona mencionada, apontado como o caminho mais prático para a solução do problema³⁰⁸. A comissão, revisitando um artigo publicado por um Dr. Céumar, descobre-se que o paludismo era transmitido pela picada de um mosquito "anopheles" e que, sob recomendações do Dr. C. Valentin do Serviço de Saúde do Exército francês, entre outras coisas, orientava que não se frequentasse lugares pantanosos, “defeituosamente conservados e húmidos”. Assim, buscando, ainda, referências internacionais, chegou-se às ações do Serviço de Saúde de Serra Leoa, cuja ação definitiva para evitar a proliferação dessa doença foi “aterrar os pântanos permanentes”, como os acidentais³⁰⁹. Dessa forma, para resolver o problema dos pântanos acidentais, principalmente aqueles formados após as chuvas, a solução encontrada foi o derramamento de “petróleo, certas cores de anilina, infusão de folhas de tabaco ou qualquer outra substância conveniente”³¹⁰.

³⁰⁶ Para Cristovao Duarte, o prédio inaugurado em 1902, “destinado a abrigar gratuitamente todos os indigentes que esmolavam na cidade”, na hoje conhecida como Avenida Almirante Barroso, portanto, afastado do centro da cidade, é um dos resultados do debate “político e social que culminou, em 1899, com a proibição taxativa do exercício da mendicância nas ruas de Belém”. DUARTE, Cristovao Fernandes. GT5-790 Asilo da mendicidade em Belém do Pará: a pobreza urbana como contra-face da belle-époque na amazônia. *Anais ENANPUR*, v. 14, n. 1, 2011.

³⁰⁷ Segundo Erney Camargo, também chamada de maleita, impaludismo, febre terçã ou quartã, “a malária foi desde a antiguidade um dos principais flagelos da humanidade. CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. *Ciência e cultura*, v. 55, n. 1, p. 26-29, 2003.

³⁰⁸ *Op. cit.*, p. 79.

³⁰⁹ Pântanos acidentais são áreas que costumam alagar por conta da chuva. BELÉM, 1909. p. 83.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 83.

Os impactos causados pelo clima se apresentam de diversas maneiras: seja pela interferência no ir e vir das pessoas; seja pelos alagamentos; ou por proporcionar a proliferação de doenças ou de seus vetores; até mesmo pelas técnicas de embelezamento da cidade. Se os mosquitos responsáveis pela transmissão da palustre se reproduziam em áreas alagadas, então o que fazer com os repuxos, fontes, regatos e lagos que embelezavam os parques? Para muitos a solução imediata seria a sua dragagem. No entanto, esses mecanismos arquitetônicos eram importantes demais para a paisagem que vinha sendo construída, logo, era quase que inviável a sua eliminação. Por isso outras soluções deveriam ser buscadas para resolver o problema dos mosquitos, mas que estivesse em concordância com os mecanismos e ideais de embelezamento e, da mesma forma, com o seu clima.

Ressaltando a importância do aformoseamento de uma cidade como identificador de um ideal de progresso, esta última, mas não menos importante análise da seção “Embelezamento e Saneamento Urbano” não pode deixar de atentar para o autorreconhecimento do desempenho de Antônio Lemos como intendente, nem mesmo das suas reformas urbanas. Sem rodeios, ou pouca modéstia, como de costume, o então gestor rememora seu trabalho fazendo referência a seus relatórios e aos labores ao longo dos anos em que esteve à frente do comando municipal. O “remodelamento” da cidade, como ele afirma, não se deu por inteiro, mas, como de se esperar, ainda nas palavras do intendente, não por falta de sacrifícios, relatando a importância da continuidade de seus trabalhos para “aumentar o seu justificado renome”³¹¹. Como argumento, ainda, da falta de avanço de determinados serviços nos últimos anos de sua atuação, há destaque para a crise econômica vivida ali. Mesmo assim, para ilustrar uma cidade bastante “adiantada” segue uma narrativa visual a partir de amplas fotos de uma Belém central e com sua bela vista para a Baía de Guajará.

Essas dinâmicas do espaço urbano observáveis a partir dos discursos, debates, ações e interações com a natureza são possíveis apenas se pudermos entender as apropriações sociais das chuvas de Belém, ou suas diversas narrativas. Bruno Capilé ao estudar os rios urbanos do Rio de Janeiro, nos ajuda a justificar e compreender este trecho onde a chuva parece secar, já que, como é possível pressupor a partir de sua leitura, sem o entendimento de toda esta trama política e ideológica em que estava envolta as transformações pensadas e empreendidas na cidade e que em diferentes momentos interagiu de formas distintas com a sua natureza, talvez

³¹¹ BELÉM, 1909, p. 192.

não fosse possível compreender, por exemplo, como se deram as reclamações da população que ganharam as páginas dos jornais³¹².

Assim como os rios cariocas, as chuvas são essenciais na dinâmica e no desenvolvimento da cidade a partir de “mediações múltiplas e complexas”; sendo as chuvas de Belém, como temos visto, integrantes ativos e dinâmicos da paisagem urbana, em alguns momentos determinando o cotidiano da cidade. As transformações pelas quais Belém passou nesse período se deram, por exemplo, baseadas em ideias recorrentemente aqui citados, para tentar solucionar problemas que eram relacionados às chuvas. Dessa forma, parafraseando Capilé, quando olhamos para a história dessas chuvas, estamos na realidade olhando para a história das relações delas com a sociedade belenense³¹³.

É neste sentido que a análise dos relatórios municipais nos permite observar que se buscava muito mais do que uma prestação de contas dos serviços da intendência. As descrições, congratulações e respostas aos críticos serviram também para a formatação da nova imagem que se desejava para a cidade, uma metrópole cosmopolita e pretensamente europeia, localizada no seio da floresta, às margens da Baía e muito bem afortunada naquele momento³¹⁴; uma cidade limpa, salubre e embelezada. Bem como da que se pretendia firmar o intendente sobre a sua própria pessoa. Mas que, em alguns momentos, encontrou na chuva, que nesta capital se faz presente cotidianamente, um dos maiores inconvenientes aos planos burgueses, e que se impôs enquanto um desafio à equipe de obras da Intendência, sendo usada muitas vezes pelos jornais como uma das maiores fraquezas daquele governo. A chuva se transformaria num tema central de disputas políticas entre os jornais (representada como foco de crítica na fala letrada da oposição a partir de demandas apresentadas como populares) e a Intendência, na medida em que publicizava as reclamações da população belenense que tinha acesso a este recurso.

Como vimos no discurso político, por um lado a chuva foi um problema, sendo usada como argumento as ações da intendência; por outro, um afago aos males provocados pelo clima quente, motivando em inúmeras situações e de diferentes formas as ações da intendência, mesmo quando não explicitamente relatadas. Por isso, a longa análise dos seis relatórios produzidos por Antonio Lemos e sua equipe de governo, mesmo quando não citando

³¹² CAPILÉ, Bruno. Rios urbanos e suas adversidades: repensando maneiras de ver as cidades. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 5, n. 1, p. 81-95, 2015.

³¹³ *Ibid.*, p. 83.

³¹⁴ Belém era a principal cidade exportadora da segunda maior riqueza do país, a borracha. PRADO, Maria Ligia, CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da primeira república. In. FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**, v. 8. Difel, 1977, p. 286 – 307.

diretamente a chuva, nos ajudam a entender a partir do discurso republicano do período, como o clima influenciou nas ações de governos, como o de Belém, mas de outras cidades Brasil afora. Essa relação ficará bastante clara quando observamos a seguir, como se apresentou a chuva em alguns dos jornais que circularam em Belém nesse período.

2.2.Uma enxurrada de reclamações: a chuva entre a população, os jornais e a Intendência.

Antes dos relatórios Lemista, os jornais serviram também como porta voz da intendência. Mas sua atuação será observada aqui mais como palco de reclamações da população belenense que repetidas vezes surgia naquelas páginas a partir dos que se configuraram como seus “porta-vozes letrados”, e como aquela que recorria a este mecanismo para cobrar dos administradores municipais ações que resolvessem os problemas urbanos, principalmente aqueles ligados à natureza, considerada peculiar, da capital do Pará. Estas queixas e reclamações eram apresentadas, na maioria das vezes, como pequenas notas que comumente se renovavam ou mesmo eram republicadas em dias seguidos, como no caso da coluna “Ecos e Notícias” do jornal opositor ao intendente Antonio Lemos, o *Folha do Norte*. Essas notícias são tão significativas que ao publicizar um discurso dito “popular”, desafiavam o poder público, a partir de problemas que eram relacionados à natureza e a natureza urbana da cidade, bem como poderiam servir para nortear os processos e obras que deveriam ser executadas. Tanto o eram que, Lemos, por exemplo, em seus relatórios, fez referência a críticas e reclamações que, segundo ele, foram publicadas em jornais que em Belém circulavam. Dito isso, é possível acreditar que os jornais podem ter servido como mediadores das transformações urbanas, a partir das reclamações da população desta capital que neles foram publicizadas, fossem elas verdadeiras ou não, eram verídicas dentro do espaço de debate destes letrados jornalistas. A seguir, observamos algumas dessas questões que foram postas e que, quando relacionadas às ações da intendência apresentadas anteriormente, nos darão um panorama da relação que vem sendo exposta entre ciência e poder, a partir da natureza.

De alagamentos, problemas com calçamento de vias e passeios públicos, descarrilamento de bondes etc., os problemas urbanos se fizeram presentes e considerou-se que agravados pelas condições físicas e naturais da cidade. Áreas alagadas, terrenos baixos e de várzea, somados às chuvas em qualquer período do ano se caracterizaram como um verdadeiro desafio a manutenção da higiene, da salubridade e do embelezamento urbano da capital paraense. Belém padeceu pela ausência ou ineficiência de serviços, apesar dos

empreendimentos apresentados nos relatórios e em algumas publicações de jornais. Mesmo que demonstrando ter certa consciência e conhecimento das condições naturais desta cidade, algumas das soluções que lhes foram ofertadas pareceram não terem sido suficientes, instigando moradores e alterando o tom em algumas publicações. Assim, conduzida pelos problemas que consideraram serem causados ou agravados pelas fortes e regulares chuvas, a população recorreu a colonistas, articulistas e redatores para clamar por solução para esses problemas, que de acordo com aquilo que era publicado nos jornais, tanto incomodavam os munícipes e poderiam manchar a imagem que se pretendia construir da cidade.

Os jornais são, nesse sentido, bastante importantes para se entender as dinâmicas sociais do período estudado, sobretudo quando relacionados às demais fontes que até aqui já foram analisadas, principalmente se considerarmos que eles se tornaram uma das principais – senão a principal – forma de comunicação de massa no período estudado, importando com que o cotidiano da cidade passasse a ser cada vez mais regular nas páginas desses periódicos. Como vimos na introdução, Lier Ferreira Balcão, em um panorama sobre a atuação de quatro jornais circulantes nos anos iniciais do século XX na cidade de São Paulo, demonstra as articulações entre eles e seu público consumidor a partir das seções de notícias sobre reclamações. Sendo pensadas enquanto espaços de debates e a partir da relação tríade entre jornal, população e cidade, essas colunas, é importante ressaltar, são espaços ocupados por atores sociais que manifestam as suas aspirações de diferentes formas, demonstrando assim, representações sobre a cidade que nos propõem que ela seja pensada como uma cidade viva. Os jornais, no entanto, só assumem esse papel significativo de interlocutor não oficial entre a sociedade e a oficialidade, por conta da inexistência de meios e canais de participação nas esferas política e econômica, constituindo-se em espaço de reconhecimento, representação e negociação³¹⁵. A autora nos explica que

As reclamações expressam parte das transformações ocorridas na cidade a partir do final do século passado, traduzidas no aumento e adensamento das áreas com casas, prédios residenciais, estabelecimentos comerciais e industriais, escolas, teatros, cinematógrafos etc. Por outro lado, o aumento da demanda polariza-se com a reestruturação das reformas urbanísticas e dos serviços públicos. Esse contexto em transformação, dinamiza a vida e o movimento das áreas ocupadas a fim de provocar novos ordenamentos à cidade, novos arranjos sociais às relações comerciais, um aumento do contingente de trabalhadores assalariados e autônomos, novos ritmos acelerados pelo desenvolvimento dos meios de locomoção. Com isto, o convívio

³¹⁵ BALCÃO, Lier Ferreira. A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulistana (1900-1913). In. FENELON, Déa Ribeiro. (org.). **Cidades**. São Paulo: PUC/SP, Olho d'Água, 1999, p 225-255.

social em locais públicos passa a dar maior visibilidade às diferenças, tensões e contradições existentes entre habitantes, poderes públicos, jornais e queixosos³¹⁶.

A análise de Lier Balcão parte de questões relacionadas às relações sociais estabelecidas na cidade e a necessidade de intervenção do poder público, principalmente a partir de seu poder de polícia, controle e remodelação dos hábitos das pessoas, algo observável também em Belém. No entanto, no caso deste estudo, na capital paraense, somam-se a isso questões ambientais, relativas à geografia e ao clima da cidade, principalmente quando se trata da chuva, algo parecido com o observado por Anita Almeida ao analisar os jornais do Rio de Janeiro com o intuito de entender os discursos adotados para tratar de desastres relacionados também a chuva naquela cidade. Anita consegue identificar nos jornais, cobranças de moradores ao poder público relacionadas a problemas urbanos considerados, naquele contexto, mais graves, os já citados desastres. Para ela, os moradores do Rio que tinham acesso aos jornais, conseguiam lutar por direitos, já que consideravam ser uma obrigação do poder público atender às necessidades daqueles moradores. É interessante em seu texto as considerações sobre quem seriam esses reclamantes.

Assim, é possível imaginar que entre os que reclamavam na imprensa – ou que liam as queixas publicadas nos jornais contra a câmara municipal e sua ineficiência em diminuir os efeitos maléficos das chuvas – havia ricos proprietários, comerciantes, empresários, mas também esses extratos médios. Para esses homens, não adiantava ter acesso aos serviços, como o dos bondes, se as chuvas interrompiam ou dificultavam o luxo no espaço urbano. Eles reclamavam seus direitos, de cidadãos que pagavam impostos. E os jornais eram o veículo dessa nova linguagem dos direitos³¹⁷.

Não são identificados no texto de Anita Almeida a metodologia para identificar ou conjecturar quem seriam esses reclamantes. No caso dos jornais de Belém, esses moradores, “reclamantes”, não eram identificados nominalmente nas publicações. Também não considero possível identificá-los a partir da localização geográfica das reclamações, já que esse era um problema sistêmico, atingindo diferentes pontos da cidade que nesse período considerava-se estar em expansão, como a demarcação da sua primeira légua patrimonial. Elas vinham, segundo os periódicos, dos bairros que conhecemos hoje como Jurunas, Cidade Velha, Campinas, Batista Campos, Reduto, Umarizal, tidos, ontem e hoje como de periferia e de centro, como nas publicações que seguem.

O jornal *O Democrata* de janeiro de 1890, por exemplo, informa-nos que a mais de nove dias uma petição havia sido encaminhada ao conselho municipal pedindo melhoramentos à

³¹⁶ BALCÃO, 1999, p. 231.

³¹⁷ ALMEIDA, 2014. p. 128.

Travessa da Barroca³¹⁸ que se encontrava completamente intransitável³¹⁹. Esta reclamação se justifica ainda, como é possível perceber no corpo da notícia, graças a falta de atenção dada ao problema pelos membros do conselho municipal a quem ela havia sido encaminhada. Como forma talvez de sensibilizar para o problema em questão, ou escandalizar a ineficiência da atuação do serviço público descreve-se o estado “lastimável” e “intransitável” daquela travessa que fica “completamente impossível quando cai alguma chuva”³²⁰. Se os inconvenientes causados ao trânsito não fossem o suficiente, implora-se para que o problema seja resolvido, já que “há mais de cinco meses”, segundo este jornal, essa travessa se configura como “foco de febres palustres, perniciosas, tifoides e talvez até de influenza”³²¹.

Dias depois, *O Democrata* voltaria a tratar da Travessa da Barroca. Esta nova notícia trata do mesmo problema, mas com abordagem diferente: uma rua sem estrutura urbana adequada. Com certo tom de sarcasmo, o autor agora narra as aventuras de uma viagem em alto mar e a compara com uma experiência negativa em terra: transitar pela travessa da Barroca após uma chuva. Apesar da hipérbole, a experiência do munícipe e a recorrência deste tipo de auxílio à escrita com o intuito de enfatizar o problema, ela nos permite imaginar a situação enfrentada pelos moradores daquela travessa. Após a descrição de tal aventura, a notícia segue afirmando que “Esta viagem, leitor, parece que tem alguma semelhança com uma outra que fizeram alguns cidadãos ontem pela travessa da Barroca e que ficaram presos como que em uma ilha, depois da chuva que caiu”³²². Dois anos mais tarde, já em janeiro de 1892, o jornal *O Democrata* novamente citaria os problemas na Travessa da Barroca. Com uma nota intitulada “A ‘Intendência’”, portanto, direcionando ao corpo administrativo municipal, o jornal aponta para a piora do estado da travessa mesmo após a limpeza de suas sarjetas, já que – como podemos observar a partir da leitura da notícia – apenas este serviço era insuficiente, tendo em vista a ausência de um calçamento adequado ali³²³.

Assim, é possível imaginar que muitos inconvenientes causados à administração pública foram associados às chuvas intensas do período invernosos em Belém (ou mesmo do verão amazônico), visto que mesmo com alguns serviços o problema do alagamento e da lama não cessava; como também o mal-estar entre a Intendência, a população e os jornais. A Travessa da

³¹⁸ Até a conclusão desse texto, não foi possível identificar a localização e o possível atual nome da referida Travessa da Barroca.

³¹⁹ *O Democrata*, 30 de janeiro de 1890. p. 2.

³²⁰ *O Democrata*, 30 de janeiro de 1890. p. 2.

³²¹ *O Democrata*, 30 de janeiro de 1890. p. 2.

³²² *O Democrata*, 09 de fevereiro de 1890. p. 3.

³²³ *O Democrata*, 27 de janeiro de 1892. p. 1.

Barroca é apenas nosso primeiro exemplo de uma chuva de problemas que atormentavam os administradores públicos e os ideais de civilidade e progresso da sociedade burguesa e republicana. Nesse período, civilidade e progresso estão relacionados na medida em que só há progresso em uma sociedade civilizada. Para Vinícius Gagliardo o imaginário em formação, sustentado pelo que ele chama de "verdade civilizatória", baseado nas antíteses civilização/barbárie, progresso/atraso, remodelaram práticas de poder e dominação política até então vigentes. Esta nova sociabilidade embalada pela verdade civilizatória teria regulado práticas de poder da polícia e da medicina, por exemplo, a partir de representações que se constituíram como um ideal a ser alcançado e como uma realidade a ser modificada. Essas representações seriam interdependentes já que a civilização “é inseparável do seu avesso”³²⁴. Como podemos observar, é assim que os jornais e os relatórios podem cumprir um papel civilizatório na medida em que apresentam seus problemas e embalam discussões e possíveis soluções, ou modelos resolutivos.

O Democrata também é nosso primeiro exemplo de, assim como outros jornais que circularam em Belém nesse período, como a imprensa esteve inserida no sistema político e suas disputas que giraram inclusive em torno da chuva e suas demandas. Vinculado, por exemplo, ao recém-criado *Partido Republicano Democrático*, suas primeiras publicações datam de 1895 funcionando como mecanismo cuja finalidade seria divulgar as ideias daquele partido. Seus adversários políticos diretos eram o governo do Pará e o Partido Republicano Paraense, atrelado àqueles que ficariam conhecidos como Lemistas. Abertamente posicionado como republicano, comunicava os expedientes do governo, mas ao mesmo tempo acusava o sistema de ser violento a partir de denúncias de ataques a determinados chefes políticos³²⁵. Podemos supor a partir da história da atuação política desse jornal que suas publicações – ao menos aquelas que denunciavam a situação da cidade e estavam relacionadas à chuva – além de servirem ao bem público coletivo, como se propunham os novos modelos de imprensa nesta virada de século, estariam relacionadas ainda a seu posicionamento político que, como nos lembrou Daniella Moura, exerceu forte oposição ao governo republicano.

Isso se explicita, por exemplo, a partir das denúncias que o próprio jornal veiculou, sobre os atentados sofridos em sua sede ao longo dos seus primeiros anos de atividade. Um deles em maio de 1890 destruindo por completo sua tipografia, um incêndio de grandes proporções.

³²⁴ GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Uma “Paris dos trópicos”?**: perspectivas da europeização do Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2011.

³²⁵ MOURA, 2021, p. 97-106.

Nesse momento, *O Democrata* acusava o governo do Estado de ser o responsável pelo atentado. O segundo ocorreu em janeiro de 1892, uma nova tentativa de incêndio e destruição dos equipamentos de impressão. Novamente seus redatores acusavam o governo e o sistema republicano de serem vândalos e terroristas contra aquele jornal. Em contrapartida o governo e o *Partido Republicano Paraense* se defendiam das acusações também fazendo uso da imprensa, a partir do jornal *A República*, portanto, um antagonista d’*O Democrata*³²⁶.

Este segundo jornal, *A República*, fundado pelo Clube Republicano e redigido (impresso em tipografia própria), ao menos em sua primeira fase, por membros do diretório do dito partido; teve como presidente também nesse momento, José Paes de Carvalho, e em sua declaração de expediente, ditava publicamente no topo da primeira página de todas as suas publicações, suas concepções políticas³²⁷. O fim de suas publicações datada contemporaneamente da cisão do Partido Republicano Paraense em maio de 1897 e que inaugurou um novo momento da política republicana paraense que, na virada do século seria marcada pela disputa e confronto pelo controle político do Estado³²⁸, influenciando substancialmente no desenvolvimento das atividades da imprensa no Estado, e que ficaria até certo ponto, também marcada por essas disputas. Nesse momento, compuseram de um lado, aqueles que passaram a formar o Partido Republicano Federal, apoiando o General Francisco Glicério e encabeçado por políticos como Lauro Sodré, Nina Ribeiro, Antônio Baena e Manuel Barata (os Lauristas); antagonizados por aqueles que mantiveram posicionamento positivo atrelado ao Partido Republicano Paraense e apoiavam o presidente Prudente de Moraes, destacando-se deste lado nomes como o de Justo Chermont, Augusto Montenegro e Antônio Lemos (os Lemistas)³²⁹.

Outro jornal inserido nesse contexto, de disputas por poder e influência, da Primeira República no Pará, foi o *Diário de Notícias*. Fundado em 1880 assume em 1894 – portanto, já no primeiro governo de Antônio Lemos, figura bastante importante para as propostas de análise que vem sendo apresentadas aqui – o subtítulo “Órgão do Partido Republicano Democrata” e, posteriormente, do Partido Republicano Democrata Federal, ainda nos seus primeiros anos de

³²⁶ MOURA, 2021, p. 106-108.

³²⁷ O início das publicações do jornal *A República* datadas de 1886, segundo Daniella Moura, podem ser consideradas como um dos indicativos de que a imprensa paraense já se manifestava sobre a possibilidade de um governo republicano. Podemos considerar, portanto, que a criação de jornais abertamente republicanos como este, seria um sintoma de novos tempos. Com posicionamento político e aspirações ao novo regime de governo, mesmo assim, temas políticos não costumavam estampar a primeira página, supondo-se que para evitar o confronto direto com o sistema vigente. *Ibid.*, p. 79-86.

³²⁸ FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará**. Belém: Açai, 2016. p. 402.

³²⁹ SARGES, 2002, p. 50.

circulação³³⁰. Destaca-se nesse jornal seu caráter supostamente popular a partir de sua busca por estabelecer conexão com seus leitores. Como observou Daniella Moura, este jornal, se autointitulou, neste sentido, como “advogado do povo” e desvinculado do governo. Uma tentativa de demonstrar imparcialidade em seu serviço de informar. Mas tinha, ainda segundo Moura, identidade de ideias com outro jornal, *A Província do Pará*³³¹, cuja orientação política era declaradamente vinculada a Antônio Lemos, sendo este um jornal fundado em colaboração com ele e de sua propriedade. A partir das publicações d’*A Província*, poderemos ter uma materialidade de sua posição e atuação enquanto jornal e órgão de partido político.

Como nos demonstra uma publicação de abril de 1891 desse jornal, trechos, ruas e travessas de regiões centrais da cidade de Belém também sofriam com problemas urbanos que acabavam agravados pelas chuvas. Nesta notícia – ressalta-se mais uma vez a insistência do problema – reclama-se do “estado lastimoso em que se acha o trecho entre o café chic e o Teatro da Paz por ocasião de qualquer chuva, por menor que seja, [...], obrigando as famílias que se dirigem ao teatro a pisarem naquele lodaçal”³³². Aquela região circundante ao Teatro era de reconhecida importância para a vida sociocultural da cidade de Belém, como vimos anteriormente nos relatórios da intendência. Mesmo assim, não estava livre de problemas como a falta de um calçamento adequado e de sua manutenção. O que poderia se presumir é que dada sua importância, a atenção recebida seria diferente daquelas de áreas mais afastadas do centro. No entanto, percebemos que o fato de circundar um dos principais e mais importantes prédios da cidade naquele momento, não foi motivo suficiente para receber tal atenção, ou que a natureza de Belém teria mais força do que os administradores da cidade suportam.

A análise dos relatórios do intendente Antônio Lemos nos mostraram uma preocupação exacerbada com a higiene e a saúde pública e privada da capital. Por conta disso ficou demonstrada a importância de médicos e engenheiros sanitaristas e o papel desempenhado por eles durante o governo Lemos. De toda forma, assim como não seria correto associar as transformações urbanas apenas ao governo deste intendente, presume-se ser importante esclarecer que esta preocupação não se fez pioneira, e exclusiva dele. Entre novembro ou dezembro de 1892³³³, o *Correio Paraense*, na coluna “De quando em vez”, também apresenta

³³⁰ MOURA, 2021, p. 110-112.

³³¹ *Ibid.*, p. 113-119.

³³² Diário de Notícias, 28 de abril de 1891. p. 2.

³³³ O uso de uma data aproximada se dá por conta da ilegibilidade da fonte. Assim, como o levantamento é feito em ordem crescente das datas, é possível presumir uma data aproximada.

tal preocupação, ampliando seu foco para o *Estado do Pará* como um todo, ressaltando inclusive, o flagelo da população pelas pandemias.

Hoje estou seriamente aborrecido porque qualquer vento seco levanta as mais asfiantes nuvens de poeira, e mesmo de cisco leve que tudo emporcalha; qualquer chuva produz em toda a parte espessa e infecta camada de lama que, além do mau aspecto que dá a cidade, esparrinha-se nodoando as roupas de todos os transeuntes. Isto só é atribuível a grande falta de cuidado dos empregados da impotente casa.

A maior parte dos anteriores por ali assentados não ocupam os pontos mais convenientes. Vemo-los junto a portas de habitações particulares como no largo de Sant'Anna e outros; e sentimo-los de longe pelo seu odor amoniacal.

Porque não se aperfeiçoa o trabalho de asseio das ruas e praças que é mais do que inconveniente nos seus processos e nos seus resultados?

[...]

Termino, dizendo: preste alguém atenção a quantidade de imundices que entulham todos os distritos do nosso Estado, e cuide-se verdadeiramente desta população flagelada por todas as epidemias, dizimada por todos os gêneros de morte.

Surgem, crescem, avultam e sobem ao mais alto grau do aperfeiçoamento das coisas do mundo!

Por isso, necessário é entrarmos na prática de todos os melhoramentos que sanifiquem o ambiente em que vivemos, e que purifiquem o ar que respiramos³³⁴.

Esta publicação, em tom aparentemente alterado, demonstra a insatisfação de um articulista não apenas enquanto comunicador, mas possivelmente como cidadão também. Sua atuação, e provável alteração de ânimo, nos apresentam a preocupação com a higiene, saúde e salubridade em momentos distintos do ano. Se por um lado, no período considerado seco, a poeira incomodava articulistas e reclamantes; por outro, durante o inverno, a chuva transformava a poeira em lama, o que também gerava incômodo nesses personagens e refletiam nas publicações visões sobre a natureza e a cidade. Esta publicação d'*O Correio Paraense* nos serve para atentar primordialmente para uma questão fundamental e que merece reflexão. Os problemas urbanos não são causados pela natureza do lugar, mas na maneira como nos relacionamos com esta natureza, bem como pela ineficiência de determinados serviços públicos. Sua ineficácia, falta de zelo, ou excelência dos serviços prestados pela Intendência, que para estes articulistas, “[...] só é atribuível a grande falta de cuidado dos empregados da impotente casa” referindo-se aos vogais do conselho municipal. Tal questão pode ser observada também na reportagem do *Correio Paraense* de novembro de 1892, cuja narrativa faz referência à situação parecida:

É fato notório e sabido que há uns bons pares de tempo não apraz a Divina Providência lançar um pouco de chuva sobre esta nossa capital, [...].

Apesar dessa falta de chuvas a sarjeta do lado direito do quarteirão da rua S. João está continuamente cheia de águas estagnadas, que ali jazem até putrefazer-se, espalhando miasmas em toda a porção da rua.

E dar um passeio por aquelas imediações e reconhece-se logo que não há necessidade de calçamentos estanques para que as águas não penetrem no subsolo.

³³⁴ *Correio Paraense*, *Data ilegível. p. 2.

Na rua S. João não é o lençol d'água que faz mal, mas sim as lagoas de águas esverdeadas que constantemente mantêm-se na sarjeta entre as saliências da lama negra.

Por meio da rua o pó fino, incomoda, deletério: na sarjeta do lado direito a lama miasmática contribui para preparar aquele bairro a receber condignamente a febre amarela, a febre tifóide e todas as alterações polustres, capazes de limpar mais depressa número avultado de vidas do que o contratante da limpeza pública as ruas do seu contrato.

Aquela água constante na sarjeta desafia a vigilância das autoridades sanitárias e municipais e é capaz de resistir-lhes, pois já tomou posse da sarjeta.

É certo que não seria difícil o remédio; mas é justamente isso que difere o caso. Em questão de saneamento da cidade temos andado sempre em procura do mais dispendioso, desprezando os serviços e daí não se ter feito nada. E restava tão pouco das escoamento às águas estagnadas da rua S. João.

Um pouco de vontade e ficaríamos todos satisfeitos³³⁵.

O *Correio Paraense*, subintitulado como jornal noticioso, comercial e literário, fora fundado e tinha como redator Bento Aranha (este não era o primeiro jornal pelo qual passava) jornalista e político paraense, que fez uso da tipografia do *Diário de Belém* para fazer circular seu jornal, que teve duração efêmera ficando em circulação apenas entre os anos de 1892 – 1894. Luís Peixoto afirma que a atuação política de seu redator e proprietário fez de sua vida uma vida de tribulações que o levaram a “um trânsito constante entre as cidades de Belém e de Manaus, quase sempre forçado por expurgos e exílios por sua atuação política intransigente e incomoda adotada em suas crônicas na Imprensa”³³⁶.

Entre os anos de 1892 e 1893, o *Correio Paraense* e *A República* se fizeram opositores naquilo que concerne a questões relacionadas à república e ao republicanismo, como os postulados positivistas, por exemplo³³⁷. Essa oposição do *Correio* a *República* leva-nos a presumir que se estendiam (por conta dos ideais de seu redator e proprietário) ao partido e, conseqüentemente, a seus políticos associados. Assim, tais fatos nos levam a acreditar que o conteúdo, algumas vezes exaltado de suas publicações, como as da coluna “De quando em vez” de novembro e dezembro de 1892, poderia não apenas constatar fatos da realidade, como também servir para formar opinião contrária a governança em exercício, fosse ela no âmbito municipal, ou estadual, como na “extensão de sua preocupação” com a saúde pública e o estado sanitário do *Estado do Pará*.

Alguns meses depois, outro jornal faria referência a esses mesmos problemas de saúde e sanitários. Novamente *O Democrata*, em fevereiro de 1893, em nota intitulada “A ‘Intendência’”, reclama do estado da antiga rua do Rosário, hoje “republicamente” conhecida

³³⁵ *Correio Paraense*, 13 de novembro de 1892. p. 1.

³³⁶ PINHEIRO, L. B. S. P. (2021). Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1904-1910. *Intelligere*, (12), 16-52. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2021.192278>. p. 3.

³³⁷ *Ibid.*, p. 13.

como Aristides Lobo³³⁸, no trecho entre a travessa de S. Mateus e 15 de agosto³³⁹, “está cheia de escavações que no tempo de chuva, ficam transformadas em verdadeiros pântanos”. Em seguida, afirma que se a Intendência quisesse, o problema estaria resolvido e os moradores teriam uma dívida, possivelmente de gratidão, para com a mesma. E encerra proclamando: “Ah! Se a Intendência quisesse”³⁴⁰. Dito isso, podemos entender que os problemas urbanos agravados pelas características naturais evidenciavam a ineficiência dos serviços públicos causando graves incômodos a imagem de seus administradores, como os vogais do conselho municipal, mas principalmente dos Intendentes da capital.

Os jornais *O Democrata*, *Diário de Notícias* e *Correio Paraense* também cobram da Intendência ao longo do ano de 1893 (apontando a insistência nas reclamações como um incômodo) solução eficiente e efetiva para os problemas da Travessa dos Ferreiros³⁴¹, da Rua do Alecrim³⁴², da Travessa de São Matheus, e para a Rua Trindade³⁴³. A constância nas reclamações a que se têm referido é perceptível pelo uso de sentenças como “repetidas vezes”, “estamos cansados”, “estamos realmente cansados”, “espera que sejamos atendidos” etc. como também pela forte recorrência dessas notícias que citam os locais onde estes inconvenientes ocorrem. Perturbações comumente relacionadas a falta de obras que melhorem ou resolvam alagamentos, lodaçais, acúmulo de lama ou de dejetos mesmo dias após a menor chuva, e que preocupa a população por conta dos riscos à sua saúde.

Sabemos agora que ainda mais incisivas pareceram ser as cobranças realizadas pelo *Correio Paraense*, por conta do histórico de seu proprietário e redator, como as publicações citadas anteriormente e agora na de 29 de agosto de 1893 e a do *Diário de Notícias* de 30 de dezembro daquele mesmo ano. Na coluna “Carteira do Repórter”, do jornal *Correio Paraense*, logo após afirmar que com tanta chuva, as ruas se encontram “num verdadeiro lodaçal”, este colunista só desejava que o sr. intendente fosse obrigado a sair de casa e transitar por essas ruas

³³⁸ Antiga Rua do Rosário, foi mudada em homenagem a Aristides da Silveira Lobo, segundo Ernesto Cruz, “republicano histórico”. Seu antigo nome se deu por passar ao lado da igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Homens Pretos. DA CRUZ, 1970. p. 51.

³³⁹ Travessa dos Mirandas, 15 de Agosto, atualmente Presidente Vargas em homenagem a Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre 1930 e 1954 em períodos alternados. Seu nome referenciado na notícia do jornal *O Democrata* se deu em homenagem à data comemorativa da Adesão do Pará à Independência. *Ibid.*, p. 83 - 84.

³⁴⁰ *O Democrata*, 08 de fevereiro de 1893. p. 2.

³⁴¹ *O Democrata*, 17 de março de 1893. p. 1. Até a conclusão desse texto, não foi possível identificar a localização e/ou o atual nome da referida travessa.

³⁴² *Diário de Notícias*, 30 de abril de 1893. p. 2. Até a conclusão desse texto, não foi possível identificar a localização e/ou o atual nome da referida rua.

³⁴³ *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1893. p. 1. Até a conclusão desse texto, não foi possível identificar a localização e/ou o atual nome da referida rua.

“com os seus mimosos e delicados pezinhos, calçados em Melièz”³⁴⁴. Do outro lado, o *Diário de Notícias* categoricamente afirma que “as rendas da intendência não são tão pequenas que não permitam tornar transitável a referida travessa (travessa 22 de junho, antiga 25 de março), na qual é perigoso passar em noites escuras, por terem deixado abertas covas, quando fizeram escavações para retirada dos tubos para iluminação”³⁴⁵. Cada notícia, a sua maneira, pode ser considerada uma verdadeira afronta direcionada de um lado – e de forma pessoal – a figura pública do próprio intendente municipal satirizando-o e até mesmo o ridicularizando; como, por outro lado, levantando questões relativas às rendas públicas possivelmente levando em consideração a situação político e econômica da cidade naquele período. De toda forma, as publicações sinalizam para um alto grau de insatisfação.

Não apenas cobrando satisfação ou solução para as adversidades eram construídas as notícias publicadas nos jornais belenenses. Estavam repletas também de recorrentes protestos e apontavam para as possíveis causas dos problemas que com as fortes e constantes chuvas características da região, ficaram latentes; como também para os serviços que, acreditavam os reclamantes, os solucionariam. Como é o caso daquele divulgado pelo *Correio Paraense* em fevereiro de 1894, em uma publicação sinalizada como “A pedidos” e direcionada a “Intendência Municipal” sobre a situação da rua Dr. Lauro Sodré³⁴⁶. Nos dias de chuva, afirma a publicação, a rua torna-se “barrorosa” por falta de calhas que deem escoamento às águas da chuva que acabam estagnadas ali, impedindo o ir e vir já que a rua “fica transformada em um rio; é o caso de só poder-se sair de casa de montaria”³⁴⁷. Para além da reivindicação, esta publicação, como outras, aponta o problema e sua possível solução: a falta de calha para o escoamento da água da chuva que, parada, gerava graves problemas, demonstrando assim, que uma obra aparentemente simples poderia resolver aquela complicação.

Além do mais, satíricas como também costumavam ser, as publicações referentes aos alagamentos e demais questões urbanas comumente ilustram cenas que se apresentam em Belém mesmo nos dias de hoje. O alagamento da Lauro Sodré, por exemplo, era tão grave que as pessoas precisavam de “montaria”, uma pequena embarcação, ou canoa, para sair de casa. Se realmente a população chegava a precisar de um barco para se locomover pelas ruas, ou se isso era força de expressão dos jornalistas, não é possível afirmar. Mas, conhecendo Belém e suas

³⁴⁴ Correio Paraense, 29 de agosto de 1893. p. 2.

³⁴⁵ Diário de Notícias, 30 de dezembro de 1893. p. 1

³⁴⁶ Rua das Flores, Lauro Sodré, Ó de Almeida, voltando a ser Lauro Sodré em homenagem ao primeiro governador constitucional do Pará, em decorrência de sua morte. Atualmente, Rua Ó de Almeida, bairro do Reduto. DA CRUZ, 1970. p. 42.

³⁴⁷ Correio Paraense, 21 de fevereiro de 1894. p. 2.

complexidades urbanas, e ainda hoje com certa incapacidade da urbanização em conviver com a natureza, acredita-se ser bastante possível.

Já em 1896, o jornal *Folha do Norte*, com uma longa notícia intitulada “Melhoramentos da cidade”, apresenta carta publicada a pedido dos moradores da Estrada da Independência³⁴⁸ onde além das reclamações aponta para as causas e possíveis soluções dos mesmos vícios apresentados pelo *Correio Paraense* dois anos antes. Tal carta redigida e assinada por – mesmo que possivelmente editada – “muitos moradores”, sem identificá-los, diferente do que se costuma encontrar nas publicações vindas dos próprios redatores, aborda a questão de maneira, aparentemente, bastante cordial

Não é o ***** das reclamações que nos faz vir até tão ilustre cidadão, pedir-lhe alguns reparos duradouros para os passeios e sarjetas de uma das nossas melhores estradas; a falta de escoamento para as águas pluviais, as valas enormes espalhadas por toda a estrada, tornando-se desse modo intransitável; obriga-nos sr. Redator, a virmos invocar o vosso interesse pelo bem público na esperança de obter algumas providências que satisfaçam uma necessidade tão justa.

Os consertos feitos até hoje nesta estrada, tem sido de tal maneira ligeiros, que apenas duram o espaço de alguns dias, isto é, a queda da primeira chuva!

O grande aterro que aqui foi feito há anos tendo custado ao município não pequena soma, tem desaparecido quase todo, devido à falta de conservação, e hoje esta estrada, a mais antiga, se transforma quando chove em um pântano enorme!³⁴⁹.

De um lado a solicitação de “reparos duradouros”, já que os que tem sido feito são “de tal maneira ligeiros”, apontando para a efemeridade ou baixa qualidade das obras e serviços prestados pela Intendência – questão bastante presente nas publicações e que contribui muito para o agravamento das perturbações que eram recorrentemente relacionados também ao clima. De outro, a “falta de escoamento para as águas pluviais” aponta para a ausência de calhas, canaletas, valas ou quaisquer outros tipos de sistema que contribuam para a vazão da água da chuva, sendo obras neste sentido, necessárias para a resolução daquela situação. Por fim, ao recorrer ao “ilustre redator” e seu suposto “interesse pelo bem público”, esta mesma notícia nos leva a considerar que existiam relações de clientelismo entre a população e os articulistas e que o papel atribuído aos jornais nesse momento era o de porta voz e canal de comunicação entre a população e os administradores públicos que, como vimos nos relatórios apresentados na sessão anterior, tomavam conhecimento de tais reclamações a partir destas publicações. Ao evocar características tão republicanas para chamar atenção do redator, esta edição também nos

³⁴⁸ O nome em referência faz alusão a Independência do Brasil. Foi Estrada do Utinga por ser caminho para o engenho de mesmo nome; depois Cipriano Santos em homenagem ao senador estadual, intendente municipal e diretor da *Folha do Norte*. Atualmente conhecida como Avenida Governador Magalhães Barata em homenagem ao governador do estado. DA CRUZ, 1970. p. 86.

³⁴⁹ Os “asteriscos” utilizados em algumas das transcrições substituem palavras ilegíveis na reprodução da publicação daquele jornal. *Folha do Norte*, 14 de janeiro de 1896, p. 4.

contextualiza em um outro momento em que os jornais são formadores de opinião, mas principalmente influenciadores de comportamentos³⁵⁰.

Este mesmo jornal, o *Folha do Norte*, um dos pioneiros no uso do sistema telegráfico, considerado um grande e importante avanço nos serviços de comunicação, não teve sua atuação vinculada apenas a questões do campo da política, mas caracterizada por uma grande diversidade de temas abordados destacando-se, por exemplo, a partir da coluna “Echos e Notícias”, a veiculação de diversos assuntos sobre a capital e o interior do Pará, graças ao uso do serviço de telegrafia. Dos temas abordados, percebe-se destaque aqueles relacionados ao cotidiano da cidade como as notícias policiais e a publicação de cartas com denúncias e queixas dos leitores (como a citada a pouco) relacionadas, por exemplo, as questões sanitárias da cidade, como os alagamentos e lamaçais que se formavam em tempos de chuva e em decorrência dos processos de urbanização que, como nas palavras dos reclamantes, parecem ineficientes; ou ainda, a poeira que se acumulava em tempos menos chuvosos. Este pode ser considerado como um mecanismo de tentativa de ampliação do público leitor, além de fornecerem indícios da vida cotidiana e da ação da imprensa neste que se configura como período importante de mudanças no seu papel³⁵¹.

Este jornal, criado ainda nos primeiros anos do novo regime de governo, a República, e mesmo adotando uma diversidade de assuntos em suas páginas, assim como outros periódicos, não esteve desvinculado das disputas políticas do contexto em que estava inserido. Fundado em 1896, por Cipriano Santos e Enéas Pinheiro, entre outros, esteve ligado a polarização e aos conflitos entre Lauristas e Lemistas vinculados ao Partido Republicano Federal e Partido Republicano, expressa ainda na oposição direta ao A Província do Pará, diretamente relacionado a Antônio Lemos, seu proprietário³⁵².

Mesmo assumindo papel de opositor, o *Folha do Norte* tem em suas publicações, guardados os necessários cuidados, um “tom” mais abrandado e talvez até conciliador ao tratar

³⁵⁰ Além do já citado trabalho de Daniella Moreira, Aldrin Figueiredo em artigo publicado propõem-se analisar brevemente as transformações na imprensa paraense no decorrer do centenário 1822 – 1922. Neste trabalho Aldrin aponta para o desenvolvimento e ampliação do mercado da imprensa em Belém que, ao modificar o processo de circulação já a partir de 1870 passou a alcançar novas camadas sociais e a ampliar seu consumo, jornais que, além de informar, defendiam interesses de classe ou partidos. Estes jornais, considerados noticiosos, desempenharam papel importante na defesa de ideais e projetos políticos e sociais. Mesmo assim, sob forte pressão, algumas dessas publicações trilhavam percursos muito próprios. FIGUEIREDO, 2005, p. 245-266.

³⁵¹ VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p. 17-19.

³⁵² *Ibid.*, p. 16-17.

de tema sensível como o dos prejuízos urbanos, diferente de outros jornais contemporâneos a ele. Podemos supor por um lado que em sua intenção em ampliar sua audiência, este jornal possa ter assumido em sua escrita a tônica de um apaziguador de ânimos. Diria, até cortês. Ou, por outro lado, como nos permite também considerar, novamente Daniella Moura, os jornais sendo um espaço de intensa sociabilidade, de redes entre diferentes segmentos, apesar de assumirem posicionamentos políticos distintos, chegaram em alguns momentos a solidarizar e até confraternizar entre si³⁵³, nos dando uma dimensão mais aproximada da complexidade de suas atuações, fosse no terreno da política propriamente dita, ou da imprensa ainda nascente enquanto empresa capitalista.

Aqui, podemos apontar primariamente algumas possibilidades de análise e interpretações tomando por base a já sabida situação política de conflitos e disputas centralizadas nas figuras de Lauro Sodré e Antonio Lemos; e nas mudanças ocorridas nos jornais. Se considerarmos que esses periódicos tinham necessidade de ampliar seu público adotando, entre outras coisas, assuntos relacionados ao dia a dia das pessoas e da cidade e, ao mesmo tempo, estarem ligados a políticos proeminentes na capital, não poderiam, portanto, estar fora desses conflitos políticos. É nesse contexto de transformações e polêmicas (ou transformações polêmicas) que se construíram narrativas sobre a natureza da capital e, no caso aqui estudado, sobre a chuva, enquanto elemento componente deste cotidiano.

Essas narrativas, presentes nos jornais, que por sua vez parecem ter atuado como mediadores desses conflitos, nos permitem uma série de leituras e percepções sobre como esses grupos identificavam, reconheciam e entendiam a natureza. Ainda no caso especificamente desta análise, percebemos que esses relatos que envolvem a chuva funcionam como instrumento dentro de um quadro de poder político que, por sua vez, estava relacionado ao econômico e, por fim, ao social. As análises das publicações seguintes nos permitirão, por exemplo, sustentar esta argumentação.

Ainda em 1896, por exemplo, o *Diário de Notícias* traz como eixo central de uma de suas publicações, questão que rotineiramente permeia as notícias que tratam de alagamentos. Como vimos em relatos de anos anteriores e em diferentes jornais, a preocupação com a disseminação de doenças que se acreditava serem espalhadas pelos miasmas relacionados a água da chuva acumulada, ou a lama que se formava após as chuvas eram uma questão pertinente a ponto de também serem lembradas muitas vezes nos relatórios do intendente

³⁵³ MOURA, 2021. p. 179-181.

Antônio Lemos. Intitulada “Foco de miasmas”, é possível encontrar neste texto reclamação relacionada aos “lagos formados pela água da chuva na travessa D. Romualdo de Seixas³⁵⁴ e que quando o sol dardeja os seus raios naquela água apodrecida ninguém pode por ali passar, porque fede que tresanda”³⁵⁵ e apela, como os relatórios de Antônio Lemos, para o terror. De um lado o jornal imprime o medo das doenças nas pessoas de maneira a “incentivar” uma ação eficaz por parte da intendência; do outro, Lemos imprimia na população o medo necessário para que ela participasse ativamente dos processos de melhoramentos da cidade, zelando pelas obras ali realizadas.

Desse modo, jornais e relatórios usavam as doenças em seus discursos como um mecanismo de controle e participação social no sentido de apoiarem suas intenções, já que de um lado, para os jornais frente a seu público leitor, a resolução de problemas servia como um mecanismo interessante para conquista de novos “clientes” que, teoricamente, passariam a se identificar nas páginas dos jornais, mas sobretudo conquistar, ter sucesso em suas demandas; por outro, a intendência teria também a população ao seu lado, identificada e agraciada pelas *benefícios* dos seus serviços prestados ao município. São essas relações que se inscrevem no contexto citadino, e que nos interessam por estarem estreitamente relacionadas a, neste caso, problemas urbanos que advinham de outro conflito: as, inúmeras vezes frustradas, tentativas de dominar uma natureza tão peculiar.

Os últimos anos de 1800 e os primeiros da administração Lemos foram marcados pelas chuvas que em sua qualidade climática, expuseram a ineficiência das ações de urbanismo propostas para Belém naquele momento. Em maio de 1896, o *Diário de Notícias* chamava atenção para uma “copiosíssima” chuva que havia inundado a capital paraense e lhe causado diversos prejuízos que se repetiram nos anos seguintes daquele final de século³⁵⁶. A *Folha do Norte* de março de 1897 sinalizava para a necessidade dos “urgentes reparos” que carecia a Rua Longa³⁵⁷ afirmando ainda que “não há quem possa passar por ali, depois de uma chuva torrencial, sem trazer lama até os joelhos”³⁵⁸. No final desse mesmo ano, novamente o *Diário de Notícias*, nas proximidades dos festejos natalinos, denuncia o estado deplorável da Travessa

³⁵⁴ Não houve modificação no nome. Bairro do Umarizal.

³⁵⁵ *Diário de Notícias*, 09 de abril de 1896. p. *.

³⁵⁶ *Diário de Notícias*, 08 de maio de 1896. p. *.

³⁵⁷ Atualmente Ângelo Custódio em homenagem ao bacharel cametaense e presidente da província responsável, segundo Ernesto Cruz, pela transferência da capital do Estado para Cametá em decorrência dos acontecimentos da Cabanagem. DA CRUZ, 1970. p. 40.

³⁵⁸ *Folha do Norte*, 20 de março de 1897. p. *.

de Gurupá no trecho compreendido entre a rua Santarém e a estrada Almirante Tamandaré³⁵⁹. Ali, segundo o jornal, a falta de valas e de aterro no leito da rua são a causa do seu lastimável estado que ainda pior fica por conta da falta de luz. Numa visível tentativa de acalmar os ânimos, a notícia é concluída com a certeza de que “o ilustre intendente tomará as reclamações daqueles moradores na consideração devida”³⁶⁰.

Em agosto de 1898 o jornal *O Pará* transcreve o décimo expediente da câmara, do dia 12 de agosto, na “apresentação de projetos, requerimentos e indicações, etc.” a explanação do Sr. Sabino da Luz referente ao relatório apresentado ao Conselho de Vogais, contrariando a afirmação de que os passeios da travessa Quatorze de Março estariam prontos, quando, na verdade, segundo aquele senhor, estes estariam em um “lamentável estado de imundice”, sendo alvo, portanto, dos protestos dos moradores daquela área e do próprio Sabino. A descrição das condições daquela travessa, amparados nos pressupostos e preocupações com saúde, higiene e urbanismo, baseados na transcrição abaixo, podemos considerar que chegam a ser escandalosas.

Existe no leito da travessa um enorme lamaçal, e os passeios nunca foram varridos. Devido ao grande pântano ocasionado pela retirada da terra do leito da travessa, impedindo o trânsito dos veículos, queixam-se os moradores de que hoje não há ali boa higiene. Nessa travessa, no canto da estrada de São Jeronimo, existe um lamaçal tão grande, que é impossível atravessar a rua nesse ponto, mesmo algumas horas depois de qualquer chuva. Vivem ali, dia e noite, uma boa quantidade de porcas com crias. Por ali passo eu cinco ou seis vezes por dia, e vejo isso constantemente³⁶¹.

Ao longo do ano de 1899, um ano antes de findarem as atividades d'*O Pará*, este jornal apresentou entre março e agosto, portanto, durante o auge dos períodos chuvoso e seco, uma sequência de 4 reportagens cujo tema era sempre o mesmo e, muito provavelmente desagradava aqueles a quem elas se referiam. A primeira delas em 13 de março daquele ano, intitulada “Tertullia” reclamava do transporte público da capital, onde o redator destacava uma série de problemas com os bondinhos que circulavam na cidade, considerando que, pelo menos nesse período o bonde que ele precisou apanhar, deveria ter as atividades suspensas para reparos, já que “isto da gente tomar um bonde para livrar-se da chuva, e dentro dele apanhar um molho, não é coisa que faça bom cabelo”³⁶².

³⁵⁹ Pela descrição da localização das ruas, e a partir do mapa atual da cidade de Belém, em comparação livre, a Travessa de Gurupá conserva o mesmo nome no bairro hoje conhecido como Cidade Velha, antigo bairro da Cidade. A comparação permite supor que a Rua Santarém seja atualmente a Rua Dr. Rodrigues dos Santos. No caso da Avenida Almirante Tamandaré, Ernesto Cruz registrou suas mudanças de nome citadas anteriormente e localiza-se também no bairro da Cidade Velha.

³⁶⁰ Diário de Notícia, 22 de dezembro de 1897. p. 1.

³⁶¹ O Pará, 12 de agosto de 1898. p. 2.

³⁶² O Pará, 13 de março de 1899. p. 1.

Na semana seguinte, ao transcrever algumas notícias advindas de outros jornais, O Pará, em seu editorial, nos traz de forma bastante irônica transcrições do *Folha do Norte*, a relação estabelecida entre elas se destaca e nos interessa aqui. Nominalmente fala das excursões e dos êxitos de Lauro Sodré pelo interior do Estado do Pará e afirma que “após tantos triunfos, só umas reclamaçãoezinhas”. Reclamações essas, referentes justamente a ruas e calçadas enlameadas e alagadas por conta da ausência de obras que dessem conta de uma chuva que caiu “assim tão violentamente, uma chuva má, inclemente, terrível [...] de uma chateza ultra!”. Curioso destacar aqui que tais problemas relacionavam-se aos destaques anteriormente dados ao governador Lauro Sodré, como se contrapusessem seus feitos e associada ao antecessor direto de Lemos, Antônio Silva Rosado, questionando por que ele, quando “dono do município, não mandou fazer esgotos naquela estrada?”³⁶³. Em 1899, Silva Rosado já não era mais intendente de Belém há pelo menos três anos.

A partir desta notícia, cabe sinalizar aqui que *O Pará* foi um jornal que circulou relativamente por um curto período tendo tido início em 1897 e encerramento em 1900. Como muitos outros jornais deste mesmo período, trazia em sua capa a indicação de “órgão político, comercial, literário e noticioso”, cuja propriedade, segundo o catálogo de jornais da Hemeroteca do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), era de “uma Associação que tinha orientação do Partido Republicano”³⁶⁴, sintoma disso era o uso da tipografia d’*A Província do Pará*, jornal de propriedade de, como já sabemos, Antônio Lemos. Por conseguinte, pode-se conjecturar que, também como os outros jornais aqui apresentados, esteve inserido nas disputas políticas e de legitimação de poder que envolveram os partidos republicanos no Pará.

De acordo com as pesquisas empreendidas até aqui, esta é a última referência que se encontra sobre problemas dessa ordem. As reivindicações referentes a qualidade das ruas e calçadas, alagamentos e lamaçais se fazem ausentes durante toda a primeira década do novo século, convenientemente durante praticamente toda a administração do Intendente Antônio José de Lemos, retornando apenas na década seguinte. Presume-se haver duas possibilidades que levaram a isso: 1) os mecanismos ou metodologias podem ter falhado e perdido uma década de notícias relacionadas a estes fatos; ou, 2) a mudança no tom dos discursos apresentados nos jornais logo no primeiro ano do governo de Lemos, e bastante visível a partir do uso de termos como “digníssimo”, “ilustre”, ou máximas do tipo “tenho certeza que dará devida atenção”, permite-nos supor que a articulação entre a Intendência e os jornais se fez real e eficiente, não

³⁶³ O Pará, 21 de março de 1899, p. 1.

³⁶⁴ BELLIDO, Remijio de. **Catálogo dos jornaes paraense**: 1822-1908. Pará: Imprensa Oficial, 1908. p. 90.

desobrigando o papel daquela administração, mas livrando-a de determinados problemas com a opinião pública³⁶⁵.

Tanto é possível que esta suposição seja real que logo no findar de 1911, portanto, após a saída de Lemos do cargo de intendente municipal³⁶⁶, os jornais voltam a tratar de temas considerados sensíveis como é o caso dos distúrbios urbanos que recorrentemente são vinculados às chuvas da capital do Pará. Em dezembro de 1911, o recém fundado *O Estado do Pará*³⁶⁷ relata que os moradores da avenida São Jerônimo reclamam das águas que vem da Vila Vonga³⁶⁸: águas de chuva que fazem um caminho de ida e volta, alagando prédios vizinhos, tomando as calçadas e tornando “impossível” o trânsito de pessoas, “pois fica transformada em um verdadeiro lamaçal”³⁶⁹. No mês seguinte, portanto, em janeiro de 1912, o mesmo *Estado do Pará*, relata que por conta da “enorme chuva que caiu, à tarde”, a mercearia Cardoso, localizada na Rui Barbosa de esquina com a Gentil Bittencourt³⁷⁰, foi inundada “pela água que ali se avolumou, devido ser aquele um local baixo”³⁷¹. Novamente o *Estado do Pará*, agora em março desse mesmo ano, apontando para outra região da cidade, a rua dos Timbiras³⁷², afirma que “os moradores... pedem, por nosso intermédio, ao sr. Intendente municipal” que mande aterrar as

³⁶⁵ Sobre o silenciamento ou a articulação entre jornais e poder político/público ver estudo de Daniela Moura já citado anteriormente.

³⁶⁶ Sobre o período de governo e a saída de Lemos, Cf. SARGES, 2004. v. 1. 286p

³⁶⁷ Fundado em 1911 por Justo Chermont, foi um dos jornais que por mais tempo ficou em circulação, tendo seu fim determinado apenas em 1980. Assim como o *Folha do Norte*, fundado pelo menos uma década antes, este também fazia uso de serviço telegráfico para informar. Outra semelhança entre os dois jornais está na coluna “Várias Notícias” onde podia-se encontrar informações sobre a vida política e econômica do Estado. Como outros jornais já citados, o *Estado do Pará*, também na tentativa de ampliar seu público leitor e firmar laços com grupos de destaque da sociedade paraense, debruçou-se na ampliação de temas abordados como questões relacionadas à vida social da cidade na coluna “Notas Sociais”; e a veiculação de denúncias e reclamações na coluna “Reclamações”; ou ainda a exploração de notícias policiais e de teor sensacionalista. VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p. 20-21.

³⁶⁸ Estrada do Pau d’Água, atual Avenida Governador José Malcher em homenagem a José Carneiro da Gama Malcher envolvido na disputa política com Magalhães Barata pelo governo do *Estado do Pará* em 1935. São Jerônimo foi o nome dado em homenagem ao conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente e comandante das armas do Pará e responsável pela abertura de ruas em direção ao que hoje conhecemos como bairro do Umarizal. Já no Caso da Vila Vonga, ela não consta nos registros de Ernesto Cruz, ou mesmo na planta da cidade, ou em mapas atuais. DA CRUZ, 1970. p. 87 - 88.

³⁶⁹ Estado do Pará, 13 de dezembro de 1911. p. 2.

³⁷⁰ Rui Barbosa conserva-se com esse nome atualmente, mas antes da homenagem ao polímata brasileiro, que ficou conhecido principalmente pela sua atuação enquanto jurista e diplomata, esta rua chama-se Travessa da Glória, em Homenagem à princesa Maria da Glória, Filha de Pedro Primeiro. *Op. cit.*, p. 68 e 71. Também identificada como Estrada da Constituição, seu nome foi alterado para Gentil Bittencourt, um dos, segundo Ernesto Cruz, fundadores do Clube Republicano do Pará, tendo sido vice-governador do Estado, substituindo Lauro Sodré a frente da administração pública de dezembro de 1891 a junho de 1892. DA CRUZ, 1970. p. 79 e 86.

³⁷¹ Estado do Pará, 31 de janeiro de 1912. p. 2.

³⁷² A rua dos Timbiras, já identificada na planta da cidade de Belém de 1899 segue atualmente com o mesmo nome. Ernesto Cruz, apesar de não tratar especificamente sobre esta rua do Bairro do Jurunas, explica que “todo o bairro que pertence a zona sul de Belém, as travessas têm as denominações de outras tribos, tais como: Apinajés, Mundurucus, Timbiras, Pariquis e Tamoios”. *Op. cit.*, p. 31 - 32.

áreas baixas já que estas se transformam em um enorme problema em dias de chuva por se tornarem intransitáveis³⁷³.

Percebamos, a partir deste jornal que, tanto a Rui Barbosa quanto a Timbiras são caracterizadas como áreas mais suscetíveis aos alagamentos e problemas decorrentes da falta de estrutura urbana adequada às fortes e/ou duradouras chuvas características da cidade de Belém, por estarem, geograficamente, em níveis mais baixos da cidade, podendo sofrer ainda, com a influência das marés. Duas fortes características de Belém – as marés e a chuva – que atuando conjuntamente e somadas a falta de estrutura adequada a estas características naturais, pioram a situação e a vida dos moradores citadinos. A princípio, as ações que são solicitadas “pelos moradores”, a partir dos jornais, especificamente para os alagamentos de áreas mais baixas, seria o aterramento, medida esta que foi adotada ao longo do processo de reformas urbanas da capital paraense e que atualmente influencia sobremaneira nos alagamentos e demais problemas relacionados a falta de infraestrutura urbana adequada em Belém.

Sabe-se hoje que o aterramento de determinadas áreas da capital paraense prejudica o escoamento, principalmente das águas pluviais, do terreno urbano, acumulando-as, muitas vezes, por dias, e causando inúmeros inconvenientes e problemas relacionados ao saneamento básico de grande parte da cidade, mas principalmente de áreas consideradas de periferia, não sendo a melhor opção adotada. Esta preferência na estruturação da cidade ocorrida ao longo do século XIX e XX, principalmente, pode referir-se ao ideal de domínio do homem sobre a natureza identificado por Keith Thomas, e característico desta virada de século³⁷⁴. No caso de Belém e seus alagamentos e consequentes prejuízos, o estudo de Magda Ricci identifica que antes do movimento cabano, os ciclos de inundações periódicas da cidade eram perceptíveis, mas a população, especialmente aquela mais pobre e simples, conseguia transitar por ela a partir de seus igarapés com pequenas embarcações, as chamadas “igaratés” ou montarias. No entanto, desde o fim daquele movimento, uma sucessiva leva de aterramentos foi fechando estas passagens, ciclo este que foi interrompido no período da borracha, mas que já impedia que esta população circulasse mais amplamente até próximo das zonas centrais³⁷⁵. Estes aterramentos

³⁷³ Estado do Pará, 13 de março de 1912. p. 4.

³⁷⁴ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1550 - 1800). São Paulo: Cia das Letras, 2010.

³⁷⁵ Para esta história de Belém de meados do século XIX e sua “Índole” alagadiça, Cf.: RICCI, Magda. Passos imperiais e (des) compassos cabanos: Belém e sua “índole” - 1800 – 1840. In. SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. LACERDA, Franciane Gama (Orgs.). **Belém do Pará**: História, cultura e cidade para além dos 400 anos. Belém: Editora Açáí, 2016, p. 135 – 158.

favoreceram as inundações na mesma medida em que modificaram a relação dos moradores da cidade de Belém, especialmente os mais pobres, com os igarapés que os rodeavam.

O trabalho de Emy Neto sobre Fortaleza nos anos de 1839 - 1876 também nos ajuda a pensar sobre isso. O autor chama atenção para uma notória presença da chuva na capital cearense nesse período, considerada por ele como uma cidade de altos índices pluviométricos que, somadas às intervenções urbanas realizadas ali, provocaram enchentes e inundações. Para o autor, os alagamentos e inundações em Fortaleza estariam diretamente relacionados às reformas urbanas iniciadas ainda em 1834 por José Marinho de Alencar³⁷⁶. Emy indica também que conforme os alagamentos avançavam em compasso com novos aterramentos e calçamento de ruas gerando uma série de disputas políticas entre conservadores e liberais que fizeram - assim como Antônio Lemos - usos eleitoreiros sobre obras e empreendimentos executados pela intendência municipal de Fortaleza³⁷⁷.

Em resumo, podemos considerar que na capital cearense, assim como em Belém, a retórica política do sucesso da modernização esteve estritamente ligada ao domínio das águas que, quando não alcançado, gerava embaraços aos políticos locais, como é possível observar a partir das notícias de 1917. Enquanto a de abril – portanto ainda no período chuvoso – reclama do serviço incompleto realizado pela diretoria de Limpeza Pública que deixou restos de detritos na avenida Conselheiro Furtado o que prejudica o trânsito nos dias de chuva³⁷⁸; a de setembro também de 1917 – já teoricamente no período considerado seco na região – afirma que os moradores pedem, por intermédio desse mesmo jornal que a Junta de Higiene resolva o problema do “mau estado em que se encontra o cano de esgoto daquela via pública (rua Lauro Sodré), o qual, devido à falta de chuva, está completamente obstruído, exalando insuportável mal cheiro, com grave prejuízo à saúde dos moradores”³⁷⁹.

Assim, logo em 1918 o *Estado do Pará*, no início do período das águas, volta a reclamar do agravo da situação das ruas de Belém sempre relacionando-o à chuva. A rua Nova de Santana

³⁷⁶ NETO, Emy Falcão Maia. “Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza (1839-1876). *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 135, 2014. p. 137.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 148 e 136.

³⁷⁸ Estado do Pará, 19 de abril de 1917. p. 4. Já identificada na planta da cidade de Belém de 1899, a Avenida Conselheiro Furtado conserva atualmente o mesmo nome, provavelmente em homenagem a Francisco José Furtado, governador do Amazonas e Senador do Império pelo Maranhão de 1864-1870.

³⁷⁹ Quando se trata de problemas urbanos, dentro do levantamento realizado para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas à chuva, essa é a única notícia que atribui papel importante e colaborativo deste fenômeno natural na manutenção de um serviço importante para a cidade de Belém: a desobstrução de redes de esgoto. Estado do Pará, 06 de setembro de 1917. p. 4.

no trecho compreendido entre a 7 de setembro e São Matheus que já se encontrava em “lamentável estado de desasseio” com acúmulo de lixo e até “caranguejos podres” e urubus que se alimentavam por ali³⁸⁰. A chuva, nesse como em outros casos, apenas colabora para o agravo da situação “tornando-se insuportável a fedentina que dali se exalava”³⁸¹, mas que nessas publicações parecem, junto a incapacidade da intendência de lidar com ela, ser a responsável pelo problema. Poucos meses depois, agora em março de 1919, sob o título de “Os Temporais – Nas ruas” atenta para o trecho da avenida 16 de novembro com Almirante Tamandaré que “continua a alagar regularmente com as chuvas” prejudicando o trânsito e causando prejuízos ao comércio e aos moradores do entorno³⁸². Percebamos que o uso do termo “célebre” na notícia, serve tanto para designar ou caracterizar uma área nobre, próxima ao centro da capital, ou uma importante via de acesso; quanto como ferramenta de linguagem para chamar atenção e reforçar a cobrança frente ao poder público; ou ainda como forma de chamar atenção de maneira irônica, já que, se “célebre”, não deveria estar da maneira como é descrita.

Ainda naquele mês, o mesmo *Estado do Pará* tratando de outra região, considerada naquele momento como de periferia, em nota intitulada “Reclamações”, reproduz uma carta remetida ao redator e direcionada a Intendência municipal em nome dos moradores da Travessa José Pio, e retomando tema já apresentado aqui – o da recorrência em determinadas cobranças relativas a determinados temas³⁸³. Para aquela travessa, pede-se que chame atenção, apesar de já se ter lido muito neste jornal, para o lamaçal existente e que a torna intransitável, “obrigando-nos, muitas vezes a tirarmos os sapatos para, desta forma, por dentro d’água, chegarmos em casa”³⁸⁴. Esta acaba sendo uma daquelas notícias que resumem bem o contexto da pesquisa e da situação estrutural e ambiental de Belém no período estudado, bem como na atualidade. Uma cidade de natureza peculiar que, mesmo hoje, padece com os mesmos problemas e preocupações de um século atrás. A notícia do jornal *Estado do Pará*, apesar de curta, acumula dados e informações que, se não estivesse datada – tanto numericamente quanto pelo uso da

³⁸⁰ Em observação livre entre a planta da cidade de Belém de 1899 e os mapas do atual território urbano da cidade disponíveis na internet, como o Google Maps, nos permitem identificar que a rua 07 de setembro permanece com o mesmo nome, a Travessa de São Matheus, como vimos anteriormente, teve seu nome alterado para Padre Eutíquio, e a sobreposição dos mapas indica que a Rua Nova de Santana, adjacente à Praça Sald.ª M.ª, atualmente Praça da Bandeira, teve seu nome alterado para Rua Praça da Bandeira.

³⁸¹ Estado do Pará, 15 de dezembro de 1918. p. 2.

³⁸² Estado do Pará, 04 de março de 1919. p. 3.

³⁸³ Em observação livre entre a planta da cidade de Belém de 1899 e os mapas do atual território urbano da cidade disponíveis na internet, como o Google Maps, nos permitem identificar que a Travessa José Pio permanece com o mesmo nome, no bairro do Umarizal.

³⁸⁴ Estado do Pará, 28 de março de 1919. p. 2.

linguagem característica do período –, pelo seu conteúdo poderia ser confundida com uma notícia do atual inverno amazônico nesta cidade.

Enquanto algumas ruas, pela falta de zelo e estrutura, consideravam-se, eram afetadas pela menor chuva que caísse sobre a capital do Estado, isto é, possivelmente um argumento utilizado para dar ênfase aos trabalhos da Intendência vistos como ineficientes, outras notícias chamam atenção para os problemas relacionados nestes jornais as chuvas prolongadas, muito características do período invernos, como é o caso das que foram a público em 1896. A *Folha do Norte* de março daquele ano, com nota intitulada “Um horror à chuva de ontem” destaca que a chuva “com grande intensidade” caiu ininterruptamente por mais de uma hora em “grandes bâtegas que inundaram a cidade”.

Apesar de não terem chegado ao jornal relatos de acidentes decorrentes dessa chuvarada, a própria notícia supõe que eles são muito comuns ao afirmar que “em todo caso eles hão de ter verificado”³⁸⁵. No mês seguinte, outro jornal, o *Diário de Notícias*, relata o desabamento de algumas paredes na Rua Padre Prudêncio que também ficara alagada “devido a copiosa chuva de anteontem”³⁸⁶. A *Folha do Norte* de abril de 1897 em sua coluna “Ecos e Notícias” aponta a “chuva torrencial” que costuma cair durante a tarde como a responsável pelo desabamento da parede de uma casa a Rua Trindade, “além de diversas outras em diversas ruas”³⁸⁷; como dias depois fora descrita como responsável pelo desabamento da parede de uma mercearia na Rua Lauro Sodré³⁸⁸. Essas narrativas nos indicam a imagem de uma natureza problemática do ponto de vista daqueles que contavam estas histórias.

Os desabamentos associados às fortes chuvas somam-se aos demais problemas urbanos ligados ao mesmo fenômeno natural nos dando uma noção geral sobre as condições climáticas da cidade de Belém. Esses desabamentos são noticiados diversas vezes e em períodos distintos do ano, seja no chuvoso, seja naquele considerado de seca. O jornal *A República* de março de 1890 – portanto, no auge do período chuvoso – noticia o desabamento de uma frondosa mangueira no pátio do Café Chique que, apesar de não ter atingido nenhuma pessoa, destruiu o telhado daquele estabelecimento³⁸⁹. Em janeiro do ano seguinte o jornal *O Democrata* também

³⁸⁵ Folha do Norte, 31 de março de 1896. p. 2.

³⁸⁶ Diário de Notícias, 01 de abril de 1896. p. *. Travessa da Misericórdia, Travessa do Landi em decorrência de ter feito morada ali o arquiteto. Atualmente Padre Prudêncio em homenagem, segundo Ernesto Cruz, a Prudêncio José das Mercês Tavares, entre outras coisas, comandante geral das tropas legalistas contra os cabanos, responsável pela defesa da cidade de Cametá. DA CRUZ, 1970. p. 66.

³⁸⁷ Folha do Norte, 04 de abril de 1897. p*. Não foi possível identificar a Rua Trindade na planta de 1899, nem mesmo na obra de Ernesto Cruz.

³⁸⁸ Folha do Norte, 13 de abril de 1897. p*.

³⁸⁹ A República, 29 de março de 1890. p. 1.

notícia um desabamento, agora na rua dos Tamoios, de uma residência centenária³⁹⁰. O incidente relacionado a forte chuva, por sorte, também não deixou feridos.

Meses depois do desabamento da centenária casa dos Tamoios, um sobrado, ainda em construção, na doca do reduto, identificado como de propriedade dos srs. Trava**** & Comp, também não suportou a força da chuva. Lamenta-se no jornal que, ao contrário do que havia acontecido no incidente anterior, neste, os operários que ali trabalhavam acabaram feridos.

Trabalhavam nessa obra 6 operários, que foram apanhados pelos destroços da casa, resultando sair José da Rocha português, carpinteiro, com a cabeça quebrada e o pé deslocado; José Domingos da Rocha, pedreiro, bastante contundido com um ferimento na cabeça, um na frente e diversas escoriações pelo corpo³⁹¹.

Algumas pessoas deram mais sorte que os trabalhadores do sobrado do Reduto. No dia 01 de março de 1898, em decorrência da forte e intensa chuva que caía a dois dias seguidos, desabaram as paredes frontal e lateral de uma residência situada na Estrada de S. Jerônimo destruindo completamente os móveis que estavam na sala. Por sorte, a família que se encontrava na residência naquele momento – por volta das 10h da manhã – estava reunida na cozinha e não sofreu perdas ou danos a sua integridade física³⁹². Já na segunda década do novo século a chuva voltava a mostrar sua força. Em junho de 1913, o muro do Hospital D. Luiz que estava sendo construído foi derrubado, segundo o jornal, pela chuva. Apesar de apenas ter gerado danos materiais, o subprefeito da capital achou por bem encaminhar ao local um grupo de patrulhamento³⁹³. Em 1917 a residência identificada como de propriedade do Tenente Andrade, da brigada militar da capital, situada a Rua dos Mundurucus também veio abaixo. Apesar dos estragos materiais, o jornal não informou sobre possíveis vítimas³⁹⁴. Por fim, em fevereiro de 1921, o jornal *Estado do Pará* noticiava sob o título “Os temporais” a necessidade de se demolir uma casa na Avenida da Independência pelos danos causados à sua estrutura pela última chuva que caíra sobre a cidade³⁹⁵.

³⁹⁰ O Democrata, 21 de janeiro de 1891. p. 1. A rua dos Tamoios, já identificada na planta da cidade de Belém de 1899 segue atualmente com o mesmo nome. Ernesto Cruz, apesar de não tratar especificamente sobre esta rua do Bairro do Jurunas, explica que “todo o bairro que pertence a zona sul de Belém, as travessas têm as denominações de outras tribos, tais como: Apinajés, Mundurucus, Timbiras, Pariquis e Tamoios”. *Op. cit.*, p. 31 - 32.

³⁹¹ O Democrata, 16 de maio de 1891. p. 2.

³⁹² O Pará, 01 de março de 1898. p. 2.

³⁹³ Estado do Pará, 22 de junho de 1913. p. 3.

³⁹⁴ Estado do Pará, 26 de fevereiro de 1917. p. 3. A Rua dos Tamoios, já identificada na planta da cidade de Belém de 1899 segue atualmente com o mesmo nome. Ernesto Cruz, apesar de não tratar especificamente sobre esta rua do Bairro do Jurunas, explica que “todo o bairro que pertence a zona sul de Belém, as travessas têm as denominações de outras tribos, tais como: Apinajés, Mundurucus, Timbiras, Pariquis e Tamoios”. DA CRUZ, 1970, p. 31 - 32.

³⁹⁵ Estado do Pará, 10 de fevereiro de 1921. p. 1.

A força das chuvas, consideraram os jornais, provocou diversos acidentes como os relatados desabamentos de residências ou casas comerciais, fossem parte delas, ou prédios inteiros, provocando prejuízos de ordem material ou vítimas humanas. Não é possível afirmar com certeza porque os desabamentos eram sempre identificados como resultado de uma forte chuva já que prédios antigos, bem como os novos vinham abaixo. É possível, no entanto, supor que os materiais ou tipos de edificações não estavam adaptados à realidade da natureza amazônica, principalmente de uma cidade extremamente chuvosa como Belém que podia ter fortes e intensas chuvas ao longo do ano.

Arrisca-se supor que os desabamentos em Belém tenham diminuído no decorrer do século XX (ao menos aqueles associados ao poder da natureza e publicizados nos jornais) por conta do desenvolvimento e adoção de novas técnicas e materiais que podem ter sido adaptados à realidade local, garantindo segurança e resistência as casas e prédios situados na região chuvosa de Belém. O trabalho de Adriana Coimbra, por exemplo, traz uma análise sobre as obras e os serviços prestados pelo engenheiro Francisco Bolonha, tanto particulares quanto públicas. A autora, que não se deteve apenas a questões técnicas, relaciona o fato de que essas modificações, estão expressas também na inserção de novos materiais na arquitetura da cidade³⁹⁶.

Outra ocorrência também muito comumente relacionada à chuva está, ainda, atrelada a uma característica do Brasil. Reconhecido como “país dos raios” por conta da incidência deste fenômeno, sendo a nação em que mais caem raios no mundo, sua localização geográfica e clima explicam essa grande concentração de descargas elétricas³⁹⁷. Além do mais, a região Norte, por contar com temperaturas elevadas, concentra no país, principalmente no período chuvoso, a maior quantidade³⁹⁸. Esta característica pode ser identificada nos jornais que vêm sendo

³⁹⁶ Adriana analisou também questões de ordem social, política, organizacional e estilística a partir da arquitetura de Belém, e que ela considera terem refletido em disputas por controle e poder, possibilitando observar a imposição e elitização dos materiais, por exemplo. COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém–1897-1938**. Campinas, SP. S/N, 2014.

³⁹⁷ Osmar Pinto e Iara Regina explicam que o fato de o Brasil ser o maior país da região tropical do planeta (mais de 8 milhões de quilômetros quadrados), o que determina sua maior incidência de raios do mundo, um número que chega a ser superior a 70 milhões de raios anualmente. Adotando uma perspectiva retrospectiva, os autores analisam ainda relatos sobre essa alta incidência em diferentes períodos da história do país. JUNIOR, Osmar Pinto; DE ALMEIDA PINTO, Iara Regina Cardoso. **Brasil campeão mundial de raios**. Artliber, 2021.

³⁹⁸ Marcela Machado em estudo que relaciona incidência de raios e índices pluviométricos que há uma relação proporcional entre tais características morfoclimáticas, sendo, portanto, locais de maiores índices pluviométricos, aqueles com maior quantidade de raios. Observando ainda que nos meses de dezembro a maio, período correspondente a estação chuvosa, há um incremento na densidade de raios na região leste da Amazônia Oriental. POMPEU, Marcela Machado. **Relações entre raios e chuvas na Amazônia Oriental**. 2012. Dissertação

trabalhados aqui já que foram assunto recorrente ao longo do período estudado. Sempre durante uma forte chuva que, como vimos, segundo os jornais e os relatórios, causava prejuízos e inconvenientes, recorrentemente, os raios, associados a elas, também se considerava que somavam prejuízos pela cidade. Em 1990, o *Diário de Notícias* a partir de uma narrativa intitulada “Chuvas – Trovões – FAÍSCAS ELÉTRICAS” conta que dois dias antes, durante “uma chuva torrencial, acompanhada de trovões e relâmpagos, caindo uma faísca elétrica na torre da Igreja da Sé, fazendo pequenos estragos”; além disso, a cidade passou a noite as escuras e por tantos incômodos a companhia de gás fora multada³⁹⁹.

Já em 1893 com nota intitulada “FAISCA ELÉTRICA”, *A República* conta que “por ocasião de desabar a grande chuva, caiu uma faísca elétrica na estação dos bondinhos, em São João, matando um burro”⁴⁰⁰. No mês seguinte, em setembro, esse mesmo jornal relata a forte ocorrência de raios durante uma “violenta chuva que há muito não desabava sobre esta cidade”, tão forte que as descargas elétricas “se sucediam com intervalos de menos de um minuto” causando prejuízos por toda a cidade como a destruição de paredes e telhados⁴⁰¹. Antes que findasse aquele ano um grave incêndio atingira o chalé de distribuição dos fios da estação telefônica inutilizando os aparelhos e destruindo parte da empresa. Segundo esta mesma notícia a causa deste incêndio teria sido uma faísca elétrica resultado da “chuva torrencial que desabara sobre esta cidade”⁴⁰². Outro jornal, agora o *Folha do Norte* de março de 1896, em sua tão referenciada coluna “Ecos e Notícias”, afirma que com a tremenda trovoada que caíra sobre Belém na noite anterior, “os relâmpagos coriscaram por largo tempo, iluminando fantasticamente a cidade”, caíram em diversos pontos e a chuva, segundo a *Folha*, ainda alagou toda a cidade⁴⁰³.

Por fim, um dos temas mais recorrentes nos jornais de Belém quando se trata de problemas urbanos, associado a diversos tipos de reclamações que foram relatadas nos periódicos relacionadas a questões já recorrentes e, de todo modo, como em outras situações, consideradas nessas publicações como causadas, mas que sabemos terem sido apenas agravadas pelas intensas e duradouras chuvas fossem em tempos de verão ou inverno. A empresa prestadora do serviço de bondes na capital foi, inclusive, por diversas vezes enquadrada nessas

(Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2008.

³⁹⁹ *Diário de Notícias*, 26 de julho de 1890. p. 2.

⁴⁰⁰ *A República*, 24 de agosto de 1893. p. 2.

⁴⁰¹ *A República*, 29 de setembro de 1893. p. 2.

⁴⁰² *A República*, 22 de dezembro de 1893. p. 2.

⁴⁰³ *Folha do Norte*, 06 de março de 1896. p*.

reclamações que vinham tanto de populares, como de editores e da própria administração pública que cobrava melhorias na prestação dos serviços oferecidos, na qualidade dos locais e equipamentos que estavam relacionados a ele. Assim, em 1891, pede-se que seja dada atenção e tomadas as devidas providências relativas aos abrigos onde os usuários esperavam pelos bondes (como paradas de ônibus nos dias de hoje), para “não serem as pessoas que tomam os seus carros completamente molhados quando chove”⁴⁰⁴.

Os inúmeros problemas enfrentados pela população e as recorrentes reclamações apresentadas nos jornais levaram o *Diário de Notícias* de 15 de novembro de 1891 a destinar um longo editorial para tratar do assunto. A notícia intitulada “A viação urbana” é imediatamente iniciada sob a diretiva e pontual questão a que tratará: “É geral o clamor que se levanta contra o serviço desempenhado pela Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense”. A extensa notícia nos traz informações importantes como a presunção de que as reclamações divulgadas na imprensa são de indistinta “cor política” e relativas a abusos de toda ordem; seguida a esta, descobre-se que o serviço prestado pela dita Companhia Urbana é “um serviço privilegiado por concessão especial do poder público gozando de favores também especiais e todos concedidos ‘em bem da coletividade’” e, por conta disso, sujeito a fiscalização do poder municipal sob pena de perda deste “favor” caso não atenda os “mais respeitáveis interesses públicos e em favor da coletividade”. Assim, listam-se alguns dos problemas relacionados, nesta notícia, especificamente a 3ª linha de bondes da capital:

- Os passageiros perdem tempo enorme as esperas da continuação da viagem no ponto intermediário, porque, desgraçadamente, os carros não chegam a hora exata;
 - São obrigados a sol e chuva, porque o pequeno e imundo quiosque que ali existe, além de insuficiente, é indecente para que famílias e cavalheiros possam aguardar a partida caprichosa que a irregularidade estabelece;
 - Os carros da 3ª linha, que vem do correio, não partem a chegada do carro de Nazaré e ao contrário, não há dias em que, mesmo coincidindo as chegadas de um e outro, não se obrigue os passageiros a esperarem que venha uma 2ª, ou 3ª carro para completar a lotação da do correio.
- [...]
- Os passageiros da 3ª linha que tem a infelicidade de serem obrigados, por causas muito poderosas, a transitar nos vapores das linhas do Mosqueiro e Pinheiro, perdem frequentemente as passagens destas linhas de navegação diária, devido a irregularidade, senão aos caprichos que presidem o serviço urbano da 3ª linha. É raro o dia em que não vemos familiares voltarem ao trapiche, porque o bonde vinha atrasado, o do correio ***** que viessem dom*** São José, este *** encontrou aquele, e assim, uma infinidade de ocorrências todas prejudiciais ao público⁴⁰⁵.

Ao tratar de questões ditas tão recorrentes e prejudiciais à coletividade, o jornal invoca preceitos republicanos para argumentar contra o mau serviço prestado pela Companhia, como

⁴⁰⁴ Diário de Notícias, 22 de julho de 1891. p. 2.

⁴⁰⁵ Diário de Notícias, 15 de novembro de 1891. p. 1.

“Isto é simplesmente indigno e difícil de acreditar-se que sucede em uma capital como a nossa!” Ou “Repetimos: o que se passa entre nós é indigno de uma capital civilizada e uma grande parte da coletividade não pode continuar exposta a explorações indecentes”. Belém nesse momento já era reconhecida pelo seu desenvolvimento urbano graças às negociações e ao comércio, principalmente de borracha, um dos produtos mais expressivos da balança comercial brasileira. As transformações urbanas, mas fundamentalmente comportamentais, já vinham sofrendo influências exteriores, a imagem a que se pretendeu Lemos já era um ideal, ou, como venho argumentando, um ideal de época. Correspondente a uma estrutura histórica e social onde Belém deveria ser uma representante tropical em um círculo internacional de cidades, como disse Lemos “mais adiantadas” como Paris e Londres.

Apesar da longa e direta reclamação do *Diário de Notícias*, meses depois este mesmo jornal voltaria a tratar de problemas que relacionam os maus serviços dos bondes e as chuvas de Belém. Com um tom ameno – diferente daquele de novembro do ano anterior – chama-se “atenção da fidalga diretoria da companhia para o mau serviço nas noites de espetáculo”. Dessa vez, a reclamação está relacionada ao horário e a quantidade de bondes que fazem o caminho para Nazaré depois dos espetáculos (refere-se aqueles realizados no Teatro da Paz); o desacordo entre a quantidade de veículos e o horário em que esses estão à disposição da população deixa as famílias “ao relento e a chuva a espera dos bondes”⁴⁰⁶. Em agosto de 1892, o *Correio Paraense* publicou protestos relacionados à “Falta de asseio” dos veículos da dita Companhia Paraense que “necessitam quase todos de uma completa reforma, e, sobretudo, limpeza” que, com a chuva, deixou as pessoas enlameadas⁴⁰⁷. Problema parecido fora enfrentado por duas senhoras com “o bonde de chapa 69” quando o mesmo não parou quando fizeram sinal no ponto em que estavam, precisaram “andar debaixo de chuva até onde o bolseiro foi parar”⁴⁰⁸. E que voltaria a se repetir com um usuário do serviço “de um bonde de 1ª classe”, sendo “o passageiro um cidadão respeitável e decente” que ficou “apanhando chuva torrencial vendo o carro seguir em desfilada” já que o cocheiro também não parou ao seu sinal⁴⁰⁹.

Já a *Folha do Norte* de 1897, na “Ecos e Notícias”, traz relato também bastante comum quando se trata de bondes e chuva. O jornal emerge ao conhecimento do público um acidente

⁴⁰⁶ *Diário de Notícias*, 20 de fevereiro de 1892. p. 3.

⁴⁰⁷ *Correio Paraense*, 19 de agosto de 1892. p. 2.

⁴⁰⁸ *Folha do Norte*, 02 de maio de 1896. p. 3.

⁴⁰⁹ *Folha do Norte*, 06 de maio de 1896. p. 3.

ocorrido nos dias anteriores e um trecho da resposta oferecida pela prestadora do serviço, relativo ao tombamento de um bonde. O fragmento transcrito explica o acidente como

O desastre não pode ter tido outra causa se não a velocidade que levava o bonde e por descuido do cocheiro. Descia o bonde um declive bastante forte e, adquirido certo impulso, não é fácil fazê-lo parar, sobretudo a lavagem dos trilhos pela chuva que caía ou acabava de cair e isto sucedera mesmo que funcione perfeitamente o break⁴¹⁰.

Ao que parece, a chuva deixara os trilhos, por onde circulavam os veículos, escorregadios, facilitando seu tombamento ou descarrilamento, tanto que na tiragem seguinte o *Folha do Norte* notícia que durante a chuva que desabara sobre a cidade “deram-se descarrilamentos de bondes em vários pontos” deixando o serviço bastante irregular⁴¹¹. No entanto, em 1899 *A República* viria associar os problemas com os bondes não apenas à chuva ou ao mau estado de conservação de alguns daqueles veículos, mas também ao mau uso das suas rédeas pelos responsáveis pela sua guia. Sob o título de “Cocheiros soberanos” o dito jornal afirma que chegou ao seu conhecimento reclamações de usuários de todos os pontos da cidade, contra a atuação daqueles motoristas que “nos dias de chuva é de ver como trazem os bondes em disparada” arriscando a segurança dos passageiros⁴¹².

Já em 1911 a prestadora de serviços de bondes – como de outros serviços da capital – já não se tratava mais da “Companhia Urbana”, mas agora da “Pará Elétric”. Os bondes também já não eram os mesmos: antes movidos por tração animal, agora elétricos⁴¹³. No entanto, apesar das mudanças os problemas pareciam permanecer. A chuva ainda podia ser vista nas notícias como uma penitência ou um valor “extra” cobrado aos passageiros. Segundo o *Estado do Pará*, “diariamente nos chegam reclamações contra os serviços a cargo da Pará Eletric, principalmente quanto ao transbordo de passageiros de um para outro bonde, na Praça da República, muitas vezes debaixo de uma chuva torrencial”⁴¹⁴. Inclusive sendo relacionada ao descarrilamento dos veículos como o do bonde da usina de cremação que paralisaram o serviço no canto da estrada de S. Jeronimo⁴¹⁵. Além dos problemas gerais que vêm sendo relatados pela população a partir dos jornais e pelos próprios redatores, em 1912 os moradores da região da avenida 22 de junho e adjacências solicitam a companhia a ampliação das linhas que circulam naquela área já que

⁴¹⁰ Folha do Norte, 14 de abril de 1897. p.

⁴¹¹ Folha do Norte, 26 de abril de 1897. p*.

⁴¹² A República, 27 de março de 1899. p. 2.

⁴¹³ Sobre a substituição de bondes com tração animal para bondes elétricos. PINHO, Fernando Augusto Souza. **Festas, Inaugurações e Decepções: a implantação dos bondes elétricos em Belém.** 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

⁴¹⁴ Estado do Pará, 17 de abril de 1911. p. 2.

⁴¹⁵ Estado do Pará, 05 de junho de 1911. p. 2.

os usuários se veem obrigados a apanhar chuva sem terem onde se abrigar já que a linha é interrompida e não alcança determinados locais⁴¹⁶.

Mesmo assim, velhos problemas continuam sem solução, como é o caso do estado de conservação dos transportes oferecidos pela atual empresa. Com notícia intitulada “Os irrigadores da Pará Electric” o *Estado do Pará* “chama a atenção do sr. Intendente de Belém para o estado lastimável em que se encontram os bondes”. Em tom denunciatório, apontando, como vimos, diretamente ao Intendente municipal, o jornal afirma que

Ainda ontem à noite por ocasião da torrencial chuva que desabou sobre esta capital, as pessoas que transitavam nos carros da poderosa empresa ficaram completamente molhadas pelas abundantes goteiras de que andam providos os referidos veículos. Se uma medida dos poderes competentes não compelir a companhia a bem servir o público, chegaremos muito breve a situação de trafegar nos carros da Pará Electric de guarda-chuva aberto, galochas e capa de borracha⁴¹⁷.

No ano seguinte as reclamações não cessaram. Mais um período chuvoso chega e as mesmas questões persistem nos jornais que circulavam na cidade. A de fevereiro de 1918 reclama que “deixa muito a desejar o serviço de viação urbana” sendo feito “de modo desordenado, detestável, insuportável” sendo percebido por todos essas “anormalidades”. Além do mais, os carros percorrem as linhas, “cheios, transbordantes, com os estribos ocupados e os bancos molhados pela chuva”, bem como o tempo de espera nas “paradas”⁴¹⁸. Em abril, os moradores de outra zona, agora da Cidade Velha, fazem a mesma solicitação que os moradores da avenida 22 de junho: o de ampliação das linhas e implementação de uma parada para os bondes que circulam naquele bairro, região central da capital, “de grande proveito para os mesmos, máxime na estação invernososa, em que os mesmos são obrigados a tomar banho de chuva”⁴¹⁹. Parecem-nos complicações recorrentes do sistema de transporte público da capital paraense em qualquer um dos últimos anos de concessão dos serviços de transporte público executados pelas empresas, principalmente de ônibus.

É a partir dessas publicações que a população parecia estar presente e ativa, mas quase sempre como fonte de reclamações orientadas pelos problemas considerados como tendo sido causados pelos alagamentos, pelo acúmulo de água e pela sujeira, por exemplo, resultado do clima recorrentemente associado a falta de estrutura de alguns pontos da cidade. Trata-se de uma fala mediada àquela vindo dos jornais de Belém e seus articulistas que também visivelmente atenuavam o discurso sempre que se fizesse necessário, permitindo-nos perceber

⁴¹⁶ Estado do Pará, 16 de março de 1912. p. 1.

⁴¹⁷ Estado do Pará, 13 de março de 1917. p. 3.

⁴¹⁸ Estado do Pará, 13 de fevereiro de 1918. p. 3.

⁴¹⁹ Estado do Pará, 11 de abril de 1918. p. 3.

que mais do que defensores da população os jornais e seus articulistas também representavam uma classe que tinha seus próprios interesses e ideais imersos nas tramas de poder da capital paraense. Mas, de toda maneira, pareciam dar “voz” a alguns belenenses, relatando-nos seu cotidiano e outras questões que iam entrando nas pautas civilizacionais, modernizadoras e colonizatórias preponderantes àquela época. Os jornais (e ainda mais os de oposição a Lemos), podemos considerar, foram, nesse sentido, intermediários entre a população de Belém e a administração pública, expondo a chuva como uma das principais causadoras dos problemas da capital paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Belém tem sido observada, analisada, narrada, e suas histórias contadas e recontadas pela mesma diversidade de autores, quanto às possibilidades de se fazer. Narrativas com foco na economia, na política, na cultura, na sociedade; homens, mulheres, brancas, pardas, indígenas, amarelas, LGBT'S; humanos, plantas, animais; práticas e hábitos alimentares, de ser e estar, meios e modos de vida. Enfim, essas tantas possibilidades poderiam ser eternamente descritas, acessadas, interpretadas e reinterpretadas enquanto estas práticas interessassem a alguém. Mas é sempre importante lembrar que toda narrativa é seletiva (desde aquilo que é “escolhido” para fazer parte do texto, até a própria estrutura do texto), e busca atender às demandas e necessidades daqueles que narram. Isto, em momento algum, pode ser considerado um demérito a História. Seria, no entanto, se os responsáveis por essas histórias escondessem ou negassem tal questão.

Digo isso porque alcançar a chuva - e espero ter alcançado -, sua historicidade, sobretudo na cidade de Belém, no começo pareceu bastante fácil, mas ao longo do tempo se demonstrou ser um grande desafio. Ela estava ali o tempo todo sendo invocada, referenciada, culpada, protagonista! E mesmo quando não se dizia claramente “chuva”, era possível prognosticar que se tratava dela, porque parece haver, principalmente nos jornais, um formato que permite isso. Por essa razão, o desafio estava não em encontrá-la, observá-la, acessá-la, descrevê-la, mas em construir uma narrativa que desse conta da sua história ambiental, não por ser ela um elemento da natureza apenas, mas por todos os procedimentos e protocolos que outras perspectivas historiográficas que fazem parte da nossa formação e compõem nosso repertório intelectual, no fim das contas, acabam por não nos permitir isso. Novamente, isto não é um demérito, toda narrativa é uma seleção que pode ser dialética, interativa, dinâmica.

Considero importante esta “introdução” na conclusão, porque nesta breve dissertação (pelo tempo e espaço físico destinados a produção e execução desse formato de trabalho), acessar a chuva definitivamente não foi o processo mais difícil: ela está em todo lugar, quase que o tempo todo. Desafiador mesmo foi contar sua História em Belém de 1890 a 1920, a partir do emaranhado contexto político, econômico, cultural e social, em que ela estava inserida, sem perdê-la de vista, sem que secasse. Nesse texto, como vimos, procurei contar a História da Chuva em Belém a partir de relatos de viagem, memórias, estudos e pesquisas científicas, relatórios de governo e notícias de jornais. Uma diversidade de fontes que, cada uma ao modo de quem a produzia, nos contava uma experiência, ao mesmo tempo, peculiar e comum com a chuva. Assim, é provável que em algum momento meus possíveis leitores tenham sentido falta

“disso”, ou “daquilo”. Mas que busquem, inclusive na minha trajetória acadêmica, outras perspectivas sobre a chuva, pois há ainda uma série de fontes e leituras a serem conhecidas, discutidas, revisadas. Aqui, por hora, aproveito essas últimas linhas para deixar alguns apontamentos, dentre muitos possíveis, para os estudos de chuva.

Tenho dividido as pesquisas sobre chuva em duas perspectivas: por um lado a chuva enquanto fenômeno natural que, levando em consideração a transdisciplinaridade da história ambiental, são importantes para alguns entendimentos, mas que aprofundadamente prefiro deixar para os colegas das ciências naturais; por outro lado a chuva em um panorama sicionatural, esta sim, em perspectivas históricas diversas, tem chamado minha atenção. Como mecanismo didático, partindo das premissas da história ambiental apontadas por Donald Worster em seu “Para fazer história ambiental”⁴²⁰, aponto que estes estudos podem - entre outros - se dar a partir de três níveis da Nova História, propostos pelo norte americano, e adianto que não se anulam entre si, e devem ser pensados de forma interdependente.

Naquilo que Worster considera como o primeiro nível de funcionamento da Nova História, e que, segundo ele, “trata do entendimento da natureza propriamente dita”, suponho podermos pensar a chuva enquanto fenômeno natural, seus ciclos e usos, enfim, tudo aquilo que está ligado a sua presença física no ambiente. Neste primeiro nível as fontes seriam, no geral, a coleta e registro de dados pluviométricos e suas interpretações mais objetivas sem considerar, por exemplo, em um primeiro momento, os interesses relativos a possíveis comparações com outros espaços; ou ainda os ciclos d’água a partir de observações e anotações como períodos, horários, intensidade e recorrência.

Enquanto, no segundo nível, aquele que “introduz o domínio socioeconômico na medida em que ele interage com o ambiente” é possível pensarmos a chuva não apenas como fenômeno meramente natural, mas como ela influência, por exemplo, nas dinâmicas de plantio e colheita, na cheia e na vazão de rios e dinâmicas populacionais decorrentes desse movimento, ou na própria execução ou recusa de determinadas atividades. Aqui os relatos e relatórios, anotações de observações de viagens, e até mesmo os carregamentos de determinados produtos para certas regiões.

Já no terceiro nível, aquele que considera a “interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo

⁴²⁰ WORSTER, 1991, p. 202.

com a natureza”, nos permite pensar relações com e a partir da chuva, de afetividade, visões e imaginários, explicações diversas sobre suas manifestações como deuses de origens culturais distintas, além de dinâmicas culturais relacionadas ao vestir, ao comer, ou sobre os diversos papéis que ela assume na vida e no cotidiano de diversas populações. Memoriais, relatos de viagem, contos e mitos sobre a origem do mundo, romances, poesias, músicas, pinturas, e relatos orais podem compor uma extensa lista de fontes possíveis.

Como é possível observar, esses três níveis em momento algum se anulam, ao contrário, são bastante complementares e fundamentais para os entendimentos já que, como exemplo, as relações e interações sociais a partir da chuva podem se dar de maneira diferente em locais mais e menos chuvosos; ou como determinados hábitos alimentares podem ser alterados pelo ritmo de chuvas em certos lugares influenciando não apenas no cultivo de certos produtos, mas no seu transporte, valores etc. Estas interações são campo fértil para pesquisas históricas e estão em muitos aspectos à espera de serem desveladas.

FONTES**JORNAIS**

- A República. 10 de maio de 1890. p. 2.
- A República. 17 de maio de 1890. p. 2.
- A República. 19 de dezembro de 1890. p. 1.
- A República. 22 de dezembro de 1893. p. 2.
- A República. 23 de agosto de 1890. p. 2.
- A República. 24 de agosto de 1893. p. 2.
- A República. 25 de julho de 1893. p. 2.
- A República. 27 de março de 1899. p. 2.
- A República. 29 de março de 1890. p. 1.
- A República. 29 de setembro de 1893. p. 2.
- Correio Paraense. *Data ilegível. p. 2.
- Correio Paraense. 13 de novembro de 1892. p. 1.
- Correio Paraense. 19 de agosto de 1892. p. 2.
- Correio Paraense. 21 de fevereiro de 1894. p. 2.
- Correio Paraense. 21 de outubro de 1893. p. 3.
- Correio Paraense. 23 de novembro de 1893. p. 1.
- Correio Paraense. 29 de agosto de 1893. p. 2.
- Diário de Notícias, 09 de outubro de 1890. p. 2.
- Diário de Notícias. 01 de abril de 1896. p. *.
- Diário de Notícias. 05 de julho de 1891. p. 2.
- Diário de Notícias. 08 de maio de 1896. p. *.
- Diário de Notícias. 09 de abril de 1896. p. *.
- Diário de Notícias. 12 de junho de 1892. p. 3.
- Diário de Notícias. 15 de novembro de 1891. p. 1.
- Diário de Notícias. 20 de fevereiro de 1892. p. 3.

- Diário de Notícias. 20 de fevereiro de 1896. p. 1.
- Diário de Notícias. 22 de dezembro de 1897. p. 1.
- Diário de Notícias. 22 de julho de 1891. p. 2.
- Diário de Notícias. 26 de julho de 1890. p. 2.
- Diário de Notícias. 28 de abril de 1891. p. 2.
- Diário de Notícias. 29 de novembro de 1893. p. 1.
- Diário de Notícias. 30 de abril de 1893. p. 2.
- Diário de Notícias. 30 de dezembro de 1893. p. 1.
- Diário de Notícias. 03 de setembro de 1891. p. 2.
- Estado do Pará. 03 de março de 1915. p. 2.
- Estado do Pará. 04 de março de 1919. p. 3.
- Estado do Pará. 05 de junho de 1911. p. 2.
- Estado do Pará. 06 de setembro de 1917. p. 4.
- Estado do Pará. 10 de fevereiro de 1921. p. 1.
- Estado do Pará. 11 de abril de 1918. p. 3.
- Estado do Pará. 13 de dezembro de 1911. p. 2.
- Estado do Pará. 13 de fevereiro de 1918. p. 3.
- Estado do Pará. 13 de março de 1912. p. 4.
- Estado do Pará. 13 de março de 1917. p. 3.
- Estado do Pará. 15 de dezembro de 1918. p. 2.
- Estado do Pará. 16 de fevereiro de 1915. p. 1.
- Estado do Pará. 16 de março de 1912. p. 1.
- Estado do Pará. 17 de abril de 1911. p. 2.
- Estado do Pará. 17 de setembro de 1911. p. 1.
- Estado do Pará. 19 de abril de 1917. p. 4.
- Estado do Pará. 22 de junho de 1913. p. 3.
- Estado do Pará. 26 de fevereiro de 1917. p. 3.

Estado do Pará. 28 de março de 1919. p. 2.

Estado do Pará. 31 de janeiro de 1912. p. 2.

Folha do Norte. 02 de maio de 1896. p. 3.

Folha do Norte. 04 de abril de 1897. p*.

Folha do Norte. 06 de abril de 1896. p. 3.

Folha do Norte. 06 de maio de 1896. p. 3.

Folha do Norte. 06 de março de 1896. p*.

Folha do Norte. 13 de abril de 1897. p*.

Folha do Norte. 14 de abril de 1897. p.

Folha do Norte. 15 de março de 1896. p. 3.

Folha do Norte. 17 de março de 1897. p 2.

Folha do Norte. 18 de fevereiro de 1897. P. 2.

Folha do Norte. 20 de março de 1897. p. *.

Folha do Norte. 21 de agosto de 1896. p 1.

Folha do Norte. 21 de agosto de 1896. p 1.

Folha do Norte. 26 de abril de 1897. p*.

Folha do Norte. 31 de março de 1896. p. 2.

O Democrata, 03 de dezembro de 1890. p. 1.

O Democrata, 21 de junho de 1893. p. 2.

O Democrata, 21 de junho de 1893. p. 2.

O Democrata. 02 de dezembro de 1893. p. 2.

O Democrata. 05 de março de 1892. p. 2.

O Democrata. 08 de fevereiro de 1893. p. 2.

O Democrata. 09 de fevereiro de 1890. p. 3.

O Democrata. 16 de maio de 1891. p. 2.

O Democrata. 17 de março de 1893. p. 1.

O Democrata. 21 de janeiro de 1891. p. 1.

- O Democrata. 26 de fevereiro de 1890. p. 2.
- O Democrata. 27 de janeiro de 1892. p. 1.
- O Democrata. 30 de janeiro de 1890. p. 2.
- O Democrata. 30 de janeiro de 1890. p. 2.
- O Democrata. 30 de janeiro de 1890. p. 2.
- O Industrial. 04 de dezembro de 1902. p. 1.
- O Industrial. 09 de maio de 1901. p. 3.
- O Industrial. 14 de agosto de 1902, p. 2.
- O Pará. 01 de março de 1898. p. 2.
- O Pará. 12 de agosto de 1898. p. 2.
- O Pará. 13 de março de 1899. p. 1.
- O Pará. 21 de março de 1899. p. 1.
- O Pará. Belém do Pará. 15 de janeiro de 1898. p*.

LITERATURA DE VIAGEM

AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe. AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No rio Amazonas (1859)**. São Paulo: Ed. Da universidade de São Paulo, 1980. Cap. II.

BATES, Henry Walter. O Pará. In. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional. Brasileira. Série 5ª. volume 244. 1945.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Vol. 3. Brasília: Senado Federal. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 16.01.2023.

MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil**, particularly in the gold and Diamond districts of that country. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-row, 1812.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

MEMORIAL

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**: instantes e evocações da cidade. 3ª edição. Belo Horizonte; Editora Itatiaia Limitada, 1987.

RELATÓRIOS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Intendente Antônio José de Lemos**; 1897 – 1902. Belém: A.A. SILVA, 1902.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: A.A. Silva, 1904.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1906 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1907 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

BELÉM. Intendência Municipal. **Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1908 pelo Intendente Antônio José de Lemos**. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

RELATÓRIO DO GOVERNO DO ESTADO

SODRÉ, Lauro. **Mensagem dirigida pelo senhor Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará**. Em 07 de abril de 1895. Belém: Typ. Diário Oficial, 1895. p. 38-39.

RELATÓRIOS DO MUSEU PARAENSE

GOELDI, Emílio Augusto. Relatório sobre o Museu, relativo ao anno de 1901 apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario de Estado da Justiça, interior e instrução publica pelo Dr. Emilio Augusto Goeldi, director do mesmo Museu. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia**, Belém, 4(1/4): 1-30, 1906.

HUBER, Jacques. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Paes de Carvalho, governador do estado do Pará, pelo director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, anno de

1899. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia** (Museu Goeldi), Belém, 3(1/4): 105-134, 1902.

HUBER, Jacques. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario de Estado da Justiça, interior e instrução publica pelo diretor do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnografia, anno de 1907. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia** (Museu Goeldi), Belém, 01-21, 1909.

HUBER, Jacques. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Secretario de Estado da Justiça, interior e instrução publica pelo diretor do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnografia, anno de 1910. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia** (Museu Goeldi), Belém, 35-48, 1913.

REFERÊNCIAS

"A Woman Aeronaut Tells How She Sailed Home in Her Balloon". **Weekly Oregon Statesman**. Salem, Oregon. November 23, 1894.

Abaulado. In. Cambridge Dictionary. Disponível em:

<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/portugues-ingles/abaulado>. Acesso em: 13.09.2023.

ABREU, Capistrano de et al. **O livro do centenário: (1500-1900)**. Brasília, DF; Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1900. p. 420. Maurício Abreu lembra que desde o século XIX os médicos acreditavam que os grandes temporais podiam melhorar a qualidade do ar.

ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli, LACERDA, Willy A. (Coord.) **Tormentas Cariocas: Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe. AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Chuva, lamaçal e inundação no Rio de Janeiro do século XIX: entre a providência divina e o poder público. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 8, p. 117-134, 2014.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

- ALMEIDA, Cristiano das Neves, FREITAS, Emerson da Silva (Coord.). **Boletim anual de precipitação no Brasil: análise a partir dos dados subsidiários do CEMADEN 2020**. Universidade Federal da Paraíba: março, 2021. DOI:10.13140/RG.2.2.32507.64801. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiano-Almeida-2/publication/350495934_BOLETIM_ANUAL_DE_PRECIPITACAO_NO_BRASIL_ANO_2020/links/60633cf0458515e83481ec0a/BOLETIM-ANUAL-DE-PRECIPITACAO-NO-BRASIL-ANO-2020.pdf. Acesso em: 10.01.2023.
- AMARAL, Alexandre Souza. **Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904 a 1911)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- ANDRADE, Helena Aparecida Bonilha de. O Brasil na Visão de um Viajante Europeu: John Mawe. **Site institucional Dia a dia educação**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2258-8.pdf>. Acesso em: 20.05.2023.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BALCÃO, Lier Ferreira. A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulistana (1900-1913). In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). **Cidades**. São Paulo: PUC/SP, Olho d'Água, 1999, p 225-255.
- BARBOZA, C. H. História da Meteorologia no Brasil (1887-1917). In: XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia, 2006, Florianópolis. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia. Rio de Janeiro: SBMET, 2006. v. 1. p. 1-6.
- BARROS, Michelle Rose Menezes de. **“Germes da grandeza”**: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.
- BARROS, Talita Delgrossi. **Silvicultura. Agência Embrapa de Informação Tecnológica**. Disponível em:

<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fmcbqcwh02wyiv80kxlb36vbkge01.html>. Acesso em: 16/06/2022.

BASSETT, Preston R. (Abril 1963). "Carlotta, the Lady Aeronaut of the Mohawk Valley". **New York History**. New York Historical Association. 44 (2): 145–172.

BATES, Henry Walter. O Pará. In: **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

BELLIDO, Remijio de. **Catálogo dos jornaes paraense: 1822-1908**. Pará: Imprensa Official, 1908.

BELTRÃO, Jane Felipe. Cólera e gentes de cores ou o acesso aos socorros públicos no século XIX. Physis: **Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2004, v. 14, n. 2.

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo, Perspectiva. 1972 *apud* LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BEST, Mark. NEUHAUSER, Duncan. Ignaz Semmelweis e o nascimento do controle de infecções. **BMJ Qualidade e Segurança**, v. 13, nº 3, pág. 233-234, 2004.

BRASIL. Decreto 7.672 de 18 de novembro de 1909. Crêa no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a Directoria de Meteorologia e Astronomia. **Legislação Informatizada**, Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7672-18-novembro-1909-513270-republicacao-104185-pe.html>. Acesso em: 08.02.2022.

BRITO DE SOUZA, Túlio Breno. **Homeopatia versus alopatia: a disputa pelo mercado da cura no Pará (1914-1924)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. GOMES, João Arnaldo Machado. **Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BRITO, Roberta Kelly Lima. A introdução da navegação a vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. 2017.

BROWN, John Howard (1904). **Biographical Dictionary**. Biographical Society. p. 99. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_EIIDAAAAYAAJ. Acesso em: 11.11.2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: FFCH-USP, 1971** *apud* LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. **Ciência e cultura**, v. 55, n. 1, p. 26-29, 2003.

CAPILÉ, Bruno. Rios urbanos e suas adversidades: repensando maneiras de ver as cidades. **História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 5, n. 1, p. 81-95, 2015.

CARVALHO, Ely Bergo. “A natureza não aparecia nas aulas de história”: lições de educação ambiental aprendidas a partir de memórias de professores de história. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 107-129, jan.-jun. 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 11. ed. ilustrada. São Paulo: Global, 2002.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém–1897-1938**. Campinas, SP. S/N, 2014.

COSTA, Edite. O Comércio das Carnes Verdes e a Transformação Socioeconômica de Santa Cruz com a Construção do Matadouro Industrial. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. UFRJ**, 2016.

COSTA, Magda Nazaré Pereira. **Caridade e saúde pública em tempos de epidemias: Belém, 1850-1890**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2006.

CUNHA, Euclides da. Um clima caluniado. In: EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. À margem da história. Parte I, **Terra sem história** (Amazônia). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/a-margem-da-historia/um-clima-caluniado>. Acesso em: [data]. Publicado originalmente no Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 20 fev. 1907.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, Antônio Carlos. Org. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USO, 2000.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da, BASTOS, Therezinha Xavier. **A contribuição do museu paraense Emílio Goeldi à meteorologia na Amazônia**. Belém, publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 23, 1973. p. 08.

DA CRUZ, Ernesto Horácio. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DA CUNHA DIAS, Douglas. Cidade e natureza: as águas relendo uma Belém da belle époque (1870 aos anos iniciais de 1910). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 8, n. 2, p. 233-253, 2016. p. 235 - 237.

DE ALENCAR ALVES, José Jerônimo. Determinismo climático e salubridade amazônica na percepção de Bates e Wallace. **Cadernos de História da Ciência**, v. 4, n. 2, p. 37-50, 2008.

DE LIMA, Carla Oliveira. Historiografia social da Amazônia e história ambiental: Um breve balanço. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 4, n. 6, 2017.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combu-Belém-PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 1999, v. 2000; SOARES, Karol da Hora Guimarães Gillet. **Formas de morar na Belém da belle**

époque (1870-1910). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DOS SANTOS, Protásio César; SILVA, Maria do Carmo Prazeres; DOS REIS, Jovelina Maria. ETHOS: a construção de imagem de si no discurso de Antônio Lemos. **ASAS DA PALAVRA**, v. 18, n. 1, p. 87-111, 2021.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. História ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. IV, n.8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, C. Belém, cidade das águas grandes. *In*. **Rio e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Lucia Maria Sá Antunes Costa (org.). Rio de Janeiro: Viana&Mosley; Ed. PROURB, 2006.

DUARTE, Cristovao Fernandes. GT5-790 Asilo da mendicidade em Belém do Pará: a pobreza urbana como contra-face da belle-époque na amazônia. **Anais ENANPUR**, v. 14, n. 1, 2011.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FALEIRO, Silvana Rosetti. Viajando com Robert Avé-Lallemant. *In*. CONSTATINO, Núncia Santoro (org.). **Relatos de viagem como fontes históricas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará**. Belém: Açáí, 2016. p. 402.

FERRAZ, J. Sampaio. A meteorologia no Brasil. *In*: AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1955. v. 1, p. 203-240.

FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. **Encontro Nacional de História da Mídia**, v. 3, 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. **Margens**, v. 2, n. 3, p. 245-266, 2016.

FOREST HISTORY SOCIETY. **Bernhard E. Fernow (1851-1923)**. Disponível em: <https://foresthistor.org/research-explore/us-forest-service-history/people/chiefs/bernhard-e-fernaw-1851-1923/>. Acesso em: 16/06/2022.

FRANCA, Dalvino Troccoli. **A história do uso da água no Brasil: do descobrimento ao século XX**. Brasília: ANA, 2007.

FURTADO, Luciana Martins. **Nas Pedras do caes: cidade, cotidiano e trabalho-Belém do Pará (1852-1912)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. SALES, Mábia Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”**: patrimônio de portugueses na economia da borracha. 2016. Dissertação (Mestrado História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Uma “Paris dos trópicos”?**: perspectivas da europeização do Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2011.

GALVÃO, Marília Veloso. **Geografia do Brasil: Grande Região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Nesse mesmo sentido, ele define essa relação a partir do conceito de Paula Monteiro, de mediação cultural enquanto processo de comunicação onde ocorre a construção de sentidos nas zonas de interculturalidade.

GOELDI, Emílio A. Clima do Pará. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 13 (pág. 1), 20 (pág. 3), jan. 1903a.

GOMES, João Arnaldo. **Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

GOMES, Kelvyn Werik Nascimento. **Belém, uma história social da chuva (1897-1901)**. Monografia de conclusão de curso de graduação apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 19 (1), p. 185-212, janeiro-abril de 2009.

HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa: a benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

JUNIOR, Osmar Pinto; DE ALMEIDA PINTO, Iara Regina Cardoso. **Brasil campeão mundial de raios**. Artliber, 2021.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no Vale Amazônico: Visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799)**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KLEIN, Daniel da Silva. A crise da borracha: a cadeia de aviação em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. **História, Histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 1 ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. "O celeiro da Amazônia": agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 16, p. 157-181, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE COINTE, Paul. Le climat amazonien et plus spécialement le climat du Bas Amazone. In: **Annales de Géographie**, t. 15, n°84, 1906. p. 449-462.

LIMA, Aline de Kassia Malcher. **“Em Auxílio dos seus”**: Mutualismo espanhol numa cidade Amazônica (Belém-Pará, 1890-1920). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LISBOA, K. M. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius. *Acervo*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 179–194, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/108>. Acesso em: 09.05. 2023.

LOBATO, C.B. **Alguns aspectos sobre o calórico e o diâmetro dos átomos no trabalho de John Dalton**. 2011. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. p. 21.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p 137 – 138.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come**. Uma História do abastecimento e da alimentação em Belém 1850-1900. 1 ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

MAHL, Marcelo Lapuente; MARTINEZ, Paulo Henrique. história ambiental: entre o passado e o futuro. Nova Revista Amazônica - **VOLUME IX** - Nº 03 - DEZEMBRO 2021 - ISSN: 2318-1346.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Espaço Urbano, Natureza e Relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 18(1), 49-59. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016. ISSN 1516-3687 (impresso), ISSN 1980-6906 (on-line).

MARTINS, Lilian Alchier Pereira, MARTINS, Roberto de Andrade. Infecção e higiene antes da teoria microbiana: a história dos miasmas. **III Encontro de Filosofia e História da Biologia**: Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP. 2005.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Vol. 3. Brasília: Senado Federal. 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/573991>. Acesso em: 16.01.2023.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos de História da Ciência**, v. 6, n. 2, p. 45-63, 2010.

MATOS, Ana Lea Nassar. **José Sidrim (1881-1969)**: um capítulo da Biografia de Belém. 2017. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MAWE, John. **Travels in the interior of Brazil: particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the prince regent of Portugal: including a voyage to the Rio de le Plata and an historical sketch of the revolution of Buenos Ayres.**

Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **Da “História do Pará” aos “Estudos Amazônicos”**: os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX-XXI). 2020. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MODESTO, Victor Hugo do Rosário. **“Como se fossem escravos”? Menores de idade pobres tutelados na Amazônia (Brasil, Grão-Pará: 1871-1900.** 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MOLINA, Manuel Gonzáles de. La crisis da modernidad historiográfica y el surgimiento de la história ecológica. In. História e meio ambiente, o impacto da invasão europeia. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999, p. 17 – 51 *apud* DUARTE, Regina Horta. **História e natureza.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MONTERO, Paula (Org.). **Deus na aldeia**: missionários, índios e mediação cultural, São Paulo, Globo, 2006.

MORAES, Rinaldo Ribeiro. **A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da História**: natureza, geografia e historiografia na Amazônia. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: imprensa universitária, 1966.

MOTA, Écila Campos et al. Higienização das mãos: uma avaliação da adesão e da prática dos profissionais de saúde no controle das infecções hospitalares. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 4, n. 1, p. 12-17, 2014.

NASCIMENTO, Cicerino Cabral do. **Clima e morfologia urbana em Belém.** Belém: UFPA. NUMA. 1995.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil do Império à Primeira República. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 19, nº 1-2, p. 37-52, jan/dez 2006.

NASH, R. American environmental history: a new teaching frontier. *Pacific Historical Review*, n. 41, p. 362-372, 1972. *apud*. PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

NETO, Emy Falcão Maia. “Tanta chuva e nenhum legume”: alagamentos, política e imprensa em Fortaleza (1839-1876). **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, p. 135, 2014.

NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989.

NUNES, Benedito. Nota crítica. *In*. MOREIRA, E. Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Belém: CEJUP, (vol. I).

OLIVEIRA, Adriano. **Craveiro de Trabalhadores na Primeira República no Pará (1889-1930)**: estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

OLIVEIRA, MJ de et al. História geológica e Ciência do Clima: métodos e origens do estudo dos ciclos climáticos na Terra. **Terræ**, v. 12, n. 1-2, p. 3-26, 2015.

OLIVEIRA, Neide Gomes. História dos hábitos de higiene no Brasil dos séculos XVIII ao XX. **Dimensões** - Revista de História da UFES. Vitória, Departamento de História, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo. nº 2. 1991.

PACHECO, Agenor Sarraf. Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia. Dossiê: **Religião, Biodiversidade e Território** - Artigo original. DOI – 10.5752/P.2175-5841.2013v11n30p476.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. 1 v. Universidade Federal do Pará, 1968.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. Uma leitura da concepção geográfica de Eidorfe Moreira. **GEOgraphia**, v. 16, n. 31, p. 24-50, 2014.

- PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- PINHEIRO, L. B. S. P. (2021). Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1904-1910. **Intelligere**, (12), 16-52. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2021.192278>.
- PINHO, Fernando Augusto Souza. **Festas, Inaugurações e Decepções: a implantação dos bondes elétricos em Belém**. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- PINHO, Fernando Augusto Souza. **Vozes da modernidade: poder público e imprensa em Belém (1907/1908)**. **I Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários da Amazônia**. 2007.
- POMPEU, Marcela Machado. **Relações entre raios e chuvas na Amazônia Oriental**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2008.
- PRADO, Maria Ligia, CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da primeira república. In. FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**, v. 8. Difel, 1977, p. 286 – 307.
- Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST. **Apresentação**. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/383-2019>. Acesso em: 25 de março de 2020.
- QUARESMA, Luis Augusto Barbosa. **De imigrantes na Amazônia a nobres em Portugal: visconde de monte redondo, visconde de penedo e visconde de Nazaré**. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- Redação DOL. **Belém é a cidade que mais chove no Brasil, diz estudo**. 18 de março de 2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/653715/belem-e-a-cidade-que-mais-chove-no-brasil-diz-estudo>. Acesso em: 10.01.2023.
- REMÍGIO, Marcelo. **As cinco cidades do Brasil onde mais choveu e as mais secas de 2020**. O Globo. 12 de março de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/as->

cinco-cidades-do-brasil-onde-mais-choveu-as-mais-secas-de-2020-25014778. Acesso em: 10.01.2023.

RODRIGUES, Marinéa da Silva Figueira, MIRANDA, Antonio Carlos. História ambiental: o Saneamento da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Práxis**, v. 6, n. 11, 2014.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios tropicais**: a institucionalização da medicina no Pará, 1889 – 1919. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

Royal Botanic Garden Kew. Disponível em: <https://www.kew.org/>. Acesso em: 01/07/2022.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **Emílio Goeldi (1859-1917)**: a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2009.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANTOS, Francislaldo Sousa. **Ações colonizadoras em descompasso**: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros nos últimos anos do Império e início da República no Pará. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**: 1820 – 1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. Antônio Lemos e a imprensa: as representações visuais e escritas sobre sua atuação política (1908-1912). **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. ISBN: 978-85-65957-10-6.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. El Amazonas, el mediterráneo de agua dulce: migración y propaganda. **Boletín Americanista**, Año lxii. 1, n.º 64, Barcelona, 2012, pp. 73-85, ISSN: 0520-4100.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. LACERDA, Franciane Gama (Orgs.). **Belém do Pará**: História, cultura e cidade para além dos 400 anos. Belém: Editora Açaí, 2016, p. 135 – 158.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)**. 3ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente: Antônio Lemos (1869/1973)**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Do " inferno florido " à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 399-416, 2010.

SEDREZ, Lise. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória—contribuições para a história ambiental. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

SILVA, Adriano W.; SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. Engenheiros criadores de chuva: a 'Escola Plurífera' e o 'Gargalheiras'. In: **Encontro Nacional De História Do Pensamento Geográfico, 3º Encontro Nacional De Geografia Histórica**, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: PPGG/PosGeo, 2012, p. 1-19.

SILVA, Anderson. R. T. Cartografando os “problemas da cidade”: representações escritas e visuais de Belém a partir do geógrafo Antônio Rocha Penteado (1968). In: **XIX Encontro de História da ANPUH-RJ**, 2020, Rio de Janeiro-RJ. História do futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica, 2020. v. 1.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Da Mereba-Ayba à varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Já sobre as vacinas, Cf.: estudo já citado de Alexandre Amaral. AMARAL, 2006.

Smithsonian Libraries. **Cassier's Magazine**. Disponível em: <https://library.si.edu/digital-library/book/cassiers-magazine>. Acesso em 29.06.2022. Archive Org. **Cassier's Magazine**. Disponível em: <https://archive.org/details/cassiersmagaz411912newy>. Acesso em: 29.06.2022. WIDMANN, Melaine. **Biography Louis Cassier – Founder of Cassier's Magazine**. Ctg Publishing. 2013. Disponível em: <https://ctgpublishing.com/biography-louis-cassier-founder-of-cassiers-magazine/>. Acesso em 29.06.2022.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da belle époque: 1870- 1910**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870 - 1910)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SODRÉ, Lauro. **Mensagem dirigida pelo senhor Governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará**. 07 de abril de 1895. Belém: Typ. Diário Oficial, 1895.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1550 - 1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

VANZOLINI, Paulo E. A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil. **Revista Usp**, n. 30, p. 190-238, 1996.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VIEIRA, David Durval Jesus. **A cidade e os “bichos”**: poder público, sociedade e animais em Belém (1892-1917). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: Imprensa paraense e o saneamento rural (1917-1924)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2016.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILHENA, Anderson Alexandre Cruz. **Agentes da Ordem e da Desordem: polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920)**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p. 198 – 215 *apud* DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

XIMENES, Cláudio Lísias Moreira. **Um homem de “ciências” no vale do Amazonas: Etnografia no rio Tapajós e a busca por reconhecimento do naturalista João Barbosa Rodrigues (1872-1909)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. 2020.

ZEFERINO, Breno Martins. **A inventiva brasileira: Modernidade, Saúde e Ciência na virada do século XIX para o XX**. 2007. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.